

BRINCAR, JOGAR, VIVER



Programa Esporte e Lazer da Cidade Volume II

ESPORTE
E LAZER
DA CIDADE

MINISTÉRIO
DO ESPORTE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

BRINCAR, JOGAR, VIVER
Programa Esporte e Lazer da Cidade
Volume II

Presidente da República*Luiz Inácio Lula da Silva***Ministro do Esporte***Orlando Silva de Jesus Júnior***Secretária Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer***Rejane Penna Rodrigues***Coordenação Geral – 1ª Reunião Nacional de Agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade***Cláudia Regina Bonalume**Andréa Nascimento Ewerton**Ana Maria Félix dos Santos***Organização***Nelson Carvalho Marcellino**Marcelo Pereira de Almeida Ferreira*

BRINCAR, JOGAR, VIVER
Programa Esporte e Lazer da Cidade
Volume II

ORGANIZAÇÃO:
MARCELO PEREIRA DE ALMEIDA FERREIRA E
NELSON CARVALHO MARCELLINO

BRINCAR, JOGAR, VIVER

Programa Esporte e Lazer da Cidade - Volume II - nº 01 (Janeiro/2007)

ISBN 978-85-60719-01-3

1. Educação

Tiragem: 1.875 exemplares

Os conceitos e interpretações contidos nos trabalhos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

SUMÁRIO

Apresentação

Nelson Carvalho Marcellino.....11

Módulo IV – Relatos de Experiências:

Discussão do Projeto Social do Programa Esporte e Lazer da Cidade – Uma Experiência de Políticas Públicas na Esfera Federal

Andréa Nascimento Ewerton, Luiz Otávio Neves Mattos e Marcelo Ferreira de Almeida Pereira..... 16

Macro e Microeventos PELC, Bagé (RS)

Ana Elenara da Silva Pintos..... 22

Festival Cultural

Karine Alexandre Mazetti..... 30

Formação e Perfil dos Agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade/LIESPE/AMDI/Instituto CENIBRA

Arlinda Maria Teixeira de Almeida..... 34

Características de Funcionamento dos Núcleos de Esporte e Lazer do Consórcio PELC-LIESP/AMDI/INSTITUTO CENIBRA

Geraldo Antônio da Silva Filho..... 42

A Dança nos Círculos de Convivência Social do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer

Andréa de Oliveira Araújo, Fátima Maria de Souza, Jamerson Antonio de Almeida da Silva, Joyelli Moreira, Karla Juliana Pinto da Silva, Katharine Ninive Pinto Silva, Renata Christiane Salgues Lucena Borges, Salomão dos Santos Silva e Telly Antônio Mendonça do Nascimento 50

Animação de Parques e Praças

Andréa de Oliveira Araújo, Fátima Maria de Souza, Genivaldo Bazilio da Silva, Gleydson Francisco da Hora Medeiros, Graziella Anderline Aires Sobral, Jamerson Antonio de Almeida da Silva, Karla Juliana Pinto da Silva, Katharine Ninive Pinto Silva, Renata Christiane Salgues Lucena Borges, Telly Antônio Mendonça do Nascimento e Reinildes José de Moura Júnior 62

Círculos de Convivência de Esporte

Anderson Costa de Freitas, Andréa Maria Albuquerque Manta Medeiros, Aniele Fernanda Silva de Assis, César Gomes da Silva, Erick Tibúrcio Pinto Ribeiro Júnior, Francisco Demetrius Luciano Caldas, Iran Fernandes Escobar Júnior, Jamerson Antonio de Almeida da Silva, Katharine Ninive Pinto Silva, Raphael José D´Castro, Rudson Augusto Moura de Luna e Mônica Maria dos Santos 68

Círculos de Convivência Social de Adultos e Idosos na Cidade do Recife

Adriana Karla Santos Wanderlei, Alexsandra de Siqueira Pereira, Cícero Adriano de Melo Figueiredo, Fátima Maria de Souza, Giselle Maria da Silva Luz, Gleydson Francisco da Hora Medeiros, Henrique Flávio de Farias Neves, Janine Furtunato Queiroga Maciel, Jamerson Antonio de Almeida da Silva, Katharine Ninive Pinto Silva, Manuela Pedrosa Almeida, Maria do Socorro Pereira de Souza, Maria Leonilde da Silva Gomes, Patrícia Raffi Rodrigues e Renata Christiane Salgues Lucena Borges..... 73

Formação Continuada

Jamerson Antonio de Almeida da Silva, Katharine Ninive Pinto Silva, Raphael José D´Castro e Rudson Augusto Moura de Luna. 79

Futebol Participativo

Anderson Costa de Freitas, Cezar Gomes da Silva, Eduardo Jackson dos Santos Granja, Emerson Luiz Sobral, Erick Tibúrcio Pinto Ribeiro, Iran Fernandes Escobar Junior, Jamerson Antonio de Almeida da Silva e Katharine Ninive Pinto Silva 94

Política Nacional de Juventude - Arco de Esporte e Lazer - Uma Ação Compartilhada com a Política Municipal de Esporte e Lazer em Recife (PE)

José Nildo Alves Caú, Josuel Salvador de Arruda, Jamerson Antonio de Almeida da Silva, Katharine Ninive Pinto Silva, Mariana Lins de Oliveira e Thiago Antonio L. de Alencar 101

Sistema Práxis de Monitoramento, Avaliação e Controle Social

Jamerson Antonio de Almeida da Silva, Katharine Ninive Pinto Silva, Raphael José D´Castro e Rudson Augusto Moura de Luna.....114

Colônia de Férias: Um Relato de Experiência de Políticas Públicas em Santarém

Rita Maria de Fátima Peloso Grasso..... 129

Funcionamento de Núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade – ACA (Associação da Criança e do Adolescente) – Volta Redonda (RJ)

Olga Maria Salgado Andrade de Castro, Maria Bernardete Bonifácio Vieira de Castro e Raul Victorino Dantas Filho..... 141

Esporte do Mangue – Democratizando o Esporte e o Lazer para a Juventude do Recife

José Nildo Caú, Josuel Salvador de Arruda, Jamerson Antonio de Almeida da Silva, Katharine Ninive Pinto Silva, Mariana Lins de Oliveira e Thiago Antonio L. de Alencar..... 147

Formação Profissional: As Dinâmicas, os Aspectos, as Concepções, os Fazeres Pedagógicos e Sociais na Perspectiva dos Educadores e Gestores de um Programa Social

Miguel Ângelo Schmitt e Edmar Galiza dos Santos..... 163

Módulo V- Rede CEDES**Os Meios Tecnológicos de Informação a Serviço do Esporte e do Lazer**

Ana Felix 178

O Núcleo da Rede CEDES/UFPR: Desafios e Perspectivas

Doralice Langes de Souza, Fernando Marinho Mezzadri, Fernando Renato Cavichioli e Wanderley Marchi Júnior..... 185

A Construção Social da Infância e da Juventude a partir do Lazer

Edmilson Santos dos Santos 199

Juventude e Gênero: As Opções de Lazer de Jovens no Final de Semana

Edmilson Santos dos Santos e José Geraldo Soares Damico.....216

Lazer e Juventude na Periferia da Cidade de Canoas (RS)

Edmilson Santos dos Santos e José Geraldo Soares Damico..... 230

Envelhecendo sem Tropeços

Edmundo de Drummond Alves Junior 246

A Produção do Conhecimento na Área da Educação Física: Realidade e Possibilidades

José Luiz Cirqueira Falcão 264

As Práticas Corporais no Contexto Contemporâneo: Esporte e Lazer Ressignificados na Cidade

José Luiz Cirqueira Falcão e Maria do Carmos Saraiva..... 282

Organizando Acervos, Construindo Memórias, Fazendo Histórias

Luciano Jahneka, Roger Tavares Martins, Mário Gayer do Amaral, Paulo Sergio Medeiros, Flávia Garcia Guiddotti, Luiz Fernando Camargo Veronez, Eliane Ribeiro Pardo, Luiz Carlos Rigo 295

Esporte e Lazer no Município de Raposa (MA): Um Direito a Conquistar

Silvana Martins de Araújo, Francisca das Chagas Oliveira Elias, Diogo Ferraz Oliveira, Kytania Lindoso Dominici, Marconi Neto da Silva, Nilza Cleide Gama dos Reis. Samyr Rodrigues Bezerra, Sylvianne Dias Gomes 303

Como São Pensados os Espaços e Equipamentos de Esporte e Lazer nas Cidades? “Pistas” para Possíveis Respostas!

Simone Rechia 323

A Percepção da Comunidade sobre a Implementação de uma Política Pública na Cidade de Pelotas (RS)

Valdelaine da Rosa Mendes, Luciana Marins Nogueira Peil, Luiz Fernando Camargo Veronez, Juliane Almeida Motta, Luciana P. Cardozo, Natália Silveira Antunes e Rejane Buchweitz 336

Espaço Virtual de História do Esporte: Um Projeto da Rede CEDES/Rio de Janeiro/UF RJ

Victor Andrade de Melo 347

Apresentação

*Nelson Carvalho Marcellino¹
Marcelo Pereira de Almeida Ferreira²*

A partir da Constituição de 1988, o lazer passou a ser direito social de todos os cidadãos brasileiros. Isso é assegurado também, praticamente, em todas as constituições estaduais e leis orgânicas de municípios de nosso país.

No entanto, de um lado a política de hierarquização de necessidades, de outro a pouca difusão de pesquisas e de sistematização, a partir de discussões e experiências concretas vivenciadas em políticas públicas inovadoras, diferentes daquelas do evento por si só, e os poucos recursos disponíveis, fazem com que a área ainda careça de ações que abranjam de forma efetiva os Municípios, os Estados e a esfera Federal.

Qual o lugar desse direito nos órgãos de governo? A confusão é gritante, com secretarias e departamentos de cultura, esporte, lazer, turismo, arte... Quais as estratégias mais adequadas para a formulação de políticas? Que itens devem compô-las?

A apresentação de novos estudos na área com a realização de Congressos – como o Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL), na sua XVIII edição, abrigando nas cinco últimas o Encontro de Gestores Públicos de Esporte e Lazer, o Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer na sua VI edição – e a força que a área vem ganhando em eventos mais amplos – caso do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), com o desenvolvimento de dois Grupos de Trabalho Temático, um em Recreação e Lazer, e outro em Políticas Públicas em Educação Física, Esporte e Lazer, entre outros eventos significativos nas áreas de Educação Física, Turismo e Ciências Humanas, etc. – vêm mudando, pouco a pouco, o panorama quanto à pesquisa. O número de grupos de pesquisa sobre a temática vem crescendo muito, nos últimos anos, no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. A organização dos gestores públicos na Associação de Gestores Municipais de Esporte e Lazer³ (ASMEL) e no Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte

¹ Sociólogo, doutor em Educação, livre docente em Educação Física – Estudos do Lazer, docente do mestrado em Educação Física da Faculdade de Ciências da Saúde, da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), coordenador do Núcleo do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede CEDES) do Ministério do Esporte, líder do Grupo de Pesquisas do Lazer (GPL) e pesquisador do CNPq.

² Professor licenciado em Educação Física, mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco, está como coordenador geral de Apoio, Capacitação e Eventos Esportivos da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer e coordenador pedagógico do Programa Esporte e Lazer da Cidade na gestão do Governo Federal (2003-2006).

³ asmel@uol.com.br.

e Lazer⁴ também vem contribuindo para a troca de experiências e organização do setor.

Importante contribuição tem sido dada pelo Governo Federal, através do Ministério do Esporte⁵, realizando a I Conferência Nacional do Esporte, em 2004, com a temática “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”, cujo documento final⁶ serviu de referência para a construção da Política Nacional do Esporte⁷, aprovada pelo Conselho Nacional do Esporte em junho de 2005, com forte ênfase na inclusão social. A I Conferência indicou também a necessidade de criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, temática da II Conferência, realizada em abril de 2006, discutida em quatro eixos: (1) estrutura: organização, agentes e competências; (2) recursos humanos e formação; (3) gestão e controle social; e (4) financiamento.

Alguns setores ligados ao esporte, presentes à II Conferência Nacional, defenderam a retirada do termo *lazer* do Sistema. Essa atitude, se por um lado mostra avanço no entendimento da amplitude do âmbito do lazer e seu caráter transversal em termos de políticas públicas, por outro lado ignora que, como as políticas governamentais são formuladas, ainda de forma departamentalizada, dissociar o lazer do esporte, agora, diferentemente do que faz a Constituição, as constituições estaduais e as leis orgânicas dos municípios, seria retirá-lo também do âmbito das políticas públicas.

Muito ainda precisa ser feito antes que o lazer seja vivido plenamente como um direito social pela nossa população, para que o Sistema Nacional de Esporte e Lazer se consolide e funcione enquanto sistema, ou para que o lazer se torne um programa de governo, ligado a uma Secretaria Especial, por exemplo.

Mas muito já foi feito também, em termos de Programas de Ação, no âmbito no Ministério do Esporte, nesse seu primeiro mandato de funcionamento, e particularmente na Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer. Este livro procura documentar as produções desenvolvidas por palestrantes, oficinairos, coordenadores, agentes, pesquisadores, e outros profissionais, ligados ao Programa Esporte e Lazer da Cidade, desenvolvido por essa Secretaria, por ocasião da Reunião de Gestores do Programa⁸, realizada em 2006, em Brasília (DF).

O livro é composto por dois volumes divididos em cinco módu-

⁴ <http://www.sejel.sp.gov.br/sejel/ContentBuilder.do?open=subforumsecretarios&pagina=estatutosecretario> – acesso em 15.05.2006.

⁵ <http://portal.esporte.gov.br/> - acesso em 15.05.2006.

⁶ http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/1_conferencia/documento_final_visualizacao.jsp – acesso em 15.05.2006.

⁷ http://portal.esporte.gov.br/arquivos/conferencianacional/textoII_fundamentacao_sobre_sistema_23_01_06.doc – acesso em 15.05.2006

⁸ I Reunião Nacional dos Agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

los. No primeiro volume, são apresentados três módulos: (I) Palestras, (II) Oficinas e (III) Tópicos operacionais do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Integram o segundo volume mais dois módulos: (IV) Relatos de experiências, do projeto social do Programa Esporte e Lazer da Cidade, e (V) Rede CEDES, Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, apresentando algumas pesquisas desenvolvidas pela Rede.

A obra é necessária como instrumento de documentação de um Programa de governo, sua divulgação, formação de multiplicadores, e como forma de, ao final de um mandato, deixar registrada uma experiência de governo, e ao torná-la pública, submetê-la ao debate.

O livro destina-se não apenas às cidades já atingidas até agora pelo Programa, onde poderá servir como base para reflexão, mas também para gestores em localidades ainda não atendidas, gerando possível efeito multiplicador, bem como para pesquisadores, professores e estudantes da área, sempre como forma de difusão de conhecimento e retorno de críticas que visem o aprimoramento da ação.

Módulo IV

Relatos de Experiências

A Discussão do Projeto Social do Programa Esporte e Lazer da Cidade... Uma Experiência de Políticas Públicas na Esfera Federal

Prof. Esp. Andréa Nascimento Ewerton¹

Prof. Dr. Luiz Otávio Neves Mattos²

Prof. Ms. Marcelo Ferreira de Almeida Pereira³

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) sintetiza, no interior de seu arcabouço teórico-metodológico, o acúmulo de experiências exitosas na área do lazer e do esporte recreativo implementadas, predominantemente, por administrações de perfil popular e democrático e por entidades representativas da sociedade civil organizada dedicadas a projetos socioculturais-esportivos.

Reúne também contribuições oriundas do meio acadêmico que vem construindo, por meio dos cursos de graduação e pós-graduação e de um número crescente de grupos de pesquisa que se dedicam a essa área, uma capacidade cada vez mais consistente de pensar o tema do lazer.

Construir um programa com a pretensão de inaugurar uma nova concepção no trato com o lazer e com o esporte recreativo, em um país cujas características são singulares por aspectos como: diversidade climática, complexidade cultural ou ainda vícios históricos quase sempre presentes nas ações assistencialistas e funcionalistas dos programas socioesportivos dos governos anteriores, foi um desafio.

Hoje, a pouco mais de quarenta meses de funcionamento efetivo do Programa Esporte e Lazer da Cidade, chegamos a 151 municípios brasileiros, em 15 estados, gerando 3.500 novos empregos de agentes sociais, capacitando mais de 5.000 pessoas envolvidas nos trabalhos dos mais de 400 núcleos de funcionamento do Programa, beneficiando mais de 600 mil pessoas de todas as faixas etárias.

O **PELC** trata o esporte e o lazer como direitos sociais e, portanto, como elementos componentes das políticas públicas de governo que viabilizam e garantem o acesso e a permanência da população brasileira, de todas as faixas etárias e dos diversos segmentos, a ações contínuas de esporte e lazer. Assim, todas as manifestações populares do lazer: as expressões do esporte comunitário e recreativo, passando pelo jogo, pela luta e pela ginástica, até as manifestações em torno

¹ Diretora de Políticas Sociais - DPSEL/SNDEL/ME.

² Assessor - SNDEL/ME.

³ Coordenador de Apoio a Eventos e Capacitação - DPSEL/SNDEL/ME.

das danças populares, da música, do teatro e demais manifestações. Assim, o Programa respeita e trabalha a partir da cultura local, nas cidades e no campo, construindo uma lógica de consolidação do poder público local e dos setores organizados da sociedade.

Construir experiências de auto-organização, autogestão, planejamento participativo e mecanismos de controle social das ações governamentais e/ou da sociedade civil organizada, através da participação de instâncias de controle social (conselhos, associações, clubes e população em geral) na proposição, no acompanhamento e na avaliação do Programa, e o trato com a intergeracionalidade (construindo relações entre diferentes segmentos da sociedade) em torno da cultura corporal e a cultura lúdica também são metas do Programa.

O Programa possui três importantes características: as **ações sistêmicas** nos núcleos, com a atuação de agentes sociais em oficinas esportivas e de lazer, com horários preestabelecidos, organizando o tempo pedagógico sobre o tema trabalhado (jogo, esporte, dança, etc.) de forma contínua e a partir do planejamento participativo; as **atividades assistêmicas** desenvolvidas em forma de eventos de esporte e lazer, organizadas em dias e horários estabelecidos em conjunto com os núcleos (festivais esportivos e culturais, gincanas, ruas de lazer, etc.), planejadas em função de datas comemorativas, períodos de ciclos culturais (carnaval, festas juninas, etc.), festas nacionais, torneios e campeonatos, etc., ou ainda compondo as atividades gerais da entidade (município, estado, universidade, etc.); a **formação continuada** de agentes sociais do esporte e do lazer, professores e coordenadores e demais trabalhadores, direta ou indiretamente envolvidos.

Um outro aspecto de relevância significativa diz respeito às possibilidades diretas e indiretas de geração de emprego e renda. Diretas, na própria dinâmica do Programa gerando vagas para jovens, adultos e idosos como agentes/educadores sociais de esporte e lazer, atuando diretamente no funcionamento dos núcleos e participando constantemente de ações de formação continuada em serviço. Indiretas, quanto à possibilidade de semearmos, a médio e longo prazo, a construção de cooperativas de trabalho e incubadoras que viabilizem também a formação, nos mesmos segmentos acima citados, de pequenas empresas voltadas à produção de equipamentos para o próprio funcionamento dos núcleos.

O PELC busca trazer referências e experiências que visem a superação da relação assistencialista e compensatória, próprias da história das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Neste sentido, princípios como auto-organização, trabalho coletivo e intergeracionalidade ganham contornos diferenciados, primeiro, porque

necessitam (os princípios) de um “tempo pedagógico” para serem apreendidos pela sociedade, segundo, pela necessidade de uma ampla ação de formação e de organização do trabalho pedagógico junto aos agentes sociais de esporte e lazer e, na sua extensão, aos participantes do Programa.

Auto-organização e trabalho coletivo

Entendemos o princípio da auto-organização atrelado necessariamente ao do trabalho coletivo. O diferencial do estímulo à auto-organização e ao trabalho coletivo nos núcleos do PELC exemplifica-se na organização das oficinas desenvolvidas, que potencializa o resgate e o fortalecimento da construção coletiva em todas as manifestações da cultura lúdica e esportiva.

Nos eventos de esporte e lazer, temos a mostra evidente e concreta dessas possibilidades, na medida em que a comunidade participa da sua organização, execução e avaliação.

Intergeneracionalidade

Neste princípio, temos, como eixo principal, a relação contraditória, dada na contemporaneidade, entre o tradicional e o moderno. Uma roda de hip hop, que traz a música e seu ritmo forte e regular, com as letras construídas na improvisação, mas localizadas em temas sociais e conjunturais, pode criar relações de vivências e experiências concretas com os repentes de emboladas, cirandas e cocos, fortemente enraizadas nas gerações mais idosas.

O princípio da intergeracionalidade não se limita apenas às “relações” entre diferentes gerações. Necessário se faz que essas trocas de conhecimento entre diferentes gerações apontem para a superação das relações sociais baseadas em problemáticas delas mesmas: o resgate da memória cultural de um povo, a necessidade de permanente acesso e trato com o moderno e a construção de soluções coletivas (SILVA & SILVA, 2004:42).

Gestão participativa

Elemento não apenas pedagógico (no sentido da construção do conhecimento vivenciado), mas na própria organização da comunidade envolvida em um núcleo do PELC, construindo mecanismos que superem a referência da ação pedagógica em si, avançando para a própria organização da comunidade (seus interesses e necessidades). O PELC apontou a criação de um Grupo Gestor composto por representação

de todos os segmentos envolvidos, sendo um dos instrumentos para consolidação do controle social e efetivação de uma gestão verdadeiramente participativa.

Estrutura do PELC

a) Núcleos

Os núcleos são organizados a partir de atividades **sistemáticas** (funcionamento de núcleos) e **assistêmáticas** (eventos de esporte e lazer) dirigidas às pessoas de todas as faixas etárias que delas participam, de maneira contínua ou eventual, tendo nos agentes sociais de esporte e lazer⁹ os principais responsáveis pelo incentivo ao processo de organização e mobilização popular. Estes agentes sociais têm papéis e funções integradas, da seguinte maneira: coordenador geral, coordenador de núcleo, bolsistas e agentes de serviços gerais, além de professores e demais profissionais que a entidade conveniada apresenta como contrapartida¹⁰.

Tanto nas atividades sistemáticas, quanto nas atividades assistêmáticas, os agentes são estimulados ao trabalho com a prática das culturas corporal e lúdica. Exemplos disso são as oficinas culturais, de música e teatro, artesanato, brinquedotecas, salas de leituras, projeções e debates de filmes e eventos das mais diversas naturezas, jogos populares e de salão, danças regionais, contemporâneas e clássicas, artes marciais, capoeira, ginásticas e esporte recreativo, possibilitando o resgate da cultural local bem como o fortalecimento da diversidade cultural, promovendo a interface das mais variadas manifestações e suas gerações.

b) Formação

Por se tratar de um Programa que resgata e estimula a participação e a organização social, o agente social de esporte e lazer assume o papel de protagonista na relação com a população atendida. Neste sentido, o Programa apresenta duas frentes de formação: os **Encontros de Formação**, com carga horária mínima de 32 horas/aulas de atividades entre oficinas, grupos de estudos, palestras, mesas e planejamento e que seguem orientações do Ministério do Esporte/SNDEL na construção dos módulos de formação; e a **Formação Continuada**

⁹ Os agentes sociais de esporte e lazer são pessoas com formação plural e perfil de mobilizadores sociais, com legitimidade junto à comunidade e demais trabalhadores.

¹⁰ Além dos recursos humanos, o PELC também financia recursos para as seguintes ações: aquisição de material de consumo (esportivo, recreativo, didático e pedagógico), material permanente (que se transforma em patrimônio da entidade, após a conclusão da vigência do convênio), formação continuada (com pró-labore e passagens de professores ministrantes, mais alimentação dos participantes) e eventos de esporte e lazer (com a locação de equipamentos diversos).

em Serviço, que acontece de forma articulada ao próprio funcionamento dos núcleos, em atividades de planejamento sistemático e assistemático, além de estudos semanais e/ou quinzenais (a critério das condições locais de cada convênio) e mobilização comunitária. Esta proposta de formação estará sendo trabalhada nessa publicação em um texto específico, devido à importância que essa ação tem na vida do Programa.

Tendo como princípio a garantia do acesso ao esporte e ao lazer como direito social, a SNDEL trabalhou com um permanente levantamento de informações em todos os núcleos de todos os convênios firmados nesses três anos e meio.

Esses dados indicaram uma dimensão quantitativa da execução do PELC, bem como apontaram **limites** e **avanços** na operacionalização do seu cotidiano.

Identificando os limites:

1. A incipiente dimensão da participação popular no controle social;
2. As dificuldades da máquina burocrática de Estado para: a contratação dos agentes sociais, a execução dos procedimentos para compra de materiais, o pagamento dos serviços para a formação de agentes e dos eventos de lazer;
3. A participação dos inscritos em apenas uma atividade/oficina temática (independentemente da superação, ou não, da lógica de escolinhas esportivas);
4. Dificuldades na efetivação dos papéis dos agentes sociais nos núcleos, gerando uma sobreposição das funções realizadas pelos bolsistas e monitores.

Apontando os avanços:

1. Uma progressiva compreensão de esporte e lazer como direito social por parte do(s) gestor(es) local(is) e da população atendida;
2. Um progressivo envolvimento de todas as faixas etárias nas atividades sistemáticas e assistemáticas do PELC;
3. A organização de eventos de lazer;
4. O fortalecimento na mobilização social pelos agentes sociais;
5. A formação continuada pautada na lógica ação-reflexão-ação;

6. Uma mudança significativa na forma como os gestores passam a formular suas políticas de esporte e lazer, desde o trato dado aos espaços disponíveis para realização das ações de lazer, até a ampliação de sua funcionalidade;
7. Introdução das dimensões artística e cultural no lazer.

A I Reunião Nacional dos Agentes Sociais de Esporte e Lazer foi uma possibilidade de ratificar o que construímos nesses três anos de meio, no sentido de afirmar uma política pública que buscasse superar modelos de gestão de esporte e lazer marcados por características como: a hierarquização de atendimentos às diversas faixas etárias da população, pautada na afirmação do sistema esportivo e do lazer produtivo; o modelo conceitual tradicional de arquitetura esportiva e de lazer/equipamentos específicos para o esporte e lazer; a centralidade nos profissionais da área específica, dificultando sobremaneira a intersectorialidade e democratização do acesso a população pela carência de pessoal com perfil multiprofissional e multidisciplinar.

Portanto, é um grande desafio para as políticas públicas de esporte e lazer implementar um modelo de inclusão que passe da política compensatória à política do direito social, da política da hegemonia da indústria cultural à política da cultura nacional com respeito às culturas locais e sua diversidade, da política indutora à política pró-ativa e participativa.

Os relatos, as mesas e as oficinas vividas na reunião e socializadas nessa publicação são sem dúvida uma demonstração da materialidade e pertencimento dessa construção a todos que viveram essa história que marca uma etapa de acertos, erros, avanços e limites de um grupo disposto a traçar o caminho em busca da consolidação do esporte e do lazer como direitos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CONFERÊNCIA NACIONAL DO ESPORTE (i.:2004: Ministério do Esporte, DF). *Esporte, lazer e desenvolvimento humano: Documento final*. Brasília: Ministério do Esporte, 2004.
- PISTRAK, M. M. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. *Esporte, arte e lazer – Sob o olhar dos que fazem*. SEMEC – Belém: Grafhitte Editores, 2002.
- SILVA, J. A. A.; SILVA, K. N. P. *Círculos Populares de Esporte e Lazer: Fundamentos da educação para o tempo livre* – Recife: Bagaço, 2004.

Macro e Microeventos PELC Bagé (RS)

Temática II: Eventos de Esporte e Lazer

Ana Elenara da Silva Pintos ¹¹

Esporte e lazer tomam conta da cidade de Bagé

Ao completar 195 anos, o município de Bagé consolida sua imagem como uma cidade de inclusão social. Cerca de 70 programas e projetos sustentam esta marca, que melhora a qualidade de vida de todos os bageenses. A cidade está mais divertida e saudável com o Programa Esporte e Lazer da Cidade. As cerca de 3.300 pessoas, entre crianças, jovens, adultos, idosos, portadores de necessidades especiais e portadores de deficiência física, abraçaram o Programa, desenvolvido juntamente com o Ministério do Esporte, como uma causa. Distribuídos em dez núcleos, o esporte e o lazer vão além da atividade física simplesmente: ajudam na inclusão social. Durante a semana, os mais jovens jogam futebol, basquete, vôlei, handebol, enquanto isso os pais, mães, vovôs e vovós praticam dança, ginástica ou algumas das tantas oficinas culturais. Folga mesmo, só na hora do lanche. Fazem, ainda, viagens, acampam e realizam festas. Por isso, o Programa é reconhecido como um grande promotor de eventos, sendo aclamado por todos. Levando alegria, lazer e entretenimento, alguns dos eventos já fazem parte do calendário do município.

Metodologia criada para construção de eventos

É importante salientar que, para aperfeiçoar a dinâmica de criação, execução e avaliação de micro ou macroeventos, foi necessário criar uma metodologia que permitisse tais procedimentos. O primeiro foi determinar que cada núcleo deveria criar uma proposta de intervenção que:

- Partisse do interesse dos participantes;
- Tivesse uma proposta de resgate cultural, entretenimento e/ou lazer;
- Propiciasse o envolvimento de todas as faixas etárias, sempre que possível.

¹¹ Licenciatura e bacharelado em Educação Física, Prefeitura Municipal de Bagé. E-mails: ana_elenara@hotmail.com, anaelenaradasilvapintos@ibest.com.br.

Um modelo de criação de projetos e relatórios foi passado à equipe, que ao início de cada mês deveria entregar à coordenação geral. Cabendo à coordenação geral avaliar tal atividade e autorizar sua execução. A seguir, os modelos criados para preenchimento:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO
PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE

PROJETO:

NÚCLEO: _____

ATIVIDADE: _____

DATA: _____ LOCAL: _____

INÍCIO PREVISTO: _____

TÉRMINO PREVISTO: _____

PROMOÇÃO: _____

APOIOS: _____

PATROCÍNIO: _____

OBJETIVOS: _____

PÚBLICO ESTIMADO: _____

FAIXA ETÁRIA: _____

HORA: _____

PROGRAMAÇÃO:

RECURSOS HUMANOS: _____

RECURSOS MATERIAIS: _____

Coordenador de Núcleo

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO
PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES:

NÚCLEO: _____

ATIVIDADE: _____

DIA: _____ HORA: _____

LOCAL: _____

NÚMERO DE PARTICIPANTES ENVOLVIDOS POR SEGMENTO:

a) Crianças e adolescentes (até 17 anos): _____

b) Jovens (de 18 a 24 anos): _____

c) Adultos (de 25 a 59 anos): _____

d) Idosos (a partir de 60 anos): _____

e) PPNE (até 24 anos): _____

(de 25 a 59 anos): _____

(a partir de 60 anos): _____

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS: _____

AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

PONTOS POSITIVOS: _____

PONTOS NEGATIVOS: _____

APOIADORES DO EVENTO: _____

PATROCINADORES DO EVENTO: _____

Coordenador do Núcleo

A seguir o relato de alguns eventos:

Festival de Pandorgas Esporte e Lazer / RBS TV

Como forma de resgatar uma cultura que durante aproximadamente uma década não era promovida em nosso município, desenvolvemos o Festival de Pandorgas. Realizado nos campos do Aeroclube de Bagé, o evento envolveu mais de 8.000 pessoas.

Inicialmente, pesquisamos junto à comunidade talentos na arte de confeccionar pandorgas, bem como, transmitir para a equipe de trabalho do PELC Bagé o histórico, significado e formas das mesmas. Conquistamos a parceria da RBS TV Bagé, do Jornal Minuano, da Rádio Difusora AM – 50 anos, do SEMTRO (Sindicato das Empresas Municipais de Transportes Rodoviários), do Aeroclube Bagé, da Erva Mate Yacuí e de secretarias municipais. Asseguramos assim, divulgação em TV, rádio e jornal, transporte gratuito (em horários específicos / linha de ônibus para no dia do evento transportar a comunidade), além de materiais para a confecção de 500 pandorgas. Esse material foi dividido entre os dez núcleos do Programa, onde foram oferecidas oficinas de confecção para a comunidade bageense, gratuitamente.

Secretarias de Turismo da região foram convidadas a prestigiar o evento que contou com as seguintes baterias: Pandorga Mais Bonita, Pandorga Mais Original, Maior Pandorga, Menor Pandorga, Pandorgueiro Mais Jovem, Pandorgueiro Mais Idoso. Paralelamente, foram realizados ao público presente: Oficina de Confecção de Pandorgas, Distribuição de Erva Mate e Água Quente (Mateada), Recreação com Brinquedos Infláveis, Apresentação de Aerodelismo, Exposição de Aviões e, no palco principal, apresentações das oficinas culturais do PELC Bagé, shows e a arrecadação de alimentos não-perecíveis (para Gabinete da Primeira Dama).

Sem dúvida alguma, este foi o maior evento realizado pelo PELC Bagé, que serviu de referência para os municípios do nosso Estado, recebendo destaque na imprensa estadual.

Internúcleos

Partindo das solicitações dos participantes pela realização de torneios esportivos, o INTERNÚCLEOS foi criado. Sua importância cresceu ao constatarmos fortes tendências ao esporte competitivo, onde então, acrescentamos à proposta diversas ações de lazer, objetivando mudar esse quadro.

Realizado no Complexo Esportivo Presidente Médice, o evento

beneficiou aproximadamente 5.000 pessoas em duas edições. Na programação desenvolvemos torneios simultâneos de vôlei, handebol, futsal, futebol de campo e futebol sete. O evento contou ainda com solenidade de abertura, com a presença de diversas autoridades municipais, apresentação do Jingle do PELC Bagé e do mascote (nomeado pelos participantes como "Nelinho", em homenagem ao então Ministro do Esporte Agnelo Queiroz). A "Noite Cultural" destacou diversas apresentações, frutos das oficinas culturais desenvolvidas nos núcleos, além de show musical de encerramento. Uma das atividades mais divertidas, segundo os participantes, foi o acantonamento, onde todos permaneceram durante a noite nas dependências do Ginásio Militar.

Desenvolvido em dois dias (fim de semana), os participantes receberam café da manhã, lanche, almoço e jantar. E, como não poderia ser diferente, as equipes vencedoras dos torneios receberam sua respectiva premiação. Acreditamos estar mudando a visão de nossos participantes, no que diz respeito ao esporte competitivo, uma vez que entendemos ser possível praticar o esporte pelo simples prazer de recrear.

Pré-Carnaval do PELC Bagé

Com o intuito de colaborar e fortalecer a cultura carnavalesca em nosso município, criamos o "Pré-Carnaval do PELC Bagé". Desenvolvido no Complexo Esportivo Médici, o evento já envolveu mais de 5.000 pessoas em suas duas edições.

Em sua primeira edição, os núcleos escolheram suas rainhas e as apresentaram no Pré-Carnaval. Já na segunda edição, atendendo a solicitações dos participantes, além das escolhas prévias em cada núcleo, desenvolvemos um concurso durante a festividade. Na oportunidade, foram escolhidas as soberanas do PELC Bagé.

Esta atividade contou com duas etapas, ambas sob o nosso olhar, importantíssimas para consolidar o nosso objetivo com tal promoção. A primeira, de escolha das representantes em cada um dos dez núcleos do Programa, envolvendo a comunidade de cada região, convidando e valorizando as escolas e/ou blocos carnavalescos de cada localidade. A segunda, do desenvolvimento do próprio Pré-Carnaval, com organização de torcida e mobilização da comunidade para o evento. Sendo que, para esta segunda etapa, um júri teve de escolher não só as rainhas do PELC Bagé, mas aquelas que iriam representar o Programa na Escolha de Rainhas do Carnaval da Cidade.

Contamos com o apoio da ABEC (Associação Bageense de Entidades Carnavalescas), da Rádio Cultura AM e demais colaboradores.

Na oportunidade, além da entrega de faixas e da escolha da melhor torcida, o público foi agraciado com a presença do Rei Momo e suas Rainhas, a apresentação da Escola de Samba e Bloco, e os vencedores do carnaval do ano anterior em nossa cidade.

Esta atividade foi considerada pela ABEC, uma excelente forma de manter vivo o espírito carnavalesco em nosso município.

Mostra e Duelo de Hip Hop

O evento foi construído a partir do interesse dos participantes do núcleo Morgado Rosa, que são beneficiados pela Oficina de Hip Hop. A idéia era reunir os adeptos à modalidade de dança.

Desenvolvido no Clube Social Zíngaros, o evento contou com dois importantes momentos: Mostra de Hip Hop (apresentação de grupos interessados da comunidade em geral) e Duelo de Hip Hop (concurso de hip hop). A primeira opção oportunizou aos simpatizantes da modalidade mostrarem seus talentos, já a segunda opção promoveu, para aqueles que assim desejavam, a avaliação por um júri. As modalidades foram: Duo, Trio ou Grupo; nas seguintes categorias: infantil, juvenil e adulto.

Durante o evento, cliques puderam ser conferidos pelos adeptos da música hip hop. Diversos grupos existentes em nosso município foram convidados a participar da atividade que garantiu a presença de aproximadamente 500 pessoas.

Impressionados com a qualidade das coreografias, o júri composto por dançarinos da modalidade destacou um participante "revelação" de 6 anos, como forma de incentivar o desenvolvimento do ritmo. Desta atividade, partiu o desejo de implementarmos as oficinas de Graffiti e Criação de Música Hip Hop.

Todos os participantes, tanto da Mostra quanto do Duelo, receberam certificado de participação.

Festival de Pagode

Descontentes com a falta de valorização do trabalho desenvolvido em nosso município, um grupo de pagode procurou-nos. A solicitação era promover um evento que viesse a divulgar os grupos que por mais de cinco anos lutam por mercado de trabalho e conse-

qüente reconhecimento.

A idéia foi reuni-los em uma importante mostra, onde teriam a oportunidade de divulgar seus trabalhos. Após fazermos um levantamento dos grupos que tinham o perfil apontado, desenvolvemos uma reunião onde os detalhes foram acordados. Com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura, através do Instituto Municipal de Belas Artes, a atividade foi organizada. Depoimentos foram gravados com todos os grupos, onde os mesmos puderam contar suas respectivas trajetórias, objetivos e metas de trabalho. Ficaram estipulados ordem e tempo de apresentação, tendo os grupos a responsabilidade de mobilizar seus fãs-clubes e definir três músicas para um CD, que ao vivo seria gravado; além do DVD. Os depoimentos serviram para identificar cada grupo, anteriormente, em suas apresentações. Na oportunidade, os grupos receberam Troféu de Reconhecimento. Oito grupos de pagode participaram e mais de 1.500 pessoas prestigiaram o evento. Contamos também com o apoio da RBS TV Bagé.

Piquete Esporte e Lazer da Cidade de Bagé

Com o intuito de promover a valorização de nossas tradições, foi criado o Piquete Esporte e Lazer da Cidade. A proposta visa desenvolver ações que venham a colaborar com o culto de nossa história e costumes. Uma patronagem foi criada (Patrão, Secretário, Tesoureiro) e um local foi determinado como centro de tradições gaúchas do piquete (CTG da Prefeitura Municipal de Bagé – Sede da Secretaria Municipal de Esporte e Turismo). Desenvolvemos bingos, jantares tradicionalistas, escolha de prendas (infantil, juvenil e adulta). Todo o público alvo direto e indireto do Programa em Bagé é convidado a participar das atividades desenvolvidas. É importante salientar o cuidado que temos em não promover falso juízo em relação à proposta do Piquete. Entendemos que existem tradicionalistas, e que, portanto, fazem jus a tal denominação. Nosso objetivo é colaborar nesse processo de amor as nossas lendas, culturas e costumes.

Festa da Criança

Visando propiciar às crianças uma tarde de muita diversão e lazer, a Festa da Criança já mobilizou mais de 5.000 pessoas na praça principal de Bagé (Praça de Esportes), em sua primeira edição. Adultos e idosos envolveram-se no feitiço do "Maior Bolo da Cidade". Cada núcleo se comprometeu com uma quantidade específica para a montagem do bolo, cuja distribuição ocorreu durante a festividade. Foram realizados Mini-Maratona Infantil, Street de Basquete (Torneio de Trios de Basquete, na quadra poliesportiva principal), recreação

com diversos brinquedos infláveis, Oficina de Capoeira. Paralelamente, no palco principal, ocorreram diversas apresentações artísticas, distribuição de brindes, sorteio de uma bicicleta, show e Mateada.

CONCLUSÃO

Sem dúvida alguma, Bagé não é mais a mesma depois de ter conquistado este grandioso Programa. As atividades promovidas pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade deram vida aos bageenses, que se envolvem desde a idealização, a execução e a devida avaliação de cada atividade. E é por essa razão que acreditamos estar no rumo certo, buscando sempre inovar e atender os anseios de nossos participantes; fazendo-os agentes multiplicadores e transformadores de nossa realidade local.

Festival Cultural

Karine Alexandre Mazetti¹²

Este evento foi construído a partir das informações dos módulos capacitatórios, para divulgar as atividades culturais do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Percebemos a importância de valorizarmos nossos bolsistas, bem como oportunizar aos alunos deste Programa em mostrar o que aprenderam durante as aulas para a família e o público presente.

A coordenação fez um levantamento de atividades desenvolvidas nos núcleos do Programa e entendemos que, juntamente com os bolsistas, conseguiríamos fazer uma mostra cultural que envolvesse os núcleos, representados por apresentações alegres, criativas e descontraídas. Destacamos as seguintes modalidades: capoeira, dança sênior, taekwondô, street dance, canto, violão, percussão e teatro. Percebemos que, nesse evento, poderíamos apresentar uma exposição de trabalhos manuais (reciclagem utilizando jornal, garrafa descartável e caixinha de leite; crochê; vagonite; ponto-cruz; fuxico; bordado em pedraria; confecção de bijuteria). A coordenação fez reunião com os bolsistas das modalidades acima citadas, que, juntos, traçaram as diretrizes do evento.

APRESENTAÇÃO	NÚCLEO	AGENTE SOCIAL
Capoeira	1. Ipanema Esporte Clube 2. E. M. Vilma de Faria	• Greidson • Marcelo
Dança Sênior	3. CEJA	• Lucy
Dança Sênior	4. UDCBJ	• Helciene
Dança Sênior	5. Igreja Batista Shekinah	• Darci
Taekwondô	6. Limoeiro 7. UDCBJ	• Jarcy • Márcio
Street Dance	8. UDCBJ	• Waldeci
Canto	9. Igreja Católica São Judas Tadeu	• Cleverton
Violão	10. Ipanema Esporte Clube 11. Igreja Católica São Judas Tadeu	• Herlon • Moisés
Percussão	12. ASSEDIPA	• Natanael

O convite foi extensivo a familiares, parceiros de entidades conveniadas, quadro de secretariado da mesma, conselhos municipais, entidades parceiras e outros. Foram definidas comissões para todas as funções: transporte, entrega de lanche,

¹²Prefeitura Municipal de Ipatinga. E-mail: karinemazetti@gmail.com.

fotografias, organização, etc.

Este evento foi o penúltimo do Convênio 023/06, acontecendo cinco dias antes do prazo de encerramento.

O local da realização foi o Centro Esportivo e Cultural 7 de Outubro, no ginásio coberto e, com cinco mil balões, fizemos a ornamentação do palco.

Participaram ativamente deste evento oito coordenadores e 19 bolsistas, representando oito núcleos de atendimento do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Nos dias que antecederam o evento, percebemos que todos estavam ensaiando seus números com determinação e ousadia. A participação e o empenho de todo o grupo foram importantes para o sucesso do evento, pois através dele foram monitoradas todas as ações do Festival.

Quanto à participação da população, o Programa Esporte e Lazer da Cidade oferece credibilidade em Ipatinga, pois atende gratuitamente e com qualidade as modalidades esportivas, recreativas e culturais. A divulgação foi feita pelos coordenadores em seus núcleos, imprensa e rádios locais.

O Festival Cultural foi realizado dia 26 de maio de 2006, às 19:00, com um público médio de trezentas pessoas, além de coordenadores de núcleo, bolsistas e agentes administrativos. Na oportunidade, recebemos em nosso Festival, a secretária nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, Rejane Penna Rodrigues, e a diretora nacional do Programa Esporte e Lazer, Andréa Ewerton Nascimento, que cumpriam agenda em nosso município.

Ao final, foi servido um lanche para todos os presentes. O Festival Cultural obteve retorno positivo para o Programa Esporte e Lazer da Cidade. Segue a nota divulgada pela entidade conveniada, bem como relatório fotográfico.

PELC Cultural (29 de maio)

Festival mostra variedade de estilos artísticos

A variedade de estilos artísticos foi a grande atração da noite de sexta-feira (26), durante a realização do Festival Cultural do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), no Ginásio 7 de Outubro, no bairro Veneza I. Promovido pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, o Festival reuniu apresentações de capoeira, percussão, dança sênior e "street dance" entre outras.

Cerca de 400 pessoas prestigiaram o evento, que contou com a participação do secretário de Cultura, Esporte e Lazer, Wander Luís Silva; da secretária nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, Rejane Penna Rodrigues; e da coordenadora nacional do PELC, Andréa Nascimento, ambas representantes do Ministério do Esporte.

O Festival Cultural teve como objetivo divulgar as ações culturais desenvolvidas nos 25 núcleos do PELC em Ipatinga. Há três anos, o PELC é desenvolvido através de convênio da PMI com o Ministério do Esporte. Segundo Wander Luís Silva, a Prefeitura fará todo o esforço necessário para a renovação do convênio – que encerra no próximo dia 31. Ele destacou o carinho do prefeito Sebastião Quintão com o Programa. "Vamos renovar esse convênio para mais dez meses, que é um desejo do prefeito Sebastião Quintão, mas é também um desejo da população de Ipatinga".

Já a coordenadora nacional do Programa, Andréa Nascimento, destacou a oportunidade de conhecer as realizações do PELC em Ipatinga. "Estou feliz pelo que vi na participação dos agentes e da população de Ipatinga". Ela disse que haverá empenho do Ministério em renovar o convênio com a PMI.

Para a secretária nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, Rejane Penna Rodrigues, a estada em Ipatinga teve o objetivo alcançado, já que vários núcleos do PELC foram visitados e permitiu conhecer mais de perto os projetos existentes na cidade e na região. Ela falou também do convênio assinado com a Liga Ipatinguense de Esportes Especializados (Liespe), que transforma Ipatinga em pólo irradiador de políticas ligadas ao esporte e ao lazer aos pequenos municípios da região.

"O consórcio que a Liespe estabeleceu com vários municípios pequenos para desenvolver o esporte e o lazer é emblemático para o Ministério para promover o desenvolvimento regional dessas atividades", resumiu.

Feliz por participar da apresentação de "street dance", Alexandre Kennedy resumiu a experiência. "Gostei de apresentar, de poder vir

aqui com os amigos". Já a mãe dele, Solange Maria de Jesus, afirmou que é gratificante poder ver o filho e os amigos apresentarem o que aprenderam durante as oficinas.



Formação e Perfil dos Agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade / LIESPE / AMDI / INSTITUTO CENIBRA

Arlinda Maria Teixeira de Almeida¹³

Roteiro

I – Introdução

- 1 – Dinâmica de aquecimento

II – Desenvolvimento

- 1 – Estrutura Administrativa do Programa Esporte e Lazer da Cidade / LIESPE / AMDI / INSTITUTO CENIBRA
- 2 – Como uma empresa contrata um funcionário
- 3 – Como o Programa Esporte e Lazer da Cidade / LIESPE / AMDI / INSTITUTO CENIBRA contrata um agente
- 4 – Formação do agente
- 5 – Características do agente do Programa Esporte e Lazer da Cidade / LIESPE / AMDI / INSTITUTO CENIBRA
 - 5.1 – Ser conhecido na cidade
 - 5.2 – Ser criativo
 - 5.3 – Ser polivalente
 - 5.4 – Ser dinâmico
 - 5.5 – Ser idealista
 - 5.6 – Ser envolvente
 - 5.7 – Ser responsável
 - 5.8 – Sexo
 - 5.9 – Idade
 - 5.10 – Ser assíduo e pontual
- 6 – Módulo Preliminar de Capacitação
- 7 – Capacitação Continuada

¹³ Pós-graduada em Administração de Recursos Humanos, coordenadora do Programa Esporte e Lazer da Cidade, desde 2004. E-mail: g.afilho@superig.com.br.

III - Conclusão

I - Introdução

1 – Dinâmica de aquecimento

Representantes dos estados brasileiros, onde acontece o Programa Esporte e Lazer da Cidade, reuniram-se em Brasília para saber:

- O que é Amizade?

E todos nós faremos tudo que eles falarem.

1. GOIÁS Aperto de mão
2. RIO DE JANEIRO Sorrir sempre para os outros
3. PERNAMBUCO Palavras de carinho
4. RIO GRANDE DO SUL Dar os braços
5. ESPÍRITO SANTO Cochichar, saber ouvir
6. BAHIA Ser flexível, mexer para todos os lados
7. PARÁ Esbarrar, suportar atritos
8. SÃO PAULO Olhar as pessoas nos olhos
9. DISTRITO FEDERAL Eu te amo
10. MINAS GERAIS Abraçar
11. E os demais estados disseram: "Amizade é cantar com Milton Nascimento: 'Amigo é coisa pra se guardar, do lado esquerdo do peito, dentro do coração, assim falava a canção...'"

E toda a equipe, fez tudo o que foi pedido.

E todos nós aprendemos sobre a amizade.

II - Desenvolvimento

1– Estrutura administrativa do Programa Esporte e Lazer da Cidade / LIESPE / AMDI / INSTITUTO CENIBRA

O Programa Esporte e Lazer da Cidade / LIESPE / AMDI / INSTITUTO CENIBRA é um consórcio de 35 cidades, com 35

agentes administrativos e 99 agentes sociais de esporte e lazer, 20 coordenadores e um público atendido de 21.068 crianças e adolescentes, 2.646 jovens, 2.759 adultos, 2.618 cidadãos da terceira idade, 511 PPNE, totalizando 29.602 pessoas.

A estrutura administrativa é composta de Coordenadoria Geral, Coordenadoria Técnica, um colegiado e três outras coordenadorias: Logística, Eventos/Capacitação Continuada e Administrativa.

Cada cidade tem um agente administrativo, geralmente funcionário da Prefeitura, que faz a mediação entre o Programa Esporte e Lazer da Cidade e a Prefeitura. Tem, também, os agentes sociais que, através de duas ou três modalidades, atendem a um público diferenciado.

O colegiado é formado por quatro pessoas: coordenador geral, coordenador técnico, coordenador de eventos e coordenador administrativo, que se reúnem semanalmente, para decidir os rumos do Programa Esporte e Lazer da Cidade / LIESPE. Essa equipe tem boa experiência, pois está no Programa Esporte e Lazer da Cidade desde 2004, no projeto piloto.

Os agentes admitidos em Ipatinga são definidos pelo colegiado, após entrevista e parecer técnico de quem faz a entrevista. O Programa Esporte e Lazer da Cidade / LIESPE funciona em sala própria, o que permite melhor e maior fluidez do trabalho.

A união e a experiência dessa equipe permitem melhores resultados.

2- Como uma empresa contrata um funcionário

Passos:

- Identificar necessidades para o cargo
- Montar o perfil do candidato para o cargo
- Divulgar necessidade da vaga para:
 - Público interno
 - Público externo
- Receber e analisar currículos
- Selecionar currículos
- Testes / Entrevista / Aprovação
- Admissão

3- Como o Programa Esporte e Lazer da Cidade / LIESPE contrata um agente

3.1 – Na cidade sede (Ipatinga):

Após a seleção de currículos, os candidatos são chamados para entrevista, com foco no perfil pedido. O entrevistador dá seu parecer técnico e o colegiado define pela admissão ou não. Importante ressaltar o crescimento da equipe, com este procedimento.

3.2 – Nas cidades consorciadas:

Toda cidade tem o seu agente administrativo, escolhido pelo prefeito, sendo contrapartida de cada prefeitura. O agente administrativo seleciona os agentes sociais, de acordo com a demanda das modalidades de cada cidade.

4- Formação do agente

Não é necessário ser profissional de educação física ou outras licenciaturas para ser agente do Programa Esporte e Lazer da Cidade. É necessário experiência em alguma modalidade.

Os coordenadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade / LIESPE, em Ipatinga, têm formação acadêmica.

5- Características do agente do Programa Esporte e Lazer da Cidade / LIESPE

5.1 – Ser conhecido na cidade (popular):

Toda cidade possui uma ou outra pessoa, que, como voluntário, faz as atividades com crianças, jovens, adultos e terceira idade; ou tem aquela pessoa que tenta ajudar a todos; ou outro, carismático, que conhece quase tudo e todos. Estas pessoas são respeitadas na comunidade e podem dar grande contribuição como agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

5.2 – Ser criativo:

A criatividade é uma característica importante para o agente do Programa Esporte e Lazer da Cidade, para que nenhuma atividade deixe de ser realizada.

Criativo, o agente saberá substituir as atividades, quando o tempo (chuva, sol) não for propício; saberá valorizar a cultura local; realizará atividades assistemáticas e, acima de tudo, ajudará na motivação e presença dos seus alunos.

A criatividade permitirá, ainda, a confecção de materiais, quando se fizer necessário.

5.3 – Ser polivalente:

É interessante, embora não seja obrigatório, que o agente do Programa Esporte e Lazer da Cidade saiba mais de uma modalidade para que possa atender um maior número de pessoas.

Um agente que dê dança sênior, pode, por exemplo, dar ginástica ou trabalhar em asilos, com trabalhos manuais, como acontece em Ipatinga.

O fato de um agente ser polivalente (saber mais de uma modalidade) facilita o atendimento ao público variado.

É interessante considerar que, um agente motivado, criativo, esforça-se por se tornar polivalente.

5.4 – Ser dinâmico:

O dinamismo é imprescindível ao agente do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Uma pessoa sem vida, que tenha inibição para falar, pode dificultar os resultados. Um agente dinâmico fala, pula, canta e dança, envolvendo o seu público.

Mas, é claro que aquele que não seja dinâmico pode dar bons resultados, de acordo com a modalidade.

5.5 – Ter ideal:

Não viver bem consigo, nem com os outros, aquele que não tem um ideal, um objetivo na vida, não acredita em si, nem nos outros. Mas todo aquele que tem um ideal é mais propenso a ver as pessoas além do físico; acreditar na capacidade das pessoas e respeitar seus valores e a não trabalhar só pelo financeiro.

Um agente que tenha o ideal faz o seu trabalho com zelo, com respeito e recebe sua bolsa satisfeito.

5.6 – Ser envolvente:

Envolver uma pessoa é preocupar-se com ela, é fazê-la sentir-se importante no contexto, é acreditar que ela vai dar conta. É, na

verdade, a valorização da pessoa que é, inclusive, a proposta da inclusão social.

Agente envolvente faz a diferença e isto pode ser notado nas 35 cidades do consórcio Programa Esporte e Lazer da Cidade / LIESPE.

A Capacitação Continuada e o uso das dinâmicas colaboram para esta característica do agente.

5.7 – Ser responsável:

O agente do Programa Esporte e Lazer da Cidade é um multiplicador de idéias, pelo menos, junto aos seus alunos.

Por isso, é importante que ele tenha bons hábitos e postura ética. Que seja um cidadão digno, sem nada que o desabone.

5.8 – Sexo:

O agente social pode ser masculino ou feminino. O Programa Esporte e Lazer da Cidade / LIESPE tem agente mulher que dá aula de futebol e homem que dá aula de dança (jazz) e artesanato. Pela inclusão social, está ótimo.

5.9 – Idade:

Os agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade precisam ter mais de 18 anos, para se enquadrar nas leis trabalhistas brasileiras.

Jovens, adultos e terceira idade podem ser agentes e isto abre o leque de diferenças, que beneficia os resultados do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

5.10 – Ser assíduo e pontual:

Assiduidade e pontualidade são importantes para o agente do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Se o agente falha sempre, ele não conquista a credibilidade de seus alunos e, se sempre se atrasa, diminui o interesse dos alunos, que passam, igualmente, a chegar atrasados.

6 - Módulo Preliminar de Capacitação

Surgiu pela necessidade de se tomar um primeiro contato

com agentes administrativos e sociais de cada cidade, assim que foi iniciado o Programa Esporte e Lazer da Cidade / LIESPE / AMDI / INSTITUTO CENIBRA, consórcio com 21 cidades. Conquistar a equipe neste primeiro encontro era o desafio. A opção foi realizar um evento caloroso, com parte técnica, sim, mas que trabalhasse mais a emoção de todos.

Foi um belo e inesquecível evento.

Ambiente lindo e todo decorado, recepção com esmero, pasta para todos, dinâmicas, almoço, coffee-break, etc.

Temas pela ordem de apresentação:

- a. Relações humanas,
- b. Considerações preliminares sobre o Programa Esporte e Lazer da Cidade,
- c. Esporte e lazer: Direitos sociais,
- d. Conceitos pedagógicos,
- e. Perfil do agente do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Setenta e cinco pessoas, entre agentes administrativos e sociais, coordenadores e convidados, participaram deste encontro. Na avaliação escrita, todos foram unânimes em afirmar a importância do encontro. Todos estavam sem uniformes, o que fez falta para mostrar a cara do Programa.

Foi uma preparação para o Módulo de Capacitação Introdutória, realizado pelo Ministério do Esporte um mês depois. A equipe já se conhecia e este Módulo foi realizado num local onde todos ficaram hospedados e onde aconteceu a Capacitação. Isto promoveu a união e integração de todos.

O Módulo Preliminar foi repetido em 2006, para agentes novatos, com o mesmo sucesso.

7- Capacitação Continuada

O Programa Esporte e Lazer da Cidade / LIESPE / AMDI / INSTITUTO CENIBRA, de Ipatinga, tem grande preocupação com a Capacitação Continuada, sem a qual perde-se a qualidade das ações.

A Coordenadoria de Eventos e Capacitação reúne-se com a Coordenadoria de Logística, uma vez por mês, para estudo de obras sobre pedagogia esportiva.

III - Conclusão

A experiência acumulada sobre o Programa Esporte e Lazer da Cidade, nestes três anos, tem permitido ao Programa Esporte e Lazer da Cidade / LIESPE / AMDI / INSTITUTO CENIBRA aprimorar na admissão de coordenadores e agentes, respeitando o perfil desejado e investindo na Capacitação Continuada, para que os resultados estejam de acordo com os objetivos propostos.

A coordenadoria geral precisa de dinamismo, garra, entusiasmo, técnica para envolver e caminhar junto aos 35 municípios, para que depois, possam caminhar sozinhos.

E isto, a gente tem, "uai"!

Características de Funcionamento dos Núcleos de Esporte e Lazer no Consórcio PELC - LIESPE/AMDI/INSTITUTO CENIBRA¹⁴

Geraldo Antônio da Silva Filho¹⁵

O primeiro consórcio intermunicipal do Programa Esporte e Lazer da Cidade começou suas atividades em julho de 2005 no estado de Minas Gerais, e logo ficou conhecido por PELC – LIESPE / AMDI / INSTITUTO CENIBRA. Foi articulado pela integração de 21 municípios e coordenado com a aproximação institucional da sociedade organizada, representada pela Liga Ipatinguense de Esportes Especializados – LIESPE, pelo poder público municipal, representado pela Associação de Municípios pelo Desenvolvimento Integrado (AMDI), e pela iniciativa privada, por intermédio do braço social da Celulose Nipo-Brasileira – CENIBRA, o Instituto CENIBRA.

O consórcio PELC – LIESPE / AMDI / INSTITUTO CENIBRA nasceu com o objetivo principal de possibilitar a participação dos pequenos municípios aos programas do Governo Federal, em especial o Programa Esporte e Lazer da Cidade. A equipe de coordenadores, que já havia passado por duas experiências anteriores, entendia que agrupar pequenas cidades era um meio que, além de facilitar o acesso ao PELC, também viabilizava a construção de um modelo novo, que poderia dar um impulso na implementação do Programa no Brasil. Contudo, também não podemos esquecer outro desejo daquela equipe coordenadora, que está no Programa desde 2003 – quando ele ainda era um projeto piloto implementado em apenas dez cidades do Brasil –, o de incentivar a política pública para o esporte e o lazer, uma política pública responsável, que respeita e resgata as características regionais, e que permite a todos, independentemente da faixa de idade, sexo ou religião, o acesso com qualidade às atividades esportivas e culturais.

É neste cenário que relatamos as características de funcionamento dos núcleos de esporte e lazer do consórcio em Minas Gerais, os quais são o produto final da implementação efetiva da política pública. É no núcleo que a comunidade se encontra e é nele em que é garantido o direito constitucionalmente adquirido. Neste sentido, a comunidade participativa torna cada membro um cidadão de fato.

Diante do exposto, ressaltamos uma história fixada na parede de um destes núcleos, mas que retratava fielmente a importância de

¹⁴ Temática III: Funcionamento dos Núcleos de Esporte e Lazer. Data da mesa: 03 de setembro de 2006.

¹⁵ Bacharel em Ciências Contábeis, acadêmico do 2º ano de Educação Física, coordenador do PELC desde 2004 da Liga Ipatinguense de Esportes Especializados (LIESPE). E-mail: g.afilho@superig.com.br.

todos eles na construção de uma história diferente. A história dizia que um pai andava muito ocupado, então resolveu picar em pedaços bem pequenos uma figura do planeta que encontrou sobre a mesa e dar ao filho que brincava a sua volta fazendo muito barulho, pedindo a ele que remontasse a figura. O filho apanhou os pedaços, juntou as partes e logo retornou gritando: "Pai eu consertei o mundo". O pai impressionado com o tempo que o filho levava para ligar as partes, perguntou a ele como pudera consertar o mundo em tão pouco tempo. Então o filho respondeu: "Eu montei o homem que estava atrás do mundo". Poucos foram os momentos na história do Brasil em que os cidadãos simples puderam erguer sua voz contra a elite feudalista dominante, que precisa de mão-de-obra barata pra trabalhar em suas "lavouras", então acreditamos que não podemos montar o país em quatro anos, talvez nem em oito, mas podemos montar as pessoas e assim, quem sabe, mudar o Brasil.

Os núcleos do consórcio constituem espaços públicos e privados, presentes tanto no perímetro urbano como no rural dos municípios, e atendem a pessoas de características e idades variadas. Existem núcleos estabelecidos em praças de esportes, salões paroquiais, entidades assistenciais e outros locais diversos. São em geral locais que se transformam no centro de convivência da comunidade, onde as pessoas podem optar por realizar oficinas diferentes, constituindo assim o espaço democrático de encontro entre elas. É neste contexto que o núcleo denota sua importância, muito mais do que apenas um local de realização de oficinas, mas principalmente num ambiente do encontro.

No primeiro convênio realizado pela LIESPE e o Governo Federal, por intermédio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, em data já citada, nas 21 cidades que o compunham, entraram em funcionamento 63 núcleos de atividades do PELC. Os núcleos realizaram semanalmente 14.712 atendimentos sistemáticos, oferecendo às pessoas de todas as faixas de idade 23 oficinas diferentes, desde os esportes tradicionais às atividades culturais. Além disto, 17.820 pessoas também foram beneficiadas em eventos assistemáticos, realizados tanto dentro dos núcleos como na comunidade em torno deles, e tendo como público-alvo o participante do projeto, amigos, familiares e as pessoas da comunidade que não estão inscritas nas oficinas sistemáticas.

Atualmente, no novo consórcio envolvendo 35 municípios, já estão constituídos 81 núcleos em pleno funcionamento, realizando mais de 26.500 atendimentos semanais, com uma previsão de alcançar mais de 90.000 pessoas beneficiadas nos eventos assistemáticos, apenas nos ciclos de eventos do PELC. Os eventos assistemáticos são construídos pela coordenadoria da LIESPE e os agentes do Progra-

ma de cada município, assim, em cada cidade, o evento tem cara e características próprias.

É importante reconhecer que as atividades sistemáticas e os eventos assistemáticos são momentos distintos, mas os quais a comunidade e os inscritos do Programa se mobilizam em função da existência do núcleo. Com relação às atividades sistemáticas, 90% delas são desenvolvidos dentro do núcleo. No entanto, muitos eventos assistemáticos são realizados longe deles, e neste caso servem apenas como elemento de divulgação da existência do PELC, sem vínculo algum com suas diretrizes. Contudo, quando realizados no próprio núcleo ou em suas proximidades, transformam-se numa ferramenta valiosa no processo de resgate e na reconstrução pedagógica dos valores cidadãos de uma determinada comunidade.

Diante disso, torna-se evidente a importância da efetivação de todas as diretrizes do Programa, porque as escolhas do local para o núcleo, do agente bolsista, da aparelhagem e recursos materiais, da Capacitação Continuada e da realização de eventos assistemáticos são ações que se integram e determinam o bom funcionamento dos núcleos.

Contudo, é interessante relatar, também, que nem sempre as boas escolhas garantem que desde o princípio os núcleos vão desempenhar seus papéis verdadeiros no processo. Num primeiro momento, durante a implementação do PELC e a capacitação dos agentes, pudemos observar escolhas determinadas por experiências de governos antigos, com programas de esporte destinados a crianças e adolescentes que sem diretrizes se agarravam ao velho paradigma de que "esporte serve para tirar crianças das ruas e das drogas". Nestes municípios, a cultura estabelecida por falta de conhecimento desencadeou uma falha no início da implementação do PELC. É muito comum ver pessoas, envolvidas no processo de mudança, em choque com os conceitos de lazer durante um tempo significativo.

Então, os conceitos de lazer devem ser entendidos dentro de uma visão mais ampla, que determine a todas as pessoas o direito de efetuarem, de acordo com suas próprias vontades, atividades de esporte, lazer e cultura. Atividades que não precisam ter paradigmas ou vínculos, porque correspondem a um direito individual garantido, inclusive, na Constituição Federal de 1988, a conhecida constituição "Cidadã".

Como conceito, num núcleo de esporte e lazer, é importante que sejam oferecidas pelo menos três oficinas diferentes, e que os participantes inscritos façam o maior número de atividades. São vários os motivos que justificam este conceito, mas citaremos dois, a saber: em primeiro lugar para possibilitar às pessoas experiências

diferentes, e num segundo contraponto evitar a especialização que é muito comum nas atividades esportivas. Experiências diferentes conduzem as pessoas a uma cultura mais ampla, com um senso crítico mais desenvolvido e com a capacidade de perceber melhor o mundo que as rodeiam, e desta forma tomar decisões guiando o próprio destino com mais autonomia.

No consórcio PELC – LIESPE / AMDI / INSTITUTO CENIBRA, pôde-se acompanhar mais de uma vez a constituição de um núcleo onde não havia paradigmas formados e os conceitos que estavam sendo aprendidos constituíam a melhor base de conhecimento das pessoas envolvidas naquele processo. Nestes núcleos, encontramos as nossas melhores referências, podendo observar neles uma construção coletiva, onde todos os atores envolvidos têm voz ativa e ouvido sensível aos interesses de toda a comunidade.

Poderíamos preencher várias páginas falando sobre os núcleos de nosso consórcio, como não podemos, escolhemos quatro núcleos de características diferentes, mas que ilustram bem o tamanho do sucesso que uma política de esporte e lazer bem elaborada pode alcançar.

O primeiro núcleo sobre o qual vamos falar encontra-se na cidade de Dionísio (Minas Gerais), uma cidade que tem aproximadamente 4.000 habitantes que vivem da agricultura e da pecuária. Ela está distante de um grande centro esportivo, e fora também das principais rodovias que cortam o Estado, mas apesar de tudo tem uma infraestrutura esportiva invejável. Lá, o núcleo funciona num complexo esportivo composto por dois campos gramados, duas piscinas e um ginásio poliesportivo, cuja construção foi finalizada pela Prefeitura Municipal, no exato momento em que se iniciava o consórcio entre a LIESPE e o Governo Federal.

Desta forma, aproveitando a oportunidade de se intervir desde o princípio com conceitos de lazer, a coordenação da regional trabalhou no sentido de proporcionar os conhecimentos necessários para que as ações seguissem corretamente as diretrizes do PELC. O núcleo, desde o início das atividades, tornou-se um modelo de organização e envolvimento participativo, um local de encontro entre as pessoas, de idades e desejos diferentes. Lá, são realizadas oficinas esportivas e culturais que envolvem crianças, adolescentes, adultos, pessoas com necessidades especiais e a terceira idade. Na verdade, aquele centro de esporte e de lazer foi construído com o objetivo principal de proporcionar às pessoas da cidade de Dionísio, independentemente de sua situação financeira, um local de referência onde todas possam realizar atividades, ou mesmo acompanhá-las, nos seus momentos do não trabalho.

Já em outra cidade, Ipatinga, que tem mais de 200.000 habitantes, industrializada e bem localizada no estado de Minas Gerais, encontra-se, entre outros, três núcleos que precisam ser descritos, pelo motivo de possuírem estrutura administrativa consolidada e com experiência no atendimento social em comunidades de risco, características bem diferentes do motivo de organização do PELC em Dionísio, que são: Comunidade Espírita Joanna de Angelis (CEJA), Fazenda Água Viva e quadra de esportes da Igreja Batista Shalom.

O primeiro núcleo dessa cidade, a Comunidade Espírita Joanna de Angelis, é uma casa espírita fundada há quinze anos e que durante a semana realiza, desde a fundação, atendimento comunitário. São realizadas lá 17 oficinas diferentes, como: reforço escolar, bordado, capoeira, dança para crianças e adolescentes, dança sênior, ginástica para a terceira idade e outras. Ela está localizada numa comunidade de grande risco social, onde práticas abusivas acontecem diariamente. Mas o grande diferencial, que chama a atenção para o núcleo, não é apenas o número de oficinas disponibilizadas, mas, sobretudo, os conceitos de esporte e lazer aplicados de forma a constituírem uma verdadeira política pública social, e ademais a sua administração, que até mantém certa independência do recurso público, e se preciso, mobiliza-se, mas não deixa as oficinas interromperem.

O segundo núcleo de Ipatinga é a Fazenda Água Viva, um local de recuperação de dependentes químicos, que mantém internadas as pessoas que estão em tratamento. Recordamos quando a LIES-PE, entidade gestora do consórcio, foi sondada por uma psicóloga, funcionária da Fazenda Água Viva, que ouvira falar do Programa, e, segundo ela, resolvera procurá-lo porque os internos, durante o período destinado ao lazer, praticavam atividades físicas e esportivas sem nenhum acompanhamento, o que lhes causava problemas. Para lá foi contratado um agente social de esporte e lazer que organizou os espaços disponíveis e criou as oficinas de peteca, voleibol, handebol, futebol, futsal, musculação e jogos de salão, as quais os internos realizam durante a semana, num programa de revezamento preestabelecido que foi elaborado numa assembléia coordenada pelos próprios internos. As oficinas tornaram-se um sucesso pleno, a ponto da administração da fazenda oficializá-las como atividades indispensáveis no processo de recuperação dos internos.

E o último núcleo a ser relatado de Ipatinga é a quadra de esportes da Igreja Batista Shalom, construída num bairro novo e de difícil acesso. A idéia inicial dos construtores era criar lá escolinhas esportivas, para tirar as crianças da rua e tentar intervir no número de jovens envolvidos com drogas e pequenos delitos, o velho paradigma do esporte. O administrador, ao ouvir falar sobre o Programa resolveu procurar a entidade gestora, com o objetivo de conseguir a doação de

material esportivo e de um bebedor, já que estava prestes a inaugurar a estrutura e só faltavam aqueles itens. A coordenação do PELC o acolheu, mas resolveu fazer um pouco mais, pediu ao administrador que agendasse um encontro no ginásio e que levasse sua equipe de monitores, que já estavam até selecionados para trabalhar com as crianças. Chegado o dia, a equipe de coordenadores de núcleo foi fazer a visita agendada, e levou consigo farto material de exposição do Programa Esporte e Lazer da Cidade, normas, diretrizes, vídeo e fotos e apresentou às pessoas que participaram do encontro. Dois dias depois, estava de volta o administrador, na sede da entidade gestora, perguntando o que era necessário para ingressar no PELC e transformar o ginásio em um núcleo de esporte e lazer. Passados dez meses, podemos afirmar com satisfação que a simples iniciativa de proporcionar acesso ao conhecimento a um grupo de pessoas, bem intencionadas, possibilitou a construção de modelo de êxito, onde toda a comunidade do bairro Nova Esperança, seja criança, adulto ou idoso, encontra-se para fazer oficinas de práticas corporais e de cultura.

Diante disso, os núcleos escolhidos nestas duas cidades, de propósito, contrapõem-se com a experiência da cidade pequena onde no núcleo não existe o caráter assistencialista tão marcante como nas grandes cidades. Sobretudo, servem para situar a questão das diferenças entre comunidades, cidades e entre regiões. Nessa perspectiva, acreditamos abrir espaço para discutir a questão, nova nos modelos de consórcios intermunicipais, ao contrário de se considerar uma cidade inteira um único núcleo do Programa, o que acreditamos ser prejudicial na construção de alguma política pública.

Relatada a experiência de alguns núcleos com atendimento multidisciplinar, que promovem a política do lazer como política pública, garantida na Constituição Federal como um "*direito de todos*", precisamos esclarecer o significado de "políticas públicas" que foi tão citada até agora neste relato de experiência. Políticas públicas podem ser entendidas como a apropriação de conceitos e valores em uma determinada coletividade, tornando-os parte de seu cotidiano e reconhecidos por todos aqueles que a integram.

Surgem então algumas questões. Quais conceitos determinam a elaboração de políticas públicas? Certamente são aqueles que a comunidade julga interessante incorporar na prática de seu dia a dia. De onde surgem estes conceitos? De sua própria experiência no trato com as questões do cotidiano. Por que incorporar conceitos e quando? Porque as pessoas e as comunidades não precisam engolir imposições externas, modelos diferentes de sua realidade local. Quando despertarem independentes para expressarem uma vontade própria, determinarão quais políticas devem apropriar em seu meio social.

Alimentar as idéias boas e reconstruir as inadequadas possivelmente são a receita mais simples para a construção de políticas públicas, contudo as classes dominantes do conhecimento devem respeitar a individualidade de cada comunidade. Nesta singularidade de cada uma, pode haver dúvidas de como construir uma política de Estado se existem tantas políticas públicas, diferentes em cada comunidade, espalhadas pelo país afora. A resposta a esta dúvida é simples, transformando o esporte e o lazer numa questão de Estado, a exemplo da saúde e da educação. E o núcleo é o local onde podemos demonstrar na prática a aplicabilidade, os conceitos e os resultados de uma política pública local, como também a realização de uma maior, a de Estado, que possa dar sustentabilidade nas esferas do poder público, garantindo a realização de todas as políticas públicas de esporte e lazer nos municípios brasileiros.

Mas será que os núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade estão preparados para enfrentar este processo de construção local? E, quem sabe, poder participar de uma discussão nacional e propor que o esporte e o lazer sejam tratados mesmo como questão de Estado? Neste momento provavelmente não, porque estamos ainda no processo de alforria, alimentando as boas idéias e reconstruindo novos conceitos no lugar daqueles que historicamente foram impostos pelas classes dominantes e que se revelam inadequados. Só uma gestão participativa tem demonstrado poder para mudar o quadro de tantas injustiças sociais que foram implementadas no nosso país nestes quinhentos anos.

Portanto, o processo está apenas começando. No entanto, mesmo passando por uma etapa de construção e/ou reformulação de conceitos, os núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade têm demonstrado ser o espaço ativo na descoberta pela autonomia, onde existe o respeito pela produção e a demanda da comunidade. E ela, por sua vez, aprende a elegê-los de acordo com a dinâmica local e os novos conhecimentos que vão adquirindo, durante o processo de capacitação dos agentes envolvidos no PELC.

Diante do que foi descrito no parágrafo anterior, a capacitação dos agentes sociais de esporte e lazer tem fundamental importância, pois, também, é nela que se aprende que as políticas públicas devem abranger todas as pessoas de uma comunidade. É na capacitação que, na maioria dos casos, descobre-se a necessidade de criar mecanismos, para possibilitar à terceira idade e às pessoas com necessidades especiais a realização de seu direito constitucional. A prática tem demonstrado que para o núcleo a capacitação em serviço é determinante, porque é nela que os agentes envolvidos estão engajados e empenhados num processo de aprendizagem continuada.

Atualmente, o bolsista capacitado transforma-se no principal protagonista do funcionamento do núcleo do PELC e nas atividades de mobilização da comunidade em torno dele. Podemos afirmar que, entre os integrantes envolvidos no Programa, o bolsista, aquele que desenvolve as tarefas diárias nas oficinas sistemáticas, é o agente que se torna reconhecido como o líder da comunidade, não só porque ele é o elo que tem contato diário com as pessoas atendidas pelo Programa, mas sobretudo porque aprende como desenvolver melhor suas atividades.

Concluindo, ressaltamos de maneira consciente a importância de dotar o bolsista com conhecimento suficiente, para que ele possa realizar as suas atividades com desenvoltura e segurança, o que é, sem dúvida, fundamental para o bom funcionamento do núcleo do Programa Esporte e Lazer da Cidade e para a efetiva construção de um modelo novo de política pública de esporte e lazer. Um modelo que constitua respeito e resgate das características regionais, e que permita a todos o acesso, com qualidade, às atividades de esporte, lazer e cultura. Que não apenas integre pessoas, mas que realmente sirva como uma ferramenta verdadeira de inclusão social no Brasil.

Espera-se com nosso relato de experiências do primeiro consórcio intermunicipal do Programa Esporte e Lazer da Cidade no Brasil, esclarecer sobre questões importantes de funcionamento dos núcleos. E reafirmar que este modelo novo, cuja tendência é de se ampliar nos próximos anos, manifesta-se na melhor possibilidade de alcançar o objetivo principal do Ministério do Esporte, que pensamos ser o tratamento do esporte e do lazer como questão de Estado, e assim uma política continuada.

Para finalizar citaremos as pessoas que nos últimos anos têm se dedicado nesta construção nacional, deixando de lado suas carreiras ou atividades profissionais. Fica registrado um abraço com carinho a Alexandre Marangon, Arlinda Maria, Cláudio Gualberto, Carlos Magno, Edvaldo da Costa, Lomeu de Malaquias Lomêu, Michel Oliveira e Rônio Barreto, que também estão no Programa Esporte e Lazer da Cidade desde o momento em que ele era um projeto piloto no Brasil. Fica também o registro aos novos que entram na equipe de coordenação trazendo maior competência ao grupo.

A Dança nos Círculos de Convivência Social do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer

Andréa de Oliveira Araújo

Fátima Maria de Souza

Jamerson Antonio de Almeida da Silva

Joyelli Moreira

Karla Juliana Pinto da Silva

Katharine Ninive Pinto Silva

Renata Christiane Salgues Lucena Borges

Salomão dos Santos Silva

Telly Antônio Mendonça do Nascimento¹⁶

RESUMO

Este trabalho consiste na reflexão sobre as atividades de dança na Política Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura do Recife, que, através do Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães (GEGM), vem desenvolvendo atividades sistemáticas de esporte e lazer em cerca de 50 comunidades de Recife. Nesse sentido, abordaremos a dança enquanto instrumento pedagógico para a educação no e para o tempo livre, considerando os relatos de experiências dos Círculos de Convivência Social de Dança do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer. A partir dessa reflexão, iremos propor uma alternativa de trabalho para os núcleos de dança com objetivo de criar uma identificação dos diversos grupos com o Programa e facilitar a implantação dos princípios que regem nosso trabalho com esses participantes através da construção de um espetáculo de dança. O espetáculo, portanto, surge como uma forma de socialização de conhecimentos a fim de formar cidadãos ativos e participantes de uma construção coletiva, visando a transformação coletiva, visando a transformação social para uma sociedade mais justa e igualitária. Para tanto, através do convênio firmado a partir deste ano com o Programa Esporte e Lazer da Cidade, do Ministério do Esporte, a Prefeitura do Recife tem a possibilidade de ampliar a equipe e adquirir materiais para qualificar ainda mais as possibilidades de realização desta experiência.

¹⁶Prefeitura do Recife, Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães, Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer.

A dança no Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer

O Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer (Prefeitura do Recife) atua há cinco anos em bairros da periferia da cidade. Até meados de 2004, o Programa desenvolvia oficinas sistemáticas de cultura corporal com os segmentos da infância, juventude, adultos e idosos, vivenciando os jogos, os esportes, a ginástica, as danças e as lutas. A partir da análise do interesse dos participantes, as linguagens foram separadas e a dança passou a ser trabalhada especificamente.

Esse interesse foi detectado principalmente durante os festivais temáticos desenvolvidos pela diretoria nos períodos festivos como carnaval, São João e Natal. Nesses eventos, os grupos que faziam parte dos Círculos organizavam, em geral, uma coreografia de um ritmo típico da época que estava sendo vivenciada. Durante os períodos de ensaio, havia o empenho de outras pessoas das comunidades que não eram ainda participantes do projeto, ou seja, se interessavam especificamente pela dança.

Tendo como finalidade "a educação dos sujeitos das camadas populares para transformação da realidade social na qual estão inseridos" (SILVA & SILVA, 2004), os Círculos utilizam o lazer como instrumento para a construção da *educação no e para o tempo livre*. O método didático adotado pelo Programa é o proposto por Saviani (1995). Esse método é dividido em quatro momentos: a prática social, a problematização, a instrumentalização, a catarse e o retorno à prática social.

A prática social consiste na articulação entre a experiência pedagógica, assim como os conhecimentos sobre a realidade acumulados pelo professor, e a compreensão da realidade social pelos alunos. A problematização é a identificação dos problemas ligados à realidade e dos conhecimentos necessários para resolvê-los através da prática social. A instrumentalização é a apropriação pelos alunos dos conhecimentos técnicos necessários para a resolução dos problemas identificados na prática social. O quarto momento é a catarse, ou seja, a transformação dos conhecimentos adquiridos em elementos ativos de transformação social. Consiste, portanto, no momento de criação. Por fim, há o retorno à prática social, onde a compreensão da realidade passa a ser mais completa tanto para o professor quanto para o aluno.

Segundo Silva & Silva (2004), a dança, para ser vivenciada numa "perspectiva de autodeterminação", precisa ser compreendida do ponto de vista técnico e simbólico. No Programa, ela se apresenta como um importante recurso pedagógico e de mobilização comunitária visto que é fator de valorização da história do povo, de

desenvolvimento da capacidade expressiva e de fortalecimento da identidade social.

Os Círculos de Dança vêm atendendo cerca de 20 comunidades nos bairros de Dois Irmãos, Torre, Engenho do Meio, Arraial Novo do Bom Jesus, Totó, Imbiribeira, Mustardinha, Alto Santa Terezinha e Areias, com os ritmos populares, afros e de salão.

A dança

A dança é uma das formas mais antigas de comunicação entre os homens. Na pré-história, a dança tinha dois significados: um místico, quando era utilizada para louvar aos deuses, pedir coisas ou agradecer por uma boa caçada, um pouco de chuva, o fim de uma nevada; e outro profano, por puro prazer e vontade de expressar alegria, de celebrar um casamento ou uma vitória sobre o inimigo. Entre os antigos gregos, a dança estava presente nas grandes cerimônias religiosas, políticas, militares, esportivas e artísticas (FEIST, 2003). No contexto sociocultural, a dança tem o importante papel de representar o folclore e a história e contribui, portanto, para o desenvolvimento da consciência crítica. Como manifestação artística, a dança tem o papel de representar a vida, pois incorpora "os símbolos próprios das culturas a que pertencem" (SILVA & SILVA, 2004).

Entre os diversos tipos sobre os quais se manifestam, as danças têm em comum fundamentos técnicos básicos: ritmo, espaço e energia. Apresenta também conteúdos expressivos, como ações do cotidiano, estados afetivos, sensações corporais, seres e fenômeno do mundo animal, vegetal e mineral, o mundo do trabalho e da escola, os problemas sociopolíticos atuais (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

A dança manifesta-se em várias categorias. A dança clássica, que compreende o balé clássico, é um estilo que "nasce nas cortes e é uma dança polida, na qual a harmonia das linhas cria uma beleza formal [...], não tem nada de ritual, nada de oração, de preparação para o combate ou de cerimônia fúnebre" (OSSONA, p.13 e 14). Em Recife, o balé clássico é um estilo difundido em diversas academias e escolas de dança, sendo em geral, bastante caro e inacessível às classes populares. As danças folclóricas abrangem muitos ritmos e diferenciam-se nas várias regiões. Essas danças têm em comum o caráter coletivo em que se deu a elaboração dos movimentos e o fato de passarem de geração a geração sem grande sistematização acadêmica. Segundo Ossona (p.71), as danças folclóricas se dividem em:

1. Danças folclóricas propriamente ditas, que têm suas origens em cerimônias de ritos tradicionais pertencentes

a um estrato popular.

2. Danças populares, que o povo dança em toda ocasião feliz. Pela sua antiguidade, a origem dessas danças é indecifrável. Adotam formas e estilos próprios de cada região e não têm tradicionalmente relação com cerimônias.

3. Danças popularizadas, provenientes de meios aristocráticos, criadas pelos mestres, adotadas pelo povo e quase de imediato adotadas por ele.

Ainda segundo a autora, fazem parte das danças popularizadas as polcas, as mazurcas, as valsa e as quadrilhas. As danças populares, por sua vez, fazem-se bastante presentes em Pernambuco, onde se manifestam através de ritmos e folguedos como frevo, maracatu, caboclinhos, coco, ciranda, cavalo marinho, entre outros. Nanni (1995), ao abordar a dança folclórica, o faz sob o caráter da contribuição das três raças para sua formação, apontando o índio como guardadores de sua essência primitiva e de seu aspecto espontâneo numa dança predominantemente ritual. De acordo com a autora, as danças de origem africana se diversificam muito devido às diferenças culturais dos grupos africanos que foram trazidos para o Brasil como escravos. Segundo ela, "as danças africanas são [...] bastante heterogêneas dada a origem dos diversos dos (*sic*) dos grupos étnicos e regiões diversas em seus vários níveis sociais quer sob o enfoque 'socio-econômico' (*sic*) ou 'político-cultural' de sua gênese".

Em Pernambuco, o ensino dos ritmos populares se apresenta bem mais acessível à classe popular e é desenvolvido principalmente por companhias de dança e, em menor escala, nas escolas. Destacam-se o Balé Popular do Recife como um grande difusor dos ritmos folclóricos pernambucanos e os grupos afros Balé de Cultura Negra do Recife (BACNARÉ), Balé Afro Magê Molê e Balé Afro Daruê Malungo como difusores das danças afros tribais e primitivas e, no caso do Bacnaré, também de ritmos folclóricos brasileiros, na periferia do Recife.

A dança de salão é muito difundida em Recife por academias e escolas de dança. Surgiu na Europa nos bailes nobres medievais. No Brasil, é provável que tenha surgido nos bailes de gafeiras do Rio de Janeiro e de São Paulo. Esse estilo caiu no gosto das classes populares e os ritmos que fazem parte desse estilo são a salsa, o soltinho, o forró, o bolero e o samba de gafeira.

A dança contemporânea caracteriza-se por não possuir um conjunto de técnicas próprias. Devido a essa pluralidade, não é possível

definir um conceito para ela, até porque, como a própria denominação sugere, a dança contemporânea está acontecendo agora. Alguns elementos, portanto, caracterizam, segundo Benvegnu (2006), esse estilo: "estrutura não-linear, trabalhos não-narrativos, multiplicidade de significados, discursos, temáticas, processos e produtos, invenção como reestruturação, referência ao passado, presença da ironia e da paródia, mudanças na configuração do tempo e do espaço, velocidade de criação e informação, uso da tecnologia, descontinuidade, fragmentação e multiplicação de imagens, rejeição a narrativa única, liberdade de criação, nova estrutura de pensamento, sentimento e comportamento artístico e social, entre outras".

A dança nos Círculos de Convivência Social

Como já pudemos notar anteriormente, o ensino da dança em Pernambuco é desenvolvido basicamente por academias e companhias de dança de determinados estilos. Não temos no Estado uma escola ou universidade de dança que aborde essa linguagem de forma mais ampla, como ocorre na Bahia e no Rio de Janeiro, por exemplo. Isso reflete na formação dos profissionais de dança que tiveram sua formação em Pernambuco

No Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, isso pode ser percebido na diversidade dos ritmos trabalhados nas oficinas sistêmicas de dança do Programa. Atualmente, a equipe de dança é composta por sete professores distribuídos nas comunidades do Alto Santa Terezinha, Areias, Dois Irmãos, Engenho do Meio, Imbiribeira e Totó, sendo as danças popular e de salão os estilos mais trabalhados durante as oficinas.

Relato de experiência dos Círculos de Dança

Alto Santa Terezinha

Nessa comunidade, o trabalho com dança já era desenvolvido antes do apoio do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer iniciar suas atividades no local. Os grupos têm uma particularidade em relação à estrutura de trabalho que o diferencia dos demais círculos de dança: a presença de instrumentos musicais. Devido ao trabalho desenvolvido com os grupos antes do Programa, os instrumentos foram conseguidos à custa de muito trabalho pelos participantes do grupo. Ou seja, além de vivenciarem a dança, as crianças e jovens desses grupos tocam os ritmos trabalhados. Isso é um fator importante para a valorização dos ritmos afros e populares pelos participantes, pois a estrutura musical possibilita às crianças e aos

jovens se expressarem como “sujeitos musicais”, expressão utilizada por Lima (2002) ao referir-se ao caráter inclusivo do pagode de raiz, cujos consumidores participam dos grupos tocando e cantando junto com os músicos.

A maioria das crianças e adolescentes que participam do grupo Raiz do Baobá (nome do grupo de dança do local) está sob a responsabilidade dos avós, que participam, junto com os pais e as mães dos participantes, da confecção dos figurinos do grupo, da organização das oficinas, dos passeios e até mesmo do ensino da dança. Isso também contribui para a valorização dos ritmos tradicionais, à medida que os participantes valorizam o que é antigo. Na tradição dos povos africanos que foram trazidos como escravos para o Brasil, os mais velhos representam uma autoridade conquistada pela experiência, pelo conhecimento adquirido ao longo dos anos e pela participação na construção comunitária e talvez por isso também que os ritmos afros, que sofrem tanta discriminação nas outras comunidades, são tão bem trabalhados no Círculo de Convivência Social de Dança do Alto Santa Terezinha.

Além dos elementos acima relacionados, esse núcleo também se destaca quanto ao uso da dança enquanto instrumento de mobilização comunitária. Atualmente, os participantes do Programa, juntamente com o grupo Afros Manguê (grupo cultural do local), planejam seus momentos de lazer através da realização de encontros como a Roda de Samba, por exemplo.

Apesar de ser uma área de muita violência, o maior problema enfrentado pela educadora do núcleo é a falta de material. Por serem muitos alunos, os instrumentos musicais existentes no local já não dão conta da quantidade. Além disso, há outros projetos sociais atuando no local que possuem materiais em maior quantidade e chamam a atenção das crianças e jovens da comunidade.

Areias

Enquanto no Alto Santa Terezinha a valorização das danças tradicionais e a formação de sujeitos musicais são os elementos que mais caracterizam o trabalho de dança no local, no bairro de Areias a particularidade é a participação de adultos e idosos nas atividades de dança popular.

Através do planejamento participativo, os alunos escolhem os ritmos que serão trabalhados durante as oficinas, pesquisam junto com a educadora e discutem sobre temas diversos. São muito participativos nos festivais temáticos locais (que ocorrem dentro do bairro) e gerais (que são construídos pela Diretoria de Lazer e Cidadania).

Dois Irmãos

Assim como no Alto Santa Terezinha, as atividades com dança nesse núcleo também já existiam antes de o Programa Círculos Populares começar a trabalhar a dança sistematicamente. O núcleo de Dois Irmãos já existia desde a implantação do CPEL nas comunidades e foi um dos lugares que mais demonstrou interesse em apresentar produções culturais nos festivais temáticos.

Durante a preparação para esses festivais, os professores de educação física e artística juntavam todos os participantes das turmas (infância, juventude, adultos e idosos) para a construção de coreografias, adereços e apresentações teatrais. Notava-se também um interesse de pessoas que não faziam parte do Programa, mas trabalhavam com dança na comunidade em parcerias, de onde surgiu a demanda para as atividades sistemáticas de dança nesse local.

A partir da contratação do professor de dança da comunidade pelo Programa, o número de turmas cresceu assim como o número de participantes. Os ritmos trabalhados, como já foi mencionado anteriormente, são os ritmos populares e de salão. As turmas são bastante heterogêneas e nem sempre a vivência da dança popular agrada aos participantes, que gostam muito das danças que são, segundo eles, "atuais". Nota-se essa opinião principalmente no segmento da juventude.

Apesar disso, a aceitação dos ritmos e das danças tradicionais tem crescido nos grupos mais novos. No grupo mais antigo, há um maior interesse pelos ritmos do forró e do calipso do Pará e vários participantes dessa turma já atuam em bandas da cidade como dançarinos.

O maior problema enfrentado pelo educador está relacionado a divergências políticas na comunidade. Além disso, recebe freqüentes cobranças dos participantes em relação à estrutura de material fornecido pela Prefeitura do Recife.

Engenho do Meio

No bairro, as atividades com dança também já existiam com um grupo antes do CPEL. Depois da contratação do educador pelo Programa, o número de turmas e de participantes nas oficinas sistemáticas aumentou.

Como característica marcante dos grupos está o domínio e a exploração do ritmo forró. O educador, juntamente com os participantes das turmas, pesquisa outras formas de abordar o forró além da tradicional dança de casais. Essa pesquisa se dá principalmente

na utilização dos movimentos de jazz nas coreografias dos ritmos que popularmente chamamos de forró estilizado, ou seja, o forró tocado por instrumentos eletrônicos como guitarra, teclado e bateria.

Imbiribeira

O bairro da Imbiribeira tem acesso às oficinas de dança de salão no Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães. Possuem, portanto, uma estrutura privilegiada em relação às outras comunidades.

As turmas têm muitos participantes e a demanda cresce a cada dia. A faixa etária também varia: há turmas de jovens e de adultos e idosos. Uma característica marcante desses grupos é o desenvolvimento técnico. As turmas, atualmente, são divididas não só por faixa etária, mas por nível de aprendizado. Isso reflete a continuidade de um trabalho desenvolvido com essa linguagem desde o ano passado. Os grupos possuem também monitores que participam das oficinas para iniciantes auxiliando a professora. Os "bailinhos" são momentos de catarse. Organizados pelos participantes, fortalecem o Círculo de Convivência.

Totó

Em março de 2005, tiveram início as atividades sistemáticas de dança no núcleo do Totó. Os segmentos da infância e de adultos e idosos dividiam as três horas semanais de oficinas artísticas entre as linguagens da dança e do teatro. A juventude, entretanto, tinha as oficinas separadas, o que de certa forma contribuiu para o fortalecimento da dança e do teatro como instrumentos pedagógicos nesse segmento.

A princípio, as oficinas da juventude abordavam o conteúdo da dança popular. Com o decorrer do tempo, os participantes passaram a demonstrar o que sabiam de outros ritmos. Esses ritmos, na grande maioria eram brega, forró e calipso do Pará. Logo surgiu o interesse por parte dos participantes de apresentar para a comunidade o que estava sendo construído nas oficinas. Daí resultaram dois festivais de dança locais organizados pelos participantes das oficinas.

A maior problemática enfrentada pela educadora é a resistência dos participantes aos ritmos folclóricos e populares. A comunidade do Totó não apresenta muitas manifestações tradicionais de cultura e ainda sofre uma influência muito forte da igreja. Muitas vezes, durante as oficinas, os ritmos populares como *maracatu*, *afoxé* e até mesmo o *coco* são taxados como "macumba" pelos alunos.

Lidando com as diferenças

Os relatos de experiências acima nos deram a idéia da diversidade das atividades sistemáticas de dança no CPEL. Percebemos, durante os festivais temáticos (eventos realizados pela Diretoria de Lazer nos períodos de carnaval, São João e Natal), que os grupos de dança se diferenciam não só em relação aos ritmos e estilos de dança vivenciados, mas também pelo nível de organização e de aprendizado.

Já mencionamos, nos relatos de experiências, algumas problemáticas particulares de cada núcleo, como falta de material e preconceito dos participantes do Programa em relação a alguns ritmos pernambucanos. Entretanto, não pretendemos discutir nesse artigo os problemas individuais dos grupos, e sim propor um meio de direcionar um pouco mais o discurso dos Círculos de Dança: como fazer com que educadores e educando, com experiências tão diversas relacionadas a dança, dialoguem entre si?

Devido à abordagem artística da dança que os grupos do Programa têm apresentado (quase todos os grupos ensaiam sistematicamente para apresentações públicas), propomos um espetáculo de dança envolvendo todos os participantes das oficinas. Além de alinhar o trabalho dos educadores, a realização do espetáculo tem o objetivo de proporcionar um maior envolvimento dos professores com o Programa, assim como a participação dos grupos em espaços de apresentação artística pouco acessíveis à comunidade de baixa renda (nesse caso, um teatro).

Durante esses quatro anos de atuação, algumas experiências de eventos onde a dança tinha um grande destaque foram realizadas. São elas:

1. Festival de dança da comunidade de Brasília Teimosa:

A comunidade de Brasília Teimosa, pioneira nas atividades sistemáticas do Programa, foi a que primeiro realizou uma mostra de dança. O evento foi realizado no teatro Barreto Júnior no dia 27 de maio, às 20h. O evento foi organizado pelo segmento de adultos e idosos, que, além de apresentarem as coreografias, assistiram à apresentação dos segmentos de infância e juventude. O Festival contou com a participação de cerca de 500 pessoas, entre pais, amigos, parentes dos participantes, idosos do Círculo de Convivência do bairro do Jordão e professores de outros núcleos.

2. Festivais temáticos: Os festivais temáticos são momentos de catarse, onde as comunidades têm espaço para mostrar, através de uma apresentação de cerca de 10 a 15 minutos,

algo que sintetize seus conhecimentos e reflexões acerca da festividade em questão. Esses eventos acontecem a nível local (nas comunidades) e geral (com a participação de todos os núcleos).

As apresentações dos núcleos, em sua grande maioria, seguem a linha artística, destacando-se a dança como a linguagem mais utilizada para a abordagem do tema. Esses festivais se aproximam, portanto, da idéia de mostra de dança, ou seja, a apresentação de ritmos diversos e de reflexões diferentes relacionados (ou não) a um tema.

3. 1º Festival de Dança da Comunidade do Totó: O 1º Festival de Dança da Comunidade do Totó foi realizado em 18 de maio de 2005. Nesse Festival, os jovens participaram não só da construção das coreografias, como também da escolha do local, da captação de recursos para a confecção dos figurinos (através de rifa), assim como sua concepção e divulgação do Festival entre amigos e parentes. O resultado foi muito positivo e consistiu numa mostra de ritmos diversos.

4. 2º Festival de Dança da Comunidade do Totó: O 1º Festival agradou muito aos participantes e, logo após esse evento, eles se propuseram a organizar o 2º Festival de Dança do Totó. O evento ocorreu em 04 de dezembro de 2005 e evoluiu muito em relação ao primeiro. Ao contrário do que aconteceu em maio, o segundo encontro teve um tema: Consciência Negra. Todos os ritmos apresentados foram de origem negra, desde o afro primitivo até o moderno samba-reggae. Os participantes das oficinas de teatro também se envolveram no Festival desenvolvendo esquetes que foram apresentados entre as coreografias, durante a troca de roupas dos dançarinos. Além disso, contou com a participação de dois moradores da comunidade que trabalham com dança há bastante tempo e desenvolveram, junto com os participantes, uma coreografia de afro primitivo e duas de dança de salão (salsa e samba de gafeira).

Para o terceiro festival local de dança, que deverá ocorrer em outubro de 2006, as metas são ainda maiores: envolver grupos de dança da comunidade e os participantes do Programa na construção de um encontro de dança, com palestras, oficinas e apresentações na comunidade. Isso já vem sendo construído em reuniões com cerca de 10 grupos culturais envolvidos. Essa integração vem no sentido de ampliar a contribuição do Programa, assim como a aplicação dos

princípios a grupos que desenvolvem um trabalho independente do que é realizado nos Círculos Populares de Esporte e Lazer, promovendo a troca de experiências entre os envolvidos e proporcionando um espaço de divulgação do trabalho na comunidade em que vivem. Ou seja, pretende contribuir no sentido de instrumentalizar a comunidade para que ela possa construir as suas opções de lazer.

A idéia do espetáculo propõe uma linha conceitual como base para a construção das coreografias. Para facilitar o trabalho dos educadores e dos alunos, que, na maioria, nunca participaram de um espetáculo, o tema escolhido foi a própria periferia do Recife. Cada comunidade mostrará a cultura do bairro, seu cotidiano, suas instituições, suas contradições, problemas e alternativas de superação. Como o espetáculo não tem ainda a idéia de encenação definida, o título ainda será concebido após a contribuição dos participantes sobre o conteúdo.

Para a construção desse evento, seguiremos, coerentemente, o método didático da prática social da seguinte forma:

- **PROBLEMATIZAÇÃO:** Essa etapa está se desenvolvendo em duas direções. A primeira delas é a partir de reuniões gerais de coordenação e específicas com os educadores. A segunda é a discussão do educador com suas turmas nas comunidades para que todos contribuam não só na criação de coreografias, mas também para a concepção da idéia de encenação.
- **INSTRUMENTALIZAÇÃO:** Uma pesquisa teórica bibliográfica e empírica sobre os ritmos e folguedos trabalhados nas oficinas está sendo desenvolvida pelos educadores junto com os participantes para aperfeiçoamento técnico e desenvolvimento do questionamento crítico da realidade. Além disso, educadores e educandos passarão por vivências e seminários técnicos.
- **CATARSE:** Os momentos de catarse serão dois. Um a nível local e outro geral. O local é a realização de festivais de dança nas comunidades e o geral é o próprio espetáculo que deverá ser realizado em um grande teatro da cidade.

Considerações Finais

Recife, como todas as capitais, reflete a diversidade cultural do Estado de Pernambuco. Sua periferia convive com a tradição das manifestações folclóricas e populares, com o ritmo intenso da produção da indústria cultural, e, portanto, com todas as contradições próprias

da sociedade atual. Com isso, torna-se terreno fértil para discussões profundas no campo das manifestações artísticas.

No Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, a dança se mostrou como uma eficiente linguagem a ser trabalhada nesse sentido. Como recurso pedagógico e de mobilização comunitária, ela tem contribuído para novas formas de organização nas comunidades recifenses. Como exemplos dessas superações, podemos apontar:

- Abertura de novas possibilidades de acesso à arte pela população de baixa renda;
- Ampliação do acesso à dança de salão (ainda hoje, muito restrita à elite) pelas comunidades periféricas;
- Ampliação da idéia do que é dança, além da formulação de novos conceitos pelos participantes das oficinas do Programa;
- O início de novas experiências com o ensino da dança popular na cidade do Recife, fazendo um paralelo com o cotidiano dos alunos, discutindo mídia e indústria cultural;
- O surgimento de novas formas de organização comunitária através da formação de grupos de dança e realização de eventos culturais pelos mesmos;
- A contribuição para a prática da arte-educação no sentido em que possibilita a apreciação da arte (nesse caso, a dança), o fazer artístico (instrumentalização técnica e material) e a percepção crítica da realidade através do questionamento da mesma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- SILVA, J. A.; SILVA, K. N. P. *Fundamentos da Educação para o Tempo Livre*. Mimeo: Recife-PE. 2004.
- LIMA, L. F. N. *O pagode nos anos 80 e 90: centralidade e ambivalência na significação musical*. Em Pauta – Revista do Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v.13, n.21. 2002.
- NANNI, D. *Dança-educação: princípios, métodos e técnicas*. Sprint: Rio de Janeiro. 1995.
- OSSONA, P. *A educação pela dança*. 2 ed. Summus: São Paulo. 1988.

Animação de Parques e Praças

Andréa de Oliveira Araújo

Fátima Maria de Souza

Genivaldo Bazílio da Silva

Gleydson Francisco da Hora Medeiros

Graziella Anderline Aires Sobral

Jamerson Antonio de Almeida da Silva

Karla Juliana Pinto da Silva

Katharine Ninive Pinto Silva

Renata Christiane Salgues Lucena Borges

Telly Antônio Mendonça do Nascimento

Reinildes José de Moura Júnior¹⁷

INTRODUÇÃO

Objetivando ampliar as possibilidades das atividades de lazer em parques e praças do Recife, o Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer realiza o Projeto Animação de Parques e Praças. Tal Projeto está relacionado com os Círculos de Lazer (Artes e Adultos e Idosos), consistindo numa experiência de ampliação do âmbito de atuação do Programa nas comunidades atendidas e em outras comunidades recifenses. A partir do convênio firmado neste ano corrente com o Ministério do Esporte através do Projeto Esporte e Lazer da Cidade, tal Projeto ganha apoio logístico, a partir da possibilidade de aluguéis de serviços, bem como do incremento de material de consumo. Aqui, relatamos o contexto onde o Projeto atua (Recife), o surgimento da idéia, a metodologia utilizada, o lançamento do Projeto e a repercussão social.

Recife, seus parques e praças

A capital pernambucana, Recife, fica localizada no litoral do Nordeste e é contemplada por áreas de Mata Atlântica e espaços verdes, contrastando com o visual urbanístico dos altos edifícios. Tendo uma população de mais de um milhão e quinhentos mil ha-

¹⁷Prefeitura do Recife, Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães, Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer.

bitantes, o município possui diversos parques e praças ao meio das áreas verdes e das edificações.

De acordo com Carneiro e Mesquita (2000), a cidade do Recife possui seis parques e 36 praças, havendo uma má distribuição destes, nas seis Regiões Políticas Administrativas (RPAs) da cidade. Ou seja, há um privilégio de algumas áreas em detrimento das demais, isto fica bem claro quando observamos os dados a seguir:

TIPO DE ESPAÇO	QUANTIDADE	LOCALIZAÇÃO
PARQUES	06 (SEIS)	RPA's 1, 3 E 4
PRAÇAS	13 (TREZE)	RPA 1
PRAÇAS	3 (TRÊS)	RPA 2
PRAÇAS	5 (CINCO)	RPA 3
PRAÇAS	6 (SEIS)	RPA 4
PRAÇAS	5 (CINCO)	RPA 5
PRAÇAS	4 (QUATRO)	RPA 6

Os seis parques estão localizados nas RPAs 1, 3 e 4, portanto, a outra metade das regiões não tem este tipo de espaço. Quanto às praças, temos um equilíbrio numérico entre as RPAs 2, 3, 4, 5 e 6, e, na RPA 1, a quantidade de praças apresenta uma disparidade bastante significativa, pois representa mais que o dobro da RPA 4, possuidora da maior quantidade entre as demais. Entretanto, se observarmos, do ponto de vista demográfico, a relação entre o número de equipamentos e as dimensões das regiões, os diferenciais aumentam ainda mais.

Refletindo sobre os dados supracitados, podemos destacar duas questões, uma refere-se às estruturas e a outra ao acesso. Na primeira, observamos que, na estrutura dos parques e praças, predominam a caracterização contemplativa e a presença de equipamentos infantis, sendo pouco atraentes para uma maior diversidade dos segmentos etários. A segunda questão parte do restrito acesso, por isso, entendemos que há um conflito na relação de liberdade diante de uma má distribuição ou até mesmo a ausência de espaços públicos para prática social do lazer. Visto que a maioria da população é de baixa renda e tem dificuldades de deslocamento, tanto por questões econômicas quanto de tempo. Desta forma, existe um estrangulamento da possibilidade na definição das suas atividades de lazer, ou seja, a estrutura é quase que totalmente permissiva a heterodeterminação do tempo livre.

A Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

No Recife, o lazer por muito tempo esteve caracterizado simplesmente como entretenimento, sendo promovido de forma eventual, assistemática e unidirecional. Quando em 2001, assume uma gestão que tem como foco a inversão de prioridades, atuando de uma nova forma, tanto na elaboração das políticas quanto na sua execução e tendo a participação popular como princípio.

Desta forma, é implementado o Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, que, trazendo um novo olhar sobre a política municipal para o setor, desenvolve o esporte e o lazer popular contribuindo com a educação no e para o tempo livre. No sentido de consolidar o esporte e o lazer enquanto direitos sociais, o Programa desenvolve diversos projetos atendendo aos vários segmentos etários com programação e ainda com a gestão de espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer.

Destacamos aqui, o Projeto Círculos de Convivência Social que desenvolve durante a semana, atividades sistemáticas de esporte e lazer em espaços públicos na periferia da cidade do Recife. A partir desta experiência em várias comunidades, que oferta programação gratuita, além, de trazer as pessoas para os parques e praças, observa-se um maior envolvimento dos mesmos na sua utilização e conservação.

Com os êxitos destas atividades em praças e parques de pequeno porte e por vezes mal conservados, compreendemos que uma programação atrativa e gratuita, pensada para os diversos segmentos etários, valoriza os espaços e a própria comunidade, pois os moradores não precisam se deslocar para outras localidades em busca de espaços de lazer.

A partir deste contexto, surgiu a idéia do Projeto Animação de Parques e Praças. Sendo da classe trabalhadora a maioria dos usuários destes espaços, além de diversificar as possibilidades de lazer, consideramos importante a implantação de uma programação que resgate e valorize a cultura local, contribua para a integração da população, permita novas experiências e provoque o debate sobre lazer e tempo livre.

1. A experiência

A Prefeitura do Recife, através do Ginásio de Esporte Geraldo Magalhães e sob a gerência da Diretoria de Lazer e Cidadania, elaborou o Projeto Animação de Parques e Praças com base nos princípios dos Círculos Populares de Esporte e Lazer. São eles: trabalho social-

mente útil, auto-organização e trabalho coletivo, intergeracionalidade e valorização da cultura popular (SILVA & SILVA, 2004).

Em busca de uma linguagem que facilitasse o entendimento da população para realizarmos os debates pretendidos, identificamos o teatro popular como a estratégia mais coerente, pois é comum vermos este tipo de manifestação atraindo o público na cidade do Recife.

Para alcançar tal objetivo, realizamos um curso de teatro com os educadores da Diretoria de Lazer e Cidadania, abordando o histórico do teatro e as técnicas de interpretação, em especial na rua, visando identificar educadores que demonstrassem potencial e interesse por este tipo de atividade. Ao final, formamos uma equipe específica de teatro. Alinhadas ao teatro, utilizamos outras linguagens desenvolvidas pelos Círculos de Convivência de Lazer, que são: percussão, dança, artes manuais e ginástica, além das atividades esportivas.

Deste momento em diante, a equipe de teatro realizou encontros sistemáticos para construir uma peça devendo ter uma linguagem que facilitasse o entendimento do público e, ao mesmo tempo, socializasse a concepção do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, que entende o lazer enquanto direito social e instrumento de elevação da consciência crítica, sendo também um âmbito de disputas ideológicas e políticas.

Sendo um espaço de disputas ideológicas e políticas, uma intervenção emancipatória no âmbito do lazer passa sempre por uma reflexão pedagógica que oriente práticas capazes de contribuir no processo de elevação cultural e de construção da "autoconsciência" crítica da população (SILVA & SILVA, 2004, p.19).

Dando continuidade ao processo, definimos o local de lançamento do Projeto. O parque escolhido foi o Treze de Maio, o maior e mais movimentado da cidade, este é composto de parque infantil, minizoológico, lagos, gramados, equipamentos de ginástica, pista de cooper e quiosque para jogos de salão. Então, realizamos visitas no local no dia e horário de realização da primeira Animação de Parques e Praças, domingo à tarde, e percebemos que o parque reúne diversas manifestações culturais. Encontramos grupos religiosos, grupo de capoeira, famílias, grupos de jovens, entre outros. Enfim, um lugar de encontros de pessoas de várias idades, de várias comunidades, inclusive das cidades vizinhas ao Recife, no entanto, não observamos programação para atender tal diversidade, com isso, partimos para organizarmos as estruturas necessárias e executarmos a ação.

Em busca de êxito para o Projeto, preparamos uma programação constituída de um cortejo (passeio pelo parque convidando os presentes para participarem das atividades), vivências de dança, percussão, artes, e jogos populares. Concomitantemente às vivências, aconteceram encenações em trios para as pessoas que ocupavam outros espaços no parque, pois, suas dimensões exigem uma certa descentralização das ações, assim, conseguimos atender mais pessoas e provocar o debate acerca do tempo livre. Ao final, a nossa peça teatral também aglutinou um excelente número de espectadores, que não só assistiram, mas interagiram com os personagens. Para tal, trabalhamos com um formato, no qual as pessoas se identificassem, montando um programa televisivo satirizando com os envolvidos pelas emissoras no nosso país. Nele, criamos quadros que permitiram o debate com o público, como sorteio através de ligações telefônicas.

O retorno e a confirmação da necessidade de uma programação diversificada nos parques e praças foram de imediato no momento em que o público ali presente se voltou para o nosso cortejo, que funcionou atraindo as pessoas e levando-as a participarem ativamente ou acompanharem todo o desenvolvimento das vivências.

Tudo isso, vem demonstrar e comprovar a necessidade de uma programação diversificada, quando, pelas nossas observações e anotações, atendemos cerca de 900 pessoas diretamente e 1.500 indiretamente. A constatação desta necessidade e o bom nível de aceitação não se respaldam somente nas observações, mas também em depoimentos durante o evento e publicação no jornal no dia seguinte, onde as pessoas colocaram a importância de termos algo para o parque, além dos brinquedos e equipamentos de ginástica (JORNAL DO COMÉRCIO, 22 de maio, 2006).

2. Nossas considerações

Na materialização do Projeto, identificamos de fato que as nossas indagações quanto à possibilidade de lazer nos parques e praças tinham uma base real. Pois não se pode democratizar o lazer sem ofertar oportunidades. Com esta ação, as pessoas por palavras ou atitudes confirmaram a importância e a necessidade deste tipo de programação.

Vimos que existem parques e praças, mas há uma má distribuição e não havia programação antes dos Círculos Populares de Esporte e Lazer. Então, para buscar a democratização do lazer é preciso implantar programações que atendam aos diversos segmentos e às diversas localidades da cidade. Pois sabemos que não adianta uma

praça perto sem programação ou uma programação em uma praça longe, principalmente para a classe trabalhadora que apresenta dificuldades econômicas para deslocar-se.

Mas, para democratizar, além de oferecer as condições, é preciso trabalhar o lazer de forma crítica e autodeterminada, desta forma, a população tomará consciência dos seus direitos e passará a exigir ações do poder público. Foi assim que aconteceu no Recife após as intervenções da Política Municipal de Esporte e Lazer a partir de 2001, o povo organizou-se, foi para o orçamento participativo e elegeu o esporte e lazer como segunda prioridade na cidade.

Hoje, compreendemos que a população recifense mudou a sua visão frente ao esporte e ao lazer, entendendo-os como essenciais para o desenvolvimento da vida humana. Assim, o Projeto Animação de Parques e Praças no formato estabelecido vem estimular ainda mais este debate acerca do lazer e do tempo livre, contribuindo com a educação no e para o tempo livre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- PISTRAK. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2002.
- SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. São Paulo: Cortez, 1992.
- SILVA, J. A. *O Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer e a Educação para o Tempo Livre*. Brasília-DF: Mimeo, 2002.
- SILVA, J. A. *Fundamentos da Educação para o Tempo Livre*. Recife-PE: Mimeo, 2003.
- SILVA, J. A.; SILVA, K. N. P. *Círculos Populares de Esporte e Lazer: Fundamentos da educação para o tempo livre*. Recife: Bagaço, 2004.
- PREFEITURA DO RECIFE. *Plano Municipal de Esporte e Lazer do Recife (gestão 2005 – 2008)*.
- WAICHMAN, P. *Tempo Livre e Recreação*. Campinas-SP: Papyrus, 2002.
- JORNAL DO COMÉRCIO, Recife, 22 de maio 2006.

Círculos de Convivência de Esporte

Anderson Costa de Freitas

Andréa Maria Albuquerque Manta Medeiros

Aniele Fernanda Silva de Assis

César Gomes da Silva

Erick Tibúrcio Pinto Ribeiro Júnior

Francisco Demetrius Luciano Caldas

Iran Fernandes Escobar Júnior

Jamerson Antonio de Almeida da Silva

Katharine Ninive Pinto Silva

Raphael José D´Castro

Rudson Augusto Moura de Luna

Mônica Maria dos Santos¹⁸

INTRODUÇÃO

Este estudo fornece elementos que nos permitem refletir acerca da experiência do Projeto Círculos de Convivência de Esporte, sendo esse uma das ações do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, realizado pela Prefeitura do Recife/Secretaria de Educação, Esporte e Lazer/Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães, em convênio com o Ministério do Esporte/Projeto Esporte e Lazer da Cidade, e sendo gerenciado pela Diretoria de Esporte Amador.

Neste sentido, pretendemos socializar essa experiência a partir da discussão sobre o esporte enquanto linguagem, ou seja, como essa manifestação cultural se apresenta na sociedade capitalista, confrontando com a perspectiva socialista dos Círculos Populares de Esporte e Lazer que desenvolvem o esporte com uma metodologia que estimula a participação e a elevação da consciência crítica da população. Depois abordamos a organização da Diretoria de Esporte Amador no que se refere às atividades sistemáticas de esporte e a repercussão social diante das experiências vivenciadas.

¹⁸Prefeitura do Recife, Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães, Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer.

O esporte enquanto linguagem social

As práticas corporais historicamente construídas pelo homem ao longo do tempo foram moldadas aos interesses do capitalismo e transformadas numa forma de controle social. O esporte defendido nessa perspectiva passa a ser concebido de forma hegemônica como fonte de competição, treinamento e rendimento. Neste sentido, através dos meios de comunicação, a organização social reforça premissas do capitalismo se apropriando do esporte, ou seja, as manifestações esportivas passam a ser instrumento de desenvolvimento dos interesses individuais, da exploração do homem aos limites máximo, da busca do lugar mais alto a todo custo, do acúmulo de capital/prêmios. Além disto, os próprios atletas tornam-se meros cumpridores de tarefas e os que conquistam uma certa expressão conseqüentemente são elevados a mercadorias pertencentes aos patrocinadores, reféns que representam o clube/empresas que é determinado, ferindo o direito do homem pela livre escolha de seu emprego. Desta forma, o homem passa a ser heterodeterminado pelos interesses econômicos do capital.

Contrapondo a essa concepção de homem e sociedade, entendemos que o esporte é moldado de acordo com a organização social, portanto, passível de intervenções que venham trazer-lhe um novo sentido e significado. Neste sentido, os Círculos Populares de Esporte e Lazer através dos Círculos de Convivência de Esportes vêm possibilitar o desenvolvimento do esporte popular, construindo, através do mesmo, um espaço de encontro das pessoas, onde os participantes sejam sujeitos do processo. Assim, estimulando a consolidação de um esporte voltado para a convivência social prezando pela participação de todos, respeitando os limites de cada um, contribuindo para a formação de sujeitos autodeterminados com liberdade de criar e produzir.

[...] o esporte, como prática social que institucionaliza temas lúdicos da cultura corporal, se projeta numa dimensão complexa de fenômeno que envolve códigos, sentidos e significados da sociedade que o cria e pratica (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Neste sentido, tratar o esporte na perspectiva da construção do tempo livre, remete ao tempo que precisa ser conquistado, onde não se trata apenas do tempo liberado do trabalho e das obrigações, e sim um tempo que deve ser transformado em tempo de produzir cultura com liberdade, em detrimento a consumir. Onde o esporte seja refletido de forma crítica no "(...) contexto socioeconômico-político-cultural, desvelando suas contradições, realçando suas possi-

bilidades” (SILVA & SILVA, 2004: 62).

Dessa forma, educar na perspectiva de favorecer e contribuir com a reflexão pedagógica orienta na tomada de consciência crítica de si mesmo e da realidade que o cerca. E isso significa o ponto de partida da emancipação humana, onde o homem passa a entender-se como um ser socialmente protagonista e que, portanto, faz parte e deve intervir em todo processo de sua construção histórica.

(...) contribuir para a educação da população na direção do protagonismo, da autodeterminação e, portanto, da emancipação humana, significa desenvolver aprendizagens sociais de homens e mulheres para participarem efetivamente das soluções dos problemas concretos, imediatos e históricos que estão a enfrentar (SILVA & SILVA, 2004).

Círculos de Convivência de Esporte e sua organização

A Prefeitura do Recife através do Ginásio de Esporte Geraldo Magalhães vem desenvolvendo a Política de Esporte e Lazer do município, e, desde 2001, o Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer vem atendendo e atuando com mais de 50 comunidades do Recife, garantindo o esporte e lazer enquanto direito social.

Para tal, os Círculos de Convivência de Esporte propõem a construção de Círculos de Convivência Social nas comunidades do Recife com atividades sistemáticas em torno da linguagem esportiva e se remetem a uma educação no e para o tempo livre, que busca transformar a realidade social, reconhecendo a luta de classe como instância de superação das estruturas sociais e tendo na classe trabalhadora a base de suas transformações. Assim, o projeto vem consolidando o esporte e o lazer popular atuando numa perspectiva que possibilita o acesso da população a esse direito social, atrelado à construção de novos conceitos e valores. Neste sentido, o processo de construção dos Círculos de Convivência Social parte do interesse em comum das pessoas em torno das linguagens esportivas e de lazer, onde podem ou não serem atrelados ao gênero ou à faixa etária. É a partir daí, a convivência sistemática consolida a formação de grupos que passam a unir consciências e vontade coletiva, além de desenvolver conhecimentos específicos com o universo das possibilidades do esporte.

Tal caracterização nos permite relacionar a educação que se faz no âmbito do lazer a um projeto de formação de sujeitos que se entendam membros de uma coletividade internacional em luta permanente e cotidiana por uma

vida nova. Luta essa que busca transformar o bairro, a cidade e o país numa construção de uma nova ordem mundial (SILVA & SILVA, 2004).

Desta forma, os Círculos de Esporte desenvolvem atividades sistemáticas nos espaços públicos nas comunidades do Recife, com encontros semanais no tempo do lazer, tratando os conteúdos esportivos como futebol, futsal, voleibol, basquete, natação, entre outros, geralmente esses definidos a partir do interesse de cada grupo, assumindo a política de gestão da inversão de prioridade, atuando com as classes populares numa perspectiva diferenciada das escolinhas esportivas.

Para tal intervenção, faz-se necessário a construção de orientações e diretrizes que sustentem a organização do trabalho pedagógico. Esse por sua vez é subsidiado por princípios pedagógicos, método didático da prática social, problematização, instrumentalização, catar-se e retorno à prática social.

Sendo assim, toda educação com anseios emancipatórios deve estar associada à realidade social concreta. Neste sentido, o princípio do trabalho socialmente útil “[...] deve ser elemento integrador entre a educação e a realidade social” (SILVA & SILVA, 2004). O estímulo a tal princípio deve possibilitar hábitos socialmente úteis e a produção de valores de uso em detrimento ao valor de troca defendido pelo capitalismo. Dessa forma, o cuidado com os materiais esportivos utilizados, entendendo que esses são de todos, e a construção e apropriação de novas formas de vivenciar o esporte são exemplos claros dessa utilidade social. Em relação ao princípio da auto-organização e de trabalho coletivo, esses estimulam o desenvolvimento da divisão de responsabilidades e tarefas orientando a tomada de decisões a partir da coletividade. Tal materialização torna-se evidente nas construções de torneios, copas, competições e outros momentos, onde os participantes são elementos decisivos para a ação, desde as construções do regulamento à organização das estruturas necessárias até a participação da ação. Quanto ao desenvolvimento da cultura popular, esse resgata a cultura popular e valoriza a produção cultural das classes populares. E por fim, a intergeracionalidade que busca a troca de conhecimento através da superação da segmentação das gerações, evidente nas turmas onde são organizadas por identificação com o grupo, com os objetivos e com a linguagem, não sendo norteadas apenas pela divisão de faixa etária ou de gênero, sendo possível construir estratégias através dos processos metodológicos.

Nossas considerações

Não pretendemos nesse trabalho concluir nossas reflexões acerca do esporte e das nossas experiências com o Projeto Círculos de Convivência de Esporte, pois é um processo que vem sendo construído e reconstruído de acordo com a realidade vivenciada.

Vimos que é possível conceber o Esporte com valores e significados de relevância social e enquanto instrumento de formação de sujeitos críticos e autodeterminados na busca da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Tendo os Círculos de Convivência de Esporte um papel fundamental nessa transformação social.

Acreditamos que esse trabalho possibilite inquietações e discussões na perspectiva de ampliar o debate da educação no e para o tempo livre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.
- SILVA, J. A. A.; SILVA, K. N. P. *Círculos Populares de Esporte e Lazer: Fundamentos da Educação para o Tempo Livre*. Recife: Bargaço, 2004.

Círculos de Convivência Social de Adultos e Idosos na Cidade do Recife

Adriana Karla Santos Wanderlei

Alexsandra de Siqueira Pereira

Cícero Adriano de Melo Figueiredo

Fátima Maria de Souza

Giselle Maria da Silva Luz

Gleydson Francisco da Hora Medeiros

Henrique Flávio de Farias Neves

Janine Furtunato Queiroga Maciel

Jamerson Antonio de Almeida da Silva

Katharine Ninive Pinto Silva

Manuela Pedrosa Almeida

Maria do Socorro Pereira de Souza

Maria Leonilde da Silva Gomes

Patrícia Raffi Rodrigues

Renata Christiane Salgues Lucena Borges¹⁹

RESUMO

Este trabalho trata do relato de experiência dos Círculos de Convivência de adultos²⁰ e idosos, desenvolvidos pelo Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer da Prefeitura do Recife em convênio com o Programa Esporte e Lazer da Cidade (Ministério do Esporte), através do Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães – núcleo irradiador da Política Municipal de Esporte e Lazer. Nesse sentido, iremos relatar o trabalho desenvolvido com os grupos, na busca da construção da educação no e para o tempo livre, democratizando os espaços públicos de esporte e lazer e socializando o conhecimento, a fim de formar cidadãos ativos e participantes de uma construção coletiva, visando a transformação social para uma sociedade mais justa e igualitária.

¹⁹Prefeitura do Recife, Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães, Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer.

²⁰Iremos considerar este grupo etário a partir das características de interesses em comum com os idosos e idosas, no que diz respeito à prática das atividades oferecidas pelo Programa.

Pessoa idosa e a cidade: O que queremos?

A cidade do Recife ocupa hoje o terceiro lugar entre as capitais brasileiras no que diz respeito à população de pessoas idosas com o número de 133.532, segundo o dado do IBGE (2000), representando uma taxa de envelhecimento de 9,4%. Diante deste quantitativo, 37% são homens e 63% são mulheres. Das pessoas idosas residentes no Recife, 61,3% são responsáveis por seus domicílios, destes 34,7% com renda de até um salário mínimo, e 30,6% com renda acima de cinco salários mínimos. Dos responsáveis, 23% não são alfabetizados (IBGE, 2000).

Esses dados refletem a desigualdade social presente em nossa cidade e em especial nesse segmento, o que nos faz refletir e construir um projeto que atenda suas características e demandas específicas.

Nesse sentido, a Diretoria de Lazer e Cidadania do Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães busca avançar na adequação da programação dos espaços e equipamentos públicos da cidade, com atividades sistemáticas de lazer, e desenvolver entre os seus projetos os Círculos de Convivência Social de Adultos e Idosos, que buscam a consolidação de Círculos de Convivência a partir da produção coletiva com uma intervenção pedagógica orientada pelos princípios do trabalho socialmente útil, da auto-organização, do desenvolvimento da cultura popular e intergeracionalidade, baseado na educação no e para o tempo livre.

Iremos discutir a forma de construção coletiva do lazer popular pelos grupos de convivências e o significado que tem na vida da pessoa idosa, sendo os Círculos de Convivência um espaço de socialização, troca de experiência, aprendizagem e produção cultural.

Pessoa idosa: Dilema entre a saúde e o lazer

É comum nesse segmento etário atrelarmos o momento de lazer à adequação da saúde ou a busca dela. Pois, atrelamos ainda a pessoa idosa ao desgaste físico e emocional acarretado pelo longo da vida. Porém, buscaremos qualificar a pessoa idosa como um sujeito coletivo que pensa, sente, experimenta emoções, desejos, e carrega consigo sua própria história de vida, e não mais como uma amostra dentro de um grupo. Portanto, a saúde aqui tratada "resulta de possibilidades, que abrangem as condições de vida, de modo geral, e, em particular, ter acesso a trabalho, serviços de saúde, moradia, alimentação, lazer, conquistados – por direito ou por interesse – ao longo da vida" (CARVALHO, 2001, 14). Na sociedade capitalista, o direito ao lazer está relacionado à luta de classes entre trabalhadores e proprietários na conquista de um maior tempo livre. No entanto, o

capitalismo se apropria desse processo impondo seus ideais e busca o lucro em todos os espaços e tempos da vida do homem que “[...] transforma o tempo do trabalho e do não trabalho em mercadoria, desmistificando a idéia de que o nosso tempo liberado do trabalho é um tempo realmente ‘livre’ do capital” (SILVA & SILVA, 2004). Nesse sentido, o lazer vem determinado como bem de consumo visando o lucro numa sociedade de classe que a maioria não tem condições de acessar o direito ao lazer.

Na relação social apresentada pelos dados estatísticos anteriormente, não nos oferece a possibilidade de optarmos e, no entanto, termos a saúde desejada, não só pelo bem-estar físico, mas em todos os âmbitos da vida: político, moral, social, físico, psíquico, entre outros, simultaneamente. É a partir daí que estamos propondo um programa de lazer direcionado à pessoa idosa que perpassasse simplesmente o bem-estar físico, mas que crie possibilidades de intervenção construída coletivamente e que favoreça uma transformação social.

No entanto viemos propor o lazer numa perspectiva emancipatória, ou seja, “[...] um lazer no sentido amplo de libertação do ser, busca de sentidos, permitindo que cada um encontre o melhor de suas potencialidades, emancipando-se plenamente” (TURINO, 2003). Para tanto, precisamos sair do lazer heterodeterminado pela lógica de mercado e “compreender como um espaço/tempo sistemático e planejado, no qual as pessoas possam ludicamente desenvolver aprendizagens sociais que contribuam para sua autodeterminação no campo da cultura, da política e da economia” (SILVA & SILVA, 2004).

É nesse sentido que iremos relatar as experiências iniciais dos Círculos de Convivência Social dos adultos e idosos do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, percebendo suas limitações e propondo superações, numa perspectiva de educação no e para o tempo livre.

A organização e os resultados dos Círculos de Convivência Social

Os Círculos de Convivência Social de Adultos e Idosos são desenvolvidos a partir da metodologia do método didático da prática social (SAVIANI, 1992), na qual, os participantes têm espaço para: levantar as problemáticas de sua realidade; buscar instrumentos que possibilitem a superação das dificuldades e socialização dos novos entendimentos da prática social, tornando-se indissociáveis a ação pedagógica e a ação política. Esta formação constrói-se a partir de alguns elementos que discutiremos a seguir:

1. **PROBLEMATIZAÇÃO** da prática social relativa ao universo do lazer, através do planejamento participativo, dos Arrastões do Lazer, do mapeamento das atividades, dos equipamentos

e do tempo liberado no que diz respeito ao segmento etário da pessoa idosa;

2. INSTRUMENTALIZAÇÃO da população para a produção de atividades culturais, através da realização de oficinas sistemáticas, passeios, seminários interativos e reuniões, pesquisas e participação em eventos sociais e políticos voltados para o segmento;
3. Promoção de momentos de CATARSE, onde os participantes possam expressar suas aprendizagens através da construção e participação em festivais, festas comemorativas e eventos em geral;
4. Estes procedimentos visam a transformação permanente da PRÁTICA SOCIAL relacionada ao âmbito do lazer, a partir dos princípios da auto-organização, do desenvolvimento da cultura popular e do trabalho socialmente útil.

Nesse processo, tivemos início com o grupo de idosos e idosas da comunidade de Brasília Teimosa, em janeiro de 2002. Esta comunidade apresenta um número considerável deste segmento etário e que organizado coletivamente buscava espaços que pudessem lhe oferecer momentos lúdicos e culturais. Nesse sentido, realizamos atividades sistemáticas de esporte e lazer, proporcionando a integração dos idosos com a própria comunidade, o resgate da memória cultural (individual e coletiva) e a participação e promoção de eventos esportivos-culturais: passeios (jardim botânico, museus, praias, etc.), jogos, festivais, festas comemorativas (carnaval, São João, aniversários, etc.), objetivando promover de momentos lúdicos, da mobilização comunitária à integração social, e a conseqüente melhoria da saúde. A partir de então, expandimos para toda a cidade e hoje intervimos nos seguintes bairros: Santo Amaro, Campo Grande, Alto José do Pinho, Macaxeira, Dois Irmãos, Córrego do Jenipapo, Várzea, Engenho do Meio, Torre, Parque do Caiara, Prado, Cordeiro, Mustardinha, Totó, Afogados, Areias, Barro, Cabanga, Brasília Teimosa, Jordão, Ipsep e Vila Tamandaré.

No início, trabalhávamos com opções dos conteúdos referentes à cultura corporal, porém, durante o processo, o conteúdo consolidado dentro do segmento foi ginástica, talvez estimulados pela mídia. Porém se contrapondo a mesma e a forma adestrada que esta propõe com o objetivo de manter simplesmente a forma física, acreditamos que "[...] sua prática é necessária na medida em que a tradição histórica do mundo ginástico é uma oferta de ações de significado cultural para os praticantes, onde novas formas de exercitação em confronto com as tradicionais possibilitam uma prática corporal que permite aos

alunos darem sentido às suas exercitações” (COLETIVO DE AUTORES, 1992), implicando assim em atitudes de liberdade que “[...] devem provocar o desenvolvimento da curiosidade, interesse, criatividade e criticidade [...]” (SILVA & SILVA, 2004).

Durante este percurso, várias foram as nossas conquistas, ainda partindo do grupo de Brasília Teimosa construímos o Festival dos Círculos de Convivência Social do Adulto e do Idoso, onde a temática abordada foi a dança com o tema “Viajando pelo mundo da dança”, sendo este apresentado no Teatro Barreto Júnior²¹, em maio de 2003. Este evento estimulou a participação do grupo em outros espaços construídos por outros setores da comunidade como também da Prefeitura.

Com a expansão do projeto, formamos cerca de 40 Círculos de Convivência Social para este segmento, com a participação de 1.600 pessoas, entre elas homens e mulheres, com a grande maioria de mulheres, e novas experiências foram consolidadas, como é o caso do grupo de Areias. Esta comunidade formou suas turmas, as nomearam e por fim escolheram representantes das mesmas a fim de discutir a formação de um conselho de usuários de esporte e lazer que interagisse com a comunidade em defesa do setor. Este apresenta algumas problemáticas que não só diz respeito a esta comunidade, mas na cidade como um todo, como é o caso dos poucos e inadequados espaços públicos de esporte e lazer e em especial para a pessoa idosa, que disputa estes espaços com os peladeiros de plantão. Outra problemática diz respeito à programação voltada para este público, que durante outras gestões não tinha sido priorizado. Porém, não sendo bastante a discussão dentro do setor, foram abordadas outras temáticas que perpassaram o grupo e foram discutidas coletivamente, que foi o caso da violência contra a mulher. Nesse sentido, o debate foi ampliado e discutido com outros setores da sociedade, como por exemplo a coordenadoria da mulher, agentes de saúde comunitários, defesa social, etc., culminando em atos públicos de protesto pela comunidade.

Foi na busca de superar tais problemas que este segmento teve forte atuação no orçamento participativo da Prefeitura e principalmente na I Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa em fevereiro deste ano, construindo e aprovando propostas, em especial, para o setor de esporte e lazer, sendo estas também levadas para o âmbito estadual e nacional.

Uma outra intervenção foi a construção do I Festival do Idoso, realizado em setembro de 2005, em referência ao Dia Nacional do Idoso. Este evento contou com a participação das comunidades onde o projeto é desenvolvido, onde foram realizadas oficinas esportivas e de

²¹ Teatro Municipal localizado no bairro do Pina.

lazer, culminando numa grande confraternização e troca de experiência, organizadas por estes grupos, na praia de Brasília Teimosa.

É com base nessa efervescência das ações que nos encorajamos para o desafio de nos construir e construir uma política pública de lazer que nos faz despertar para um compromisso técnico e político, contribuindo assim para a construção libertária, através de uma reflexão coletiva a partir do lúdico, superando as práticas dominadoras-reprodutivas a práticas libertadoras-criativas, considerando a especificidade de cada comunidade e desse segmento etário, suas diversidades e histórias no processo dialético de emancipação cultural e política de cada uma delas, afirmando assim, o compromisso de cada educador e educadora na efetivação da transformação social.

Por fim, acreditamos que “[...] ao se propor um programa de atividade física, não poderia ele ser um programa cujo conteúdo priorizasse a relação atividade física e saúde, a atividade física visando a saúde, mas a proposta seria fundamentada na idéia de que são o conhecimento e a experiência do homem com a cultura corporal que possibilitam a ele manifestar-se, expressar-se visando a melhoria de sua saúde” (CARVALHO, 2001), e é no lazer que encontramos formas de unir o manifestar-se lúdico, o expressar consciente e a construção coletiva saudável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, Y. M. C. *Atividade física e saúde: Onde e quem é o "sujeito" da relação?* Revista Brasileira de Ciências do Esporte, São Paulo, v.22, n. 02, p.09-20, janeiro 2001.
- PISTRAK. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2002.
- SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. São Paulo: Cortez, 1992.
- SILVA, J. A. *O Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer e a Educação para o Tempo Livre*. Brasília-DF: Mimeo, 2002.
- SILVA, J A. *Fundamentos da Educação para o Tempo Livre*. Recife-PE: Mimeo, 2003.
- SILVA, J. A.; SILVA, K. N. P. *Círculos Populares de Esporte e Lazer: Fundamentos da Educação para o Tempo Livre*. Recife: Bagaço, 2004.
- PREFEITURA DO RECIFE. *Plano Municipal de Esporte e Lazer do Recife (gestão 2005 – 2008)*.
- WAICHMAN, P. *Tempo livre e recreação*. Campinas-SP: Papyrus, 2002.

Formação Continuada

Jamerson Antonio de Almeida da Silva

Katharine Ninive Pinto Silva

Raphael José D´Castro

Rudson Augusto Moura de Luna²²

INTRODUÇÃO

A proposta para este artigo é problematizar a nossa experiência em relação à Formação Continuada, Monitoramento, Controle Social e Avaliação, dentro da própria dinâmica defendida para a Formação Continuada no Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer e suas interfaces com outras políticas, programas e projetos, como é o caso do Programa Esporte e Lazer da Cidade (Ministério do Esporte) e do Projovem (Secretaria Nacional de Juventude), já que ele está sendo escrito para compor a programação das Avaliações Participativas do nosso V Encontro Municipal de Formação Continuada em Esporte e Lazer.

Para que possamos fazer a devida problematização, faremos inicialmente uma revisão histórica da Formação Continuada realizada nos Círculos Populares de 2001 até 2004 (primeira gestão democrático-popular do prefeito João Paulo, do Partido dos Trabalhadores, em Recife), como espaço de pesquisa-ação e de planejamento/ avaliação da política. Levantaremos as conclusões da pesquisa-ação defendidas na tese de doutorado Formação de Trabalhadores em Lazer: por uma Educação para o Tempo Livre²³, apresentadas enquanto lições (13 lições) e levantaremos também as novas necessidades de estruturação deste trabalho a partir do início da segunda gestão democrático-popular do prefeito João Paulo.

A partir das considerações em torno dessa temática no período de 2001 a 2004, iremos apresentar nossa proposta de Formação Continuada, Monitoramento, Controle Social e Avaliação para o período de 2005-2008, considerando as lições tiradas do período anterior e as novas necessidades que se colocam para o novo período: as especificidades de cada projeto; a metodologia da Formação Continuada geral; a preocupação com o Monitoramento e Avaliação de cada projeto; os sujeitos e sua participação no planejamento/avaliação/controle social da política; e a preocupação com a memória

²² Prefeitura do Recife, Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães, Círculos Populares de Esporte e Lazer.

²³ Defendida por Katharine Ninive Pinto Silva, no programa de pós-graduação em Educação da UFBA (doutorado), sob a orientação de Celi Nelza Zülke Taffarel, em 2005.

dos projetos e ações.

Levando em consideração todos esses elementos, levantaremos elementos conclusivos provisórios, que nortearão a avaliação dessa temática e de como ela está sendo construída em relação ao Programa Círculos Populares como um todo, propondo os elementos necessários para garantir a qualidade da proposta de educação para o tempo livre.

A Formação Continuada nos Círculos Populares de Esporte e Lazer na gestão democrático-popular em Recife, de 2001 a 2004

O Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer começou a ser construído a partir de ações integradas com outras secretarias (na época o setor de Esporte e Lazer estava sendo implantado por nós na Secretaria de Turismo e Esportes/Diretoria de Esportes) e a partir de ações eventuais realizadas em comunidades e escolas municipais (Arrastões do Lazer). Naquele momento, a autarquia Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães não tinha relação direta com a Política Municipal de Esporte e Lazer, desenvolvendo ações voltadas apenas ao equipamento (Ginásio de Esportes) e nos dois primeiros anos desenvolvendo ainda um campeonato de futebol de várzea fruto da gestão anterior (Peladão Alto Astral). Por outro lado, os professores estatutários que desenvolviam as atividades esportivas nos Centros Sociais Urbanos (sob a coordenação da Secretaria de Assistência Social) estavam vinculados burocraticamente à nossa Diretoria Geral de Esportes.

Ao mesmo tempo com que tínhamos esta pulverização de ações do ponto de vista da programação esportiva da cidade, também tínhamos uma pulverização das ações relacionadas à construção/manutenção e gestão dos espaços e equipamentos públicos da cidade, distribuídos por várias secretarias e empresas. Tanto uma pulverização (da programação) quanto a outra (da infra-estrutura) acarretavam uma série de descompassos do ponto de vista de projeto, de fundamentação da ação, que, nesta primeira gestão, foi o que norteou o nosso processo que a gente pode chamar de Formação Continuada.

De acordo com todos esses elementos, os níveis de interseção na Formação Continuada eram diversos e ela era muitas vezes para dentro e na maioria das vezes para fora também, já que toda nossa fundamentação teve que ser trabalhada e problematizada com os diversos setores onde nossos projetos se cruzavam.

A Formação Continuada foi construída então sob a forma de

pesquisa-ação, refletindo a importância desta enquanto espaço de discussão teórica, no sentido da ampliação dos conhecimentos dos sujeitos responsáveis pela intervenção pedagógica junto às comunidades, e como espaço de construção efetiva de um programa capaz de garantir, democratizar e ampliar o acesso ao esporte e lazer por todos os segmentos da população.

Sendo assim, através de um processo coletivo de construção entre os sujeitos que fazem parte do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, em reuniões pedagógicas e específicas semanais, em encontros de Formação Continuada anuais e na participação em seminários e eventos de caráter científico e/ou político no âmbito da educação e do lazer, foi sendo construído este modelo de Formação Continuada, que garantiu que gestores, estagiários, professores e agentes comunitários de esporte e lazer pudessem criar novas possibilidades de trabalho em comunidade com a área de esporte e lazer, que superassem alguns elementos que limitam a atuação, advindos de valores situados na lógica do capital, presentes na experiência empírica e nas experiências de formação (inicial ou continuada) a que estes sujeitos estiveram expostos anteriormente. Isso porque este modelo de Formação Continuada buscou desenvolver, através da garantia da participação de todos, na sua construção contínua, o desenvolvimento de uma ação humana pautada na liberdade de reflexão.

Sendo construído desta maneira, o processo de Formação Continuada realizado garantiu que além de acesso ao conhecimento, este fosse também um espaço contínuo de avaliação e planejamento das ações, bem como da sistematização destas no sentido de servir como novos elementos para a reflexão dos educadores.

A partir da pesquisa-ação apresentada sob a forma de tese de doutorado²⁴, a proposta de Formação Continuada realizada nos Círculos Populares foi considerada espaço/tempo fundamental para a construção da política, pois era realizada coletivamente, com incentivo à atitude de liberdade por todos os sujeitos envolvidos.

A primeira ação de Formação Continuada se deu voltada às questões referentes à criação de um projeto sistemático de intervenção pedagógica junto à comunidade e da organização do trabalho dos 30 professores à disposição da Diretoria de Esportes, mas que tinham atuação junto a órgãos administrados por outra secretaria. Sendo assim, foi organizado o I Encontro Municipal de Formação Continuada em Esporte e Lazer, em dezembro de 2001, com a participação dos 30 professores que atuavam nos quatro Centros Sociais Urbanos administrados pela Prefeitura do Recife e dos oito primeiros

²⁴ Descrita anteriormente.

estagiários de Educação Física que estavam chegando à Diretoria Geral de Esportes.

Este I Encontro Municipal de Formação Continuada em Esporte e Lazer teve o caráter de levantamento das problemáticas do setor e de uma primeira tentativa de planejamento e organização do trabalho pedagógico. Para tanto, primeiro foi investido na questão do método e dos conhecimentos específicos do setor de esporte e lazer, através de palestras com especialistas. Em seguida, foi realizada uma avaliação coletiva das problemáticas do setor. E, finalmente, foi realizado um planejamento coletivo e a organização do trabalho pedagógico que previa a implantação de Círculos Populares de Esporte e Lazer nos Centros Sociais Urbanos.

A partir desse I Encontro de Formação Continuada, de onde se construiu um consenso em torno da viabilidade de construção de Círculos Populares de Esporte e Lazer nos Centros Sociais Urbanos, a Diretoria Geral de Esportes começou a investir neste projeto. Os professores foram abastecidos de material esportivo e os estagiários começaram a ajudar no processo de formação das turmas, através da construção da grade de horários e da mobilização da comunidade. Até o mês de maio do ano de 2002, os Círculos Populares de Esporte e Lazer foram lançados nos quatro Centros Sociais vinculados à Prefeitura do Recife, porém não vingaram neste momento em nenhum desses locais, pelo mesmo fundamental motivo que resultou em outros obstáculos à concretização da Política Municipal de Esporte e Lazer: a ausência de uma política municipal única para o setor, já que diversos órgãos atuavam, desordenadamente, em relação ao esporte e lazer e não havia nenhuma regulação mínima que pudesse servir de parâmetro para orientar a atuação destes. O que, em relação aos 30 professores, fez com que fosse praticamente impossível fazer com que estes cumprissem com seus compromissos de trabalho²⁴.

Em julho de 2002, foi realizado o II Encontro Municipal de Formação Continuada em Esporte e Lazer. Participaram deste Encontro professores dos Centros Sociais Urbanos, os estagiários antigos e os novos estagiários, contratados a partir da relação com a Secretaria de Saúde para a realização do projeto piloto dos Círculos de Convivência Social compreendidos por outro lado como Projeto dos Módulos Complementares da Academia da Cidade, a equipe de professoras desse projeto piloto, além dos candidatos em processo de seleção/formação para compor as equipes dos oito núcleos dos Círculos de Convivência Social a serem implementados a partir deste ano. Neste II Encontro Municipal de Formação Continuada em Esporte e Lazer, foi

²⁴ Apenas em 2004, em um dos Centros Sociais Urbanos, no bairro do Totó, foi possível implantar um núcleo dos Círculos de Convivência Social, com os professores estatutários e, sobretudo, com uma equipe de professores prestadores de serviço e agentes comunitários, que foi possível acontecer devido à cooperação do diretor do Centro.

distribuída entre os coordenadores de projetos e colaboradores uma primeira versão do que viria a ser a proposta pedagógica dos Círculos Populares, bem como também já foram estabelecidas as bases para a organização dos demais Encontros Municipais de Formação Continuada em Esporte e Lazer: conferências, palestras e mesas redondas; cursos e socialização das experiências com avaliadores externos.

Neste II Encontro, a temática trabalhada foi voltada ao debate das manifestações culturais e esportivas do esporte e lazer, onde, desde a conferência de abertura, estavam sendo debatidas experiências que poderiam ser ressignificadas para o trabalho no Programa Círculos Populares. Neste Encontro, foi pela primeira vez experimentada a participação de colaboradores não só para a realização de oficinas e palestras, mas também para dialogar com o Programa a partir da avaliação dos projetos desenvolvidos. Neste Encontro, os colaboradores foram ao Centro de Educação da UFPE, e fizeram uma avaliação pautada no lócus da educação em geral, procurando dialogar com o Programa de forma a avaliar o papel educativo que o Programa se propunha a exercer. Neste Encontro, as experiências realizadas através de colônia de férias, Arrastão do Lazer, Formação Continuada e, sobretudo, do projeto piloto dos Círculos de Convivência em Brasília Teimosa e Jordão foram apresentadas, debatidas e redefinidas para nortear o trabalho nos Círculos Populares de Esporte e Lazer. Foram também realizados cursos tematizando a ginástica, o esporte e a capoeira, sendo cada grupo formado a partir da escolha individual e espontânea.

A partir do II Encontro, o Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer ampliou a quantidade de núcleos dos Círculos de Convivência Social de dois para dez no total. Isso fez com que a equipe também aumentasse sobremaneira o seu tamanho, assim como a questão do tempo/espço para a realização das atividades de planejamento/avaliação fosse ampliada.

Com essa ampliação, que se efetivou em setembro de 2002, foi iniciado o processo de Reuniões Específicas de cada núcleo e projeto e de Reuniões Pedagógicas, ambas com sistemática semanal. Nos primeiros meses, tanto as Reuniões Específicas quanto as Reuniões Pedagógicas eram pautadas por questões administrativas, que acabavam se manifestando nestes momentos também, devido às dificuldades materiais que o Programa passava. Apenas em meados de 2003 é que se pôde concretizar uma sistemática de estudos, que, neste ano, dava conta das referências bibliográficas da proposta pedagógica dos Círculos Populares de Esporte e Lazer: Metodologia do Ensino da Educação Física (COLETIVO DE AUTORES), Paulo Freire, Pistrak, Pablo Waichman e Antonio Gramsci. Dessa forma, até o final desse ano, se procedeu no debate de obras selecionadas desses

autores. No ano seguinte, foi realizada uma Oficina de Metodologia nas Reuniões Pedagógicas, onde o que se tinha como ação foi sendo sistematizado na relação com os fundamentos do Programa.

Não foram poucas as dificuldades de concretização das Reuniões Pedagógicas, mas elas aconteceram e o produto delas se revelou na prática, assim como as Reuniões Específicas, que, mesmo na maioria das vezes sendo utilizadas para resolver questões administrativas, também revelaram-se enquanto espaço de estudo e de produção de conhecimento socializado nos grandes "auditórios" da pesquisa-ação (e da Formação Continuada).

A partir de 2003, também, o planejamento começou a ser realizado de forma ampliada, com a participação de colaboradores especializados no assunto, em regime de dedicação total, com uma grande carga horária de trabalho, sendo realizado por toda a equipe gestora incluindo os coordenadores de projetos. Consistia como etapa preparatória do planejamento, a realização de um Seminário de Avaliação e Planejamento onde cada projeto, com todos os seus sujeitos que faziam parte de sua construção, discutia pontos importantes a serem considerados na Oficina de Planejamento. Dessas Oficinas, resultava o Plano de Ação referente a cada ano, com definições de problemáticas, diretrizes, ações, cronograma e agenda.

No III Encontro Municipal de Formação Continuada em Esporte e Lazer, a temática trabalhada foi a da educação popular, e na conferência de abertura tivemos a participação de Paulo Rosas (que foi do Movimento de Cultura Popular – MCP) e Marcelo Mário Melo (jornalista e poeta pernambucano que teve grande participação na vida política do Recife no período da ditadura militar). A partir dessa conferência de abertura, foi realizada a discussão dos projetos com a avaliação externa da professora Meily Linhares (UFMG). Neste momento, foram apresentados os projetos Esporte Popular, Esporte do Mangue e os Círculos de Convivência de cada núcleo. Foi também exibido um documentário de 60 minutos sobre o trabalho realizado nos Círculos de Convivência Social, que emocionou a todos os participantes. As oficinas neste III Encontro estiveram voltadas para o trabalho com os segmentos: infância e juventude, adultos e idosos. A oficina que tematizou a infância²⁶ teve um corte mais de conteúdo a ser trabalhado com este segmento; a oficina que tematizou a juventude²⁷ discutiu mais questões relacionadas ao conceito de juventude(s) e buscou levantar, dos projetos, quais as principais características da(s) juventude(s) com que se trabalhava;

²⁶Trabalhada por Roseane Soares (LEPEL – UFBA).

²⁷Trabalhada por Paulo Carrano (UFF).

a oficina que tematizou o segmento adulto²⁸ problematizou a relação do tempo, levantando questões sobre a relação trabalho/lazer; e a oficina que tematizou o trabalho com idosos²⁹ encaminhou a discussão com relação à questão da saúde.

Houve também uma grande participação de representantes dos Círculos Populares no IV Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer, que aconteceu em Caxias do Sul (RS) em abril de 2004. Neste Seminário, houve a participação de coordenadores de projetos em sete das nove mesas (além da mesa de abertura com a participação do prefeito do Recife, falando sobre o que se estava fazendo na cidade, no setor).

O IV Encontro de Formação Continuada em Esporte e Lazer tematizou a temática da organização popular e serviu mais uma vez para que se pudesse avaliar e redefinir os rumos do Programa. Este Encontro especialmente teve uma característica específica, pois estava sendo realizado às portas da reta final da campanha para reeleição, que significava um período de sujeição à avaliação popular da política desenvolvida pela gestão como um todo. Portanto, esse Encontro foi também um momento de grande sensibilidade e emoção, onde os sujeitos ao mesmo tempo estavam procurando refletir sobre os rumos que o Programa deveria tomar daí para frente, bem como com sentimento de que deveriam, mais do que nunca, avaliar a ação realizada até aquele momento. Na verdade, esse Encontro teve a característica de significar uma grande catarse da política como um todo.

De uma forma geral, em clima de final de gestão, questões relativas ao projeto de sociedade, papel do Estado, função de uma política pública, papel das universidades na formação de trabalhadores, etc., dominaram as reflexões. O tema a que o Encontro se propunha discutir mais significativamente ficou suprimido, muito porque o perfil dos expositores estava mais voltado à formulação de Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Como conclusão deste Encontro, ficou também a grande e importante ênfase na necessidade do Programa Círculos Populares abrir as portas para as linguagens artísticas e culturais, como forma de superar os limites impostos pela vivência tradicional que se revela na prática docente do setor esportivo. Muito por causa também das deficiências na formação inicial dos sujeitos.

Esta foi uma dica muito importante, que foi imediatamente inserida no trabalho a partir de agosto de 2004³⁰, trazendo para o

²⁸ Trabalhada por Fernando Mascarenhas (UFG).

²⁹ Trabalhadas por professoras da UFPE ligadas à Universidade da Terceira Idade (UNITI).

³⁰ Possibilitado pelo convênio firmado com o Ministério do Esporte através do Programa Esporte e Lazer da Cidade, com a contratação de 175 bolsistas.

Programa a necessidade de refletir sobre as ações, não só as voltadas agora para as linguagens artísticas e culturais, mas também para as voltadas para os conteúdos esportivos. A partir do incremento no Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer realizado pelo convênio firmado com o Programa Esporte e Lazer da Cidade do Ministério do Esporte, a equipe docente ganhou um grande peso popular, com a inserção de educadores com experiência de trabalho em comunidade no setor do esporte e das artes.

13 lições sobre a Formação Continuada

A partir da pesquisa-ação desenvolvida e defendida através da tese de doutorado Formação de Trabalhadores em Lazer: por uma Educação para o Tempo Livre (SALVADOR, 2005), podemos concluir do processo construído enquanto Formação Continuada, na primeira gestão democrático-popular do prefeito João Paulo, importantes conclusões que podem nortear a Formação (tanto a inicial, quanto a continuada), a saber:

1. Supera a perspectiva de "capacitação" em serviço;
2. Garante a inter-relação teoria/prática;
3. É estratégica para a construção da política como um todo;
4. Aproxima-se da concepção de base comum nacional do Plano Nacional de Educação (PNE);
5. Problematiza a questão do método, dos segmentos e da organização popular;
6. É realizada sob a forma de pesquisa-ação;
7. É orientada pelo olhar marxista, sobretudo mediado pelo pensamento de Gramsci;
8. Os sujeitos assumem o papel de protagonistas no processo de organização do trabalho pedagógico;
9. É orientada pelo método da prática social;
10. Lida com o tempo da política e o tempo da pesquisa para superar os limites do dia a dia;
11. Os espaços da Formação Continuada são ao mesmo tempo os "auditórios da pesquisa";
12. É também espaço de experimentação e socialização das experiências;

13. Busca construir uma experiência de estágio mais integrada e influenciar na articulação ensino/pesquisa/extensão da universidade.

A partir desses 13 pontos, a tese central da pesquisa-ação defendida no Programa de Doutorado em Educação foi a de que uma Formação Continuada de trabalhadores que atuam no âmbito do lazer, realizada sob a forma de Círculos de Cultura, com a participação efetiva e a construção coletiva dos sujeitos que fazem parte do processo, possibilitará as condições para a criação de um processo educativo emancipatório, tendo em vista atuar na organização social, a partir de uma intervenção de caráter político-pedagógico e do desenvolvimento de possibilidades criativas de acesso ao esporte e lazer. Portanto, a partir dessa reflexão, a Formação Continuada deverá estar pautada nos mesmos princípios que regem a política pública que está sendo desenvolvida.

Esses princípios, que norteiam toda a organização do trabalho pedagógico nos Círculos Populares, são compreendidos, a partir do que trata a nossa proposta pedagógica (SILVA & SILVA, 2004), como: auto-organização e trabalho coletivo, trabalho socialmente útil, desenvolvimento da cultura nacional e intergeracionalidade. Todos respaldados nas contribuições de pensadores marxistas como Gramsci e Pistrak.

Portanto, numa educação para o tempo livre é elemento fundamental a autodeterminação dos sujeitos, que significa pensarmos sobre autogestão, auto-organização e auto-educação (considerando a idéia de classe e de luta de classes). Numa educação para o tempo livre, a área de lazer e esporte deverá respaldar a produção de valores de uso (em detrimento aos valores de troca comuns nas relações entre os sujeitos). Numa educação para o tempo livre, o desenvolvimento da cultura e dos elementos nacionais desta cultura é fundamental para garantir a identidade e fazer frente ao processo de aculturação estabelecido pela indústria cultural. Finalmente, numa educação para o tempo livre, a intergeracionalidade se estabelece pelo diálogo entre as gerações no sentido de refletir sobre os elementos clássicos da cultura e sobre o processo de modernização necessária dos valores de uso, ou seja, no processo de construção da história.

Segunda gestão democrático-popular e as novas definições para a Formação Continuada

Nesta segunda gestão democrático-popular, assumimos mais um desafio além de planejar, executar, avaliar e formar educado-

res sociais para desenvolver a Política Municipal de Esporte e Lazer. Recebemos a incumbência de gerir a autarquia Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães, órgão de administração indireta ligado à nova Secretaria de Educação, Esporte e Lazer.

Logo no primeiro semestre de 2005, operamos uma reforma administrativa que ampliou a estrutura administrativa do Ginásio e a participação dos funcionários de carreira na gestão através de funções gratificadas.

Como primeira ação, desenvolvemos um planejamento com toda a equipe gestora, onde definimos os valores da nova fase da política, bem como os objetivos, os principais projetos e ações para o período de 2005-2008. Para tanto, realizamos também um resgate da avaliação realizada no IV Encontro Municipal de Formação Continuada em Esporte e Lazer (em 2004).

No que tange à especificidade da Formação Continuada, dois elementos cruciais precisavam ser superados no desenvolvimento dos projetos e ações neste período que estávamos por começar: um deles referente ao tempo da formação x tempo da política e o outro em relação à formação inicial (estágio remunerado dos estudantes de Educação Física).

Em relação ao primeiro ponto, precisávamos criar novas possibilidades de ir "construindo a ponte com o rio correndo por baixo", pois numa política pública não temos como "represar o rio", construir a ponte e só depois disso liberar o curso normal. Outras estratégias eram necessárias e precisavam ser construídas.

Para tanto, dentro da proposta de educação para o tempo livre, precisávamos garantir que a ação pudesse ser sistematizada, analisada, reconstruída por todos os sujeitos da ação (desde gestores, educadores, trabalhadores em geral, bem como os usuários dos projetos).

Na nossa compreensão, ensino (atividades sistemáticas, aprofundamento de conhecimentos), pesquisa (ação) e atividades eventuais (festivals, campeonatos, colônias de férias, corridas, etc.), são elementos que compõem o objeto e a possibilidade de Formação Continuada. Para compreendermos melhor este elemento, é importante resgatar, assim como o faz Mészáros, o que diz Gramsci: "Que educar é colocar fim à separação entre *Homo faber* e *Homo sapiens*; é resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, as suas possibilidades criativas e emancipatórias" (SADER em prefácio a Mészáros, 2005:9).

Sendo assim, como a nossa preocupação é com a Formação Continuada, é importante considerar que "onde está o trabalho em

um tipo de sociedade [...] está a educação” (MÉSZÁROS, 2005:17). Portanto, para que pudéssemos construir as possibilidades de “construção da ponte com o rio correndo por baixo (pois ele não irá parar de correr jamais, a não ser que venha a secar)”, precisávamos construir possibilidades de autodeterminação (autogestão, auto-organização e auto-educação).

Mészáros (2005) traz elementos fundamentais sobre esta questão ao tratar da *alienação das mediações de segunda ordem* (Estado, Mercado e Trabalho), sem as quais o capital não seria hegemônico e não sobreviveria nem ao menos uma semana. Para o autor, a alternativa seria, portanto, “[...] a automeiação, na sua inseparabilidade do autocontrole e da auto-realização através da liberdade substantiva e da igualdade, numa ordem social reprodutiva conscienciosamente regulada pelos indivíduos associados” (p. 72). Ainda o mesmo autor sintetiza: “A ‘auto-educação de iguais’ e a ‘autogestão da ordem social reprodutiva’ não podem ser separadas uma da outra. A autogestão – pelos produtores livremente associados – das funções vitais do processo metabólico social é um empreendimento progressivo – e inevitavelmente em mudança” (p. 74).

Considerando os elementos tão bem sintetizados por Mészáros, inclusive no que se refere ao termo que ele criou para definir a educação – enquanto Educação Continuada, o que até esse momento conceituamos como Formação Continuada, e que estabelecemos nas 13 lições enquanto diferencial tanto às experiências de formação inicial, quanto às experiências de capacitação em serviço, dialoga muito bem com a definição colocada por este autor de Educação Continuada.

Apesar deste conceito parecer redundante ou mesmo poder ser confundido com o conceito de educação ao longo da vida defendido pelos pós-estruturalistas que trabalham com a concepção de sociedade da informação e dão sustentação a uma grande parte das experiências de Educação à Distância, o conceito de Mészáros (2005) está sustentado em dois grandes pilares:

Em primeiro lugar, que a Educação Continuada não pode ser “vocacional” (o que em nossas sociedades significa o confinamento das pessoas envolvidas a funções utilitaristas estreitamente predeterminadas, privadas de qualquer poder decisório), tampouco “geral” (que deve ensinar aos indivíduos, de forma paternalista, as “habilidades do pensamento”). Essas noções são arrogantes presunções de uma concepção baseada numa totalmente insustentável separação das dimensões prática e estratégica. Portanto, a “educação continuada”, como cons-

tituinte necessário dos princípios reguladores de uma sociedade para além do capital, é inseparável da prática significativa da *autogestão*. Ela é parte integral desta última, como representação no início da fase de formação na vida dos indivíduos, e, por outro lado, no sentido de permitir um efetivo feedback dos indivíduos educacionalmente enriquecidos, com suas necessidades mudando corretamente e redefinidas de modo equitativo, para a determinação global dos princípios orientadores e objetivos da sociedade (MÉSZÁROS, 2005: 75).

Portanto, num projeto que objetiva a educação no e para o tempo livre, é necessário construir um processo de Educação Continuada, considerando os elementos fundamentais para a construção livre e entre iguais de um processo de autodeterminação. E, consideramos os elementos a superar no nosso processo de Formação Continuada, justamente alguns elementos que irão possibilitar a reflexão sobre a prática (a práxis revolucionária) necessária para a conquista desse objetivo.

Nesse sentido, nessa segunda gestão democrático-popular do setor de esporte e lazer, considerando os elementos de conclusão da pesquisa-ação desenvolvida em relação a primeira gestão, bem como dos elementos levantados por Méészáros, construímos as linhas gerais do nosso processo de Educação Continuada, que será apresentado nos tópicos seguintes.

Educação Continuada no e para o tempo livre

A palavra chave para tratarmos do conceito de Educação Continuada no e para o tempo livre é a questão da alienação. Ou melhor, da superação de uma alienação produzida pela hegemonia do capital que se estabelece através de várias mediações simbólicas que se colocam ao indivíduo no decorrer de sua existência. É preciso então que se construam possibilidades de liberdade nos sujeitos para que possam superar a alienação da mediação, e essa própria liberdade é dialeticamente construída com a superação da alienação da mediação.

Trabalhamos, portanto, com a perspectiva de que temos que garantir as condições do indivíduo de dominar a sua relação com os outros e com o mundo a partir do trabalho e da produção de cultura. E, nessa perspectiva, estamos efetivamente trabalhando com os trabalhadores e usuários dos projetos desenvolvidos na política para ir construindo cada vez mais uma autonomia na práxis (ação-

reflexão-ação).

Para tanto, ampliamos os espaços de desenvolvimento da Formação Continuada realizada na primeira gestão, com a criação de uma sistemática de planejamento e registro dos projetos e ações, buscando ampliar também as possibilidades de monitoramento e avaliação da política, por todos os sujeitos envolvidos na ação (do educador, funcionário até os usuários dos projetos em geral).

Ao mesmo tempo, ampliam-se também as possibilidades de Controle Social que podem ser implantadas a partir de várias possibilidades de responsabilização também com a política pública. Desde as questões referentes à programação até as questões referentes aos espaços e equipamentos esportivos.

Para tratar dessas questões, iremos neste texto aprofundar melhor essa ampliação do espaço de Educação Continuada através do Sistema Práxis de Monitoramento, Controle Social e Avaliação da Política, para depois concluirmos com a reflexão sobre todo o processo de Educação Continuada estabelecido. Para tanto, traçaremos ainda algumas considerações sobre avaliação, elemento fundamental na construção de uma Educação Continuada no e para o tempo livre.

Avaliação e educação no e para o tempo livre

A relação da humanidade com a natureza e sua organização dentro de uma sociedade se dá a partir de necessidades, numa relação dialética com as possibilidades (CHEPTULIN, 1992). Nessa relação dialética, surge a ação humana, caracterizada enquanto trabalho humano, que se define a partir de objetivos (para que) e da definição dos mecanismos para avaliar o sucesso ou não da ação em virtude desses objetivos. Sendo assim, esse par dialético, objetivos/avaliação, é o que norteia a realização do trabalho humano.

A educação ou a atividade que se realiza tendo como elemento fundamental a perspectiva do educar, mais do que qualquer outra forma de ação humana, vai ter que refletir sobre a problemática da relação dialética necessidades/possibilidades à luz da reflexão da organização do trabalho pedagógico, tendo como elemento fundamental o par dialético objetivos/avaliação (FREITAS, 1995).

Todos os elementos relacionados ao conteúdo e à forma estarão condicionados à reflexão primeira que norteia toda a ação humana orientada pela dialética necessidade/possibilidade.

Esta concepção de avaliação enquanto elemento fundamental na organização do trabalho pedagógico é a garantia para que possamos organizar um acompanhamento da Política Municipal de Formação Continuada em Esporte e Lazer, percebendo e controlando os efeitos

de todas as possibilidades de análise da realidade que perpassam a experiência, internas e externas à política, formais e informais.

Consideramos como avaliações formais (internas e externas): as pesquisas de opinião, os relatórios da gestão, os editoriais de jornais e revistas, os depoimentos e intervenções dos sujeitos da construção da política e dos participantes (que também atuam na construção da política) em reuniões, seminários e conferências. Inclusive, mais do que Avaliações Formais, poderíamos considerá-las como Avaliações Essenciais, assim como nos chama atenção Mészáros ao tratar da idéia do formalismo na educação (2005).

As avaliações informais (FREITAS, 1995) são aquelas que não se preocupam com o compreender quais são os objetivos da ação e como esta ação está organizada de forma a satisfazer a estes objetivos. Geralmente, são realizadas a partir de questões pontuais, superficiais, extremamente subjetivas e muito perigosas no processo de (re)construção de uma política. São também muito freqüentes e motivos de variados momentos de impasse na resolução de problemas.

Para fazer frente a esta problemática, é fundamental que sejam adotados procedimentos de controle de informação, tratamento dos dados e levantamento de todas as variáveis possíveis, como forma de fundamentar a avaliação da política. Sobretudo ao considerarmos que este é um elemento norteador na (re)definição dos rumos que a política irá tomar.

Elementos a concluir

Não poderíamos concluir este texto, pois estamos "construindo a ponte com o rio correndo por baixo". Portanto, fizemos a opção de levantar nesse tópico os elementos a concluir, mais como uma síntese dos principais elementos a realizar. Para tanto, levantaremos lições, a título de atualização da pesquisa-ação desenvolvida enquanto tese de doutorado:

1. Nessa segunda gestão democrático-popular, a tese defendida em 2005 sobre a importância fundamental da Formação Continuada no processo de Planejamento/Avaliação da Política continua sendo atual;
2. A definição dos objetivos e a Avaliação Continuada são o fundamento para a construção de uma política democrático-popular e para o projeto de educação para o tempo livre;
3. É necessário estabelecer cada vez mais uma Formação Con-

tinuada enquanto Educação Continuada no e para o tempo livre, buscando a superação da alienação da mediação;

4. Para tanto, o Sistema Práxis de Monitoramento, Controle Social e Avaliação é fundamental para possibilitar a todos os sujeitos o controle da práxis presente nos projetos e ações, de forma a garantir que esta possa ser monitorada, autogerida (entre os iguais) e avaliada (replanejada).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1988.
- FREITAS, L. C. *Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática*. Campinas: Papyrus, 1995.
- OAKLEY, P.; CLAYTON A. *Monitoramento e avaliação do Empoderamento*. São Paulo: Instituto Polis, 2003.
- SILVA, J. A. A.; SILVA, K. *Rasira discussão hipos madora*. Katharine Associados, 1995.
- SILVA, P. S. *Círculos Populares de Esporte e Lazer: Fundamentos da Educação para o Tempo Livre*. Recife: Bagaço, 2004.

Futebol Participativo

Anderson Costa de Freitas

Cezar Gomes da Silva

Eduardo Jackson dos Santos Granja

Emerson Luiz Sobral

Érick Tibúrcio Pinto Ribeiro

Iran Fernandes Escobar Junior

Jamerson Antonio de Almeida da Silva

Katharine Ninive Pinto Silva³¹

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, o esporte amador no Recife vem sendo caracterizado por valores capitalistas oriundos de um sistema do qual a cidade faz parte e é neste contexto que ela hoje se encontra inserida, estando o amadorismo esportivo em permanentes conflitos, já que sua existência depende de uma lógica que não é a que dá origem a seus diversos conceitos, mas sim, a lógica do mercado, tratar o futebol, por exemplo, com ênfase no valor de uso, acaba por resgatar uma manifestação da cultura popular enquanto instrumento de conscientização política, emancipação humana e promoção da autodeterminação dos povos. A indústria esportiva, a especulação imobiliária e o crescimento desordenado dos grandes centros urbanos são fatores que ao longo dos anos vêm contribuindo para a destruição das poucas formas e espaços de lazer esportivo das classes populares. Os tradicionais campos de pelada a cada dia cedem espaço para casas, ruas, escolas e hospitais ou são abandonados ao tempo, quando são privatizados por grupos restritos que os utilizam, de maneira eleitoreira e fisiológica. Tal fator combinado ao crescimento da indústria do futebol, que contribui, cada vez mais, para formar uma população de meros espectadores e consumidores de mercadorias esportivas, significa a crescente destruição do futebol de várzea como forma de integração social e lazer das classes populares.

O futebol participativo é um evento popular com abrangência municipal que tem como finalidade maior resgatar a importância do futebol de várzea como alternativa de lazer e promover o estímulo à auto-organização e mobilização da população das comunidades de

³¹ Prefeitura do Recife, Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães, Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer.

baixa renda da cidade. Trata-se de um campeonato de futebol de várzea envolvendo mais de 600 equipes das seis regiões políticas administrativas da cidade, associado a uma campanha pelo resgate da cidadania popular, cujo objetivo central é sensibilizar a comunidade esportiva recifense e a população em geral sobre a nova esfera pública de cidadania e participação popular que está sendo construída a partir das diversas ações e programas realizados pela Prefeitura do Recife.

O Futebol Participativo é uma iniciativa da Prefeitura do Recife que, através do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, do Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães/Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, sustentados nos princípios da gestão democrática e do estímulo à auto-organização e à participação popular, busca consolidar os direitos dos cidadãos recifenses, dentre eles, o lazer e o esporte, bens culturais fundamentais para a melhoria das condições de existência da população.

O projeto Futebol Participativo vem se consolidando numa referência de organização no âmbito esportivo que pode vir a nortear outras modalidades na construção dos seus próprios campeonatos. A partir do convênio firmado com o Programa Esporte e Lazer da Cidade, do Ministério do Esporte, está sendo possível inclusive construir uma experiência de interligar o Futebol Participativo com os Círculos de Esporte, através da participação de cada Círculo de Convivência Social na construção, realização e avaliação do Campeonato (a partir dos 11 anos de idade).

Buscamos consolidar uma competição que tem como principal característica o processo de construção coletiva, que surgiu com o intuito de se contrapor ao clientelismo tão presente no setor de esportes e lazer e em especial no futebol. Garantir a participação popular é contribuir para a auto-organização dos praticantes desta modalidade, que apesar de historicamente reproduzirem um modelo de competição atrelado aos valores da sociedade capitalista, desencadearam, nestes últimos anos, potencialidades que acabaram por fortalecer princípios fundamentais que desenvolvem a cultura popular e o trabalho coletivo, a partir desses espaços de discussão oportunizados pelo projeto, as equipes e entidades representativas dos bairros criaram conosco as condições necessárias para a realização do evento, respeitando as particularidades de cada região da cidade. Desta forma, o futebol participativo conseguiu reunir o maior número de equipes e participantes em um campeonato de futebol de várzea do qual se tem registro. Além disso, o que torna o projeto diferente não é apenas envolver toda a cidade, e sim o fazer coletivo, buscando superar o modelo de organização esportiva tradicional ainda vigente.

O campeonato está dividido em duas etapas: a primeira se dá nas Regiões Político-Administrativas do Recife chamadas de RPAs, a segunda com os quatro melhores colocados das RPAs denominada Copa dos Campeões do Recife. Dentro do seu planejamento, são realizadas reuniões que tratam do regulamento da competição, confecção das tabelas de jogo, forma de disputa, democratização dos campos e o debate sobre o futebol enquanto fenômeno esportivo cultural.

Dentro das suas metas, o projeto pretende atender cerca de 18 mil peladeiros e 600 equipes divididas em quatro categorias: aberto, veterano, sub-15 e feminino; totalizando 20 mil pessoas, entre árbitros, comissões técnicas e comissões de apoio. Outra meta é realizar cerca de 1.500 jogos no período de cinco meses, atendendo aos segmentos da juventude, adulto e idoso, sendo nos gêneros masculino e feminino.

O planejamento do futebol participativo 2006 ocorre em três etapas: **reuniões de aproximação**, que discutem e definem as inscrições, o regulamento da competição e a eleição de delegados por RPAs para unificação do regulamento e sorteio das chaves; **reuniões de manutenção**, que acontecem durante a execução do campeonato, repassando informações e reorganizando a operacionalização, tais como: medidas disciplinares, sistematizações das súmulas e classificação das equipes; e **reuniões de avaliação**, realizadas ao final da primeira etapa e ao final do campeonato, com o objetivo de levantar os principais avanços e necessidades do campeonato em geral.

Desenvolvimento

Baseado nos princípios conforme os quais prevêem uma gestão que prioriza o princípio da participação popular, inversão de prioridades, inclusão social e elevação da consciência política. O futebol participativo desde a sua criação até os dias de hoje vem consolidar estes princípios através de uma sistemática onde a Prefeitura do Recife através da Diretoria de Esportes organiza junto a todos os envolvidos, direta ou indiretamente, um campeonato, visando fortalecer e preservar o futebol de várzea. Esta participação tem importância no sentido de que os participantes (atletas, diretores, treinadores, comissões de apoio, associações de bairro e comunidade em geral) apresentam suas particularidades e problemáticas, e nesta relação buscam suprir e elevar a consciência e a auto-organização dos participantes. Neste sentido, o projeto vem se diferenciando de outras práticas esportivas tanto amadoras quanto profissionais, possibilitando o acesso a todos, com inscrições gratuitas, construção do regulamento com a participação dos envolvidos, resgate da cidadania popular, democratização dos campos de várzea em toda

região da cidade do Recife; buscando consolidar o direito e o acesso ao esporte e ao lazer. Evidenciam-se desta forma alguns princípios pedagógicos apresentados dentro do projeto Futebol Participativo, como por exemplo o princípio da auto-organização e do trabalho coletivo através da formação das equipes, organizadas por amigos e moradores do mesmo bairro, possibilitando competências com divisões de papéis e funções em prol do coletivo.

Trabalhar coletivamente significa saber organizar e dirigir um grupo quando é necessário, e também saber obedecer quando for preciso (SILVA & SILVA, 2004).

Outro princípio é o da intergeracionalidade que se dá nas reuniões com os representantes das equipes tradicionais, interagindo em conformidade com as equipes mais jovens que apresentam diferentes concepções. Deste conflito é que se dá a inter-relação entre as diferentes gerações perpassando o resgate da cultura esportiva da comunidade. Outro ponto deste repasse cultural de valores se dá na ação das equipes que participam do campeonato em relação com a criação das escolinhas esportivas em detrimento do acúmulo e experiência que estas equipes construíram ao longo dos anos, dando uma solução de continuidade para o repasse desse conhecimento e o trabalho realizado nas comunidades relativo à prática do esporte e lazer. Outra ação nas comunidades relacionadas ao esporte e lazer pode se levar em conta a vida cotidiana das pessoas em torno do clube ou associação, que pode se dar através do futebol com outras ações culturais, locais e regionais.

O Futebol Participativo em sua essência já é um trabalho socialmente útil, pois trata de uma das necessidades humanas como são o esporte e o lazer, tem características emancipatória dentro de sua organização e forma de construção evidenciando em sua prática o valor de uso de forma a reorganizar ou refazer os conceitos da competição levando as ações de autodeterminação dentro do trabalho coletivo.

A problematização no decorrer do Futebol Participativo se dá no momento das primeiras reuniões quando os coordenadores e monitores de RPAs debatem as possibilidades de organização a partir da avaliação do ano anterior, das mudanças e avanços relativos à prática social da comunidade. O processo de instrumentalização acontece a partir das condições que são oferecidas para desenvolver o trabalho de formação das equipes, que passa desde os instrumentos geopolíticos onde os grupos optam na escolha dos locais dos jogos, contribuindo para a participação de forma a não ter que dispor de gastos com transportes, além de oferecer informações sobre a modalidade

como curso de regras de futebol e formação técnico-pedagógico para os agentes de esportes comunitários que atuam diretamente na organização e realização das partidas. Os momentos de catarse se dão no festival de abertura onde as equipes se encontram, se confraternizam e desfilam nas suas diversas formas de organização; fruto da primeira etapa de construção do campeonato. O segundo momento pode-se descrever nas partidas que acontecem durante o campeonato, onde o público participa através das festas das torcidas e da participação dos vários segmentos das comunidades envolvidas como: crianças, jovens, adultos e idosos, familiares, comércio local, rádios comunitárias e outros.

Em sua organização e execução, o Futebol Participativo vem contribuindo para dialética do esporte popular, com o diálogo dentro das reuniões específicas abordando o modelo tradicional de se fazer futebol e de que forma podemos adequar a competição atendendo às necessidades e viabilizando o acesso de forma igualitária. Um desses instrumentos é a construção do regulamento que altera regras para beneficiar o trabalhador no seu tempo livre além de democratizar 40 (quarenta) campos de várzea, públicos e privados, realizando cerca de 100 (cem) jogos por final de semana alterando de forma significativa a rotina da cidade.

A arbitragem do Futebol Participativo se dá através de um convênio com o Sindicato dos Árbitros de Pernambuco (SAPFEP), garantindo transparência na relação do poder público com os investimentos neste setor; priorizando a participação de cerca de 150 árbitros do quadro de árbitros amadores, além dos trabalhadores que fazem parte das comissões de apoio e monitores de mobilização e articulação comunitária que passam por formação específica para atuar no campeonato. Essa formação acontece a partir da observação da atuação destes trabalhadores no processo de construção do campeonato onde todos são convidados a inserir-se nessa qualificação para melhor desempenhar suas atividades, além de outras que precedem uma remuneração pelo trabalho. Outra questão significativa refere-se ao conselho de usuários que é organizado de forma representativa a partir das reuniões iniciais, onde questões relativas ao campeonato bem como à conservação e ao uso dos equipamentos são debatidos e encaminhados pelo grupo eleito por consenso, que representará suas respectivas áreas e defenderá as propostas antes consensuadas pelo grande grupo. A ação do conselho não é limitada apenas à reunião de unificação do regulamento, mas estende-se durante todo o campeonato, focando, entre outros, melhorias no espaço, comissão disciplinar, delegados de jogo, comissões de apoio e interlocutores das equipes junto à coordenação.

Ao longo de três anos, várias foram as ações pelo resgate da cidadania popular, implementadas e aprimoradas pelo projeto. A princípio, a cobertura das rádios comunitárias e, a posterior, um sistema mais amplo de comunicação fizeram com que os sujeitos se enxergassem dentro do campeonato aumentando assim a auto-estima e desmistificando o rótulo de violência e criminalidade vinculado aos diversos bairros do Recife, bem como o estímulo ao comércio informal que cresce nos campos de várzea nesse período, podendo também os atletas exercerem sua cidadania através da adesão de documentos (CPF, identidade, outros), que afirmam sua existência perante a lei, e os movimentos culturais populares como grupos de teatro de rua, bandas marciais e agremiações, que podem mostrar à coletividade as suas produções. As relações pessoais se tornam também afetivas nesse grande grupo onde o respeito e as regras da boa convivência têm lugar cativo estreitando os laços de amizade entre as pessoas e exercendo um papel conciliador entre conflitos, muitas vezes, sem sentido que há décadas enraizavam a violência e uma rivalidade entre os bairros.

Dentro do universo tradicionalmente masculino que é o futebol, mudanças significativas relativas ao gênero já podem ser observadas, as mulheres assumem um papel importante, não só como mais um componente da rotina do campeonato, como também como sujeito que contribui para a emancipação feminina através da ocupação desse espaço e como participante ativo da organização do mesmo, onde na coordenação e execução do trabalho podemos observar as mulheres neste que era exclusivo para homens, como árbitras, delegadas de jogos, técnicas, dirigentes de equipes, atletas, monitoras de mobilização e articulação, e parte integrante das diversas comissões técnicas das equipes do campeonato.

CONCLUSÃO

O Futebol Participativo por fim avança em um novo formato de organização esportiva que apesar de sua complexidade viabiliza a prática esportiva das pessoas em seu tempo livre ou tempo liberado do trabalho, ainda em uma perspectiva de superação e elevação da consciência política, rompendo com as práticas assistencialistas, podemos potencializar ainda mais as diversas formas de organização popular; bem como fortalecer a luta de classes através das relações com os sindicatos e representações esportivas comunitárias, reorganizando as relações de condições de trabalho/lazer na perspectiva da produção de valores de uso.

Quanto à formação, podemos enfatizar entre nossas experiências os conselhos de usuários criando um novo tipo de liderança,

ampliando o número de pessoas envolvidas no processo coletivo não só relativo ao futebol, como também nos diversos problemas inerentes à cidade, como segurança, saúde, educação e política, tornando o campeonato de futebol como um instrumento eficaz na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILVA, J. A. A.; SILVA, K. N. P. *Círculos Populares de Esporte e Lazer: Fundamentos da Educação para o Tempo Livre*. Recife: Bargaço, 2004.

Política Nacional de Juventude - Arco de Esporte e Lazer - Uma Ação Compartilhada com a Política Municipal de Esporte e Lazer em Recife (PE)

José Nildo Alves Caú

Josuel Salvador de Arruda

Jamerson Antonio de Almeida da Silva

Katharine Ninive Pinto Silva

Mariana Lins de Oliveira

Thiago Antonio L. de Alencar³²

I - Política Nacional de Juventude – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

O Projeto de Qualificação Profissional integrado à formação geral deverá contribuir especificamente para a identificação de oportunidade de trabalho e capacitação dos jovens para o mundo do trabalho, identificação, elaboração de planos e desenvolvimento de experiências comunitárias como instrumento de inserção produtiva e de comunicação.

A proposta de organização e Formação Continuada do Arco de Esporte e Lazer vem propor a qualificação dos jovens, nas seguintes ocupações: recreador, agente comunitário de esporte e lazer, monitor de esporte e lazer e animador de eventos. Buscando, assim, oportunizar aos jovens do arco a apropriação de novas aprendizagens em diferentes campos de vivência social, criando e validando múltiplas formas de aprendizagens. Assim, visa possibilitar a ampliação e o acesso ao conhecimento sistematizado, por meio da utilização de uma organização curricular inovadora e flexível, especificamente criada para o programa, cujo maior desafio é romper com duas clássicas dicotomias: educação geral X formação profissional e educação X ação cidadã.

De fato, um dos graves problemas que tem contribuído para que os processos de escolarização não venham obtendo êxito encontra uma das suas principais causas na separação entre a teoria e a prática, quando o ensino e a aprendizagem se materializam na escola na condição de prática social. Particularmente entre os jovens, como

³¹ Prefeitura do Recife, Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães, Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer.

mostram vários estudos, esse é um fator desestimulante em relação à frequência à escola, tendo em vista que os conteúdos trabalhados mostram-se distantes do concreto da vida cotidiana (CURY, 2004; MAZAGÃO, 2004). Nesse mesmo contexto, situa-se o distanciamento entre a escolarização e a formação para a cidadania, o que vem impossibilitando a aquisição de valores que conduzam à participação na construção da emancipação da sociedade (ARROYO, 1998).

O projeto pedagógico do ProJovem concebe a educação como processo construtivo e permanente, que vai da vida para a escola e da escola para a vida, tentando, assim, articular conhecimentos teórico e prático de modo tácito. Além disso, privilegia a dimensão histórica e cultural nos processos formativos, de modo que as novas gerações apropriem-se do projeto histórico de uma sociedade. Ao mesmo tempo, também procura promover a auto-realização e o desenvolvimento pessoal dos jovens. Segundo Caú (2005,P.12), a formação é a síntese da relação do outro compartilhado por todos. É preciso que a formação seja instrumento de mobilização do transformar em ação. É a alegria que se constrói nesse compartilhar. É a totalidade do sujeito que sente, compreende e age, lutando pela transformação social, onde o maior número de sujeitos conquista a felicidade.

Consoante com as diretrizes do Programa, a formação do Arco de Esporte e Lazer vem agregar o conhecimento sistematizado sobre as diferentes ocupações, articulando-o às vivências em espaços pedagógicos inovadores, por sua vez, diretamente articuladas às ações da Política Municipal de Esporte e Lazer, buscando estabelecer nexos com outros setores da gestão no processo de organização e formação continuada ao longo dos três meses. Sendo assim, segundo Bottomore apud Silva (2005:p.11):

A liberdade é o fundamento principal para a atividade humana. Mas a liberdade não é simplesmente ausência de interferência ou de coerção, é muito mais rica e mais ampla. No marxismo, a liberdade é entendida como a eliminação dos obstáculos à emancipação, através do desenvolvimento das possibilidades humanas, e à criação de formas de associação dignas da condição humana.

II - Arco de Esporte e Lazer – uma ação compartilhada

A proposta de formação inicial ou arcos de ocupação entende-se enquanto um conjunto de ocupações (que possuem uma base técnica comum), que podem abranger as esferas de produção e da circulação (indústria, comércio, prestação de serviço), garantindo uma formação mais ampla e aumentando a possibilidade de inserção ocupacional do/a jovem trabalhador/a (assalariamento, auto-emprego

e economia solidária).

O tema "Esporte e Lazer" durante muito tempo foi visto como assunto menor, entendido como mera "diversão", algo sem maior importância na formação das pessoas. Em se tratando de política pública, utilizada enquanto instrumento de barganha eleitoral e atendendo a uma lógica econômica do entretenimento banalizado. Onde as supervalorizações do trabalho e da produção econômica são comuns em uma sociedade capitalista.

Ressaltando que no Recife, apesar de ser conhecido como um grande pólo cultural do país, o avanço do "projeto neoliberal" nos últimos vinte anos vem destruindo também espiritualmente o nosso povo. Isto tem afetado mais gravemente as classes populares, em função da diminuição do "tempo liberado do trabalho" do tempo de fruição, produção cultural e esportiva. Onde a população jovem do Recife é de 687.457 (15 a 24 anos), ou seja, 45,83% da população total³³, considerando que 616.000 pessoas vivem em condições de pobreza extrema³⁴. Tal fato está relacionado aos altos índices de desemprego e de pessoas ociosas, com o aumento da jornada de trabalho, a privatização e a destruição dos espaços públicos, além da crescente apropriação do tempo liberado pela indústria cultural e pela iniciativa privada.

O cenário vem sofrer grandes transformações, principalmente através de diversas administrações populares que vêm desenvolvendo políticas públicas balizadas na democratização do acesso ao esporte e ao lazer enquanto um direito social. Aos poucos, vemos aumentar o grau de importância, muito em função do estímulo da demanda, que ressalta cada vez mais a necessidade de qualificar os jovens que vão atuar nesses campos. É fato concreto que nas áreas de esporte e lazer crescem visivelmente os postos de trabalho e as oportunidades de atuação. Governos e empresas em geral começam a perceber e a entender a verdadeira relevância social desses agentes sociais, que atuam nos diferentes setores do campo esportivo e cultural. Reconhecemos, segundo aponta Silva (2005, p:18):

Um dos elementos centrais de uma política de esporte e lazer é a formação de quadros para a atuação no setor, e esta formação se dá desde a criação e a consolidação de cargos, até a formação continuada de todos os envolvidos. Numa perspectiva democrática e popular, o trabalho com esporte e lazer deve se dar na perspectiva educativa, com projeto histórico definido e com ênfase na construção de uma nova realidade social.

³³ Ver Atlas do IDH da cidade de Recife.

³⁴ Fonte do IBGE, 2001.

O Arco Ocupacional de Esporte e Lazer, em Recife, foi definido a partir de demandas de setores expressas em pesquisas³⁵ que apontavam para o referido Arco. Além do que se levou em conta a relevância que vem assumindo a Política Municipal de Esporte e Lazer, através do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer. Essa política vem estimulando a citada demanda, através dos diferentes campos de ação do setor, e apontando a necessidade de qualificar os jovens para atuarem no campo de ação da política, por meio de uma integração com os diferentes setores do turismo e da cultura.

Ressaltando que, no contexto nacional em que se insere o Pro-Jovem o qual está em implementação nas 27 capitais do país, o Arco de Esporte e Lazer só foi demandado nas cidades do Recife e do Rio de Janeiro. A meta em Recife é a qualificação de 2.400 jovens nas seguintes ocupações: monitor de esporte e lazer, recreador, agente comunitário de esporte e lazer e animador de eventos.

III - Arco de Esporte e Lazer: da realidade às possibilidades de formação para o tempo livre

Para que fossem implantadas as atividades formativas do Arco em destaque, partiu-se do suposto de que o educador, para ter êxito, não pode prescindir do domínio dos conteúdos específicos do esporte e lazer, de maneira que isto lhe permita perceber seus pontos de interseção³⁶ e as demais dimensões que envolvem suas práticas na qualidade de uma ação humana. Desse modo, os próprios conteúdos devem possibilitar a reflexão pedagógica sobre a realidade social para que seja considerada a relação entre teoria e prática, a partir do contexto sociopolítico em que se atua. Segundo Silva (2005, p:12), um trabalho educativo tendo em vista a emancipação humana é uma possibilidade, e é possível construir isso também a partir do lazer e do esporte, tendo em vista que esses são espaços de extrema capacidade de construção de mecanismos de associação, de desenvolvimento de construções coletivas.

Com base nesses pressupostos, partiu-se das experiências acumuladas na implementação do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer³⁷ agregadas ao material didático-pedagógico – produzido para esse Arco Ocupacional do ProJovem – pela equipe de formadores da COPPE/UFRJ. Utilizando-se desses subsídios, as atividades tiveram curso por meio de seções coletivas de planejamento, aulas teóricas, visitas técnicas e momentos de avaliação. Vale informar que estas se instalaram como um projeto piloto na Estação Juventude situada no bairro do Ibura na cidade do Recife.

³⁷ Como antes referido, este Programa integra as Políticas Públicas para o Esporte e o Lazer que vêm sendo implementadas pela Prefeitura da cidade do Recife.

O planejamento foi concebido com a participação ativa dos agentes envolvidos: gestores, coordenadores, oficineiros, monitores e jovens. Teve lugar em encontros semanais, onde houve troca de saberes entre os atores envolvidos que, assim, puderam discutir coletivamente suas experiências teóricas e práticas. O conteúdo dessas discussões serviu de subsídio para a construção e organização das atividades do Arco, explicitando o uso de uma metodologia que permitiu considerar as necessidades e interesses dos jovens em formação e a relevância do esporte e lazer como um direito social, ou seja, como elementos fundamentais para o desenvolvimento integral do cidadão. Nesse contexto, buscou-se garantir, também, o debate sobre os Fundamentos da Educação para o Tempo Livre (SILVA & SILVA, 2004) e sobre as especificidades da formação do agente comunitário de esporte e lazer, do animador de eventos, do recreador e do monitor de esporte.

Quanto às aulas teóricas, elas foram desenvolvidas de maneira a atender aos conceitos e fundamentos específicos de cada ocupação, através de estratégias didáticas que possibilitassem a participação ativa dos formandos e se distanciassem de práticas tradicionais de ensino. Levou-se em conta que se tratavam de jovens que haviam sofrido a exclusão da escola tradicional e, portanto, teriam que ser estimulados a vivenciar um processo de inclusão em outro patamar. Neste sentido, além de aulas expositivas dialogadas, tais estratégias materializaram-se na utilização de jogos educativos, na participação de profissionais da área que socializaram suas experiências, na exibição de filmes com debates sobre seus conteúdos e no uso de músicas, cujas letras se adequavam à formação. Velou-se para que as atividades contemplassem o trabalho em grupo e para a coletivização das experiências vivenciadas.

Os espaços de aprendizagem, em que os jovens puderam verificar na prática a aplicação dos conhecimentos teóricos trabalhados, foram garantidos também pela realização das *visitas técnicas* a diversos espaços e equipamentos de esporte e lazer, eventos culturais e esportivos disponíveis na cidade do Recife.

Os jovens em formação tiveram a oportunidade de conhecer como são organizadas e desenvolvidas as Oficinas Sistemáticas de Esporte e Lazer do Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães. Conheceram, também, equipamentos de lazer como o Museu Ricardo Brenand e o Teatro Santa Isabel e participaram ainda da execução de atividades de ação comunitárias. Dentre essas últimas situou-se o Arrastão do Lazer no Ibura, que se configurou como a primeira atividade de sensibilização desenvolvida através de diferentes oficinas esportivas e culturais realizadas na comunidade do Ibura. Essas oficinas foram coordenadas pelos educadores sociais do Programa Círculos Popu-

lares de Esporte e Lazer, com o intuito de possibilitar aos jovens o conhecimento e a apreensão da importância da ação comunitária no processo de formação do agente comunitário de esporte e lazer. Outra ação foi o Dia Temático do ProJovem realizado no Ibura em parceria com a Fundação Roberto Marinho, que possibilitou a atuação dos jovens no processo de organização de um evento cultural.

Na organização e realização do Festival das Juventudes da Macaxeira (evento realizado pelo Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer), os jovens em formação tiveram um envolvimento mais atuante. Pode-se dizer que esse festival caracterizou-se enquanto espaço de formação para as quatro ocupações do Arco, uma vez que os jovens puderam atuar na sua organização. Em outras palavras, eles assumiram funções diversificadas, definidas de acordo com as várias ocupações: organização dos torneios esportivos, condução de oficinas esportivas e culturais, animação do evento, condução e organização de palco nas apresentações culturais. É importante salientar que esse processo de formação possibilitou a integração com outros jovens de outras comunidades (Ibura, Macaxeira, Guabiraba, Alto José do Pinho, Morro da Conceição e Alto Santa Terezinha) do Recife. Considerando, também, que todas as atividades realizadas são espaços de instrumentalização para construção do Festival das Juventudes do Ibura, enquanto espaço de avaliação e conclusão do processo de formação do Arco de Esporte e Lazer.

As visitas técnicas foram marcadas por um grande envolvimento e participação dos formandos, podendo-se dizer que se constituíram em espaços onde eles puderam “desmistificar” os conceitos subjetivos discutidos nas aulas teóricas e vivenciar, na prática, a dinâmica de trabalho do educador social de esporte e lazer. Nesse sentido, Silva aponta que:

A atuação no setor de esporte e lazer, numa perspectiva democrática e popular, busca superar a visão simplista e alienante que reduz o lazer ao entretenimento e ao distanciamento da realidade. Assim, a ação crítica no âmbito do esporte e lazer deve garantir a participação e a elevação cultural da população e o estímulo ao exercício da cidadania. Sendo assim, este profissional deve ser capaz de atuar numa equipe multidisciplinar buscando um trabalho interdisciplinar, de estabelecer intercâmbio de experiências realizadas em vários movimentos e de se engajar nos processos de participação esportivo-culturais (2005, p:18).

IV - Festival de Juventude do Ibura – ação compartilhada dos jovens com suas comunidades

A proposta do Arco de Esporte e Lazer teve como objetivo de conclusão, que os jovens ao final tivessem a capacidade de realizar um evento esportivo e cultural em sua comunidade, com intuito de colocar em prática todos os conhecimentos apropriados ao longo dos três meses dessa unidade formativa, relacionando os conhecimentos teóricos e as práticas inerentes com as ocupações de recriador, animador de evento, agente comunitário de esporte e lazer e monitor de esporte e lazer. Dessa maneira, os jovens do Ibura, em Recife, construíram e realizaram um grande evento na comunidade, que foi o Festival da Juventude do Ibura.

O Festival da Juventude do Ibura foi planejado, construído e executado como a atividade de finalização do Arco de Esporte e Lazer do ProJovem – Projeto Piloto no Ibura. Para todos os educadores que compartilharam esse processo de formação, é sabido o quanto foi importante para os jovens a consolidação das atividades. Para Branco & Abramo:

Uma dimensão inovadora constatada em várias pesquisas sobre práticas juvenis no Brasil e em outros países se refere à importância da esfera da cultura e do lazer como espaço produtor de sociabilidade. Nos espaços de lazer, os jovens podem encontrar possibilidades de experimentação de sua individualidade e das múltiplas identidades necessárias ao convívio cidadão nas suas várias esferas de inserção social. As diferentes práticas de experiências coletivas em espaços sociais públicos de cultura e lazer podem ser consideradas verdadeiros laboratórios onde se processam experiências e se produzem subjetividades (2005, p.172).

Nesse processo de construção do Festival da Juventude do Ibura, os jovens criaram diversos canais de interlocução entre os pares envolvidos. Para muitos, os espaços de cultura e lazer representaram uma inserção plena na sua comunidade, sentindo-se útil. Para Branco & Abramo (2005, p.177), a autonomia dos sujeitos sociais nos tempos e espaços de lazer encontra sua relatividade no modo como esses se inserem na esfera produtiva, estabelecem suas relações culturais e também na maneira como experimentam a liberdade de ação política em determinado contexto social comunitário. Diante disto, a participação dos jovens e a condução dos espaços criados com liberdade foram fundamentais para a consolidação do evento de conclusão do Arco de Esporte e Lazer, no bairro do Ibura, em Recife (PE).

O processo de construção se deu através de reuniões realizadas semanalmente, com a participação de cerca de 40 jovens, oriundos das diversas comunidades do Ibura: UR 01, 02, 03, 05, 10, 11, 12, Jordão, Monte Verde, Três Carneiros, Lagoa Encantada, Zumbi do Pacheco, Vila dos Carneiros, Ibura de Baixo. Dentre eles, havia os jovens do Arco e os jovens representantes de vários segmentos ligados ao esporte e lazer, como o break dance, grafite, skate, bandas, equipes esportivas e grupos culturais.

O processo de articulação e mobilização envolveu uma série de entidades a saber: Rede Reação Umarle; Associação de Surfistas e Skatistas do Ibura; Associação de Moradores de Lagoa Encantada; e jovens das comunidades próximas. Na realização do Festival, contou com apoio dos comerciantes das comunidades envolvidas: Salão de Beleza Eliane; Churrascaria Apolo; panificadoras Massas Doces, São Severino e Tel Aviv; mercadinhos Progresso, URP Box e UR 01; Sorveteria Shelu; Máster Rações; JCR Studio Show; Academia Max Corpo; depósito de água Vidda; Aki Locadora; Açougue Central do Zito; Lojinha do Aprígio; e Lanchonete Guará Sucos.

Os jovens estruturaram o evento em cinco comissões sendo elas: comissão de estrutura; apresentação cultural e palco; vivência e roda de diálogo; torneios e campeonatos; mobilização e comunicação. Cada uma com uma função específica garantindo a participação e o envolvimento de todo o grupo. Durante as reuniões, foram garantidos momentos de discussão e deliberação, onde as comissões apresentavam suas propostas e o grande grupo decidia coletivamente, foram espaços bastante ricos de incentivo a participação, respeito ao grupo e à opinião da maioria.

Os jovens envolvidos na comissão de estrutura estavam responsáveis em identificar os espaços e equipamentos de lazer no Ibura, a fim de propor para o grande grupo o local onde aconteceria o Festival. Vale registrar que também foi função desta buscar apoios e patrocínios com os comerciantes da comunidade.

A comissão de apresentações culturais e palco teve como função organizar a programação do Festival, garantir transporte para os grupos e coordenar o palco no dia do evento. O grupo responsável pela comissão de vivências e roda de diálogo apresentou a proposta dos temas das rodas de diálogo, fez articulação com osicineiros e organizou as demandas ligadas às vivências, oficinas e rodas de diálogo.

Foi tarefa da comissão de torneios e campeonatos a articulação com as equipes participantes de futebol (12 equipes) e discutir com as mesmas o regulamento dos torneios. A comissão de mobilização se comprometeu em construir e articular instrumentos de divulgação do Festival, como panfletos, rádios comunitárias, carro de som, divulgação em escolas, etc. As funções específicas estavam

diretamente relacionadas aos conteúdos desenvolvidos ao longo da unidade formativa do Arco de Esporte e Lazer, possibilitando mais uma vez, aos educandos de fazer a relação teoria-prática.

V – Festival da Juventude do Ibura – O estímulo à autodeterminação dos jovens

O Festival teve início com uma roda de diálogo com tema: A juventude mudando a cara do Ibura. É importante considerar que a metodologia da roda iniciou com a leitura de uma pesquisa realizada na internet pelos jovens, que constatou que o Ibura só era registrado através notícias na mídia com fatos de violência e grande índice de homicídios na cidade. No decorrer das discussões, um jovem (aluno do Arco de Esporte e Lazer e morador do Ibura) aponta na sua fala: “Quem está no Ibura, vê e pensa em Boa Viagem, mas será que quem está em Boa Viagem, também olha para o Ibura”. Após a leitura, os facilitadores fizeram uma apresentação do tema. A fala do jovem, enquanto morador da comunidade e que vivencia toda aquela realidade, destacou o papel da mídia enquanto instrumento negativo para a sua comunidade, pois:

É a mídia que constrói toda a visão negativa, logo o Ibura não tem só violência, temos também um grande número de moradores que produz cultura em seus diferentes aspectos, seja o(a) jovem que faz poema, toca percussão, enfim aqui é um celeiro de artistas, ou seja, a galera que faz arte.

Outro jovem aponta algumas perguntas para o grande grupo:

O que precisamos para nos organizar? Quais os nossos desafios? Mudar a cara do Ibura com este momento com a gente que fez e está fazendo hoje... mudar a realidade, ter consciência, ter cultura, mudando o lugar que você mora, mudar o Brasil.

A roda de diálogo foi muito rica, pois no processo de construção e realização do Arco de Esporte e Lazer, conseguiu-se atingir o objetivo de avaliação do papel social do ProJovem/Arco de Esporte e Lazer para os jovens daquela comunidade, envolvidos direta e indiretamente com a realização do Festival. Reforçando também, a necessidade desmitificar a temática de violência que para Abramo & Branco:

A violência física é jovem, no Brasil ou em qualquer lu-

gar. Não ocorre só entre jovens, é claro. É inegável, no entanto, que estatisticamente concentra-se na juventude. Assim como as crianças, adultos e idosos também sofrem violência, mas em regra são protegidos pelas instituições [...]. É na adolescência e na juventude, período de vida de maior liberdade, que os riscos se acumulam. Liberdade e risco são duas faces de uma mesma figura (2005, p.260).

Os mesmos autores afirmam que as formas de lazer juvenil como experiência cultural coletiva devem-se reportar à centralidade do grupo de pares no processo de formação humana. A convivência em grupos possibilita a criação de relações de confiança; desse modo, a aprendizagem das relações sociais serve também de espelho para a construção de identidades coletivas e individuais (2005p.177).

Em síntese, a roda de diálogo apontou para algumas problemáticas e desafios: os estigmas criados pela mídia em algumas comunidades, o Ibura enquanto espaço rico em cultura, a importância da organização juvenil, as diferentes formas de violência sofrida pelos jovens da periferia, resistência cultural, experiência do Arco de Esporte e Lazer/ProJovem como forma de fomentar a organização dos jovens e construção de identidades coletivas e individuais.

A noite culminou com a apresentação cultural do grupo Maracatu Leão da Campina, constituído de jovens e crianças da comunidade.

Nos dois dias seguintes de Festival, foi realizada uma diversidade de atividades culturais e esportivas, a saber: o Torneio de Futebol no Campo da Lagoa Encantada, envolvendo 12 equipes formadas por alunos do ProJovem e da comunidade, em duas categorias, (infantil e juvenil); Campeonato de Skate (envolvendo 50 jovens); oficinas e vivências de artesanato, dança, capoeira, judô, pintura a dedo; jogos populares; Cine Surf³⁸; Break; Grafite e as apresentações culturais. O número de participantes foi muito expressivo nessas atividades, com uma média de 30 pessoas por oficina por atividade. É importante ressaltar que todas as oficinas foram facilitadas pelos alunos do ProJovem e jovens representantes de organizações da própria comunidade.

O Festival envolveu 16 grupos, em diferentes gêneros musicais, como gospel, rock, heavy metal, rap, hard core, afoxé, maracatu, brega, que são os seguintes: A.D.M., Angel Fire, Duque de Araque, Morphina, Six Clows, Odiados, Liberdade Vigida, Cósmicos, Fancy, Mente Engatilhada, Tu és HC, NOB, Sinestezia, Invencíveis, Cliver, Maracatu Leão da Campina e Cover do Calipso. Todos os componen-

³⁸ Cine Surf constitui de uma exposição de fotos, vídeos, peças artesanais e pranchas organizada pela Associação de Surfista do Ibura.

tes dos grupos participaram de todas as reuniões de construção e na definição dos critérios de participação. Um dos critérios definido pelos representantes dos grupos culturais é que todos deveriam participar das rodas de diálogo programadas no Festival. Com isso, os jovens também participaram da roda de diálogo sobre redução de danos, que, em síntese, apontou na discussão: os tipos de drogas, o que são drogas?, os tipos de usuários, os aspectos políticos, culturais e socioeconômico que estão por trás do uso, redução de danos – o ato de informar e aconselhar a moderação e a orientação e prevenção.

Reconhecemos que o Festival de Juventude do Ibura apontou para todos o quanto o processo formativo contribui para a formação dos jovens que abraçaram a oportunidade do Arco de Esporte e Lazer/ProJovem. É sabido que os jovens apostaram e mostraram que têm capacidade para organizar e produzir cultura através auto-organização juvenil.

Podemos arriscar dizer que o processo formativo atendeu a expectativas que alguns jovens expressaram em relação ao Arco de Esporte e Lazer quando do início das atividades. Os depoimentos abaixo ilustram essa inferência:

Espero que este Arco que é Esporte e Lazer venha ser um bom proveito. Já que o tempo que temos é pouco demais. E que cada um de nós do grupo possa aproveitar ao máximo para que, ao término do curso, possamos ter em mente o conhecimento, a prática e a qualificação sobre esporte e lazer. E que cada um de nós possa desejar seguir adiante em conhecimento e que não pare por aqui.

Espero que tenhamos algumas oportunidades para trabalhar nesse espaço que é cultura e lazer e possamos conhecer pessoas diferentes e nos identifiquemos com elas. Também que seja bom para todos nós tudo que aprendermos de bom e possamos passar para a comunidade.

Vale salientar que todas as atividades passaram por um processo de avaliação, no qual estiveram envolvidos os alunos, monitores, oficinairos e coordenadores. Em termo coletivo, a avaliação consistiu na realização de reuniões tanto ao término das atividades teóricas como das práticas. Individualmente, os alunos foram avaliados através da elaboração de relatórios, frequência, participação e envolvimento nas ações. É importante também informar que todas as atividades foram sistematizadas através de registros escritos, filmagens e fotografias.

IV - Considerações finais

Conforme mencionado, a experiência formativa apresentada se desenvolveu como uma experiência piloto. Seus acertos e erros deverão servir de subsídios para a realização de outros processos formativos semelhantes no conjunto das Estações da Juventude que integram o ProJovem na cidade do Recife.

Trata-se, portanto, de um significativo desafio ao se considerar que novos atores deverão ser envolvidos no processo com um número relativamente bem maior. Como garantir que um número bem maior de oficineiros e monitores tenha garantido a formação adequada aos parâmetros e pressupostos aqui apresentados e que nortearam a experiência piloto? Como assegurar a participação ativa de um enorme contingente de jovens nas atividades concebidas? Como criar novas portas de saídas que venham a consolidar a inserção desses jovens ao mundo do trabalho para atuar no setor? Como garantir latente nesses jovens autodeterminação e trabalho coletivo como instrumento de conquista social? Como fortalecer que as novas aprendizagens estabelecidas das relações sociais venham criar identidades coletivas e individuais nos jovens?

Certamente, tais desafios poderão ser enfrentados na medida em que as Políticas Públicas de Esporte e Lazer sejam reforçadas na perspectiva de um direito social e como parte de uma vida cidadã. O convênio firmado com o Ministério do Trabalho (FNDE), bem como o convênio com o Ministério do Esporte (Esporte e Lazer da Cidade), o trabalho realizado no Arco de Esporte e Lazer do ProJovem, na inter-relação com o Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, podem ser fortalecidos com a realização de 120 horas de atividade prática e com a contratação de 17 novos monitores, egressos do projeto piloto realizado na comunidade do Ibura.

Em síntese, concluímos:

Uma democracia não se afirma na base da participação efetiva das massas. A democracia efetiva só pode ser construída sob **igualdades de condições socioeconômicas, culturais, educativas, etc.**, dos seres humanos na produção da sua vida individual e social. O horizonte desta base material, social, cultural (objetiva e subjetiva) não pode ser outro senão o de avançar de uma democracia de massa para relações sociais socialistas (FRIGOTTO, 2002, p.52).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAD, M. *Possibilidades juvenis para o impacto da agenda pública*. Redes de Juventude - Recife, 2004.
- ABRAMO, H. *Jovens e juventude: Contribuições - Participação e organizações Juvenis*. Recife: Redes de Juventudes, 2004.
- _____.; BRANCO, H. W.; MARTONI, P. P. *Retratos da Juventude Brasileira - Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2005.
- CARRANO, P. C. R. *Os jovens e a cidade: Identidades e práticas culturais Angra de tantos reis e rainhas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2002.
- CAÚ, J. N. A. *Juventude e políticas públicas: uma síntese da relação compartilhada no setor de esporte e lazer, na cidade do Recife*. Anais XVI Encontro Nacional de Recreação e lazer, MS, 2005.
- CURY, C. R. J. *Contribuição para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária*. Brasília: [s.n.], 2004.
- FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. *Políticas Públicas: Juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, 2003.
- MARCELLINO, N. C. (org.) *Lazer e esporte - Políticas públicas*. Campinas: SP. Autores Associados, 2001.
- SILVA, J. A. A.; SILVA, K. N. P. *Círculos Populares de esporte e lazer: fundamentos da educação para o tempo livre*. Recife: Bagaço, 2004.
- SILVA, J. A. A. *Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Resistência e dominação no Governo de Pernambuco, entre 1995 e 1998*. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFPE, 2000.
- _____. *Política de Esporte e Lazer como educação emancipatória da juventude - Contradições e possibilidades das políticas democráticas e populares*. Tese de doutorado em Educação. UFBA, 2005.
- SILVA, K. N. P. *Formação de trabalhadores em lazer para uma educação no e para o tempo livre*. Tese de doutorado em Educação. UFBA, 2005.
- SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA. *Plano Nacional de Juventude - Investir no jovem é investir no Brasil*. Brasília: Secom, 2005.
- SPOSITO, M. *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez, 2000.
- WAICHMAN, P. *Tempo livre e recreação*. Campina: PAPIRUS, 1997.

Sistema Práxis de Monitoramento, Avaliação e Controle Social

Jamerson Antonio de Almeida da Silva

Katharine Ninive Pinto Silva

Raphael José D´Castro

Rudson Augusto Moura de Luna³⁹

Sistema Práxis de Monitoramento e Avaliação

O Sistema Práxis de Monitoramento e Avaliação, como o próprio nome sugere, procura garantir uma sistemática de controle e sistematização que garanta a inter-relação teoria/prática necessária à (re)construção de uma política pública. Para tanto, trata-se de uma Tecnologia de Informação e Controle (TIC) que busca sistematizar informações relacionadas desde os diversos aspectos que constituem a identidade dos sujeitos que participam das ações até as questões referentes à organização do trabalho pedagógico das atividades sistemáticas e dos eventos.

Para levantar essas informações, são utilizados alguns procedimentos que se completam, que vão desde os cadastros, diários de bordo e relatórios eletrônicos das ações, coletados pelas diversas equipes, passando pelas visitas de acompanhamento das ações realizadas por coordenadores, gerentes e diretores, pela pesquisa de opinião realizada mensalmente e pelas reuniões com os Fóruns de Gestores.

O Sistema Práxis de Monitoramento e Avaliação trabalha com várias sistematizações sobre a ação (a partir da visão dos participantes, dos educadores, dos coordenadores, gerentes, diretores e do acompanhamento pedagógico), de forma a potencializar o debate sobre as problemáticas e qualificar assim a atuação.

Neste primeiro ano de implementação, a partir do Sistema Práxis, as atividades sistemáticas dos Círculos Populares de Esporte e Lazer puderam ser constantemente avaliadas através dos indicadores sociais definidos no planejamento e dos dados sobre a realidade, coletados e sistematizados em relatórios mensais. Foi a partir da implementação do Sistema Práxis também que cada participante pôde ganhar sua identidade no Programa, e cada Círculo de Convivência Social pôde ter sua autonomia de existência em relação aos educadores, já que cada um ganhou também sua identidade coletiva,

³⁹ Prefeitura do Recife, Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães, Círculos Populares de Esporte e Lazer.

com seu nome definido pelo grupo.

O Sistema Práxis, além desses elementos, garante aos gestores o acompanhamento de sua própria ação, sendo possível cada um acessar uma série de dados e relatórios (a partir de cruzamentos diversos), que possibilitam aos gestores e a suas equipes avaliarem os elementos quantitativos e qualitativos e onde cada problemática possa vir a se manifestar de maneira mais ou menos enfática.

Esses elementos colocaram a Política Municipal de Esporte e Lazer do Recife em um novo patamar de complexidade da ação, inclusive considerando as suas interfaces com outras políticas, programas e projetos, como por exemplo o Programa Esporte e Lazer da Cidade (Ministério do Esporte) e o ProJovem (Secretaria Nacional de Juventude), permitindo a ampliação da circulação de informações que fazem com que o planejamento, a Formação Continuada, a pesquisa e sistematização e a avaliação (interna e externa) possam ser realizados sustentados nos dados da realidade coletados a partir de instrumentos que aproximam à reflexão os vários sujeitos que fazem parte do processo.

Histórico da criação do Sistema Práxis

No início de 2005, as atividades sistemáticas do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer estavam distribuídas em 20 núcleos espalhados nas seis Regiões Político-Administrativas⁴⁰ da cidade do Recife. Estes 20 núcleos contavam com um quantitativo de mais de 200 educadores sociais, o que possibilitava a criação de mais de 1.000 Círculos de Convivência Social. Ou seja, a possibilidade de atender mais de 25.000 usuários sistematicamente!

Assim em 2005, os CPEL tinham mais usuários que a rede pública estadual de Roraima⁴¹ (Ensino Médio), desta forma a luta pela afirmação do esporte e do lazer enquanto um direito apresentava indícios de êxitos, mas a luta pela universalização sempre esteve atrelada à busca da qualidade (FREITAS) no atendimento à população.

Pensando assim desde o princípio, os CPEL se preocupam com a busca de elementos para qualificar suas ações a partir da Formação Continuada, que se caracteriza como espaço/tempo não apenas de formação, mas também de planejamento e avaliação da política (SILVA). Nesta perspectiva, os espaços propiciados pela Formação Continuada (reuniões, seminário e encontros) e até mesmo os momentos informais forneciam os elementos necessários para o planejamento e a avaliação da política. Mas, com a ampliação do Programa, algumas

⁴⁰ Regiões Político-Administrativas (RPAs) são divisões administrativas da cidade.

⁴¹ Fonte: INEP – Censo Escolar 2005.

problemáticas se agravaram. Por exemplo:

- Como organizar o registro das ações de tantos grupos?
- Como obter respostas (rápidas) sobre a adequação do trabalho do educador e os princípios dos CPEL?
- Como obter elementos para nortear a avaliação e o planejamento das ações, de forma a garantir as especificidades de todos os grupos?

Com a finalidade de resolver estes problemas, foi estruturada a primeira proposta de monitoramento sistemático das ações pela equipe da Assessoria de Formação, Planejamento e Avaliação (hoje chamada Assessoria Político-Pedagógica), que na época contava com duas pedagogas e uma professora de educação física.

A proposta consistia num conjunto de formulário que os coordenadores de cada núcleo deveriam preencher mensalmente e devolver para a equipe da Assessoria e esta organizaria os dados, garantindo assim o registro das atividades nos núcleos.

Junto a esta proposta vieram alguns problemas operacionais, o volume de informações era tão grande que o simples recebimento e o arquivamento dos dados consumiriam toda a equipe durante todo seu tempo de trabalho apenas com estas tarefas, e não se resolvia nem o problema do registro, pois o caos provocado pelo volume de informações impossibilitava até a orientação para os coordenadores sobre o preenchimento dos dados.

A solução buscada foi o desenvolvimento de software com a função de armazenar as informações coletadas pelos formulários. Durante o período de desenvolvimento do software, alguns procedimentos foram adotados para consolidar a sistemática de registro das ações por parte dos coordenadores/educadores e outras formas de coleta e análise de dados foram incorporadas à proposta original, que resultaram na criação do Sistema Práxis em outubro de 2005.

O Sistema Práxis

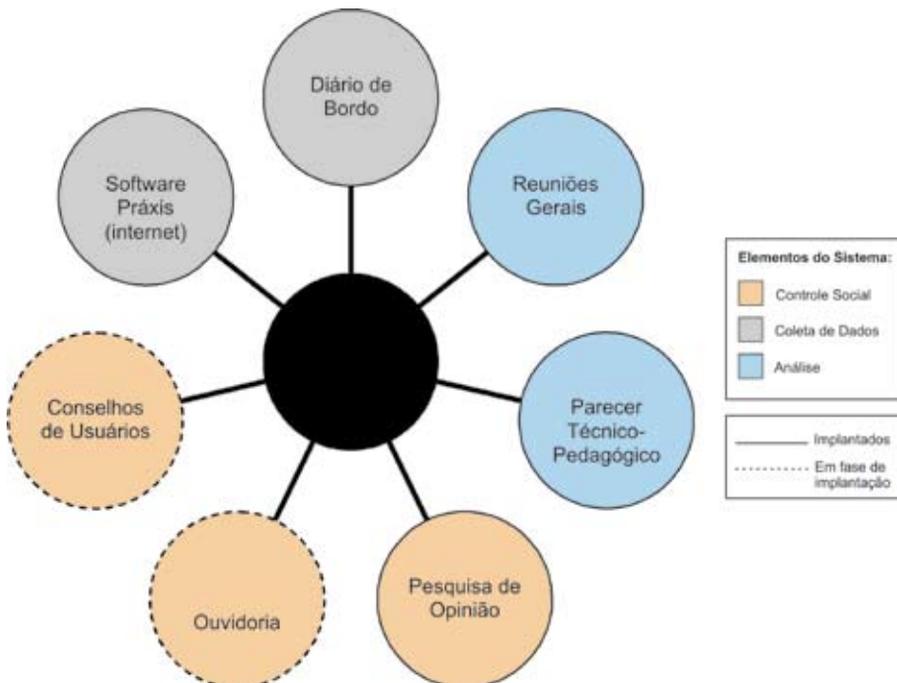
O Sistema Práxis consiste em um conjunto de procedimentos que, apoiado por um software desenvolvido para este fim, sistematiza todas as ações realizadas a partir das atividades sistemáticas dos CPEL (Círculos de Lazer, Esporte e Juventude). E tem como principais funções:

1. Garantir e organizar o registro das atividades realizadas, bem como a sua avaliação e desdobramentos;
2. Fornecer elementos para um planejamento que concilie as

necessidades (demandas) dos usuários e as possibilidades do Programa;

3. Nortear a Formação Continuada no sentido de buscar a solução para os problemas pedagógicos apontados pelo Sistema Práxis;
4. Oferecer meios para verificar, durante a execução, se os pressupostos das etapas de planejamento são válidos e indicar alternativas para correções de rota;
5. Fornecer informações para a sociedade a fim de possibilitar mecanismos eficientes de controle social.

Para atender a estas funções, o Sistema está estruturado em alguns elementos, que foram incorporados ao longo do processo de desenvolvimento do Práxis, e outros que estão em fase de construção e têm previsão para serem incorporados ainda em 2006. Abaixo está um diagrama que ilustra como os elementos são combinados para constituir o Sistema Práxis.



Software Práxis (internet)

É uma aplicação web⁴² que tem a função de registrar todas as atividades desenvolvidas pelos núcleos a partir de formulário eletrônicos disponibilizados pelo próprio Sistema para acompanhar turmas, freqüências, reuniões, eventos, espaços, entidades parceiras, apoios comunitários e registro fotográfico.

O software não só consiste numa ferramenta de acúmulo de informações, mas também visa oferecer ao usuário⁴³ do Sistema a possibilidade de emissão de relatórios de variáveis quantitativas ou listagem para a organização do trabalho pedagógico.

As possibilidades de relatórios são inúmeras e a partir de cruzamento de dados podemos construir gráficos, histogramas, diagramas de dispersão ou mesmo tabelas que podem sinalizar as situações que necessitam de uma análise qualitativa. As possibilidades de cruzar o índice de evasão com as condições dos equipamentos e estudar o grau influência do equipamento na prática do professor ou observar a influência de um equipamento na comunidade. Este trabalho de investigação das influências pode levar a observação de padrões nas experiências exitosas ou de peculiaridades de determinada localidade ou segmento, sendo, portanto, uma ferramenta com um potencial incrível para adequação e melhoria do trabalho das comunidades.

Além disso, o software fornece a organização necessária para todos os demais elementos do Sistema a partir do banco de dados das turmas e dos participantes que conta com dados pessoais, de escolarização, profissionais e econômicos, o que possibilita a emissão de listagens de participantes por moradia, renda familiar, núcleo, segmento, ou seja, um sem-número de possibilidades. Até as questões mais elementares, como impressão de etiquetas e listas de freqüência personalizadas por turmas, são geradas pelo Sistema.

O software Práxis é uma ferramenta de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), ou seja, além de manipular informações do programa, também é um canal de comunicação direto entre coordenadores, gerentes e diretores com a equipe da Assessoria que é responsável pela análise dos dados.

Atualmente, o Sistema trabalha com as seguintes variáveis:

⁴² Aplicação web é uma espécie de programa que fica hospedado num servidor web e é acessado a partir de um navegador (Internet Explorer, Netscape, Mozilla, entre outros).

⁴³ Atualmente o acesso ao Sistema é restrito a coordenadores, gerentes, diretores e assessoria.

CATEGORIAS	VARIÁVEIS	POSSIBILIDADES
Dados dos participantes	Dados pessoais: nome, filiação, endereço, contatos, data de nascimento e estado civil.	Este banco de dados possibilita identificar os usuários no Sistema, garantindo o registro de cada indivíduo e sua participação no Programa.
	Dados de escolarização: nível e situação de escolarização, se estuda e onde estuda.	Possibilita conhecer o nível de educação da população atendida pelo Programa.
	Dados Profissionais: profissão, situação, horário de trabalho (para os que trabalham).	Possibilita analisar a influência do trabalho no tempo livre das pessoas.
	Dados Sócio-Econômicos: Renda família e tamanho da família.	Possibilita conhecer as condições econômicas dos participantes.
Dados referentes à frequência	Assiduidade.	Fundamental para analisar a participação das pessoas. Possibilita estudos sobre a evasão e é por si só um indicador social do êxito do projeto.
	Círculos de Convivência dos quais participa.	Possibilita o estudo do histórico de participação dos usuários entendendo assim seu ciclo de afastamentos e retornos.
Dados sobre a turma	Quantidade de encontros mensais.	Fornece a base para o cálculo do tempo pedagógico do educador com a turma.
	Conteúdos: planejados e trabalhados.	Possibilita a análise da relação entre o que foi pensado e o que de fato foi implementado e seus motivos.
	Materiais: necessários e disponíveis.	Levanta as necessidades materiais do grupo e o impacto de sua escassez.
	Espaço utilizado.	Situa no espaço a atividade realizada.

	Avaliação: potencialidade e problemas.	o que possibilita analisar no tempo se estes potenciais estão sendo desenvolvidos. O mesmo se aplica para os problemas, podemos estudar como se estamos resolvendo e como estamos resolvendo.
	Complemento: sugestões e observações.	É o espaço para complementar qualquer informação que não cabe nas variáveis acima citadas. Ou seja, é um elemento de contextualização dos dados anteriores.
Espaço	Nível de adequação.	Registra a avaliação da possibilidade de uso do equipamento e no tempo podemos ver como estamos tratando esta questão. A requalificação dos equipamentos é um indicador social.
	Nível de conservação.	Tem a mesma lógica do anterior, ou seja, registra o estado de conservação do equipamento. Além disso, podemos analisar como a comunidade está tratando do equipamento, e com isso inferir sobre a importância do mesmo para estas pessoas.
Reunião	Registro: dia, hora e local.	Identifica a reunião no tempo e espaço.
	Parceiros participantes.	Possibilita verificar se o nível de envolvimento com a comunidade e seus agentes.
	Pauta da reunião.	Permite estudar quais os problemas que estão sendo debatidos pelo núcleo.
	Encaminhamentos.	Permite estudar quais as iniciativas para resolver os problemas no núcleo.
Evento	Registro: dia, hora e local.	Identifica o evento no tempo e no espaço.
	Realização: apoios e parcerias	Identifica a participação da comunidade na produção dos eventos.
	Características.	Contextualiza o evento possibilitando entender melhor a iniciativa.

	Quantidade de participantes por segmentos.	Fornecer elementos quantitativos sobre a participação comunitária nos eventos e a distribuição etária.
	Avaliação: limites, possibilidade e resultado.	Registra a avaliação dos realizadores do evento.
	Sugestões.	Registra as aprendizagens que a execução do evento trouxe para o grupo.
	Custeio.	Possibilita analisar o nível de auto-organização da comunidade a partir da conquista dos recursos necessários para a realização do mesmo.
	Responsável.	Identifica se o projeto foi realizado ou apoiado pelo Programa.
Apoios e parcerias	Caracterização: nome, tipo (entidade ou pessoa), contato, possibilidades.	Identifica e registra o contato com o parceiro.
	Possibilidades.	Registra como pode ser a contribuição do parceiro com o projeto ou do projeto com o parceiro.
Registro fotográfico	Fotos e descrição.	Garante o registro histórico das atividades e das pessoas que fazem a política.
Mapas	Imagens de satélite.	Possibilita a visualização da cidade e a ocupação dos seus espaços, e no georreferenciamento será a base para localização de equipamentos e usuários.
	Mapas temáticos (IDH, renda, escolarização, etc.).	Possibilita a caracterização de toda uma região da cidade, possibilitando a comparação do público do Programa com os demais moradores da região.

Como é fácil de perceber o volume de informação mensal gerado, é muito grande o que inviabiliza uma análise geral de todas as variáveis mensalmente, o que também não faz sentido para algumas variáveis que precisam de um intervalo de tempo significativo para uma observação proveitosa. Levando isto em conta, a equipe da Assessoria elege mensalmente um tema a ser observado, e assim são observadas e cruzadas as variáveis correlatas a ele num intervalo de tempo adequado ao tema escolhido. Em julho (de 2006), o tema escolhido foi evasão, desta forma as relações e os relatórios emitidos foram voltados para entender os motivos da evasão.

Mesmo a análise acontecendo a partir de temas ou núcleos específicos, a coleta de dados se dá de forma integral todo mês, ou seja, os coordenadores devem preencher até o quinto dia útil do mês seguinte todas as variáveis (inclusive os campos são de preenchimento obrigatório) em suas respectivas áreas.

Diário de bordo

O diário de bordo consiste num instrumento para auxiliar e garantir a organização de trabalho pedagógico dos educadores e coordenadores. É composto de três partes: as freqüências, os planejamentos mensais e o registro diário das atividades. Estes formulários são gerados a partir do software Práxis, o que proporciona a construção de diários de bordo personalizados para cada educador, contendo informações referentes às suas turmas e, no caso do coordenador, informações referentes à sua área de atuação.

O formulário de freqüência é um formulário comum de freqüência que é gerado pelo programa Práxis. Este formulário é impresso com os nomes dos alunos que estão freqüentando regularmente as atividades, esta lista é atualizada mensalmente a partir da própria freqüência, ou seja, se em determinado mês um participante se evadiu, no mês seguinte este participante não estará mais na freqüência da turma e ficará registrado como um ex-participante daquela turma.

O planejamento mensal é composto pelos seguintes elementos: objetivos gerais, objetivos específicos, conteúdo, metodologia, recursos didáticos e avaliação. Estas informações são preenchidas a partir do planejamento participativo mensal que o professor realiza com os participantes da turma.

Já o registro diário das atividades é o instrumento que registra todas as atividades que o educador realiza desde as oficinas às reuniões específicas que ele participa. Além de registrar a vida profissional do educador, o diário também registra (no caso de oficinas) o conteúdo trabalhado, a metodologia e a quantidade de participan-

tes com o intuito de garantir e registrar a organização do trabalho pedagógico.

No caso dos coordenadores de área, o diário de bordo tem pequenas diferenças com relação ao diário do educador. No lugar do planejamento das turmas, temos o planejamento de toda a área. E no lugar da frequência das turmas, temos a frequência dos educadores.

Pesquisa de opinião

Duas formas de pesquisas de opinião são utilizadas pelo Sistema Práxis, sendo elas: a pesquisa sistemática e a pesquisa eventual.

As pesquisas sistemáticas são definidas a partir da definição do tema a ser pesquisado pelo Sistema Práxis. O contato com os usuários se dá através de ligações telefônicas onde os participantes são solicitados a fornecer sua opinião sobre determinado aspecto do Programa. Os dados são sistematizados e integrados às demais fontes de informações.

As pesquisas eventuais são realizadas nos momentos de catarse das atividades sistemáticas, onde está concentrado um número grande de participantes e é possível, por exemplo, analisar melhor os indicadores de auto-organização.

A escolha dos entrevistados é aleatória (dentro dos critérios predefinidos), e tem uma amostra mínima de 30% do universo a ser pesquisado. O resultado de cada pesquisa é apresentado aos educadores e coordenadores na reunião geral.

Reunião geral

No último dia útil de cada mês, é realizada a reunião geral, que como o nome indica reúne todas as instâncias envolvidas⁴⁴ nas atividades sistemáticas. A presença é obrigatória, e está inserida na carga horária de trabalho de todos.

A pauta permanente é análise de questões gerais dos diários de bordo, apresentação dos resultados da pesquisa de opinião e substituição dos diários antigos pelos novos. Além da pauta fixa, outras questões pertinentes aos problemas apontados pelo monitoramento são debatidas e encaminhadas.

⁴⁴ Participam da reunião: equipe da Assessoria Político-Pedagógica, diretores, gerentes, coordenadores e educadores.

Parecer técnico-pedagógico

Os pareceres técnico-pedagógicos são um dos principais produtos do Sistema Práxis. Os pareceres consistem em laudos de avaliação que averiguam se o trabalho realizado está perseguindo os objetivos do projeto, levantam os problemas e apontam sugestões para qualificar o trabalho pedagógico.

Para produzir este parecer, a equipe técnica recebe os diários de bordo, os relatórios das fichas de acompanhamento, os gráficos comparativos, resultados da pesquisa de opinião, observações feitas na reunião geral, observações da ouvidoria e observações do conselho de usuários.

Ouvidoria

Consiste em um canal aberto de comunicação com os participantes. Pela ouvidoria, são registrados elogios, reclamações, sugestões e solicitações. Os elementos de avaliação são encaminhados para análise junto à avaliação e as solicitações são encaminhadas para as diretorias responsáveis.

A função principal da ouvidoria é permitir que os participantes, independentemente da pesquisa de opinião, possam expressar sua avaliação a qualquer tempo. E para isto contam com uma linha telefônica exclusiva para este fim.

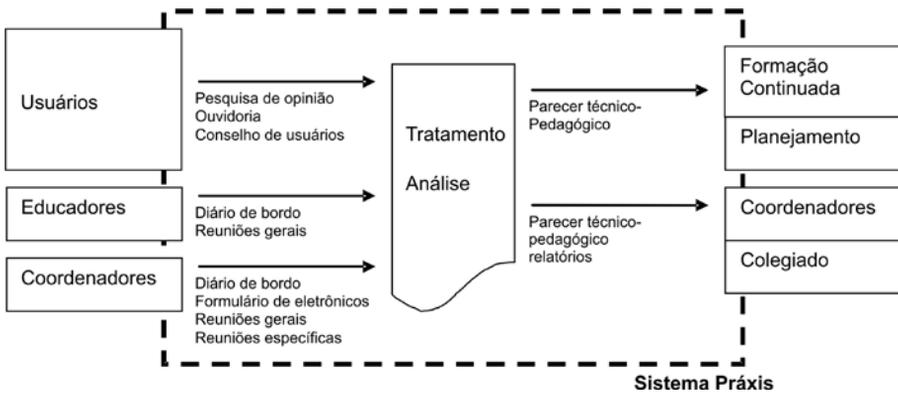
Conselhos de usuários

O conselho de usuário é uma instância consultiva formada pelos representantes de cada turma de uma determinada região. Este conselho deve se reunir juntamente com a equipe gestora responsável e debater os problemas e necessidades da região.

Como o conselho está em fase de implantação, algumas questões como periodicidade dos encontros e sucessão dos representantes só serão discutidas no primeiro fórum dos representantes.

Visão geral

Baseado no que foi apresentado, fica notório que o Sistema Práxis está posicionado entre os agentes realizadores da política e os agentes de formulação e os mecanismos de qualificação e organização do trabalho pedagógico (ver fluxograma na página seguinte).



Com isso queremos evidenciar a relação dialética que existe entre o monitoramento, a formação e o planejamento, fornecendo os elementos para um salto de qualidade em cada iteração deste processo.

Possibilidades de ampliação do Sistema Práxis

O Sistema Práxis não é um sistema estático, está em constante avaliação para atingir um nível mais eficiente de suporte aos CPEL. Além das duas novidades que estão sendo implantadas (ouvidoria e conselho de usuários), algumas outras possibilidades estão sendo estruturadas.

Um aspecto fundamental na implementação de políticas públicas consiste em como os recursos estão sendo aproveitados, mas atualmente o Sistema Práxis não acompanha (de forma integrada) os recursos financeiros investidos em cada atividade desempenhada. Para conseguir avaliar melhor o aproveitamento dos recursos, estamos desenvolvendo mais um software, o GESTOR, que, integrado ao Sistema Práxis, será o módulo de acompanhamento da execução físico-financeira.

Além da execução físico-financeira, outro módulo que está previsto é o uso de georreferenciamento, que consiste na apresentação espacial dos relatórios a partir de mapas e imagens de satélite da cidade. Ou seja, poderemos visualizar mapas com a distribuição espacial dos usuários no entorno de determinado núcleo, ou mesmo observar melhor a distribuição de nossa rede de esporte e lazer, ou mesmo levantar os locais em potencial para implantação de novos núcleos.

Possibilidades de controle social a partir dos sujeitos no Sistema Práxis

Controle social é entendido por nós como uma possibilidade dos sujeitos (e não atores) sociais participarem do processo de construção, avaliação e reconstrução de uma política pública, de forma a qualificar e democratizar a ação. Alguns autores tratam disso através do conceito de empoderamento (OAKLEY e CLAYTON, 2003), e este para nós é um conceito que cabe a uma definição de controle social, se casado com uma visão da ação a partir do conceito de Práxis (BOTTOMORE, 1998), enquanto uma relação dialética teoria/prática, e da consideração da categoria dialética de problematização da realidade necessidade/possibilidade (BOTTOMORE, 1998) e da categoria dialética norteadora da organização do trabalho pedagógico objetivos/avaliação (FREITAS, 1995).

A partir deste elemento, o Sistema Práxis, enquanto uma TIC, favorece a construção de uma sistemática de controle social a partir da participação dos sujeitos. Outras formas de controle social estarão sendo inseridas no Sistema Práxis. Aqui, estamos tratando desses dois elementos, através das possibilidades de controle social a partir dos sujeitos (gestores, educadores e usuários) e das possibilidades de controle social por meios externos à Política Municipal de Esporte e Lazer.

As informações geradas pelo Sistema Práxis garantem uma série de cruzamentos de dados, que permitem aos gestores e educadores analisarem pedagogicamente e controlarem os elementos que constituem a ação.

Por outro lado, os participantes (usuários) também realizam o controle social da política a partir de dois elementos fundamentais: pesquisa de opinião e fórum de usuários dos Círculos Populares de Esporte e Lazer.

Os cadastros dos participantes e a existência do mecanismo de construção de um ID para cada participante cadastrado permitem que a pesquisa de opinião possa ser realizada com a amostra sendo selecionada dependendo do objetivo desta. Se a pesquisa de opinião busca descobrir os motivos das evasões, o Sistema Práxis irá proporcionar que os gestores possam selecionar a amostra através dos participantes que se encontram fora dos projetos.

O cadastro das turmas por sua vez, com cada uma tendo sua existência própria e autônoma (inclusive ao educador), com sua própria identidade (cada turma define um nome que tenha relação com seus integrantes), constituindo-se enquanto um grupo cultural ou esportivo, permite que se possa construir um fórum de usuários dos

Círculos Populares, com representações das turmas, de acordo com os segmentos (faixas etárias): Fórum de Usuários dos Círculos Populares da Infância; Fórum de Usuários dos Círculos Populares da Juventude e Fórum de Usuários dos Círculos Populares dos Adultos e Idosos.

Possibilidades de controle social a partir dos meios externos à política no Sistema Práxis

A Prefeitura do Recife no ano de 2006 abriu toda a sua execução financeira à possibilidade de acompanhamento de qualquer cidadão ou entidade, tendo como fundamento a transparência de suas ações.

Perseguindo os mesmos objetivos, o Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer como um todo vem sendo acompanhado pela academia, pelas pesquisas oficiais e pela opinião pública através de várias análises, fundamentadas em diversos olhares, com autorização ou não.

Em relação à produção acadêmica, foram defendidas duas teses de doutorado sobre o Programa (SILVA, 2005 e SILVA, 2005) e estão em construção duas dissertações de mestrado (uma na área de Sociologia e uma na área de Administração). Além dessas produções, muitas monografias de pós-graduação *Latu Sensu* e de graduação foram também construídas a partir dos elementos presentes na ação desenvolvida pelo Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer.

Também os jornais do Estado de Pernambuco ou mesmo revistas de circulação nacional (como a *Marie Claire* do mês de junho de 2006) realizam entrevistas, editoriais e matérias sobre os mesmos elementos do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer. O olhar jornalístico também se mostra para analisar esses vários elementos.

Além desses elementos, a prática da avaliação externa é algo presente na nossa Formação Continuada, na medida em que nossas experiências são socializadas a partir dos textos escritos e da apresentação dos relatos, sendo sempre acompanhadas por um convidado externo, que recebe o material, acompanha a apresentação das experiências e analisa os elementos, elaborando uma contribuição na análise de problemáticas e na superação dos desafios.

A importância principal desses elementos, aliados aos elementos internos de avaliação, é que todas essas possibilidades possam vir a se somar no Sistema Práxis, de uma forma que possibilite uma ampliação do leque de informações, de controle social e da própria comunicação da política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1988.
- FREITAS, L. C. *Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática*. Campinas: Papirus, 1995.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*, volume 1/ Antonio Gramsci. Edição e tradução, COUTINHO, C. N. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2000 MARCELLINO, N. C. *Lazer: Formação e Atuação Profissional*. Campinas: Papirus, 2001.
- OAKLEY, P.; CLAYTON A. *Monitoramento e avaliação do empoderamento*. São Paulo: Instituto Polis, 2003.
- PISTRAK. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.
- SILVA, J. A. A.; SILVA, K. *Rasilra discussaça hipos madora*. Katharine Associados, 1995.
- SILVA, N. P. S. *Círculos Populares de Esporte e Lazer: Fundamentos da Educação para o Tempo Livre*. Recife: Bagaço, 2004.
- WACHOWICZ, Lílian Anna. *O Método Dialético na Didática*. Campinas: Papirus, 1989.

Colônia de Férias: Um Relato de Experiência de Políticas Públicas em Santarém

Rita Maria de Fátima Peloso Grasso⁴⁵

A Pérola do Tapajós, como é comumente conhecida pelos turistas que por aqui aportam, é banhada por dois rios, o barrento rio Amazonas e o transparente rio Tapajós. Em frente à cidade, os dois rios se encontram, porém não se misturam, causando um belíssimo espetáculo da natureza.

Contam os historiadores⁴⁶ que o município de Santarém era habitado pelos Tupauis ou Tapajós, tribo da valente nação Tapuiçu, que, mesmo após o processo de colonização portuguesa herdou muitas tradições e costumes que ainda hoje lhe são muito peculiares em determinada zona do município. Ainda, segundo alguns historiadores, o primeiro contato dos índios com o homem branco ocorreu somente em 1542, quando o espanhol Francisco Orellana e sua tripulação saqueiam as plantações de roça e de milho dos indígenas, sendo recebidos em contrapartida pelos terríveis efeitos das flechas envenenadas dos Tupauis. Mas é somente em 22 de junho de 1661, que o Padre João Felipe Bettendorf funda a aldeia dos Tapajós. Hoje com 345 anos, a cidade conta com aproximadamente 300 mil habitantes entre brancos, negros e descendentes de índios. Portanto, sua história, tanto do passado quanto do presente, está muito bem delineada pela fusão dessas raças que ao longo dos anos foram construindo o município.

Com um intenso movimento migratório desde o início do século XX até os dias atuais, por força de ciclos econômicos como da borracha, do ouro, da madeira e ultimamente dos grãos (soja e arroz), o município conta com uma população bastante diversificada. Talvez, por causa desse fenômeno, a cidade teve um crescimento populacional desordenado causando um inchaço na periferia da cidade que sem planejamento, seja governamental ou até mesmo familiar, impõe uma vida precária a essas populações. Em função disso, os problemas de ordem social se proliferam, como por exemplo: a ausência de infraestrutura urbana e rural, sobretudo na área do saneamento básico, da saúde, de moradia e do lazer.

Estas reflexões iniciais acerca do município a nosso ver são necessárias, a fim de compreendermos o processo de implantação

⁴⁵ Especialista em Esporte e Lazer, Prefeitura Municipal de Santarém, assessora de Esporte e Lazer. E-mail: ritapeloso@hotmail.com.

⁴⁶ Wilde Dias da Fonseca conta em seu livro "Santarém coisas nossas" como ocorreu o processo de descoberta e colonização da cidade.

de Políticas Públicas de Esporte e de Lazer implementadas pela Assessoria no município de Santarém, por que a própria história do povo brasileiro está associada a nossa formação social, e como a história não pode ser negada, essa formação foi escravocrata. Por isso, a ocupação do lazer é estratificada, elitizada, e ele responde às contradições da sociedade. Neste sentido, o lazer sempre foi uma prerrogativa da classe dominante, e sempre foi renegado historicamente pelo poder público como política pública, a não ser quando utilizado como tática política para desviar e "evitar ou minar resistências populares" (MATOS, 2001, p. 124). Existe, portanto, por parte do poder público, uma dívida social efetiva neste campo, principalmente com os habitantes dos bairros localizados nas periferias. Para Zaluar (1994), as políticas sociais aplicadas em nosso país trazem em seu bojo um modelo autoritário, onde predomina uma concepção de políticas públicas muito excludente, clientelista e acima de tudo atrelada e "intimamente associada à dinâmica político-partidário e eleitoral" (ZALUAR, p. 24).

Em nosso país, são recentes os debates e as preocupações acerca do lazer, principalmente enquanto política social, muito embora o assunto tenha vindo à tona no século XIX e XX. Esses debates se proliferaram e se efetivaram a partir de algumas propostas de governos ditos democráticos populares, que assumiram o esporte e o lazer como direitos sociais. O que predomina em termos de políticas sociais, segundo Zaluar, é a idéia de que tais benefícios viram "mercadorias e não bens coletivos e universais, disponíveis a todos" (ZALUAR, p. 29).

Mesmo sem tanta tradição na área de Políticas Públicas de Esporte e de Lazer, principalmente por falta de um setor específico, os santarenos depositaram enormes esperanças no Programa implantado, em 2005, na área do esporte e lazer pela Prefeitura de Santarém, apesar das características no campo do clientelismo, especialmente o eleitoreiro, ser uma marca muito acentuada no seio da população. Em novembro de 2005, a Prefeitura selou um convênio com o Ministério do Esporte e implantou o Programa Esporte e Lazer da Cidade, com o funcionamento de 11 núcleos, sendo nove na zona urbana e dois na zona rural do município, possibilitando diversificadas vivências de esporte e lazer em todas as faixas etárias. Este Programa veio fortalecer muito mais a proposta do setor de esporte e lazer da Prefeitura.

A partir desta iniciativa, bem como de outras políticas desenvolvidas pelo setor como: jogos abertos, jogos escolares, circuito de natação, circuito de lazer nas praias e praças, projeto campos iluminados, projeto caminhar, passeios ecológicos, ciclísticos, contratação de professores de educação física para implantar nas escolas municipais

a educação física escolar, construção de quadra poliesportiva nas escolas, revitalização das praças, etc., vem-se percebendo timidamente uma mudança de comportamento por parte, principalmente, dos grupos organizados (associações de moradores, clube de futebol, grupos de idosos), nas reivindicações de Políticas Públicas de Esporte e de Lazer. Esta afirmação é ainda empírica, porém há uma nova forma de participação da população, e isto é inquestionável.

No mês de julho, aproveitando as férias escolares das crianças e dos adolescentes do município, a coordenação do Programa Esporte e Lazer da Cidade, em parceria com a rede municipal de ensino de Santarém, realizou a primeira experiência de colônia de férias promovida pelo poder público. A iniciativa não foi fruto dos beneficiários até porque, segundo Assunção (2004), as ofertas de colônia de férias pelo poder público são cada vez mais raras, assim, demanda desta magnitude dificilmente apareceria, principalmente em um município sem tradição na área. Apesar desta característica, a participação expressiva das crianças e dos adolescentes na colônia de férias foi um sucesso em todos os sentidos.

Falar de colônia de férias no Brasil é reportar-se aos anos de 1930. Segundo Steinhilber (1995), a primeira iniciativa partiu dos militares com a finalidade de ocupar o tempo livre dos seus filhos no período de férias. Talvez por influência dos militares, as colônias de férias naquele período trouxeram em seu bojo fortes valores patrióticos, de manutenção do "status quo" e de espírito cívico. Silva e Marcellino (2006) enaltecem a iniciativa militar, pois é a partir deles que as colônias de férias se solidificam como opção de lazer e complementam:

O oferecimento de atividades orientadas aos filhos de militares em férias, o estímulo ao gosto por atividades esportivas, despertando a ação comunitária e o espírito esportivo que são elementos fundamentais para valorização das experiências de lazer.

Passados aproximadamente 80 anos desde a sua primeira experiência, segundo os dois autores acima, alguns padrões peculiares de seu início continuam bastante vivos e acabam não se coadunando aos novos tempos. Outro perfil bastante característico das colônias de férias é o seu caráter privado, são raras as propostas de colônias de férias oferecidas pelo poder público como políticas públicas, como direito social. Para alguns estudiosos da área, a proposta de colônia de férias a nível mundial teve sua origem no campismo, passando pelo acantonamento, transformando-se em day camp (dia de campo). Com fortes indícios na recreação, as propostas de colônia de férias

aparecem como atividades de recreação nas férias para quem pudesse pagar. Hoje, já existem muitos clubes especializados no assunto e, por isso, está virando produto de consumo. Para Assunção (2004), o conceito de colônia é um "espaço organizado para a vivência de lazer das pessoas em seus períodos de férias" (ASSUNÇÃO, p. 45). Pode ser também uma atividade de lazer, organizada com propósitos educativos, que proporciona oportunidades de relacionamento pessoal, vivências de valores e ajuda na formação dos indivíduos.

A construção do projeto da colônia de férias de iniciativa da assessoria de esporte e lazer da Prefeitura Municipal de Santarém passou por dois momentos distintos. No primeiro, muito ousado e sonhador, achávamos que era suficiente lançar a proposta de colônia de férias pelo poder público, que seria abraçada sem pestanejar pelos atores envolvidos: quanta ingenuidade!

O projeto inicial previa o funcionamento de sete pólos, com a previsão de possibilitar a participação de 7 mil crianças e adolescentes, durante 15 dias de julho. Partimos para execução do projeto, sem levar em conta a realidade a nossa volta e muito menos sem considerar a ousadia da proposta. Convocamos os nossos principais apoiadores, os diretores das escolas municipais, que adoraram a idéia. Porém, quando não obtivemos as inscrições previstas no projeto inicial, constatamos o quanto a alegria do primeiro momento era falsa⁴⁷. Tanto é verdadeira a constatação, que as desculpas dadas pelos diretores, para as poucas inscrições, foram as mais variadas possíveis, porque um dos pré-requisitos era fazer reuniões com os responsáveis das crianças e dos adolescentes a fim de esclarecer o objetivo do projeto e depois recolher dos interessados a autorização para a participação dos seus filhos ou responsáveis. No linguajar dos educadores, "dava muito trabalho", "as crianças não sabiam o que era participar de uma colônia, por isso elas não quiseram se inscrever", "os pais ou responsáveis não achavam importante a participação dos filhos", "devemos inscrever somente os alunos que estejam com notas acima de 80 e são poucos", "os alunos não tiveram interesse em participar".

Tivemos também outro entrave, como não conseguimos os locais previstos inicialmente, teríamos dificuldades de deslocamento, portanto, somente três núcleos dos 11 do Programa poderiam participar da colônia de férias, por isso, se resolvêssemos fazer somente com os beneficiários do Programa não seria possível, sem falar que financeiramente o Programa não teria recursos suficientes para arcar com as despesas.

⁴⁷ O termo utilizado talvez tenha soado muito forte, pois a alegria dos diretores na exposição do projeto foi verdadeira, mas quando refletiram e sentiram o trabalho que precisavam executar, a animação inicial cedeu lugar às desculpas.

Outro obstáculo que tivemos que enfrentar e este bastante sério, principalmente se partimos da visão que o esporte e o lazer neste país não são prioritários⁴⁸, relacionava-se ao orçamento financeiro. Para viabilizar a colônia de férias às 7 mil crianças e adolescentes, a nossa previsão orçamentária foi aproximadamente de R\$ 244.000,00, e nossa secretaria não tinha previsto orçamento dessa envergadura.

O terceiro empecilho que tivemos que solucionar foram as negativas dos diretores dos clubes recreativos privados aos nossos pedidos para a utilização dos espaços. Contávamos com a sensibilidade desses clubes recreativos, para cederem os seus espaços sem ônus para o município; ledo engano, não conseguimos sensibilizá-los para a efetivação da nossa proposta, a negativa dos espaços nos fez refletir o quanto é difícil executar um projeto social, mesmo sendo um direito garantido em lei.

E por fim, a pouca experiência da equipe propositora. Foi um grande desafio. Até mesmo na busca bibliográfica, tivemos dificuldades para conseguir subsídios que nos possibilitasse um melhor entendimento, visão e principalmente um modelo “adequado”, “apropriado” para servir de apoio, de base a nossa proposta.

A primeira “derrota” nos abateu por dois dias, refizemos a proposta, agora com os pés mais no chão, sem é claro perder o principal objetivo que era possibilitar novas vivências de esporte e lazer para crianças e adolescentes, em seu período de férias, que jamais tiveram a oportunidade em suas vidas de participar de uma colônia de férias. Para melhorar o astral da equipe, tivemos o apoio incondicional da gestora municipal, que tem demonstrado, ao longo desses 18 meses de gestão, uma sensibilidade enorme para a área, e nos deu uma injeção de ânimo e nos pediu que não desistíssemos da idéia.

A partir dessa primeira digamos assim “derrota”, partimos para a reformulação de nossa proposta, agora mais realista, sem perder é claro a sua ousadia e a qualidade. Também decidimos buscar novos apoios no empresariado local, e dessa vez tivemos mais êxito. Conseguimos baixar sensivelmente o orçamento geral da proposta, quando obtivemos parte das blusas que seriam doadas para os colonistas, que, junto com a alimentação, eram os itens que mais oneravam o orçamento. Para ser bem real com este relato, se faz necessário falar que as dificuldades relatadas pelos diretores em não conseguir as inscrições necessárias e a negativa dos clubes na cessão dos locais nos possibilitaram a implementação da colônia, pois se não houvesse essas barreiras inicialmente, nosso projeto seria inviabilizado pelo alto

⁴⁸ Lucila da Silva Matos (2001, p. 125) afirma: “Esporte e lazer foram historicamente renegados, como obrigação do poder público”.

custo. Não consideramos que a nossa proposta inicial estava errada, porém não fizemos antecipadamente uma previsão orçamentária para a efetivação do projeto.

A proposta da I Colônia de Férias da Cidade da Gente foi um espaço para a valorização das crianças e dos adolescentes do nosso município, e uma forma de possibilitar uma opção de lazer no período de férias, garantindo-lhes novas vivências e novas experiências em diversas áreas do conhecimento.

Dos sete pólos inicialmente previstos, escolhemos quatro pólos estratégicos, todos localizados na zona urbana e periférica de Santarém, sendo: um pólo na Grande Área do Santarenzinho (Escola Municipal Eiláh Gentil); um pólo no bairro do Aeroporto Velho (Estádio Jader Barbalho); um pólo no bairro São José Operário (antiga Área da Embratel); e um pólo na Esperança (na escola Helena Lisboa e no FUNDAC – Fundo de Desenvolvimento e Ação Comunitária). Todos esses espaços contavam com pouca estrutura, pois, em Santarém, os espaços de esporte e de lazer, no máximo, dispõem de espaço para jogar futebol de campo e, em alguns bairros, há quadra poliesportiva⁴⁹. Porém, avaliamos que a pouca infra-estrutura dos locais escolhidos e sua pouca opção de equipamentos em outras vivências do lazer não deveriam servir como empecilhos para a efetivação da proposta.

A I Colônia de Férias da Cidade da Gente⁵⁰ como foi intitulada proporcionou lazer para 1.749 crianças e adolescentes na faixa etária entre 07 e 16 anos, destes 849 eram do gênero feminino e 900 do gênero masculino. Inicialmente, tínhamos feito inscrições de 1.555 pessoas, no entanto, no decorrer das atividades, ou seja, quando a notícia foi espalhada pela redondeza, mais pessoas vieram se inscrever. Contamos diretamente com o apoio de 168 profissionais de todas as áreas do conhecimento, sendo 45 professores de educação física, 15 arte-educadores do projeto Arte na Escola da Gente, 12 professores de outras áreas do conhecimento, 25 bolsistas (coordenadores, bolsistas, agentes sociais) do Programa Esporte e Lazer da Cidade, 37 voluntários, três motoristas, 27 merendeiras e quatro vigias. Nossos apoios indiretos foram as secretarias de Governo, de Finanças, de Infra-Estrutura, do Planejamento. Na área das instituições, contamos com o apoio do 8º BEC, do 3º BPM e da Polícia Federal. Tivemos, ainda, o apoio de uma ONG e de algumas empresas do município.

⁴⁹ Marcellino (2001, p.6) enfatiza bem esta questão, quando afirma “Nota-se, ainda, a vinculação restritiva a um único conteúdo (esporte), diminuindo, assim, a abrangência do lazer”.

⁵⁰ O governo que ora está administrando o município tem esse slogan “governo da cidade da gente”, por isso o termo utilizado para intitular a colônia de férias.

Além das inúmeras reuniões da coordenação geral formada por três profissionais, foram organizadas duas reuniões com os diretores das escolas municipais da zona urbana, quatro reuniões com coordenadores de pólo, um curso de formação para os animadores e uma reunião de avaliação. Ressaltamos que todos os dias, ou ao final das atividades ocorridas pela parte da manhã, ou pela parte da tarde, os pólos avaliavam o desempenho e replanejavam o dia seguinte.

A primeira reunião com os diretores foi somente de divulgação da colônia de férias, a segunda foi para explicar a proposta da colônia, bem como, distribuir as fichas de inscrições e as cópias das autorizações. Nesta reunião, também foi acertado o período de inscrições. Foi dado um mês para que as fichas e as autorizações devidamente preenchidas e assinadas pelos pais e responsáveis pudessem chegar até a Assessoria de Esporte e Lazer, a fim de se distribuir por turmas, ou melhor, organizar por faixa etária e turnos os inscritos. A ficha de inscrições estava dividida por faixa etária e por turno, pois dessa forma facilitaria o processo organizativo nos pólos. Aqui cabe um parêntese para dizer: foram poucas as escolas que devolveram o material completo na data prevista, a grande maioria deixou para a última hora e, para algumas, tivemos que telefonar para virem buscar o material.

Todas essas dificuldades não foram motivos para o desânimo da equipe, até porque compreendemos, imediatamente, que qualquer proposta "inovadora" – aspei o termo inovadora, porque, apesar da proposta de colônia de férias não ser nova, mas para os atores com os quais estávamos dialogando era, por isso, a novidade e o engajamento que os mesmos deveriam enfrentar – causa um certo impacto. Um acordo combinado com as direções das escolas beneficiadas é que mandariam, do seu próprio quadro, servidores que pudessem ajudar nos lanches dos colonistas, e que nem um gasto poderia incidir no orçamento da escola.

O próximo passo no processo organizativo foram as reuniões com os coordenadores de núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade; houve quatro reuniões com esses atores. Na primeira, apresentamos em linhas gerais a proposta da colônia, e novamente nos deparamos com um total desconhecimento do assunto por parte desses coordenadores; dentre os coordenadores do Programa, somente um tinha vivência no assunto, porém esta pessoa não compareceu. Nesta reunião, ficaram acertados que os pólos teriam uma coordenação e que cada coordenador de núcleo juntamente com um membro da equipe de esporte e lazer complementaria a coordenação, portanto, cada pólo tinha uma dupla e num espaço de 15 dias deveria apresentar uma proposta de organização e de atividades para o funcionamento do pólo.

Na segunda reunião, cada dupla de coordenador apresentou a proposta. Uma proposta trazida pela coordenação geral foi em função de alguns diretores não terem informado o turno no qual o aluno estudava e a falta desta informação causava problema, pois a participação na colônia dos inscritos se daria, pelo projeto original no mesmo horário, no caso dos alunos, no seu horário de aula, e no caso dos beneficiários do Programa, também no mesmo horário de suas vivências no núcleo. Sem esta informação, a coordenação sugeriu que todos os inscritos participassem nos dois turnos.

A proposta de funcionamento trazida pelo pólo de Esperança foi a mais viável: todos participariam das atividades pela parte da manhã e usaríamos dois dias pela parte da tarde para as palestras, filmes, gincanas, torneios, ficando aberto para cada pólo os dias dessas vivências. A terceira reunião foi para combinar os acertos finais e, no dia 08 de julho de 2006, houve uma reunião de avaliação da primeira semana da colônia, com os coordenadores de cada pólo, onde foram abordados os seguintes pontos: frequência das crianças e dos adolescentes; frequência dos monitores e comportamentos; funcionamento da coordenação dos pólos; funcionamento da infraestrutura como água, alimentação, materiais didáticos. A coordenação geral aproveitou também esta reunião para avaliar as vivências repassadas pelos animadores, pois em sua opinião as mesmas estavam reproduzindo uma prática cotidiana e, por isso, não havia uma dinâmica, bem como, a ludicidade nas atividades pouco estava sendo explorada. Esta reunião foi fundamental, pois a partir desse debate houve uma mudança de comportamento dos animadores em todos os pólos.

O planejamento seguiu conforme a realidade de cada pólo, sendo que parte das atividades foi proposta pela Assessoria de Esporte e Lazer e foram as seguintes: futsal, futebol de campo, vôlei de areia, vôlei de quadra, basquetebol, handebol, atletismo, jogos de salão, recreação, dança, teatro, pintura, ginástica, cerâmica, arte e texto, artes plásticas, música, oficina de papagaio, capoeira, karatê e canto coral. O núcleo de Esperança sugeriu a caminhada ecológica, as palestras com temas variados e a gincana cultural, as quais foram incorporadas na proposta original. As vivências ocorriam conforme o planejamento de cada pólo, por isso, algumas atividades somente ocorreram em um pólo, como, por exemplo, a caminhada ecológica, somente os colonistas do pólo de Esperança tiveram o prazer de vivenciá-la. A gincana cultural foi ao contrário, vivenciada por todos os colonistas.

As atividades seriam vivenciadas em forma de rodízio e, dependendo do planejamento do dia e do pólo, os colonistas vivenciavam quatro atividades por manhã. Os pólos de Santarenzinho e de Espe-

rança foram aqueles que mais conseguiram desenvolver as atividades em forma de rodízio. O pólo de São José Operário experimentou nos últimos dias da colônia uma experiência diferenciada que, segundo relatos da coordenação, foi bem sucedida. Como o pólo estava em um espaço bem grande, eles juntaram todas as atividades dentro de um só espaço e através de um tempo predeterminado os colonistas trocavam de atividades.

O “controle” diário dos colonistas foi feito por meio de um cartão em forma de calendário, onde constava o nome do colonista e os dias de atividades. Em dois pólos a idéia não foi bem entendida, pois todos os dias o padrinho ou a madrinha⁵¹ deveria assinalar a presença do colonista. Ainda para facilitar na organização dos grupos, decidimos fazer as blusas em cinco cores diferentes (verde para as crianças de 7 a 8 anos; azul para os adolescentes de 14 a 16 anos; laranja para as crianças de 9 a 10 anos; amarelo para as crianças de 11 a 12 anos; e vermelho para os adolescentes de 13 a 14 anos). Os coordenadores, os animadores e a coordenação geral usaram a cor vermelha. Esta idéia foi muito importante e possibilitou o rodízio das atividades, bem como, a identificação imediata por faixa etária.

Depois de todo esse processo, a coordenação geral partiu para organizar o curso dos profissionais que serviriam como animadores. Não foi uma tarefa fácil, pois a base bibliográfica era escassa, nem um membro da coordenação geral tinha prática e pela nossa pouca experiência, não previmos recursos para buscar uma assessoria experiente. Mesmo assim, realizamos o curso durante dois dias (30 de junho e 1 de julho). Nestes dias, contamos com a presença do professor Manoel Élbio Aquino, o único profissional da equipe que tinha experiência no assunto. Suas intervenções foram bastante esclarecedoras. O dia 2 de julho de 2006 ficou para a coordenação geral e alguns voluntários organizarem por pólos todos os materiais necessários; foi mais uma experiência inesquecível.

No pólo de Esperança, a I Colônia de Férias da Cidade da Gente contou com 311 participantes, sendo 146 do gênero feminino e 165 do gênero masculino. Neste pólo, 51 profissionais foram envolvidos, sendo 11 professores de educação física, três arte-educadores, três merendeiras, um vigia, uma diretora, seis profissionais do Programa Esporte e Lazer da Cidade e 26 voluntários do bairro. As atividades vivenciadas durante a I Colônia de Férias foram as seguintes: oficina de arte, música, dança, brincadeiras populares, jogos de salão, artesanato, oficina de papagaio, atletismo, futebol de campo, trilha ecológica, voleibol de areia, gincana cultural, filmes e palestras.

⁵¹Padrinho e madrinha foram os nomes escolhidos para os ajudantes dos animadores. No pólo de Esperança, havia até mesmo ajudante de padrinhos e de madrinhas, foi uma experiência iluminada.

O tema da palestra foi: Preconceitos e Relações Interpessoais. O funcionamento deste pólo ocorreu em dois locais distintos: a Escola Municipal Helena Lisboa onde ocorreu a maioria das atividades e o Fundo de Desenvolvimento e Ação Comunitária (FUNDAC), que cedeu suas instalações principalmente, para as palestras e a projeção dos filmes. Todo o processo organizativo deste pólo mereceu da parte da coordenação geral um destaque, pois o funcionamento diário do pólo, o relacionamento com os animadores, o número expressivo de voluntários e as opções de lazer oferecidas aos colonistas foram notáveis.

A Escola Eiláh Gentil abrigou o pólo de Santarenzinho que contou com a presença de 371 colonistas, entre crianças e adolescentes, sendo 178 do gênero feminino e 193 do gênero masculino. 40 profissionais trabalharam neste pólo, divididos entre: 14 professores de educação física, quatro arte-educadores, três professores da educação infantil, 12 merendeiras, um vigia, dois bolsista do Programa Esporte Lazer da Cidade, um serviços gerais e três professores de outras áreas do conhecimento. As seguintes atividades foram ofertadas: futsal, futebol de campo, oficina de papagaio, arte texto, teatro, oficina de cerâmica, recreação, jogos de salão, canto coral, dança, ginástica, gincana cultural, filmes e palestra. A palestra foi sobre: Tabagismo. Neste pólo, a presença do profissional de educação física foi bastante expressiva, todavia foi um dos pólos que teve mais dificuldades de explorar o lúdico nas vivências de esporte e lazer, o resultado foi a evasão dos inscritos. Inicialmente, o pólo tinha uma previsão de aproximadamente 500 colonistas e, pelos dados acima, finalizou com 371.

Contando com a presença de 388 pessoas, sendo 183 do gênero feminino e 205 do gênero masculino, o pólo de Interventoria desenvolveu as seguintes vivências de esporte e lazer: voleibol de areia, futsal, futebol de campo, pintura, capoeira, karatê, recreação, jogos de salão, teatro, oficina de papagaio, filmes e palestras. Violência e Drogas foram os temas das duas palestras ministradas respectivamente pelo 3º BPM e pela Polícia Federal. Para monitorar as atividades, este pólo contou com a presença de 15 professores de educação física, três arte-educadores, nove merendeiras, 12 bolsistas do Programa Esporte e Lazer da Cidade, uma voluntária acadêmica da UEPA, perfazendo um total de 40 profissionais. O problema de não exploração do lúdico nas atividades também ocorreu neste pólo, porém com menos intensidade entre os professores de educação física, e sim com os arte-educadores.

O funcionamento do pólo de São José Operário contou com 680 participantes, divididos entre 327 do gênero feminino e 353 do

gênero masculino. Este pólo ultrapassou as expectativas em inscrições, sua previsão inicial era de aproximadamente 500 colonistas. Foram 30 os profissionais envolvidos nas atividades, sendo: cinco arte-educadores, três professores de educação física, cinco bolsistas do Programa Esporte e Lazer da Cidade, dois professores de outra área do conhecimento, três merendeiras, 10 voluntários do Programa Esporte e Lazer da Cidade, dois vigias. As vivências deste pólo foram as seguintes: futebol de campo, dança, futsal, canto coral, recreação, pintura, voleibol de areia, jogos de salão, karatê e capoeira. As vivências oportunizadas no pólo no período da tarde foram: cinema, oficina de papagaio e palestras sobre "Drogas", "Violência Urbana", "Sexualidade" e "Higiene Pessoal".

No dia 13 de julho de 2006, ocorreu em todos os pólos a avaliação com os beneficiários e os demais (animadores, coordenação, merendeiras), ou seja, todos os envolvidos tiveram a oportunidade de avaliar a colônia. O intuito do processo avaliativo foi verificar se os objetivos propostos foram alcançados e de que forma as crianças e os adolescentes, assim como as pessoas que trabalharam tinham entendido a proposta da I Colônia de Férias da Cidade da Gente.

A proposta de encerramento da Colônia de Férias previu a junção de todos os pólos em um único local, a fim de possibilitar a integração entre os grupos. Também era uma forma de possibilitar uma vivência diferenciada de local e infra-estrutura para os colonistas. No dia 14 de julho de 2006, nas dependências do Iate Clube de Santarém (clube privado), finalizou a I Colônia de Férias da Cidade da Gente, com uma gincana cultural entre os pólos. A gincana contou com tarefas antecipadas e relâmpagos. Também os trabalhos produzidos durante a colônia foram expostos ao público, permitindo às crianças, às famílias e aos visitantes um contato mais próximo com as atividades vivenciadas pelos colonistas durante todo o período que transcorreu a colônia de férias. Os trabalhos expostos foram aqueles oportunizados pelos arte-educadores, especialmente: os trabalhos com argila, pintura e desenhos.

Talvez, não sabemos ainda, se reproduzimos os velhos padrões de colônia de férias existentes no país afora e discutidos por alguns autores, mas de antemão as avaliações de todos os atores, que foram envolvidos diretamente no processo, nos apontam que a proposta produzida pela Assessoria de Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Santarém, foi algo inovador, merecedor de aplausos e principalmente uma excelente oportunidade de férias para as crianças e adolescentes. Sabemos que quanto mais se oportuniza alternativas de lazer, que satisfaçam os interesses dos participantes sob orientação, mais fácil e melhor será sua escolha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSUNÇÃO, C. Q. S. *Colônia de Férias*. In GOMES, C. L. *Dicionário crítico do lazer*. Org. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Promulgada em 5 de outubro de 1998. Coleção Saraiva de Legislação. 16 ed., Atual. e Ampl. São Paulo: Saraiva, 1997.
- MARCELLINO, N. C. (org.). *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- _____. *Lazer e esporte: políticas públicas*. 2. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- STEINHILBER, J. *Colônia de Férias: organização e administração*. Rio de Janeiro: Editora Sprint, 1995.
- SILVA, D. A. M.; MARCELLINO, N. C. *Lazer e Colônia de Férias: Contribuições teóricas para a ação do profissional de Educação Física*. In. GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. (org.). *Coletânea do VII Seminário "O lazer em debate"*. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2006.
- ZALUAR, A. *Cidadãos não vão ao Paraíso*. São Paulo; Editora Escuta: Campinas, SP, 1994.

Funcionamento de Núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade ACA (Associação da Criança e do Adolescente) Volta Redonda (RJ)

Olga Maria Salgado Andrade de Castro

Maria Bernadete Bonifácio Vieira de Castro

Raul Victorino Dantas Filho⁵²

1. Da apresentação

O Projeto Abrindo Caminhos – Programa Esporte e Lazer da Cidade do Ministério do Esporte surgiu da necessidade de garantir às populações residentes em áreas de baixa renda acesso ao esporte e ao lazer.

A região do Médio Paraíba está situada na Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, possui uma população estimada, em 2005 pelo IBGE, de 850.000 habitantes. Aqui se produz riqueza e se situam grandes empresas como a Volks, a Peugeot, a Xerox, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), mas seu acesso não é universalizado.

As seis cidades contempladas pelo Projeto Abrindo Caminhos – Programa Esporte e Lazer da Cidade do Ministério do Esporte, que sofrem com a violência urbana, o desemprego e o extermínio de jovens pelo tráfico de drogas, são Barra Mansa, Barra do Piraí, Pinheiral, Quatis, Resende e Volta Redonda, razão pela qual foram incluídos pela Associação da Criança e do Adolescente (ACA).

Os nove núcleos são distribuídos nas seis cidades conforme o número de habitantes e acontecem em grandes complexos, formados por conjuntos habitacionais populares e ou grandes favelas.

2. Da entidade

A Associação da Criança e do Adolescente (ACA), com sede em Volta Redonda (RJ), tem 12 anos de funcionamento agindo em programas sociais nesta cidade e na região sul fluminense, sendo as atividades realizadas em seis cidades e divididas em nove núcleos. A ACA é presidida atualmente pela sra. Ana Maria de Souza Valadares, muito conhecida pela comunidade de Volta Redonda como "Tia

⁵² ACA (Associação da Criança e do Adolescente), Volta Redonda (RJ).

Ana". A ACA denominou o Programa de Esporte e Lazer da Cidade como "Projeto Abrindo Caminhos", pois abre caminhos à população de baixa renda a atividades culturais, esportivas e de lazer, que ficam mais situadas nos grandes centros urbanos e de difícil acesso à periferia, e deu oportunidade para as pessoas das comunidades que têm um conhecimento de suas experiências vividas, os universitários e também profissionais de áreas diversas, de estarem trabalhando. A ACA e o Ministério do Esporte assinaram um convênio de oito meses, podendo ser renovado se ambas as partes estiverem de acordo.

3. Dos núcleos

Cada cidade tem um núcleo, exceto Volta Redonda, que tem uma maior população, com quatro núcleos. Abaixo segue a localização das cidades do Rio de Janeiro, sua população estimada, a quantidade de núcleos e a quantidade de bairros que atingimos:

- Barra Mansa - Situada a 120 km da capital, com uma população estimada em 174.500 habitantes, possui um núcleo no bairro Vista Alegre, atingindo mais cinco bairros próximos (Vila Nova, Bocaininha, Colônia, Santa Maria II e Nossa Senhora de Lourdes);
- Barra do Piraí - Localizada a 90 km da capital, estimada a sua população em 93.277 habitantes, possui um núcleo no bairro Califórnia, tendo abrangência em mais cinco bairros (São Francisco, Recanto Feliz, Morada do Vale, Cerâmica União, Bairro de Fátima);
- Pinheiral - Situada a 95 km da capital, com uma população de 21.933 habitantes, possui um núcleo situado no Centro, atingindo mais três bairros (Parque Maíra, Palmeiras e Cruzeiro);
- Quatis - Fica a 130 km da capital, tendo como número de habitantes 11.738 pessoas, possuindo um núcleo no bairro Nossa Senhora do Rosário, abrangendo a mais três bairros (Centro, Vila Independência e Mirandópolis);
- Resende - situada a 140 km da capital, com uma população estimada em 104.549 habitantes, tendo um núcleo situado no Bairro Paraíso, atingindo mais cinco bairros (Morro do Cruzeiro, Vicentina, Santo Amaro, São Caetano e Barra III);
- Volta Redonda - Fica a 110 km da capital, tendo uma população de 255.695 habitantes, possuindo quatro núcleos: um no Bairro Água Limpa, abrangendo a mais cinco bair-

ros (Nova Primavera, Dom Bosco, São Luiz, Túnel 20 e Vila Rica); um no Bairro Belmonte que está atingindo mais cinco bairros (Padre Josimo, Jardim Cidade do Aço, Siderlândia, Açude I e Açude II); um no Santo Agostinho que abrange a mais quatro bairros (Volta Grande I, Volta Grande II, Volta Grande III, Volta Grande IV); e um no Verde Vale que está atingindo mais quatro bairros (Vila Brasília, Coqueiros, Mariana Torres e Vale Verde). Estamos atendendo a 48 bairros na região do Médio Paraíba.

4. Dos contratados

Temos um coordenador técnico, cujo perfil é de professor de educação física e em cada núcleo temos cinco pessoas trabalhando: um coordenador de núcleo, três bolsistas e um agente de serviços gerais. O perfil do coordenador de núcleo e do bolsista é de profissionais e estudantes de educação física e membros da comunidade, e o perfil do agente de serviços gerais são membros colaboradores da comunidade. Temos também mais de 20 voluntários moradores das comunidades, pais e ou responsáveis trabalhando nos núcleos como apoio nas atividades e eventos como a divulgação, inscrição, montagem das estruturas e atividades recreativas.

5. Dos espaços utilizados

Utilizamos academias, associações de moradores, clubes, associações desportivas, igrejas, parques e praças. Nas academias, as atividades utilizadas são capoeira, dança e ginástica para terceira idade, todas essas atividades são realizadas por professores de educação física. Nas associações de moradores, o espaço utilizado é o salão, onde são desenvolvidas atividades envolvendo palestras como: Meio Ambiente, Higiene Bucal, Combate às Drogas, o Esporte Enquanto Inclusão Social, que são ministradas por profissionais das áreas afins, assistentes sociais e psicólogos. Nos clubes e associações desportivas, estamos utilizando os campos de futebol e as quadras poliesportivas. Nas Igrejas, são utilizados os salões para reuniões. Os parques e as praças públicas são cedidos pelo poder público.

6. Das atividades

A **ginástica e a caminhada** acontecem cinco vezes por semana nas primeiras horas do dia e/ou da noite, em clubes, academias, praças, ruas, parques e nas quadras. O **futsal e o futebol** acontecem também cinco vezes na semana e as crianças são as que têm a maior

procura na hora das inscrições, realizadas em quadras poliesportivas, campos de clubes e associações desportivas. O **voleibol e o vôlei de areia** são realizados quatro vezes por semana em quatro núcleos (Água Limpa, Resende, Verde Vale e Barra do Piraí), atingindo adultos, realizados em quadras poliesportivas. A **recreação** é realizada nas praças e ruas e acontece uma vez por semana. A **dança** atinge um maior número de adolescentes, funciona três vezes por semana em todos os núcleos. O **teatro e as oficinas** são realizados duas vezes por semana em um salão de um colégio estadual. A **capoeira** acontece quatro vezes na semana nas praças e quadras dos colégios. A **GRD** (Ginástica Rítmica Desportiva) está acontecendo três vezes por semana em um núcleo, com participação de crianças e adolescentes. O **handebol** acontece quatro vezes por semana e a procura está sendo grande nos núcleos por adolescentes.

7. Da participação da comunidade

7.1 Divulgação

As associações de moradores e as igrejas têm ajudado com boletins informativos, reuniões (missas e encontros); as escolas, com panfletos e nas reuniões de pais; o comércio, onde colocamos cartazes e conseguimos algumas doações. Outras formas que a comunidade contribui são as rádios comunitárias e os jornais locais.

7.2 Inscrição

As inscrições estão sendo feitas nos locais de atividades, nas associações de moradores dos bairros com atividades e nas escolas próximas. Desenvolvemos alguns critérios de inscrição como os que o indivíduo inscrito deverá apresentar atestado de saúde, morar na área de abrangência e apresentar autorização do responsável que já está localizada na ficha de inscrição na parte de baixo.

7.3 Parcerias

Temos como parceiros no Projeto a UniFOA (Centro Universitário de Volta Redonda), cedendo o espaço para o encontro de capacitação e as reuniões com maior número de pessoas, a Fundação CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), com a disponibilização do espaço físico, a confecção das camisas e a participação em eventos com lanches, e a associação de moradores, com a disponibilização do espaço físico e com a divulgação.

8. Dos inscritos

Temos hoje no projeto um total de 3.757 inscritos, sendo que em uma média 800 adolescentes fazem as atividades, mas não podem preencher a ficha de inscrição sendo proibidas pelo tráfico de drogas. Destes 3.757 inscritos, 2.699 são crianças e jovens até 17 anos, 340 jovens de 18 a 24 anos, 778 adultos de 25 a 59 anos e 138 idosos a partir dos 60 anos. Temos também 16 pessoas portadores de necessidades especiais em diferentes faixas etárias. São beneficiadas com o projeto 30.416 pessoas.

9. Das ações da entidade de controle social

A Associação de Moradores do Bairro São Luiz é a entidade de controle social no projeto. O bairro São Luiz é considerado pela estimativa populacional como um dos maiores. Tem demonstrado com grande empenho seu poder de fiscalizador, comparecendo nas reuniões programadas e dando também sugestões para o crescimento do Projeto. Abaixo segue o relato do Sr. Robson que é o presidente da Associação de Moradores do Bairro São Luiz:

Ouvi depoimentos de mães que alegam que seus filhos se tornaram mais participativos e educados nas relações familiares e escolares. Na comemoração do dia 08 de Março (Dia Internacional da Mulher), senhoras que praticam ginástica e caminhadas orientadas e algumas idosas relatam que o Projeto faz tão bem a elas que hoje não precisam mais tomar remédios antidepressivos e que até a comunicação com os familiares melhorou significativamente. Por tudo isso, acredito neste Projeto e na necessidade dele chegar a mais núcleos levando alegria e paz às pessoas tão sofridas pela violência de nossa região.

10. Conclusão

Chegamos à conclusão que estamos atendendo às expectativas do Projeto, mas devemos melhorar em pontos cruciais. Está notório que não temos o apoio do poder público, temos sim uma obstrução dos mesmos nas nossas atividades. São obras que aparecem nos locais de atividades sem nenhuma comunicação, presidentes de associações de moradores recebendo pressão para que se tirem essas atividades se não o bairro não vai ser arrumado. Retiraram um cabo de luz onde era feita a atividade de dança. Por fim, em nossos números, tivemos algumas metas previstas e fizemos uma comparação com os números atuais seguindo a nossa realidade. Para crianças e

adolescentes, a meta era de 1.500 e conseguimos 2.699 inscritos. Para jovens, a meta era de 1.300 e conseguimos 330 inscrições. Para adultos, a nossa meta era de 270 e atingimos um número de 770 inscritos. Para idosos, eram previstos 450, só conseguindo 138 inscrições. Para PPNE, a meta era de 80, conseguimos 16 inscritos. Estamos buscando meios para mantermos a satisfação das pessoas que estão participando das atividades e melhorarmos nas atividades que atingem as pessoas que não conseguimos trazer para o Projeto Abrindo Caminhos.

Esporte do Mangue – Democratizando o Esporte e o Lazer para a Juventude do Recife

José Nildo Alves Caú

Josuel Salvador de Arruda

Jamerson Antonio de Almeida da Silva

Katharine Ninive Pinto Silva

Mariana Lins de Oliveira

Thiago Antonio L. de Alencar⁵³

O presente artigo traz uma reflexão da Política Municipal de Juventude, Esporte e Lazer. Tomando como ponto de partida a relação dos princípios e valores, que orientam as ações desenvolvidas nos diferentes espaços esportivos e culturais com foco de atenção na juventude do projeto Esporte do Mangue. Traz também uma discussão da grande relevância social que a temática de juventude vem ganhando nas agendas governamentais e pelos diferentes setores da sociedade. Contextualizaremos a concepção de juventude, numa trajetória que tem como foco de estudo o Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, a partir do projeto estruturador Esporte do Mangue, ação esta, que se integra à Política Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura do Recife, e que, através do convênio com o Programa Esporte e Lazer da Cidade (do Ministério do Esporte), realizado no corrente ano, vem sendo ampliada a partir da realização dos festivais da juventude. Neste estudo, apontarei como os princípios do Programa vêm se materializando através da intervenção social que vem privilegiar a formação e elevação da consciência política dos segmentos juvenis envolvidos. Partindo de uma visão crítico-reflexiva dos problemas sociais dos jovens envolvidos, junto aos segmentos de esportes radicais (skate, patins, bikes e surfistas), movimentos culturais (hip hop e capoeira), bandas e grupos culturais e demais jovens em diferentes linguagens esportivas.

Abordaremos como a categoria de reflexão, o Lúdico e Político, vem sendo materializada no trato, na forma e no conteúdo, enquanto instrumentos de aproximação dos interesses dos jovens envolvidos ao longo de existência do projeto. Apresentaremos também, como as novas demandas dos segmentos juvenis vêm consolidar o novo formato do projeto, com implementação das oficinas sistemáticas de skate, break e patins, e os festivais de juventude, com a ampliação de diferentes segmentos juvenis em diferentes linguagens, com intuito de

⁵³Prefeitura do Recife, Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães, Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer.

descentralizar os espaços de construção coletiva do Esporte do Mangue, na segunda gestão 2005/2008 do governo popular em Recife.

I - Uma análise da Política Pública de Juventude no Brasil: Uma nova realidade

Apontar uma análise da política pública destinada à juventude, perpassar em entender como as ações conseguem intervir e de que forma as abordagens são estabelecidas nos diversos momentos da ação do Estado, na resolução dos problemas políticos. Por isso, faz-se necessário, segundo Bobbio apud Abad (2003:15), para que exista uma política pública⁵⁴, que uma determinada situação requeira uma solução por meio dos instrumentos de ação política, ou seja, da ação que tem como finalidade a formação de decisões coletivas, que, uma vez tomadas, se convertam em vinculadoras de toda coletividade [...]. Qualquer situação que precise ser objeto de intervenção, mediante decisões vinculadoras para toda sociedade, necessitará, por força, ser expressada como problema político e, portando, instalar-se na esfera pública como um conflito ou demanda que afeta, de certa forma, a convivência social, envolvendo atores sociais, releva com capacidade de exercer pressão sobre a agenda governamental, dentro da institucionalidade vigente ou fora dela. Que ora apresenta-se como uma política pública com uma conotação simplista de "senso comum", neste sentido Carrano afirma:

Uma grande parte das dificuldades em se definir os contornos da juventude como objeto social é resultante da insistência de associar a juventude com a violência⁵⁵. A juventude é tratada muito mais como um problema do que enquanto um campo possível de problematização. As análises sobre condições concretas de existência e os sentidos culturais das ações dos jovens, em suas realidades cotidianas, são comprometidos por essa monocultura analítica (2003, p.131).

Porém, novos cenários começam a sinalizar as Políticas Públicas de Juventude, a partir de uma nova realidade, que, segundo Sposito & Carrano (2003, p. 131), um outro movimento, nascido a partir

⁵⁴ Abad (2003:14): Política pública é a forma de concretizar a ação do Estado, significando, portanto, um investimento de recursos do mesmo Estado. A política pública, ao mesmo tempo em que se constitui numa decisão, supõe uma certa ideologia da mudança social, esteja ela explícita ou não na sua formulação.

⁵⁵ A violência parece ser, hoje, o principal combustível para o desenvolvimento das investigações acadêmicas e estudos destinados à formulação de políticas públicas. Não desconsidero a urgência dos estudos e a busca de soluções para um fenômeno que já assumiu proporções de verdadeira epidemia, entretanto, suspeito que abordagem da questão de juventude por este marcado caminho possa estar comprometendo a adoção de perspectivas que invistam em horizontes de análise de maior complexidade.

de instâncias do executivo local e regional, também começa a ser delineado no final dos anos 1990, no Brasil, quando tem início uma preocupação mais sistemática com a formulação e a implantação de algumas ações específicas voltadas para a juventude.

Iniciativas públicas são apontadas tanto no âmbito municipal, estadual e da sociedade civil. Segundo autores (2003, p.24), o poder municipal aparece como interlocutor próximo dos grupos organizados, sobretudo quando as demandas giram em torno de transformações da qualidade de vida e de novas apropriações do espaço cidadão⁵⁶. Por outro lado, é exatamente nesse plano de política pública no Brasil, tem ousado na inovação, sobretudo nas administrações de caráter progressista sob a responsabilidade de partidos de esquerda ou de centro-esquerda.

A relevância da temática de juventude nos últimos anos vem aglutinando os interesses de diversos setores sociais: intelectuais, pesquisadores, educadores, governantes, entre outros. Há algumas décadas, os jovens já vinham sendo objetos das atenções nos meios de comunicação de massa, ocupando notícias [...], segundo Sposito e Abramo (2000, p.08), quer sob forma de mercado potencial de consumidores a ser conquistado, quer nas páginas policiais como protagonista da escalada da violência nas grandes cidades brasileira. É inegável que esses veículos trouxeram para arena pública o tema de juventude, entretanto surgiram vários estereótipos sobre pretenso condição juvenil homogênea e com característica universal que igualaria todos os jovens.

Porém, o que vislumbra nos últimos cinco séculos, segundo Santos (2001, 56), são o desenvolvimento e a expansão geográfica do capitalismo, a concorrência se estabelece como regra. Agora competitividade⁵⁷ toma o lugar da competição. A concorrência atual não é mais a velha concorrência, sobretudo porque chega eliminando toda forma de compaixão. "[...] Neste mundo globalizado, a competitividade, o consumo, a confusão dos espíritos constituem baluartes do presente estado de coisas. A competitividade comanda nossas formas de ação. O consumo comanda as formas de inação. E a confusão dos espíritos impede o nosso entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós mesmo". Que para Lima vem reforçar este entendimento afirmando que:

A transformação do homem em proletário, do corpo hu-

⁵⁶ A ação política emancipatória precisa, então, afirmar a radicalidade libertadora do lugar, contra fragmentação vivenciada pelas sociedades no atual quadro de globalização capitalista. É pelo lugar que revemos o mundo e ajustamos nossa interpretação, pois, nele, o recôndito, o permanente, o real triunfam, afinal, sobre o movimento, o passageiro, o imposto fora (Santos apud Carrano, 2003:90).

⁵⁷ Durante os anos 90, houve aumento da desigualdade e um incremento da pobreza nos países da América Latina. Neste marco, os jovens, como grupo social, têm sido amplamente estudados porque foram um dos setores mais afetados pela crise do mercado de trabalho e pelos processos de ajuste estrutural (CEPAL 1997, 2004).

mano em força de trabalho ou máquina humana, é o movimento que determina a divisão da humanidade em duas classes fundamentais: a classe das máquinas humanas e a classe dos que dirigem estas máquinas. Neste movimento, é fundamental criar força de trabalho em abundância para que nunca falte às necessidades do capital; e, quando se atinge um excesso perigoso, aniquila-se o excedente humano pelos vários métodos de massacre que a história registrou (1997, p.07).

Desta forma, presenciamos na América Latina um processo democrático que manifesta um problema de fundo. Nossos estados insistem em deixar de oferecer acesso aos direitos humanos para maioria da população. Entre os grupamentos sociais mais vulneráveis, encontra-se a juventude⁵⁸. Fraga e Lulianelli apontam que a maioria dos direitos econômico, social, ambiental, cultural e de lazer é negada a estes segmentos.

A educação é pouco adequada à realidade juvenil, o acesso ao trabalho e aos meios legais de geração de emprego e renda é vedado e a produção cultural juvenil é pouco estimulada. Diante desta realidade, esta análise nos remete, segundo Sposito e Carrano (2000, p.25), que todo processo de concepção, implementação e controle social das políticas municipais perpassa em reconhecer a importância do modo como são estabelecidas as relações com os próprios segmentos juvenis destinatários das políticas. Distinguir políticas de feição corretivo ou compensatório daquelas que seriam transformadoras, pois estas últimas permitiram a incorporação dos jovens também no processo mais densos de socialização civil. Algumas políticas adquirem formatos inclusivos ou integradores (sobretudo em situações de crise social e de mecanismo de exclusão), outras políticas apresentam um recorte afirmativo de direitos que valoriza autonomia e autodeterminação dos jovens, no próprio contexto social.

II - Política Pública de Juventude, Esporte e Lazer - Construindo novos valores sociais, na cidade de Recife⁵⁹

O rebaixamento das condições de existência tem sua expres-

⁵⁸ Para Abad apud Silva (2005, p.129), anteriormente a condição juvenil estava relacionada com as idéias de incorporação à vida adulta e à aquisição de experiência. A juventude era caracterizada, (...) em certas camadas sociais, como etapa vital entre a infância e a maturidade, determinada pela vinculação com as instituições de transição ao mundo adulto. Essa idéia de juventude não se sustenta mais. O processo de desinstitucionalização dos jovens é um fato e tem como causas o surgimento de novas formas de família, o esgotamento da ilusão da ascensão social através da educação e do pleno emprego, a emergência de novos atores reivindicando políticas específicas.

⁵⁹ Diagnóstico a partir do documento do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer enviado para convênio com Ministério do Esporte. Nov/2003.

são no campo material e também espiritual, particularmente no que se refere ao acesso e a permanência ao lazer e suas possibilidades esportivas. No Recife, apesar de ser conhecido como um grande pólo cultural do país, o avanço do “projeto neoliberal” nos últimos vinte anos vem destruindo também espiritualmente o nosso povo. Isto tem afetado mais gravemente as classes populares, em função da diminuição do “tempo liberado do trabalho”, do tempo de fruição, produção cultural e esportiva. Onde a população jovem do Recife é de 687.457 (15 a 24 anos), ou seja, 45,83% da população total⁶⁰, considerando que 616.000 pessoas vivem em condições de pobreza extrema⁶¹. Tal fato está relacionado aos altos índices de desemprego e de pessoas ociosas, com o aumento da jornada de trabalho, a privatização e destruição dos espaços públicos, além da crescente apropriação do tempo liberado pela indústria cultural e pela iniciativa privada.

Apesar de estar previsto na Lei Orgânica do Recife, o esporte e o lazer nunca foram um campo de políticas públicas capazes de promover o acesso universal e cotidiano, sobretudo das classes populares. O setor sempre foi alvo de ações pontuais, de caráter eleitoreiro e clientelista, como a distribuição discriminada de materiais esportivos e concessão de campos de várzea em troca de votos. A juventude praticante de esportes radicais (skatistas, patinadores, dançarinos de rua, ciclista e surfistas) tem sido vítima histórica da discriminação e da violência institucionalizada. Sem espaço e condições adequadas para a prática esportiva, ela disputa os espaços das calçadas, ruas, escadarias de igreja e bancos de praças, sendo perseguida e reprimida pela polícia e pela guarda municipal e discriminada pela população em geral.

Diante dessa realidade, a Política Municipal de Esporte e Lazer entendeu que são fundamentais: a democratização do acesso aos espaços e às diversas manifestações da cultura corporal, como fator de elevação cultural e emancipação humana, a formação de novos quadros para atuar no setor de esporte e lazer, e uma programação sistemática e diversificada para reconhecimento e garantia do esporte e lazer enquanto direito social. Para Silva e Silva (2004):

Entender o lazer como espaço/tempo cultural tem um grande potencial de crítica da realidade atual, do “senso comum”. Pode ser um tempo/espaço capaz de contribuir para a compreensão das determinações históricas da realidade de opressão, exploração e exclusão das classes populares. A democratização da cultura, entendida como o saber socialmente construído e historicamente desenvolvido pela humanidade, é elemento fundamental para o

⁶⁰ Ver Atlas do IDH da cidade de Recife.

⁶¹ Fonte do IBGE 2001.

desenvolvimento da autoconsciência crítica da população. É a partir daqui que começa a criação de formas qualitativamente superiores de lazer, tendo, como suporte, a própria crítica do senso comum em relação a ele o lazer-banalizado, o lazer-mercadoria e o lazer-entretenimento.

As discussões de políticas públicas no setor de esporte e lazer são fato recente que vem ao longo do tempo acumulando experiências em algumas cidades com administrações populares. Segundo Mascarenhas (2003), com a sua reconfiguração do sistema produtivo e em face do conjunto das transformações econômicas, políticas, técnicas e culturais que esta nova realidade experimenta, ganha cada vez mais importância entre as produções do campo a idéia de uma sociedade do lazer.

Inúmeras práticas do chamado tempo livre são sistematizadas por estudiosos como Waichman (1997), Padilha (2000), Mascarenhas (2003), Marcellino (1990), Silva (2002), Melo (2003), Silva (2005) e outros, que trazem a discussão do lazer como força de reorganização da sociedade capaz de transformação social na construção de novos valores mais humanizados. Desta forma, segundo Silva (2002), o acesso a práticas esportivas e do lazer numa perspectiva de transformação social deve possibilitar o desenvolvimento de aprendizagens como cooperação, o coletivismo, a crítica e a produção cultural. E as formas através das quais estas aprendizagens vão ser adquiridas (mais ou menos sistematizadas) é condicionada institucionalmente.

Sendo assim, entendemos o esporte e o lazer enquanto uma construção histórica, onde o homem produz esse conhecimento ao longo do tempo, porém tem diferentes formas de apropriação desse conhecimento produzido.

Para Mascarenhas (2003:13), podemos dizer que tanto as produções de conhecimento no âmbito do lazer, historicamente, sempre estiveram associadas às relações de poder e aos interesses de instrumentalização conservadora do chamado tempo livre. Porém, Waichman aponta que o *tempo livre não é um bem dado*. É uma construção tanto individual quanto social [...], para o processo educativo que tende a gerar o surgimento ou o aperfeiçoamento da liberdade no tempo, isto é, o tempo livre. Cria-se o acesso a diferentes formas de cultura como diversão, considerando, porém, que a finalidade é o próprio homem e sua participação efetiva e afetiva. A educação deve prover modificações em seus conceitos arcaicos de conteúdos relacionados exclusivamente com o mundo do trabalho⁶², e reconhecer que

⁶² A definição de trabalho elaborada por MARX considera que não se trata de uma atividade instintivamente animal. "O que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. (MARX APUD PADILHA, 2000: 28).

o tempo fora do trabalho existe e que, aliás, pode ser tão importante quanto o outro. Para os autores Silva & Silva (2004, p.25), no caso de uma educação emancipatória que se realize no âmbito do lazer, seu objeto fundamental é a conquista do tempo livre.

Nessa ótica, o lazer passa a ser um espaço/tempo particular, uma dimensão determinada da vida humana estratégica, a partir da qual travaremos uma luta global e de hegemonia pela destruição das "formas inúteis", substituindo-as por "um novo edifício". Carrano apud Silva (2005, p.137) nos aponta que a idéia de que o lazer se desenvolveria num aspecto do tempo livre, no qual estariam suspensas as rotinas da vida cotidiana, sendo comum que as pessoas brinquem com normas socialmente estabelecidas, podendo, por vez, até ir longe demais. Para ele, o lazer teria normas específicas da ação social, permitindo que as pessoas possam fazer experimentação de si próprias. Sendo assim, Abad apud Silva (2005, p.143) aponta que a destitucionalização dos jovens, a qual nos referimos anteriormente, abriu espaço para um maior desdobramento da subjetividade juvenil, que se realiza num tempo liberado, que, embora ainda não plenamente agenciada e nem recuperada como possibilidade de liberação, proporciona uma oportunidade única para enriquecer as identidades sociais e culturais, mais do que qualquer outro grupo de idade.

III - Lúdico e político, a síntese da relação do outro compartilhado por todos no Esporte do Mangue

Apontar a partir deste momento a participação dos jovens nos diferentes canais estabelecidos pelo projeto, onde a sua essência está em estabelecer espaços que proporcionem diferentes vivências relacionadas às práticas dos esportes radicais, possibilitando a criação de canais participativos que venham transformar os conflitos ou demandas de problemas dos grupos (skatistas, surfistas, dançarinos de rua, bikes e jovens simpatizantes) no fomento de novas políticas para o setor. Esses diferentes espaços para juventude radical⁶³ do Recife são criados a partir de diferentes espaços de discussão (fórum do Esporte do Mangue; Encontros da Juventude Radical; Encontro Municipal do Esporte do Mangue; festivais de juventude; plenárias temáticas do orçamento participativo; plenária de temática da juventude; audiências públicas da juventude, âmbito municipal e estadual;

⁶³ Pais (1992) aponta entre os jovens as formas bastante expressivas das atitudes deferidas pelos praticantes de esporte radicais, o que encontramos é o gosto crescente e renascido pela aventura, pelo risco, pela descoberta de si próprio por referência aos outros e nessa descoberta as dimensões sociabilísticas da vida são preferenciais eleitas. Aponta Ianni (1968), quando se refere ao jovem radical como estrutura do sistema social é alienadora, radicalismo que se funda numa consciência adequada, sintetizadora; dá a atuação política radical como uma relação de negatividade com o presente; no processo de retotalização da personalidade em desenvolvimento na adolescência, o jovem organiza intelectualmente a sociedade global em termos concretos, totalizando a sua personalidade com base numa nova e muita mais ampla visão de mundo.

conferências e reuniões nas comunidades), em um verdadeiro exercício de cidadania, entendendo o jovem enquanto sujeito de direito.

IV - A juventude radical e a cidade enquanto centralidade lúdica

Patrimônio depredado, conflitos com a polícia e necessidades ignoradas. Esta era a realidade dos jovens skatistas, patinadores, "bikers" e integrantes do movimento hip hop da cidade do Recife. Entre os grupos, o desejo por espaços próprios às suas práticas; diante da sociedade conservadora, a imagem de vandalismo, de desocupação. Políticos e empresários tentando apropriarem-se de sua identidade em busca de votos e vendas, e nenhuma política pública específica que tratasse de suas questões. Os poucos equipamentos construídos eram inadequados às suas realidades e encontravam-se abandonados, sucateados, representando o gasto inconseqüente de verbas públicas. Enquanto isso, ruas, estacionamentos e monumentos serviam de equipamentos. Era notória a necessidade de intervenção junto a esses jovens.

A Prefeitura do Recife, através da Diretoria Geral de Esportes da Secretaria de Turismo e Esportes⁶⁴, resolveu inovar, criar o projeto Esporte do Manguê. Ação estruturadora do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer e seguindo seus princípios norteadores, surgia o primeiro projeto de esporte e lazer voltado para a juventude alternativa, na cidade do Recife. Foi entendendo a necessidade de criar novos espaços de esporte e lazer que atendesse às novas demandas, entendo que a cidade, muito mais do que a sua paisagem, é o cenário onde os sujeitos nas suas relações materiais de sobrevivência constroem "visões de mundo" que orientam seus comportamentos, hábitos e formas de participação e cidadania. Estimular o lúdico através da promoção do lazer e da cultura corporal significa alimentar a esperança da vida na cidade, aumentando as possibilidades e elevação cultural e consciência política, fazendo surgir novos valores, verdadeiramente humanos⁶⁵.

Pensando a cidade numa construção histórica, homem, espaço e tempo, é que entendemos Lefebvre (2001, p.132), no Direito à Cidade, construir a centralidade lúdica é um caminho estratégico para superação da cidade do capital em crise e para construção de uma nova cidade, fundada a perspectiva de uma sociedade urbana. Para ele, o lúdico tem implicações na restituição do sentido da cidade como uma obra de arte. Orientada pelo valor de uso. A centralidade

⁶⁴ A Diretoria de Esportes que coordenou o Projeto Esporte do Manguê vinculado à Secretaria de Turismo e Esportes na primeira gestão do governo democrático e popular (2001/2004).

⁶⁵ Referência extraída do documento dos Círculos Populares de Esporte e Lazer (nov/2003).

de o lúdico dar ao tempo prioridade em relação ao espaço. E ao valor de uso prioridade em relação à troca. Segundo autor, “[...] o esporte é lúdico, o teatro também, de modo mais ativo e mais participante que o cinema. As brincadeiras das crianças não devem ser desprezadas, nem as dos adolescentes. Parques de diversão, jogos coletivos de toda espécie persistem nos interstícios da sociedade de consumo dirigida, nos buracos da sociedade séria que se pretende estruturada e sistemática, que se pretende tecnicista”.

A auto-organização⁶⁶ tem sido o princípio que mais vem se desenvolvendo com a juventude envolvida no projeto Esporte do Mangue. Seja na criação de campeonatos populares de esportes radicais; na construção de uma batalha participativa de B. Boys (dançarinos de break dance), ou até mesmo na criação de uma associação de skatistas que mobilizou a comunidade local na busca de eleger suas prioridades no orçamento participativo, os jovens vêm demonstrando que, a partir da organização popular, os seus interesses coletivos podem ser mais facilmente alcançados.

Com a idéia da construção de um grande encontro que congregasse os jovens de toda a cidade e região metropolitana, para discutirem seus problemas, suas necessidades e as possíveis soluções, iniciou-se a provocação para que os jovens abandonassem o comportamento passivo e refletissem sobre seus direitos e deveres em relação à cidade de maneira crítica.

A metodologia? Encontros sistemáticos em cada região político-administrativa da cidade, os Encontros da Juventude Radical. A primeira reflexão? “O que é ser radical?”. A primeira provocação? “Ser radical de maneira consciente, desvinculada da imagem de rebeldia sem causa e principalmente, buscando resolver os problemas em sua origem, de maneira organizada”.

Procurando, desta maneira, valorizar as identidades dos grupos e construir novos valores a partir do acesso a novos conhecimentos e recriá-los. No decorrer das ações, observou-se que dentro de sua realidade e organização, os jovens iam cada vez mais se envolvendo com as questões políticas da cidade. Descartando o modelo assembleísta e recorrendo ao prazer lúdico, os jovens passaram, inclusive, a utilizar os argumentos antes empregados para denegrir a imagem de suas práticas, como gatilho para a discussão em favor de suas lutas. Questões inerentes ao trabalho socialmente útil, como a conscientização acerca da preservação do patrimônio público, vêm sendo

⁶⁶ Auto-organização, um dos princípios do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer da Prefeitura do Recife, entende e evidencia o fato de que toda produção social exige aptidão para o trabalho coletivo e essa somente se adquire no seu exercício. Trabalhar coletivamente significa saber organizar e dirigir um grupo quando é preciso e também saber obedecer quando for necessário. Assim é fundamental que nos processos organizativos todos os participantes, na medida do possível, ocupem todos os lugares, tanto nas funções de dirigentes quanto nas funções de subordinados.

tratadas constantemente em todas as ações do projeto. Incentiva-se a reflexão crítica sobre as atitudes, trata-se o jovem como sujeito de direito, inclusive para que este se sinta autodeterminante do processo; como verdadeiramente é.

A elevação da consciência política é um processo que vem sendo construído a cada dia. Os avanços no processo de auto-organização, a elevação da consciência política e o trabalho socialmente útil refletem-se nas conquistas e nas mudanças de atitude em relação ao poder público; hoje visto não como um aparelho de "compra de votos", mas sim como o lócus onde a população tem seus direitos atendidos e a garantia de um espaço onde possa dialogar abertamente. A metodologia de realizar um encontro em cada Região Política-Administrativa da cidade permitiu um mapeamento mais específico da juventude. As atividades predominantes, a existência ou não de grupos organizados, os espaços utilizados pelos jovens para suas práticas e as necessidades específicas de cada RPA foram pontos avaliados. O fato de tratar as questões relacionados ao segmento juvenil de maneira lúdica, aproximando das necessidades da população radical do Recife, fez com que as questões como a condição juvenil, o direito aos espaços e a democratização do esporte fossem debatidas em diferentes momentos e espaços na cidade.

Tudo isso vem ratificar o que Abad apud Silva afirma:

É preciso complementar a política de integração dos jovens na sociedade, com impulso à autovalorização dos jovens na sociedade, levando em conta, em primeiro lugar, os interesses dos mesmos jovens, e em especial dos mais pobres, reforçando o seu vínculo de geração com as lutas reivindicatórias de outras coletividades (2005, p.147).

Na Política Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, um indicativo de que fortalecimentos dos grupos e fomentos da auto-organização vêm sendo estimulados com as diferentes organizações juvenis foi a criação da ASI (Associação de Skatistas da Iputinga), um grupo de skatistas que se reuniram, mobilizaram a comunidade e conseguiram eleger a temática de esporte e lazer como a segunda mais votada de sua microrregião e, como primeira prioridade, a revitalização do Parque do Caiara, aparelho que se encontrava depredado e entregue à marginalidade. O diálogo tornou-se ainda mais sistemático e eficaz a partir da seleção e capacitação dos agentes municipais de esporte e lazer da juventude; jovens praticantes de atividades alternativas (esportes radicais e hip hop), que têm por objetivo articular os demais jovens, multiplicar seus conhecimentos e prestar consultoria, na construção das atividades do projeto. Considerando que outros

grupos já recorrem a construir novas associações (surfistas do Ibura, skatistas da Guabiraba e bikers do Ipsep).

A política para os jovens e com os jovens estava tornando-se cada vez mais concreta. Outro princípio tratado de maneira peculiar foi a intergeracionalidade. Em geral, os esportes radicais são deveras atrativos para as crianças. De maneira não-formal e com um modo próprio de organização, os jovens participantes das atividades do projeto Esporte do Mangue ministram oficinas onde as crianças, em princípio telespectadoras, experimentam o prazer de, pelo menos por alguns minutos, praticarem uma nova atividade. Os jovens, outrora vistos como "inconvenientes", tornam-se ídolos e repassam às crianças seus conhecimentos radicais.

V - Juventude e suas linguagens culturais

O hip hop, assim como todo conjunto de grupos urbanos associados e estilos musicais (rock, punk, heavy metal e outros), vem desempenhando uma importância gradativa junto aos jovens, que vêm encontrando nas representações associadas a esses universos musicais e à sociabilidade que promovem o estabelecimento de novas formas de representações social que lhes permitem expressar seus descontentamentos e denúncias. Segundo Abramo (1994):

São formas de expressão, instituindo sentidos e negociando significados, através de uma estratégia muito explícita de obtenção de visibilidade pública. Tais estilos desempenham um enorme fascínio em um grande contingente de jovens que encontram, assim, neles, formas de expressão e comunicação.

Nesse contexto, a intervenção junto à juventude do hip hop, a partir do projeto Esporte do Mangue, possibilitou-nos estabelecer um canal permanente de diálogo. Surgindo na cidade na década de 80 e com sua proliferação impulsionada pela indústria cultural, o movimento hip hop teve sua maior expressão nas rodas de break que aconteciam em vários locais. A mais tradicional, a roda do Parque 13 de Maio, no Centro do Recife, teve sua atividade interrompida durante vários anos por conta da ausência de estímulo e estrutura. Para Carrano (2003), os jovens consideram a importância do espaço cultural porque ele faz emergir a vida e suas exigências plurais. Além de exigências plurais, os espaços de cultura na cidade radicalizam a necessidade de existências plurais. Nessa realidade, o estímulo à auto-organização dos grupos de B. Boys e o fortalecimento do movimento na cidade do Recife surgiram a partir de demandas de necessidades de

grupos juvenis que reivindicaram, junto a Diretoria Geral de Esporte da Prefeitura do Recife, apoio aos espaços já existentes e criação de novos espaços sociais. Tal apoio e realização concretizaram-se e foi estabelecida a retomada das rodas do Parque 13 de Maio, espaço do Aurora do Lazer, apoio a rodas, na periferia da cidade, realização da batalha participativa de B. Boys, no II encontro Municipal do Esporte do Mangue, e Batalha de B. Boys, nos Jogos do SESI.

O processo de fortalecimento e estímulo à criação e recriação de novos espaços vem se consolidando com o movimento e seus diversos interlocutores sociais. Desta maneira, estão sendo discutidas diversas ações em conjunto com diferentes segmentos da juventude, onde a linguagem do hip hop está presente em diferentes áreas da periferia do Recife. Tudo isso vem reforçar o compromisso que se assumiu em inverter as prioridades e reconhecer que o espaço urbano é um direito de todos, que, segundo Carrano (2003), as cidades apresentam como territórios privilegiados de ação social da juventude. Os jovens fazem a cada dia uma nova cidade, [...] a experiência social contemporânea fez da identidade juvenil algo profundamente associado ao sentido lúdico das práticas de lazer, seja na forma de consumo individual do tempo livre ou ainda nas práticas em que o sentimento de pertencimento ao grupo dá a tônica dos relacionamentos.

VI - Juventude e ampliação dos espaços de articulação e controle social das Políticas Públicas de Esporte, Lazer e Juventude.

A discussão de juventude vem ganhando cada vez mais notoriedade no Brasil, e disseminando uma consciência que pauta a estratégia de atuação de vários setores da sociedade civil. Sendo assim, atentos à juventude através do projeto Esporte do Mangue, que cada vez mais vem aumentando a demanda dos jovens envolvidos nas atividades lúdicas e políticas, na cidade do Recife. Partindo desses cenários, foi criado o Departamento de Juventude (2003). Atento à necessidade de ampliar e atender às novas demandas das juventudes de maneira geral e estabelecer relações com outros setores da sociedade civil que atuam com o segmento de juventude, buscou-se articular os setores da gestão (2003 – 2004) que atuam com o segmento da juventude, identificando 22 projetos com foco de atenção com o segmento juvenil. Naquele momento, foi constituída a Comissão Intersectorial de Juventude para integrar a Política Municipal de Juventude.

Durante todo esse percurso, estabeleceram-se canais de interlocução com a sociedade civil que vem discutindo a juventude a

nível local, nacional e mundial. Realizou-se, em novembro de 2003, o I Seminário do Projeto Juventude em conjunto com o Instituto da Cidadania, que veio discutir e colher contribuição para Política Nacional de Juventude, como diagnóstico nacional da juventude no país. Construíram-se canais com os poderes Executivo e Legislativo, na realização de audiências públicas para construir e discutir a Carta de Juventude de Pernambuco que foi encaminhada enquanto proposição para a I Conferência de Juventude, realizada em Brasília, em junho de 2004. Outros canais participativos foram estabelecidos como: plenárias temáticas de juventude, festivais esportivos e culturais dos Círculos Populares de Esporte e Lazer e encontros da juventude radical. Diante deste cenário, identifica-se a roda de diálogo permanente, que foi pensada como espaço plural que contemple a voz de diferentes atores e setores da sociedade (jovens integrantes de organizações juvenis, jovens em geral de programas e projetos governamentais e não-governamentais, membros de ONGs que realizam trabalhos com jovens, técnicos do setor público e integrantes de fundações empresárias, sindicatos e movimentos em geral, acadêmicos e pesquisadores). O objetivo maior é promover o diálogo entre diferentes atores sociais que atuam no campo das juventudes, sendo uma iniciativa da sociedade civil e movimentos organizados.

De maneira geral, a discussão de juventude remeteu a estabelecer a partir desta intervenção, em diferentes espaços juvenis, a necessidade cada vez maior de construir canais de interlocução com a sociedade civil organizada, como forma de potencializar o controle social das políticas públicas de esporte, lazer e juventude.

É sabido que a participação dos jovens nos diferentes espaços construídos foi fundamental para entender que os relacionamentos humanos no processo de desenvolvimento das cidades são efetivamente instituidores de práticas educativas, sendo capazes de promover circunstâncias e ações transformadoras das pessoas e dos significados culturais. Desta forma, entende-se que, ao longo dos três anos, foi possível estabelecer demandas, apontar novas diretrizes para consolidação da política para o setor. Sejam espaços de juventudes (encontros, seminários, fóruns, conferências, plenárias, audiências), tudo isso, só foi possível porque sujeitos históricos e construtores de todas as demandas e interesses legitimaram os espaços, pensados, implantados e consolidados com a sua participação, expressando, assim, um verdadeiro exercício de cidadania e compromisso com a mudança social. Contudo, a gestão democrática e popular do Recife, recebe o aval da população para gerir a cidade por mais quatro anos, nessa realidade o projeto Esporte do Mangue ganha uma nova configuração no seu formato para o período 2005/2008.

VII - Esporte do Mangue - Juventudes construindo uma nova realidade

A Prefeitura do Recife, na segunda gestão (2005/2008), passa por um processo de reforma administrativa, onde a autarquia Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães, vinculada à Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, cria a Diretoria de Esporte e Juventude responsável por gerenciar o projeto Esporte do Mangue, com objetivo de formular e construir, permanentemente, diretrizes da política de proteção e desenvolvimento das manifestações esportivas e culturais juvenis.

Já no seu quarto ano, o projeto vem reunindo a cada ciclo cerca de 8.000 jovens praticantes e simpatizantes de atividades esportivas e culturais, tais como skate, patins, bicicross, capoeira, surf, hip hop, grupos culturais, etc. Todos os anos, vem construindo e ampliando espaços de participação em sintonia com o plano de governo, que tem como norte a gestão pública radicalmente democrática fundamentada na participação popular, inversão de prioridade e elevação da consciência política.

Em consonância com a inversão de prioridades, o projeto aponta para um novo formato, consolidando e ampliando os segmentos juvenis identificados em torno de novas linguagens culturais e esportivas (jovens ligados ao futebol, basquete street, dança popular, grupos de jovens organizados nos diferentes gêneros musicais, ex: brega). Surgem novas demandas que reivindicam espaços a partir dos festivais de juventude e dos Círculos de Convivência de Juventude nas linguagens (skate, patins, break e BMX) para desenvolverem as atividades sistemáticas de juventude, nas comunidades do grande Recife.

O VI Fórum do Esporte do Mangue (maio/2006) contou com cerca de 600 jovens, teve como propósito deflagrar as ações do projeto por segmento, incorporando assim novos critérios e a construção da carta do Esporte do Mangue, sendo um momento de encontro das manifestações esportivas e culturais das diferentes juventudes da cidade, com intuito de estimular, debater e propor políticas públicas de juventudes. Os festivais das juventudes, que até o presente momento já envolveram cerca de 7.000 pessoas, vêm atender às novas demandas de jovens que se reúnem em tribos, para a criação de um novo espaço de interlocução entre as diferentes juventudes do Recife.

O processo de construção busca envolver os jovens, a partir de ações esportivas e culturais, com objetivo de estimular a auto-organização e a participação das várias juventudes. O processo foi desenvolvido a partir das reuniões locais nas comunidades, buscando assim, descentralizar e contemplar os diferentes grupos juvenis. Os festivais, realizados com novo formato em 2006, foram realizados nas comunidades do Alto José do Pinho, Alto Santa Terezinha, Macaxeira, Morro da Conceição e Ibura (Recife-PE).

Os espaços de discussões foram estruturados através de reuniões gerais (centralizadas) no local da realização do festival, e as descentralizadas foram nas comunidades envolvidas na organização. As reuniões têm intuito de garantir e estimular a participação de todas as comunidades, levando em conta, as formas de organização dos jovens, em torno de suas práticas culturais, a partir da realidade de cada região da cidade. Nas reuniões, foram definidas comissões de organização: de estrutura; de torneio e campeonato; de apresentações culturais e palco; de vivência e roda de diálogo; e de mobilização e comunicação. Cada comissão é formada pelos próprios jovens das comunidades, que têm autonomia para apresentarem suas propostas nas reuniões gerais, que posteriormente são discutidas e aprovadas.

Nas programações dos festivais são realizadas oficinas e vivências de skate, break, patins, dança, pintura, percussão, vôlei e torneios de futebol e skate, culminando os festivais com apresentações musicais dos grupos das próprias comunidades. A participação e a auto-organização dos jovens no festival buscam o desenvolvimento do indivíduo, para que possa superar seus problemas e estimular o seu envolvimento em atividades coletivas nos diferentes espaços da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAD, M. *Possibilidades juvenis para o impacto da agenda pública*. Redes de Juventude - Recife, 2004.
- CAÚ, J. N. A. *Juventude e políticas públicas: uma síntese da relação compartilhada no setor de esporte e lazer, na cidade do Recife*. Anais do XVI Encontro Nacional de Recreação e lazer, MS, 2005.
- CARRANO, P. C. R. *Os jovens e a cidade: Identidades e práticas culturais Angra de tantos reis e rainhas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2002.
- _____. *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis, RJ:Vozes, 2003.
- DOCUMENTO PROJETO JUVENTUDE. São Paulo, Instituto Cidadania, 2004.
- MARCELLINO, N. C. *Lazer e Esporte: políticas Públicas*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- SILVA, J. A. A. *Políticas Públicas de Esporte e Lazer: resistência e dominação no governo de Pernambuco, entre 1995 e 1998*. Dissertação de mestrado. Recife:Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

- _____. *Política de Esporte e Lazer como educação emancipatória da Juventude - contradições e possibilidades das políticas democráticas e populares*. Salvador:Universidade Federal da Bahia, 2005.
- SILVA, J.; SILVA, K. *Círculos Populares de Esporte e lazer: fundamentos da educação para o tempo livre*. Recife:Bagajo, 2004.
- WAICHMAN, P. *Tempo livre e recreação*. Campinas:PAPIRUS, 1997.

Formação Profissional: As Dinâmicas, os Aspectos, as Concepções, os Fazeres Pedagógicos e Sociais na Perspectiva dos Educadores e Gestores de um Programa Social. Formação e Perfil dos Agentes

*Miguel Ângelo Schmitt*⁶⁷

*Edmar Galiza dos Santos*⁶⁸

RESUMO

Este estudo constitui-se numa reflexão que reúne resultados de atividades realizadas visando a formação dos agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Na intenção de dar continuidade às dinâmicas e aos aspectos trazidos durante a apresentação do Módulo Introdutório, nosso objetivo principal foi o de compreender como se constituem as concepções e os fazeres pedagógicos e sociais nas práticas esportivas realizadas no cotidiano do Programa que tem como eixo central a idéia de educação e lazer através do esporte. Durante o processo investigativo, evidenciou-se a forte influência da ideologia meritocrática, presente nos ambientes organizados para educar a partir do esporte, assim como a herança militar e das ciências médicas. Com base nos dados coletados, elaboramos planos de ação de forma coletiva para a melhoria da qualidade dos atendimentos. Sendo um estudo preliminar, percebe-se a necessidade de haver aprofundamento da temática abordada para qualificar a compreensão da mesma.

INTRODUÇÃO

O presente estudo constitui-se em uma reflexão que reúne resultados preliminares de atividades realizadas visando a formação dos agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade, estruturado no município de Ivoti (RS). As atividades do programa vêm sendo desenvolvidas neste município da região do Vale dos Sinos no Rio Grande do Sul, desde 1998, e conta com o apoio da Secretaria Nacional de Esporte e Lazer (SNDEL) e da Prefeitura Municipal da referida cidade.

Sua abordagem é qualitativa, seu processo se articulou no período de março até julho de 2006, período posterior ao Módulo Introdutório (MI) de formação do Programa e anterior ao Módulo de Apro-

⁶⁷ Graduando em Educação Física, bolsista do Programa de Esporte e Lazer da Cidade. E-mail: miguelschmitt@terra.com.br.

⁶⁸ Licenciado em Teatro, representante do Gestor Municipal. E-mail: edmargaliza@hotmail.com.

fundamento (MIII), caracterizando-se, portanto, como instrumento permanente de formação dos agentes e demais profissionais.

O projeto tem explicitado, dentre seus marcos teóricos mais fundamentais, a idéia de educação e lazer através do esporte.

Durante a realização dos trabalhos, teve-se a pretensão de explorar, entre outros objetivos, o papel das práticas esportivas, neste espaço não-escolar, e como se dão as subjetivações e identificações das crianças e adolescentes inseridos nesse processo, na perspectiva delas. Neste sentido, buscou-se contribuir com a coordenação na avaliação das atividades realizadas nas diversas oficinas esportivas oferecidas no projeto social, com o propósito de buscar novas possibilidades, para melhoria e qualificação da atuação dos agentes responsáveis pelo trabalho. Processo este construído de forma coletiva e de acordo com as necessidades do grupo, elaborado a partir dos dados coletados e da inter-relação entre o grupo de trabalho, a coordenação e o grupo gestor do programa.

Através de uma análise de documentos, pode-se interpretar alguns "discursos" públicos contidos nos ideários do projeto, além de observações de campo e da participação nas oficinas. Por meio dessas análises, observações e atividades práticas, pode-se perceber e contrastar as relações de discurso e prática vividas no projeto pelos atores sociais envolvidos no mesmo, buscando então evidenciar o tipo de sujeito que se planeja "construir" neste espaço, onde o "esporte" e a "infância" são aproximados.

O estudo está, portanto, circunscrito aos dados coletados, organizados e analisados, segundo critérios teóricos e metodológicos que dão suporte e sustentação científica às nossas interpretações.

O contexto do trabalho

O processo de trabalho se contextualiza em um programa social, localizado no município de Ivoti, na região do Vale dos Sinos, próximo à Encosta da Serra, no Estado do Rio Grande do Sul. O Programa é mantido pelo Governo Federal por intermédio do Ministério do Esporte e conta com a parceria da Prefeitura Municipal.

Implantado e gerenciado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, SNDEL, do Ministério do Esporte, o programa visa, em síntese, suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiça e exclusão social a que estão submetidas.

O objetivo do Programa local é oferecer espaços de confiança, com muito incentivo e alegria, através dos quais crianças e adolescentes consigam ser agentes de ações sociais, buscando a construção ativa de um mundo mais humano, solidário e justo.

O Programa atende crianças, adolescentes, adultos e idosos. O atendimento é feito em horários preestabelecidos e distribuídos nas diversas oficinas como: modalidades de esportes, artes cênicas, artesanais, danças e oficinas de aprendizagem.

Oferece para cada aluno a possibilidade de participar, três dias semanais no turno contrário ao da escola, de três atividades por dia a sua livre escolha. O Programa proporciona três dias por semana para cada criança, adolescente, pois visa atender ao maior número de crianças possíveis. Para os adultos, não é feita restrição de horários, uma vez que sua participação é diversa, devido às diferentes disponibilidades dos participantes. O Programa conta atualmente com cinco núcleos que estão distribuídos em diferentes bairros da cidade e tem sua sede no Ginásio Municipal.

Acredita-se que através da prática esportiva, artística, artesanal e oficinas de aprendizagem, a criança, o adolescente, o adulto e o idoso desenvolvem solidariedade, espírito de equipe, além dos cuidados com a saúde mental e corporal, proporcionando-lhes atividades sadias de lazer, e simultaneamente prevenindo, principalmente, crianças e adolescentes de muitos riscos, ajudando, dessa forma, a evitar que os mesmos sejam expostos a drogadição, violências, gravidez precoce, exploração sexual e trabalhista.

O Programa procura ser uma ponte entre desejo e realidade, visando desenvolver a autonomia, a consciência social, a solidariedade, a cidadania, a auto-estima, e assim abrir a possibilidade de construção de um mundo mais humano, saudável e digno.

“Enquanto a sociedade feliz não chega, que haja pelo menos fragmentos de futuro em que a alegria é servida como sacramento, para que as crianças aprendam que o mundo pode ser diferente. Que esse espaço seja um fragmento do futuro...” (ALVES).

Objetivos

A intenção inicial foi a de participar de aulas vinculadas à educação física, para que juntamente com a coordenação do Programa se procurasse perceber quais dinâmicas e que processos pedagógicos constituem as mesmas, considerando algumas análises, sobretudo de documentos referentes aos ideários do programa social, apresentados com propriedade no MI e consolidados posteriormente no MIII.

A partir dos dados coletados e com a parceria dos demais agentes do PELC (Programa de Esporte e Lazer da Cidade), se construiriam coletivamente propostas de melhorias para as atividades desenvolvidas com as crianças e adolescentes participantes do Programa. Além disso, o contato com estes participantes também seria muito importante para que pudéssemos perceber o reflexo dessas práticas esportivo-pedagógicas sobre as subjetivações e construções que os mesmos elaboram nesse processo.

Os objetivos, portanto, foram além das atividades práticas com os alunos, rumando ao desenvolvimento, à construção, à afirmação e ao melhoramento das práticas referentes à cultura do movimento que estão vinculadas ao Programa, numa ação conjunta com a Coordenação Pedagógica e os Agentes Sociais do Programa Social.

Referencial teórico

É importante entender o corpo como resultado provisório de diversas pedagogias que o conformam em determinadas épocas e lugares; que ele é marcado e distinguido muito mais pela cultura do que por uma presumível essência natural; que adquire diferentes sentidos no momento em que é investido por um poder regulador que o ajusta em seus menores detalhes, impondo limitações, autorizações e obrigações, para além de sua condição fisiológica (FRAGA, 2001).

A discriminação/preconceito com relação à cor da pele, às condições sociais, à forma corporal, ao desempenho físico aparece como forte indício de uma educação do corpo fortemente enraizada em moldes preestabelecidos e pouco flexíveis com relação à diversidade da expressão corporal na escola e projetos sociais.

Partindo do entendimento de que o corpo é um importante elemento na construção das subjetividades na sociedade atual, as mudanças nas concepções sobre o corpo, numa prática interdisciplinar e reflexiva, são muito importantes para que se encontre uma prática pedagógica condizente com as necessidades dos ambientes educacionais, neste caso um programa social.

A construção da subjetividade, principalmente no que se refere às manifestações corporais, sempre está impregnada de significações dependentes das possibilidades de expressão de um sujeito ou ator social. Ou seja, há sempre um sujeito/ator, construindo experiências, assimilando conhecimentos e transformando-os em comportamentos.

Suas experiências se gravam na consciência e marcam seu corpo fundamentando o que seria a subjetividade, num interagir de agência e subjetivação.

Assim, o conhecimento que o sujeito/ator constrói sobre o que o cerca e sobre si mesmo é mediado pelas maneiras que interpreta a realidade. Interpretações que estão ligadas e fundamentadas por aspectos ligados à sensibilidade e ao corpo como uma totalidade. Nos espaços educativos, pode-se dizer que existe um descrédito pelo mundo vivido pelos educandos/crianças, portanto, pelos conhecimentos adquiridos por eles antes do ingresso nesses espaços ou pelo que vivem ou aprendem quando estão fora deles.

Cassirer (1977) registra que o homem não vive “num universo puramente físico, mas num universo simbólico”.

Como então compreender a forma que o corpo vem sendo educado na atualidade, como se produzem os discursos sobre ele e quais as suas formas de institucionalização nas práticas educativas vinculadas ao esporte.

Uma explicação para este tipo de pedagogia pode ser fundamentada nas tradições presentes na área com forte influência do militarismo, do higienismo e pelos valores do esporte de rendimento. Outros aspectos devem ser analisados e aprofundados para compreender com mais radicalidade esta situação, conforme Bracht (1992).

Entendendo que os espaços e práticas sociais contribuem para delimitar as ações desenvolvidas sobre o corpo e na própria forma de se concebê-lo, entende-se ser necessário pensar o trato com o corpo na educação física, de forma que ultrapasse os conceitos militares e higienistas determinantes de visões e modelos de homem, e buscando superar suas implicações no espaço educacional, remetendo-nos a uma nova pedagogia que fuja da herança de uma tradição dualista, que nos foi deixada centrando o treinamento, o exercício e o jogo, simplesmente em princípios de utilidade.

No cotidiano educacional, é possível observar, como podemos experimentar na infância, que o professor prepara as aulas com um padrão de criança e adolescente na mente e esquece que todos possuem contribuições e são diferentes entre si. Assim, busca resultados de acordo com o padrão do professor, exclui crianças e adolescentes que não se enquadram no seu modelo, fazendo com que a prática educativa não passe de uma mera reprodução do sistema capitalista, desvalorizando o adolescente e a criança cada vez mais fragilizados na sociedade atual. Como colocam Kohan e Kennedy (2000), quando dizem que: “Nada existe de mais anormal, arbitrário e ideológico que a exclusão de camadas inteiras de crianças de nossas sociedades pelo

fato de serem crianças”.

Assim, a criança e o adolescente ficam caracterizados pela sua capacidade de aprender e são esquecidos enquanto sujeito lúdico e transformador.

É necessário, também, aprofundar o tema da infância e da adolescência para a educação física a fim de entendê-lo como uma categoria que deve ser compreendida quando articulada com a cultura corporal de uma maneira conjunta. Nesse sentido, superar a prática mecanicista torna-se de extrema relevância para superar o modelo neoliberal impregnado também nos espaços vinculados à prática da educação física, presos às amarras do esporte de rendimento, às ciências médicas e ao militarismo, para transcender a uma prática que de fato valorize e trabalhe a cultura corporal numa dimensão subjetiva e respeitosa.

Entende-se por cultura corporal um campo da cultura que envolve as produções de práticas comunicativas e subjetivas, externalizadas pela expressão corporal. No contexto deste projeto social que está vinculado ao esporte e lazer, a cultura corporal se torna essencial já que demanda privilegiar valores que coloquem o coletivo sobre o individual, que defendam o compromisso com a solidariedade e o respeito humanos e que promovam a compreensão de que jogo se faz “a dois”, de que é diferente “jogar com” o companheiro do que jogar “contra” ele. Somente dessa forma, poder-se-á construir a possibilidade de oposição às práticas orientadas pelos valores do esporte de “altos rendimentos” – alimentados pela exacerbação da competição (ESCOBAR, 1995).

Para criar alternativas cooperativas a fim de equilibrar a competição que envolve a prática educativa, podem-se criar opções para as crianças, e assim elas poderão distinguir sobre quando e se a competição é a forma mais adequada. É possível ensinar as crianças a amarem os ambientes, as aprendizagens e os jogos, lembrando que quem joga sempre é mais importante que o jogo.

Os jogos recreativos ajudam a desenvolver capacidades positivas de interação social, de unidade e de confiança mútuas. Eles também ajudam a elevar os sentimentos de auto-estima, felicidade geral e aceitação mútua. Em jogos recreativos, cada criança é responsável por contribuir com o resultado bem sucedido e assim eles todos se sentem co-participantes, o sentimento de co-participação elimina o medo de rejeição e aumenta o desejo de se envolver.

A concepção tradicional reprime ao que Morin (2003) denominou de “abertura para perceber o novo”, pois não existe novo se a educação pauta-se na reprodução. Nesse sentido, o projeto pode até cumprir seu papel de transmitir conhecimentos e vivências sem, no entanto, preocupar-se com o futuro e/ou resultado de sua ação, pois ao apenas transmitir informações, sem lhes dar significado, sem problematizá-las a fim de construir, junto com crianças e adolescentes, o conhecimento próprio dessas vivências, o projeto e os agentes sociais que atuam no mesmo estarão negando duplamente a sua missão. Primeiro, por não incitar a formação de atores sociais críticos e ativos na sociedade, formando, assim, adultos respeitadores das normas sociais e bitolados pela organização social vigente; e, em segundo lugar, por não vincular seus alunos com o “incerto”, estagnando e fechando sua relação com o conhecimento.

Pensando o ensino da educação física como prática social, como prática transformadora, pautada na idéia de Freire *apud* Gadotti (1991, p) ao relatar o seu modo de pensar a educação, enfatizando que:

Trata-se basicamente de uma visão diferente da prática educativa. Na educação de crianças, o importante não é abrir a cabeça delas para lhes dar nomes de ilhas e vultos, mas possibilitar que as crianças criem conhecendo e conheçam criando [...], expressando-se e expressando a realidade. Isso é difícil porque os pais, ideologizados pela consumação, exigem que, nas escolas, seus filhos consumam conhecimentos [...]. Mas hoje também há espaços para que mudemos essa prática.

No decorrer da história, aconteceram transformações no entendimento sobre o corpo, principalmente com as discussões apresentadas pela fenomenologia, onde o corpo não é mais visto como um objeto estático, mas como uma unidade existencial, opondo-se à visão mecanicista que divide o homem em sujeito-objeto, corpo e mente: “não estou diante de meu corpo, estou dentro de meu corpo, ou mais certamente sou meu corpo” (MERLEAU-PONTY, 1971). Outra citação importante sobre o entendimento do corpo enquanto construção sociocultural pode-se perceber ao dialogar com Crespo (1990, p) quando afirma que: “o corpo não é um dado imutável, antes se revelando na sua historicidade, sendo a origem e o resultado de um longo processo de elaboração social”.

O aspecto histórico nos remete à busca do redimensionar do tempo pedagógico, buscando superar a dimensão do *Chrónos* (tempo cronológico) para o tempo do *Kairós* (tempo vivo, das experiên-

cias vividas), contribuindo para que “a temporalidade institucional seja colocada em função de tempo vivo, ou seja, a serviço de um tempo que se revele fecundo para a construção do conhecimento” (ASSMANN, 1998).

O ser humano é constituído de um todo biológico e cultural e pensamos que não seja possível sobrepor um em relação ao outro. Os dois se interconectam e se projetam para vida humana, não existindo seres humanos totalmente biológicos ou totalmente culturais. Geertz (1989), em seus estudos, compreende que o ser humano só se dá através da ligação praxica entre particularidades biológicas e particulares culturais, “(...) pode ser que nas particularidades culturais dos povos – nas suas esquisitices – sejam encontradas algumas das revelações mais instrutivas sobre o que é ser genericamente humano”.

Tendo como base a teoria das representações sociais de Serge Moscovici (1978), pode-se conferir que o ser humano comunica-se e estabelece linguagens, que vão se constituindo em representações sociais.

Por fim, recorreremos a Vago (1996), ao afirmar que:

O que de pior poderia acontecer à idéia de se construir um esporte como prática cultural portadora de valores, que privilegiam, por exemplo, o coletivo e o lúdico, é o enclausuramento dessa idéia na escola, como se ela fosse possível e desejada somente em seu interior [...] Ora, se se quer o confronto – a tensão permanente – com os códigos e valores agregados ao esporte pela forma capitalista de organização social para construirmos outros valores a partir da escola (a solidariedade esportiva, a participação, o respeito à diferença, o lúdico, por exemplo), é fundamental que o façamos para toda a sociedade.

Metodologia de trabalho

Esse artigo organiza, analisa e articula, sobretudo, parte das informações coletadas durante um trabalho realizado visando a formação e qualificação dos agentes do PELC. Sua abordagem é qualitativa, seu processo se articulou no período de março até julho de 2006, período posterior ao Módulo Introdutório (MI) de formação do Programa e anterior ao Módulo de Aprofundamento (MIII), caracterizando-se, portanto, como instrumento permanente de formação dos agentes e demais profissionais. Também considera algumas análises, sobretudo de documentos, referentes aos ideários do programa social, apresentados com propriedade no MI e consolidados posteriormente no MIII.

Os trabalhos se iniciaram pela análise de documentos para delimitar o sistema de enunciados que definia os ideários do programa social estudado, do qual as crianças e adolescentes estão participando. O interesse principal foi o de interpretar os impactos que as mediações pedagógicas, as quais os participantes estão submetidos, no âmbito do programa social, sob o ideário da "educação e lazer através do esporte", produziram nas dinâmicas de identificação desse coletivo, na perspectiva dos atores nele implicados.

Por solicitação da Coordenação Pedagógica do Programa, participou-se das oficinas vinculadas à educação física, com a intenção de identificar as dinâmicas das mesmas, para que em conjunto com os outros profissionais contratados pelo estabelecimento pudessemos propor melhorias para as atividades desenvolvidas com os participantes. Além disso, o contato com as crianças, adolescentes, adultos e idosos também foi muito importante para aumentar a compreensão, a percepção e o reflexo dessas práticas sobre as subjetivações e construções que os mesmos elaboram nesse processo.

Além da análise de documentos, foram realizadas observações participantes no cotidiano do programa social.

O processo analítico deu-se a partir da análise dos documentos, permitindo um mapeamento temático e possibilitando a construção do marco contextual histórico-político e teórico do projeto. As observações foram registradas em cadernos de notas.

A análise dos documentos e a constituição do referencial teórico para a realização do processo permitiram elucidar qualitativamente as representações sobre educação, lazer e esporte, produzidos pelos participantes do Programa. Estes participantes possuem uma concepção plural de esporte, demonstrando o entendimento de suas diversas dimensões.

Os colaboradores/agentes sociais do Programa também possuem um entendimento plural do esporte, porém fortemente preso a conceitos e práticas enraizadas em preceitos militaristas e higienistas, portanto, de grande significado para o estudo.

Resultados

Os sentidos e os significados que incorporamos no processo consideram o projeto social como um sistema de produção de conhecimentos compartilhados.

Um dos pressupostos é o de que a noção de infância, como se refere Frigério (2003), não dá conta de contemplar o conjunto de sujeitos que abarca. Buckingham (2002) ilustra este pressuposto com

a seguinte questão: "Até onde podemos interpretar as representações culturais da infância como um reflexo da realidade da vida das crianças?" (p.45).

Da mesma forma, Ruiz e Casablanca (2004) demonstram-se contrárias à idéia de que o sujeito é um reflexo passivo do meio. Entendemos assim, que os processos de desenvolvimento cultural da criança partem, desde um plano social, em interação com as pessoas, para aceder a um plano individual, o que Werstsdí (1988), referindo-se a Vigotsky, chama de *internalização transformadora*.

Nesse sentido, a experiência mais do que tudo foi um resgate conceitual interessante para uma nova compreensão da construção da subjetividade infantil. Com esta convicção, é que foi lançado o desafio para o grupo de docentes do projeto a fim de identificar novas possibilidades pedagógicas para construir uma relação mais fluida entre as práticas de ensino relacionadas com o corpo, e os processos de identificação e subjetivação das crianças e adolescentes inseridas nesse contexto. Os atores sociais participam de todas as oficinas por inúmeros e diferentes motivos e no tempo de estudo não conseguimos identificar o que especificamente os motiva a participarem de uma ou de outra atividade proporcionada pelo projeto social, no campo da educação física.

O eixo qualitativo foi muito importante visando à busca de uma construção coletiva procurando interpretar e buscar melhorar as relações entre o corpo e a subjetividade infantil nas diversas dinâmicas vividas no contexto do projeto, pois, num sentido mais prático e técnico das atividades esportivas, os professores do projeto são muito qualificados. Neste caso, percebe-se a forte influência do esporte de rendimento em detrimento do esporte educacional ou de participação.

De modo particular, percebeu-se evidente na intenção de interpretar a infância a intenção adulta de traçar um "destino" sobre este "corpo" chamado criança; isso se mostrou fortemente enraizado na maioria das práticas de ensino dinamizadas no projeto. Nesse sentido, inclusive, muitas vezes, percebeu-se a de negação das trajetórias sociais e pessoais da criança e do adolescente sendo eles ignorados como agentes históricos do meio em que circulam. Como consequência, as crianças e os adolescentes passam a ser depositários do que irão lhes ensinar os professores/agentes do programa social, desprovidos de suas experiências ou quaisquer outras coisas que possam ser levadas em conta, exceto o que neles (crianças e adolescentes) for definido como "problema".

Esta noção de identidade infantil, percebida nos fazeres dos docentes do projeto, deixa de lado a criança e o adolescente como

“uma pessoa” em um contexto dado, sendo um deles o esporte, sustentando uma noção de criança como sujeito representado por atribuições adultas, freqüentemente levando a uma experiência de, ao ingressar nesse espaço criado para o esporte e o lazer, vivenciar ações disciplinares que a incluem ou a excluem do grupo, da atividade ou do ambiente, sem considerá-la individualmente.

Campaña, Hernández, Marrero e Ruiz (2004) dizem que a infância, a criança ou o sujeito infantil não está visto no seu “existir” presente, mas como projeção para o futuro. Isto se percebeu também fortemente presente não só nas falas dos educadores do programa social estudado, como também nas das crianças que vivem naquele contexto.

Sem dúvida, a infância constitui-se em um dos coletivos mais vulneráveis da nossa sociedade. Na perspectiva das próprias crianças, é um período de brincar e ao mesmo tempo doloroso, pois exige muitas privações para que outros desejos sejam atendidos, por exemplo, participar de atividades que não gostam no Programa para poder participar das que gostam. Na perspectiva dos educadores do programa social, vem se constituindo um grupo social complexo, diverso e contraditório, pois vem merecendo ações educativas justificadas por razões e finalidades de diferentes matizes e com representações atribuídas, em muitos casos, arbitrariamente.

Reflexões finais

Os resultados aqui apresentados estão circunscritos à análise de documentos, observações participantes e atividades práticas realizadas durante a elaboração de um projeto de formação e qualificação dos agentes sociais que atuam no Programa de Esporte e Lazer da Cidade (PELC), apoiados pelo suporte do Módulo Introdutório e posteriormente do Módulo de Aperfeiçoamento que veio a dar maior sustentabilidade e direção às nossas propostas. Este período para nós foi muito importante no sentido de fortalecer o embasamento teórico sobre a prática da EFI Não-Escolar, assim como a possibilidade de vivências práticas no âmbito de um programa social. Os dados apresentados são preliminares e é necessário um maior aprofundamento no tema para que se atinjam resultados mais concretos e com maior respaldo. Nossa intenção agora, motivados também pelas vivências e trocas constituídas nesse período, com todos os envolvidos no processo, é a de dar continuidade a este trabalho, na forma de um programa permanente de formação, que vá além das expectativas do programa social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSMANN, H. *Reencantar a Educação: rumo à sociedade aprendente*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- BRACH, V. *Educação Física e Aprendizagem Social*. Porto Alegre, Agister, 1992.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação, 1998.
- BUCKINGHAM, D. *Creceer en la era de los medios electrónicos*. Madrid: Morata, 2002.
- CAMPAÑA, L., HERNÁNDEZ, F., MARRERO, I., RUIZ, M. *El sujeto de la escuela primaria en la legislación educativa*. Barcelona: 2004. Texto não publicado e que forma parte do material produzido nos marcos do Projeto El papel de la escuela primaria en la construcción de la subjetividad (BSO2003-06157), realizado pelo FINT, Universidade de Barcelona.
- CASSIER, E. *Antropologia Filosófica*. São Paulo, Mestre Jou, 1977.
- ESCOBAR, M, O. *Cultura corporal na escola: tarefas da Educação Física*. In: Motrivivencia. Ano VII, n 8, Florianópolis: dezembro 1995.
- GADOTTI, E. *Convite à leitura da Paulo Freire*. São Paulo: Scipione, 1991.
- GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Guanabara: Rio de Janeiro, 1989.
- FRAGA A. B. *Anatomias Emergentes e o Bug Muscular: pedagogias do corpo no limiar do século XXI*. In: SOARES. C. L. (org) *Corpo e História*. Autores Associados, 2001.
- FRIGERIO, G. *Hacer del borde el comienzo de un espacio. Infancias y adolescencias*. Teorías y experiencias en el borde. Buenos Aires: Novedades educativas, 2003.
- KOHAN, W, O; KENNEDY, D (orgs). *Filosofia e Infância: Possibilidades de um encontro*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Freitas Bastos, 1971.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2003.
- MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

- RUIZ, M., CASABLANCAS, S. *Un viaje en búsqueda de la infancia*. Barcelona: 2004. Texto não publicado e que forma parte do material produzido nos marcos do Projeto El papel de la escuela primaria en la construcción de la subjetividad (BSO2003-06157), realizado pelo FINT, Universidade de Barcelona.
- VAGO, T. M. O "esporte na escola" e o "esporte da escola": da negação radical para uma relação de tensão permanente – um diálogo com Valter Bracht. Porto Alegre: Movimento, ano III, n 5, 1996.
- WERSTSDI, J. *Vigotsky y la función social de la mente*. Barcelona: Paidós, 1988.

Módulo V

Rede CEDES

Os Meios Tecnológicos de Informação a Serviço do Esporte e do Lazer

Ana Maria Félix⁶⁹

"A compreensão crítica da tecnologia, da qual a educação de que precisamos deve estar infundida, é a que vê nela uma intervenção crescentemente sofisticada no mundo a ser necessariamente submetido a crivo político e ético. Quanto maior vem sendo a importância da tecnologia hoje tanto mais se afirma a necessidade de vigilância ética sobre ela. De uma ética a serviço das gentes, de sua vocação ontológica, a do ser mais e não de uma ética estreita e má, como a do lucro e a do mercado". (Freire, 2000, pg. 102).

O ano de 2003 marca de forma significativa o novo papel da gestão no Brasil. Entre as diversas ações realizadas pelo então recém-criado Ministério do Esporte, destacamos os Centros de Desenvolvimento do Estudo do Esporte Recreativo e do Lazer (CEDES). Estes centros, que se estabeleceram em rede, vêm ampliando e consolidando as políticas públicas voltadas para o esporte.

A Rede CEDES é um interlocutor de grande importância não apenas como instrumento de avaliação e pesquisa das ações do poder público, de manifestações culturais e esportivas, mas assume importante papel na difusão e na democratização da informação digital em nível nacional. À frente do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, temos o compromisso com a efetivação e contribuição para o crescimento da discussão aprofundada nas áreas de educação física, esporte e lazer. A produção deste livro é um gesto de grande importância para construção da história do esporte, lazer e da educação física como um todo no Brasil.

É importante ressaltarmos que as novas tecnologias de informação vêm ocupando lugar crescente no campo da construção do saber. O progresso dos meios eletrônicos deu novo impulso e nova dimensão ao papel da produção científica nas relações sociais. As transformações tecnológicas na informação têm produzido grandes e irreversíveis mudanças na vida cotidiana das pessoas e os meios eletrônicos de comunicação têm assumido o papel de protagonistas,

⁶⁹ Diretora do Departamento Ciência e Tecnologia do Esporte do Ministério do Esporte.

nestes novos tempos.

Acreditamos que as novas tecnologias são produto da “ciência humana”, portanto, devem atender a interesses coletivos, de forma a atenuar as desigualdades sociais. O desafio com o qual nos deparamos, enquanto gestão pública, é o de produzir informação tecnológica voltada para o esporte e o lazer. Garantindo que estes bens se tornem acessíveis a todos os brasileiros e brasileiras e não apenas àqueles que podem pagar por eles.

A humanidade evoluiu dos silêncios dos gestos até a escrita, para transmitir conhecimentos via redes de computador como uma das formas de realizar comunicação, mas essa evolução, cada vez mais refinada, segrega também a seleção de oportunidades e sobrevivência (LINS; CARVALHO, 2003, p 69). É papel da gestão pública estar atenta à composição deste cenário, pois as transformações tecnológicas, que ocorreram neste final de século, são produto de mudanças estruturais na forma de organização das sociedades. À medida que o movimento das grandes tecnologias se expande e cresce, cresce com ele o imperialismo das nações economicamente mais fortes, em conjunção com a imposição de ideologias de consumo e ajustamento de nações inteiras a seus ditames, como o estilo de vida e a maneira de pensar, e a imposição de uma cultura estrangeira de subserviência.

Não podemos olhar para a administração pública como se estivéssemos partindo de um marco zero, o processo histórico foi construído a partir da vontade e do desejo de pessoas que tinham como meta muitas vezes a sujeição do Estado aos interesses de uma parcela minoritária da sociedade brasileira. Assim, foram sendo desenvolvidas as políticas públicas, principalmente as de esporte e lazer, que ora atendiam ao interesse da elite esportiva, ora tratavam o povo como merecedor de uma política assistencialista, ambos os casos distantes do verdadeiro papel da política pública. Acreditamos que o poder público deve ser um interlocutor entre as necessidades coletivas e a ação consciente de quem deve cumprir o seu papel como mandatário do povo.

Infelizmente, os países da América Latina têm sido bastante atingidos com o afastamento do papel do Estado como provedor de políticas sociais para aquela parcela da população que não dispõe de meios para conquistá-las. Os países em desenvolvimento muitas vezes se vêem intrincados em um meio onde têm que negociar com agências internacionais (FMI, Banco Mundial), que utilizam, como condição para a renegociação de suas dívidas, ajustes estruturais em suas economias, ajustes estes que atacam de forma direta as políticas públicas destinadas, principalmente, ao setor de educação, cultura, lazer, saúde e emprego.

Acreditamos ser imprescindível que todos tenham acesso à

informação de qualidade, não como um produto, uma mercadoria, mas sim como um direito social, e é dever do poder público criar os melhores meios de acesso à informação digital não apenas para “instrumentalização” da população excluída desses meios, mas como uma afirmação de cidadania.

Segundo Lins e Carvalho (2003), para que se conquiste a transformação social, o acesso democrático à informação é fundamental e deve ser efetivado. Eis o grande desafio desta nova sociedade: informar para dar acesso a melhores condições de vida.

O acesso e a difusão de informação qualificada, no campo da educação física, esporte e lazer, surgem não apenas pela grandeza e dimensão que estes fenômenos alcançaram hoje, mas também pelo caráter inexorável que o papel da informação digital ocupa na sociedade atual. A preservação da produção intelectual e a sua conseqüente documentação e universalização de forma democrática favorecem a consciência histórica da humanidade, imprescindível para entender o passado e transformar o presente.

A socialização da produção científica nos permite, além do acesso de um grande contingente da população a este acervo, também a possibilidade de sua oferta como patrimônio intelectual público, memória viva acessível de um tempo, forjado através de experiências individuais e coletivas de grupos sociais, essenciais à formação da identidade de um povo.

Mesmo vivendo numa sociedade informatizada sabemos da dificuldade e inacessibilidade, da maioria da população, a meios de informação digital e produções científicas elaboradas, ou seja, ao farto material sobre educação física, esporte e lazer que fica em grande parte restrito às bibliotecas tradicionais das grandes universidades e a uma pequena parcela da população que pode pagar pelo acesso a livros e trabalhos científicos impressos.

A crescente popularização da informação, de maneira geral, lamentavelmente não vem acompanhada qualitativamente de disseminação e acesso, que, em via de regra, seguem a simples divulgação e prática de atividades de consumo e alienação.

Uma política de esporte e lazer

O Brasil há pouco tempo passou a tratar o esporte como uma questão de Estado – um fato inédito na história. O Governo Federal, através do Ministério do Esporte, criou a Política Nacional do Esporte, construída com fortes bases democráticas. Onde seu passo inicial foi dado pela 1ª Conferência Nacional do Esporte, realizada em 2004, e

a aprovação em assembléias do Conselho Nacional do Esporte.

A Política Nacional consolida o esporte e o lazer como direitos de todo cidadão, assim como a saúde e a educação, entre outras, ao tratá-los como fatores de desenvolvimento humano e social, com ações para a sua promoção no sentido mais amplo.

A participação popular é a essência da Política Nacional do Esporte. Milhares de pessoas estiveram envolvidas na construção do texto, por meio da 1ª Conferência Nacional do Esporte, em suas fases municipais, regionais, estaduais e nacional. É uma política voltada para a população brasileira, de forma inédita, levando os benefícios da área esportiva a todas as pessoas, sem distinção de cor, etnia, gênero ou condição socioeconômica.

Todas as ações do Governo Federal na área do esporte seguem, hoje, a Política Nacional de Esporte. Procuram abranger diversas modalidades esportivas, nos aspectos recreativo, lúdico, educativo e competitivo, que visam beneficiar todos os brasileiros, em especial aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

O Ministério do Esporte coordena uma política de Estado, reconhecendo as produções desenvolvidas ao longo da história do povo brasileiro, criando condições para a implementação de ações que não se restrinjam ao quadriênio da gestão, mas se comprometam com a efetivação de uma Política Pública de Esporte e Lazer frente à qual, ocupamos a posição de proponentes, formuladores e articuladores, assumindo a responsabilidade pelo desenvolvimento de programas que respondam às crescentes demandas da população por estas Políticas Públicas.

Para a efetivação destas Políticas Públicas a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer tem, no seu Programa Esporte e Lazer da Cidade, a proposta de respeitar e incentivar as manifestações culturais e esportivas de cada região do país, constituindo-se a partir de ações sistemáticas e assistemáticas dirigidas a pessoas de todas as idades, condições físicas, mentais e classes sociais. Esta política social se apresenta como um marco no que se refere à gestão pública, procurando resgatar genuinamente as manifestações culturais da população, privilegiando esta mesma população como protagonista deste cenário.

Enfatizamos que, muitas vezes, as propostas de políticas públicas estão muito distantes da realidade vivida pela imensa maioria da população brasileira. O Ministério do Esporte foi criado com o intuito de diminuir a distância existente entre a sociedade e os proponentes das políticas concretas, com foco principal na inclusão social da maioria da população que sempre foi excluída das ações governamentais.

O objetivo do governo é transformar o esporte em uma questão de Estado, consolidando em definitivo o preceito constitucional do esporte e do lazer como direitos de todo cidadão, compromisso político do presidente da República.

O caminho trilhado por este Ministério tem sinalizado, entre suas ações, o acesso a uma riqueza infinita de trabalhos e acervos históricos (Centros de Memória) no campo da educação física, esporte e lazer, garantindo às gerações futuras uma rica fonte de herança cultural.

Estão sendo desenvolvidos trabalhos, junto a universidades, que, através de Centros de Memória do Esporte, buscam, sobretudo, recuperar, preservar e disponibilizar conhecimentos no campo esportivo. Os Centros de Memória alojam e disponibilizam acervos, através de recursos computacionais (*e-mail*, *home-page*, *CD-ROM*), com partes importantes da história esportiva brasileira.

Para o Ministério do Esporte, a conjugação dos meios tecnológicos voltados para o esporte recreativo, o lazer e a memória esportiva brasileira vêm produzindo bons frutos no que concerne ao acesso da população brasileira à informação de forma qualificada e democrática.

O nascimento Rede CEDES

Em 2004, as ações Estudos e Pesquisas e Edição e Distribuição de Material Técnico e Científico, relacionada ao esporte recreativo e ao lazer (Programa Esporte e Lazer da Cidade), fundiram-se gerando a ação **Funcionamento de Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte Recreativo e do Lazer – Rede CEDES**.

Os Centros **CEDES** são instâncias formadas por grupos de pesquisa vinculados às instituições de ensino superior, com estudos balizados por referenciais teóricos, cujas origens são as **ciências humanas e sociais**, com produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico nas áreas do esporte recreativo e do lazer. Atualmente, a Rede CEDES é composta por 16 núcleos localizados em diversas regiões do país.

As ações dos Centros, portanto, representam um avanço significativo no campo da gestão pública, na medida em que induzem a produção e a disseminação desse conhecimento em direção aos estados e municípios, alimentando, dinamicamente, os processos decisórios no campo da gestão de políticas públicas do esporte recreativo e do lazer. Esforços ainda são direcionados, por intermédio da Rede CEDES, no sentido de promover o debate e a articulação

desses conhecimentos, de modo a romper com ações fragmentadas e dispersas, presentes nos sistemas de gestão das políticas públicas de esporte e lazer.

Como meio de divulgação democrática de produção científica, voltada para o esporte recreativo e o lazer, o Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte do Ministério do Esporte tem trabalhado para disponibilizar acesso ao conhecimento nas diversas áreas do esporte, lazer e educação física, por meio da Rede CEDES. São documentos, periódicos científicos, revistas e pesquisas científicas.

O esporte e o lazer não podem ser mecanismos para superar este ou aquele obstáculo, por mais crítico que seja. O esporte é, isto sim, um poderoso fator de desenvolvimento humano num sentido mais amplo, porque contribui de forma decisiva para a tridimensional das pessoas.

A informação é fruto do trabalho de um povo, ele é o genuíno construtor da sua cultura e de sua história, e não podemos negar o papel que a informação esportiva assume diante deste cenário. A capacidade de comunicação entre pares é que permitiu que a humanidade evoluísse até o estágio atual, e este estágio foi alcançado pelo trabalho humano, que cria e recria constantemente novas situações e novas possibilidades para que continuemos crescendo. Como resultado da cultura humana acumulada, o esporte pode trazer benefícios para todos nós – e por isso deve ser tratado como uma atividade essencialmente política, no seu sentido mais abrangente.

Os textos aqui apresentados são o resultado da produção dos núcleos nestes primeiros anos de trabalho. É a consolidação da Rede CEDES, potencializando a produção e a difusão do conhecimento científico, voltadas para o esporte recreativo e o lazer.

Congratulamo-nos com todos os integrantes da Rede CEDES pela realização deste trabalho, na certeza de que a contribuição aqui apresentada incidirá positivamente no Programa Esporte e Lazer da Cidade. Sabemos que o caminho percorrido é profícuo e desafiador e que os espaços que estão sendo abertos nos guiam para conquistas futuras valorosas para toda a sociedade.

Por fim, reafirmamos nosso compromisso mútuo, Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer e Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, com os núcleos da Rede CEDES na consolidação da relação democrática e transparente estabelecida até o momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FREIRE, P. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- LINS, I.; CARVALHO, K. *Desafios para o acesso democrático à informação, na sociedade contemporânea*. In. SILVA, Helena P. da; JAMBEIRO, Othon. *Socializando informações: reduzindo distâncias*. Salvador, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação: EDFUBA, 2003.
- POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE. Ministério do Esporte. Brasília: O Ministério, 2006.

O Núcleo da Rede CEDES/UFPR: Desafios e Perspectivas

Doralice Lange de Souza – Doutora em Educação

Fernando Mezzadri – Doutor em Educação Física

Fernando Cavichioli – Doutor em Educação

Wanderley Marchi Júnior – Doutor em Educação Física⁷⁰

RESUMO

O objetivo deste artigo é o de descrever os trabalhos sendo desenvolvidos pelo núcleo do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer – Rede CEDES – da Universidade Federal do Paraná e apresentar algumas dificuldades e perspectivas do grupo. A Rede CEDES/UFPR foi implantada em 2005 e iniciou as suas pesquisas com dois objetivos principais: fazer um diagnóstico da gestão pública, dos programas, dos projetos, dos espaços e dos equipamentos para o esporte e o lazer existentes nos municípios paranaenses; e desenvolver um mapeamento dos hábitos de esporte e lazer nestes municípios. O intuito central da Rede quando foi fundada era o de criar um centro de informação e documentação das políticas públicas para o esporte e lazer nos municípios do Estado. Na medida em que diferentes pesquisadores e projetos foram se agregando à mesma, esta foi ampliando as suas metas. Hoje, o seu objetivo principal – e o objetivo que agrega todos os projetos que a compõem – é o de gerar subsídios para o desenvolvimento e para a gestão de políticas públicas na área do esporte e do lazer no Estado. Os projetos que fazem parte da mesma são os seguintes: (1) Diagnóstico das políticas públicas para o esporte e lazer no Estado do Paraná; (2) Diagnóstico e catalogação dos programas e projetos socioesportivos e de incentivo ao esporte no Estado do Paraná; (3) Diagnóstico dos programas e ou projetos de atividades físicas, esportivas e de lazer para idosos; (4) O Estado do Paraná e seus espaços e equipamentos de esporte e lazer; (5) Formulação de hábitos de esporte e lazer; (6) Identificação de acervos para levantamento de fontes para história da educação física, esporte e lazer no Paraná; (7) Atividade física, saúde e lazer: subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas; (8) Análise sociológica das políticas públicas e projetos esportivos; (9) Mecanismos de transferências de resultados do projeto Rede CEDES; (10) Estatuto de Defesa do Torcedor: análise comparativa entre os interesses individual, coletivo, privado e governamental. A rede CE-

⁷⁰ UFPR - Universidade Federal do Paraná.

DES/UFPR, se capaz de vencer os desafios que se lhe impõem, e que serão discutidos no decorrer desse trabalho, possibilitará o desenvolvimento de um diagnóstico do que existe em termos de políticas públicas, projetos, programas, espaços e equipamentos destinados para a promoção do esporte e do lazer no Paraná; desenvolverá um centro de memórias e um arquivo *on-line* que disponibilizará os dados e resultados da pesquisa e documentos relativos ao esporte e lazer no Estado; e, finalmente, desenvolverá teorias – e esperamos que também propostas e ações – no sentido de subsidiar e balizar a formação de profissionais da área, bem como o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas que possam efetivamente ajudar na promoção do esporte e do lazer no Estado e que de fato atendam a população de forma mais justa, democrática e humana.

Palavras-chave: Rede CEDES; Universidade Federal do Paraná; projetos.

Introdução

O objetivo deste artigo é o de descrever os trabalhos sendo desenvolvidos pelo núcleo do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer – Rede CEDES – da Universidade Federal do Paraná. Este núcleo foi implantando em 2005 no Centro de Pesquisa, Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS), sediado no Departamento de Educação Física da UFPR. Hoje ele envolve dez professores e vários alunos bolsistas e voluntários. Os trabalhos do núcleo têm sido financiados pelo Ministério do Esporte, através da Secretaria Nacional de Esporte e Lazer e pela UFPR. Eles têm também recebido apoio do CNPq, através de bolsas vinculadas aos projetos dos professores envolvidos na Rede. Alguns projetos possuem também parcerias com o Arquivo Público do Paraná e com a Fundação de Esportes do Estado do Paraná/Paraná Esporte –, Fundação esta que, desde 1987, tem desempenhado o papel de responsável oficial pela promoção do esporte no Estado do Paraná.

A Rede CEDES/UFPR iniciou os seus trabalhos com dois objetivos principais: fazer um diagnóstico da gestão pública, dos programas, dos projetos, dos espaços e dos equipamentos para o esporte e lazer existentes nos municípios paranaenses; e desenvolver um mapeamento dos hábitos de esporte e lazer nestes municípios. O objetivo inicial do núcleo, mais especificamente, era o de sistematizar um estudo junto às Secretarias Municipais de Esporte e Lazer no Paraná, com o intuito de elaborar um quadro geral que demonstrasse a realidade das políticas públicas para esse setor. Na época em que o núcleo foi criado, não se sabia – e na verdade pouco ainda se sabe – quantas Secretarias e Departamentos de Esportes e Lazer existem

no Estado, qual a forma de gestão pública utilizada nos municípios, qual o conceito de esporte e lazer existente nas propostas dos governos municipais, quais os espaços e os equipamentos existentes, e quais os hábitos dos indivíduos para a prática do esporte e do lazer. O objetivo principal da Rede CEDES/UFPR quando criado era, portanto, o de criar um centro de informação e documentação das políticas públicas para o esporte e lazer nos municípios do Estado do Paraná. A rede hoje se expandiu e ampliou as suas metas. Ao mesmo tempo em que alguns projetos mantêm os objetivos descritos acima, a Rede agrega agora novos projetos que não necessariamente se encaixam na categoria "diagnósticos de políticas públicas", como veremos a seguir. A característica principal de todos os projetos que compõem a rede e que os unem à mesma é que possuem o objetivo comum de gerar subsídios para o desenvolvimento e para a gestão de políticas públicas na área do esporte e do lazer.

Os seguintes projetos compõem a Rede CEDES/UFPR: (1) Diagnóstico das políticas públicas para o esporte e lazer no Estado do Paraná; (2) Diagnóstico e catalogação dos programas e projetos sócioesportivos e de incentivo ao esporte no Estado do Paraná; (3) Diagnóstico dos programas e/ou projetos de atividades físicas, esportivas e de lazer para idosos; (4) O Estado do Paraná e seus espaços e equipamentos de esporte e lazer; (5) Formulação de hábitos de esporte e lazer; (6) Identificação de acervos para levantamento de fontes para história da educação física, esporte e lazer no Paraná; (7) Atividade física, saúde e lazer: subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas; (8) Análise sociológica das políticas públicas e projetos esportivos; (9) Mecanismos de transferências de resultados do Projeto Rede CEDES; (10) Estatuto de Defesa do Torcedor: análise comparativa entre o interesse individual, coletivo, privado e governamental. A seguir faremos uma breve descrição de cada um desses projetos:

1) Diagnóstico das Políticas Públicas para o Esporte e Lazer no Estado do Paraná. Professor responsável: Fernando Mezzadri. Este projeto visa desenvolver um estudo sobre a realidade das políticas públicas para o esporte e lazer em algumas cidades do Estado do Paraná, incluindo Curitiba e região metropolitana, cidades do litoral e cidades com mais de 100.000 habitantes. Mais especificamente o projeto visa investigar qual a forma de gestão das Secretarias Municipais de Esportes e Lazer, como elas se organizam administrativamente, e que tipos de projetos e programas as mesmas têm desenvolvido. O principal instrumento de coleta de dados desta pesquisa é uma entrevista estruturada com questões abertas e fechadas, realizada junto aos secretários municipais ou responsáveis pelos Departamentos de Esporte e Lazer das cidades.

As entrevistas são compostas de três partes. A primeira investiga a estrutura administrativa das Secretarias e/ou Departamentos, focalizando suas divisões internas, a relação dos profissionais e as divisões descentralizadas. A segunda refere-se à gestão pública, direcionando as questões para o plano de governo, a participação da sociedade civil organizada e da comunidade em geral na elaboração, acompanhamento e fiscalização do plano de governo. Já a terceira trata dos programas e projetos de esporte e lazer realizados nas cidades. Com o objetivo de complementar os dados obtidos a partir das entrevistas, está sendo realizada também uma revisão dos documentos disponíveis sobre projetos e programas dos diferentes municípios. Em termos de fundamentação teórica e metodológica, o projeto conta com o trabalho de diferentes autores. Para a discussão sobre a gestão pública para o esporte e lazer, podemos citar, por exemplo, Mezzadri (2000) e Linhales (2001). Para a discussão sobre a estrutura organizacional das Secretarias de Esporte e Lazer, Cristan (2002) é um importante referencial. Já para a análise dos programas esportivos de lazer, um trabalho de referência é o de Zaluar (1994). Acredita-se que, a partir da análise deste conjunto de documentos será possível fornecer subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas no Estado capazes de atender a demandas de projetos socioesportivos e de incentivo ao esporte.

2) Diagnóstico e catalogação dos programas e projetos socioesportivos e de incentivo ao esporte no Estado do Paraná.

Professora responsável: Leticia Godoy. Este projeto está sendo desenvolvido em parceria com a Paraná Esportes e tem como objetivo o levantamento, mapeamento e catalogação de documentos relativos a programas e projetos socioesportivos e de incentivo ao esporte no Estado do Paraná desde a década de 80. O instrumento para coleta de dados, catalogação do acervo e do conjunto de documentos se constitui em uma ficha composta por três partes: (1) *Caracterização do Documento* – engloba as seguintes informações: formato, tipo, título, autor(es), destinatários(s) e data do projeto; (2) *Objeto do Documento* – contém uma descrição da natureza do projeto, local e responsáveis; (3) *Conteúdo do Documento* – contém palavras-chave; descrição analítica e síntese das principais informações. Tendo em vista a amplitude da temática estudada – projetos socioesportivos e de incentivo ao esporte –, o projeto em um primeiro momento está se detendo às políticas públicas de incentivo ao esporte, considerando apenas os programas e projetos que se referem especificamente ao incentivo ao atleta do esporte de rendimento no Estado do Paraná. Alguns dos autores que fundamentam esta pesquisa são Melo (1999), Mezzadri (2000) e Veronez (2005).

3) Diagnóstico dos programas e/ou projetos de ativi-

dades físicas, esportivas e de lazer para idosos. Professora responsável: Rosecler Vendruscolo. Tendo em vista o crescente envelhecimento da população e a necessidade de se desenvolver projetos educacionais e de melhoria da qualidade de vida da população idosa, este projeto visa desenvolver uma investigação de cunho descritivo dos programas e projetos de intervenção municipal públicos ofertados aos idosos, com um enfoque especial nas questões relacionadas a práticas esportivas e de lazer que envolvem atividade física. Inicialmente, foram selecionadas para participar do estudo Araucária, Piraquara, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu e Cascavel. Posteriormente, serão incluídas na pesquisa outras cidades com mais de 100.000 habitantes. Esta pesquisa tem como principal instrumento de coleta de dados uma entrevista semi-estruturada que tem sido aplicada aos responsáveis pelos programas e/ou projetos para os idosos. Outro instrumento de coleta de dados é a análise de documentos para o aprofundamento e contextualização das informações sobre cada programa e/ou projeto. A revisão destes documentos tem buscado informações sobre programas e projetos, tais como, por exemplo, sua história e objetivos, formas de organização, atividades oferecidas, princípios teórico e metodológicos, e dados sobre sua infra-estrutura. A análise de dados tem procurado elementos para a descrição de cada proposta em si e para a comparação das mesmas em termos de aspectos convergentes e divergentes, com a sustentação de um quadro teórico pautado em conhecimentos da área de envelhecimento, da velhice e das atividades físicas, esportivas e de lazer. Alguns dos autores utilizados para fundamentar o trabalho são Cachioni (1999; 2003), Debert (2002), Faria Jr. (2004), Fenalti (2003), Marques Filho (1998), Miranda, Gerez e Velardi (2004), Néri e Cachioni (1999) e Okuma (1998, 2002).

4) O Estado do Paraná e seus espaços e equipamentos de esporte e lazer. Professora responsável: Simone Rechia. O objetivo deste projeto é o de investigar como são planejados e vivenciados os espaços e equipamentos destinados ao Esporte e ao Lazer em cidades do Paraná com mais de 100.000 habitantes no que se refere às práticas corporais. A pesquisa é de cunho etnográfico e adota como referencial a análise cultural proposta por Geertz (1989). Em termos de procedimentos metodológicos, o estudo envolve um mapeamento de alguns parques e praças e o seu entorno, bem como a descrição dos espaços e equipamentos destinados a experiências do esporte e do lazer. O estudo envolve também observações de como os usuários se utilizam destes espaços e equipamentos. Além disso, ele engloba entrevistas semi-estruturadas com usuários e administradores visando abordar aspectos relacionados a criação, implementação e apropriação dos espaços e equipamentos. Espera-se que esta pesquisa possa gerar um maior entendimento sobre

as relações entre planejamento de parques e praças públicas e sua utilização, bem como sobre formas de comportamento dos cidadãos no que tange à apropriação destes espaços.

5) Formulação de hábitos de esporte e lazer. Professor responsável: Fernando Cavichioli. Este projeto visa aprofundar a discussão teórica sobre as diversas possibilidades de leitura sobre o esporte e o lazer na sociedade contemporânea e investigar hábitos de esporte e lazer dos adolescentes paranaenses. O universo do estudo são estudantes freqüentadores do ensino médio das escolas da rede pública de ensino dos municípios com mais de 100.000 habitantes no Paraná. Estão sendo selecionadas duas escolas de cada município de acordo com a sua dimensão e localização. As escolas escolhidas são uma da região central e uma da região periférica de cada cidade que, de acordo com os arquivos da Prefeitura Municipal e do Núcleo Regional de Educação do Estado do Paraná, apresentam o maior número de alunos. Para a coleta de dados está sendo utilizado um questionário estruturado organizado em quatro grupos temáticos: o primeiro, sobre os dados pessoais dos adolescentes; o segundo, acerca de suas atividades rotineiras e outras que normalmente se distanciam das ordinárias (lazer); o terceiro, a respeito dos locais mais freqüentados pelos mesmos; o quarto, sobre o seu desejo no que tange às práticas de esporte e lazer, quanto àquilo que realmente praticam e, por fim, sobre quem normalmente promove tais práticas e as principais barreiras para a sua não-participação efetiva nas mesmas. Os principais autores que fundamentam a discussão teórica desta pesquisa são Adorno (1995), Adorno e Horkheimer (1986), Elias (1993) Featherstone (1995) e Veblen (1974). Espera-se que, a partir de um maior entendimento sobre as formas com que os jovens ocupam o seu tempo livre e quais as suas expectativas em termos das práticas de esporte e lazer, possa-se gerar subsídios para que os municípios possam de fato ir de encontro às suas reais necessidades e interesses.

6) Identificação de acervos para levantamento de fontes para história da educação física, esporte e lazer no Paraná. Professora: Vera Moro. Este projeto tem sido desenvolvido em parceria com o Arquivo Público do Paraná e com a Paraná Esportes, e tem como objetivo levantar e catalogar acervos documentais de natureza pública referentes às práticas corporais para subsidiar o estudo e desenvolvimento de pesquisas em história da educação física, esporte e lazer no Paraná, bem como outros projetos que demandem informações que possam ser contidas nestes acervos. Os materiais estão sendo compilados a partir das escolas municipais do ensino fundamental e arquivos municipais das Secretarias de Educação dos Municípios do Núcleo Metropolitano de Curitiba, bem como através de outros projetos de pesquisa vinculados à Rede CEDES/UFPR que estão

também investigando questões relativas à educação física, esporte e lazer no Estado. O material identificado está sendo catalogado e armazenado no Centro de Memória do Departamento de Educação Física da UFPR e as suas referências disponibilizadas para acesso ao público em um banco de dados digital. As normas que estão orientando a descrição e a catalogação dos documentos tomam como base a ISAAD (G) (Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, 2000) e ISSAAR (CPF) (Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias, 1998). O projeto está sendo desenvolvido de forma a permitir que o banco de dados possa ser permanentemente ampliado, abrangendo, com o tempo, a catalogação de fontes de outros acervos com o objetivo de continuar subsidiando pesquisas e trabalhos nas áreas da educação física, esporte e lazer.

7) Atividade física, saúde e lazer: subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas. Professora responsável: Doralice Lange de Souza. Considerando-se que, dentre vários determinantes socioeconômicos, educacionais e culturais, a atividade física pode também ser um importante fator de promoção da saúde, este projeto visa gerar subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam este tipo de atividade no lazer. Assim, o projeto se subdivide em dois estudos: uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo de cunho qualitativo. A pesquisa bibliográfica possui como objetivo explorar os principais benefícios da atividade física à saúde e identificar os fatores que levam ao sedentarismo e/ou adesão à atividade física no lazer. Já a pesquisa de campo visa identificar, a partir da perspectiva e significados dos participantes do estudo, fatores de aderência à atividade física no lazer. Estão sendo selecionados para a pesquisa indivíduos provindos de diferentes idades, níveis de escolaridade e classes sociais que têm praticado atividade física regularmente no mínimo duas vezes por semana nos dois últimos anos. Os dados estão sendo coletados através de uma entrevista semi-estruturada de aproximadamente uma hora e meia com cada sujeito. Todas as entrevistas estão sendo gravadas e transcritas na íntegra, e a análise de dados, em um primeiro momento, está contemplando cada um dos casos em particular. Na medida em que os casos particulares estão sendo analisados, os dados dos diferentes casos estão sendo cruzados no sentido de se buscar diferenças e similaridades entre os mesmos. Através do estudo de casos “que estão dando certo” – casos de pessoas que praticam atividade física no lazer apesar das dificuldades que encontram em seu cotidiano –, a pesquisa objetiva gerar teoria que possa subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas que efetivamente promovam hábitos de atividade física permanente, tendo como meta o lazer e a saúde integral da população.

8) Análise sociológica das políticas públicas e projetos esportivos. Professor: Wanderley Marchi Jr. Este projeto visa desenvolver referenciais teóricos e metodológicos que substanciem o desenvolvimento de um campo de conhecimento ainda incipiente, a sociologia do esporte. O projeto objetiva, mais especificamente, localizar os principais autores da sociologia do esporte e sistematizar e estruturar referenciais teóricos desta área de conhecimento desde a década de 1970 até os dias atuais. Com base nestes referenciais, pretende-se desenvolver uma análise das propostas e das implementações de políticas e projetos voltados ao esporte e ao lazer abordados pelos diferentes projetos de pesquisa desenvolvidos na Rede CEDES/UFPR. A pesquisa está seguindo os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa histórico-descritiva, com o apoio das reflexões teóricas de autores como Bourdieu (1983, 1990), Mills (1975) e Ortiz (2002). A Teoria dos Campos de Bourdieu (1983, 1990, 1999) e os conceitos de praxiologia, campo, representação social, *habitus*, poder simbólico, agentes sociais, disposições, estruturas, capital, oferta, demanda e distinção social têm balizado a análise dos dados. Este estudo pretende desenvolver um acervo que, além de possibilitar uma análise dos projetos e programas investigados pelos diversos pesquisadores da Rede CEDES/UFPR, possa se constituir em importante recurso para o desenvolvimento da história e da sociologia do esporte a nível nacional.

9) Mecanismos de transferências de resultados. Professor responsável: Marynelma Camargo Garanhani. A proposta deste projeto é a de desenvolver mecanismos para a transferência de resultados das diferentes pesquisas da Rede CEDES/UFPR de forma que estes de fato ajudem no desenvolvimento e gestão de políticas públicas para o esporte e o lazer no Estado do Paraná. Estas ações inicialmente serão desenvolvidas através do Centro de Informação e Documentação sobre Políticas Públicas para o Esporte e o Lazer no Estado do Paraná, sendo organizado pela Rede CEDES/UFPR. Pretende-se desenvolver seminários de avaliação relacionados às pesquisas sendo feitas pela Rede e organizar materiais pedagógicos e cursos de formação inicial e continuada para docentes e gestores públicos, com o objetivo desenvolver recursos humanos e materiais, bem como programas e projetos na área do esporte e do lazer no Estado.

10) Estatuto de Defesa do Torcedor: análise comparativa entre os interesses individual, coletivo, privado e governamental. Professor responsável: André Mendes Capraro. O Estatuto do Torcedor, desde a sua vigência, tem suscitado polêmica. A maioria dos seus capítulos atribui responsabilidade aos clubes, federações e confederações, alterando o antigo modelo onde os maiores atributos eram respondidos pelo Estado. O Estatuto passa também a tratar

alguns problemas de ordem legal, anteriormente compreendidos como manifestações populares, através de processos civis. Levanta-se, então, algumas questões geradas em virtude dos vários interesses que permeiam o documento: como são compreendidas e aplicadas pelos clubes, federações e confederações as exigências governamentais impostas pelo Estatuto? Estaria tal documento realmente coadunado ao interesse individual e coletivo do(s) torcedor(es)? Este projeto objetiva avaliar o Estatuto de Defesa do Torcedor a partir dos interesses que o permeiam. Quanto à metodologia (ainda em estruturação), está se recorrendo a vários instrumentais, como revisão bibliográfica, entrevistas, análise do discurso (com ênfase em relatórios oficiais) e a formulação de um diário de campo. Para tanto, como referencial teórico, a pesquisa pauta-se na etnografia.

O maior desafio que se coloca para nós, membros da Rede CEDES/UFPR, parece ser o de propiciar um retorno de nossas pesquisas que vá além do âmbito acadêmico. Esperamos que possamos fazer a diferença em termos de formação de profissionais e elaboração e gestão de políticas públicas para o esporte e lazer que de fato favoreçam a população de uma forma geral. Uma importante medida que tomamos neste sentido foi o desenvolvimento de um software para disponibilizar os dados coletados e as análises efetivadas em um banco de dados que poderá ser acessado *on-line* e utilizado pelo público interessado. Temos a expectativa de que este repasse de informações possa contribuir não somente para futuras pesquisas na área, mas também para a elaboração e gestão de projetos públicos de esporte e lazer. A criação do banco de dados, no entanto, não nos parece suficiente. Talvez um feedback mais direto aos participantes da pesquisa sobre os resultados da mesma seja mais efetivo no sentido de promover mudanças para melhor na gestão pública. Isso, entretanto, não se constitui em tarefa fácil. Como pesquisadores, frequentemente nos encontramos em uma posição bastante difícil. Ao mesmo tempo em que necessitamos ser fiéis aos dados coletados e às conclusões que chegamos através de nossas análises, precisamos também ser éticos com aqueles que tão gentilmente se disponibilizam a participar de nossos estudos e a compartilhar documentos e informações, mesmo quando a sua participação e os documentos que colocam a público possam depor contra os seus interesses. Além disso, precisamos estar sempre alertas para o fato de que os resultados de nossos estudos podem ter fortes repercussões políticas que interessam – ou não – aos envolvidos nos mesmos. Dependendo dos resultados, os participantes da pesquisa podem voltar-se contra o nosso trabalho e dificultar as iniciativas de outros pesquisadores em futuros estudos.

Uma estratégia, no sentido de preservar a cientificidade das

pesquisas e, ainda, tentar lidar de forma ética com os participantes do estudo e com as possíveis repercussões de nossas conclusões, é a de nos esforçarmos no sentido de desenvolver análises e apresentar conclusões de forma a revelar as complexidades envolvidas na realidade estudada, demonstrando não somente as falhas encontradas, mas também as dificuldades que os gestores e demais participantes da pesquisa encontram em seu dia-a-dia para exercer sua tarefa. Buscaremos, portanto, expor essas complexidades para que possamos efetivamente gerar subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas que de fato correspondam à realidade tal como ela é.

Estamos buscando nos desafiar a transcender os processos de mera crítica em que os trabalhos de cunho científico tendem a ficar circunscritos. Na medida em que desenvolvemos nossas pesquisas, pretendemos propor políticas, projetos e programas para o desenvolvimento do esporte e do lazer no Estado, bem como buscaremos assessorar no planejamento, desenvolvimento e avaliação dos mesmos para que efetivamente possamos fazer a diferença na gestão do esporte e do lazer no Estado. Buscaremos também desenvolver materiais pedagógicos e cursos de formação inicial e continuada para docentes e gestores públicos interessados no desenvolvimento de programas e projetos que visem à promoção do esporte e do lazer.

Sentimos que, para que haja uma maior consistência na produção de conhecimentos e assessoramento à gestão pública, a Rede precisa se expandir tanto interna quanto externamente para que possamos cobrir áreas ainda carentes. Por exemplo, um dos projetos do núcleo está investigando os hábitos de lazer dos adolescentes do Estado. No entanto, não existe ainda nenhum outro projeto no núcleo que esteja estudando os hábitos de lazer de crianças, adultos ou idosos. Um novo exemplo, outro projeto está estudando detalhadamente os programas desenvolvidos para idosos. Também não existe ainda nenhum outro estudo no grupo investigando em profundidade projetos para outras faixas etárias. Na medida em que expandimos e solidificamos o nosso núcleo da Rede e cobrimos as áreas mais carentes da mesma, precisamos também fortalecer os nossos laços com os outros núcleos que fazem parte da Rede CEDES a nível nacional para uma maior troca de informações e recursos e uma colaboração entre os diferentes pesquisadores e projetos.

Notas Finais

Todos os projetos da Rede CEDES/UFPR estão ainda em fase de andamento e o nosso objetivo aqui não foi o de apresentar resultados, mas descrever um pouco da essência de nosso trabalho.

Gostaríamos, no entanto, de adiantar alguns dados que consideramos fundamentais no sentido de apontar a necessidade de mais pesquisas na área do esporte e do lazer para que possamos subsidiar o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas na área.

Embora ainda poucos municípios tenham sido estudados, os dados coletados até então revelam que os Departamentos de Esporte e Lazer no Estado do Paraná tendem a se inserir em diferentes Secretarias, como, por exemplo, em Secretarias de Educação e Esporte; Secretarias de Cultura, Turismo e Esporte; Secretarias de Esporte; Secretarias de Indústria, Comércio e Esporte; e Secretarias de Cultura e Esporte. Ou seja, os municípios tendem a vincular a questão do esporte e do lazer a diferentes pastas, que por sua vez, atrelam esta questão a diferentes interesses: educação, cultura, comércio, turismo, competição, etc. Estes dados apontam para uma falta de um direcionamento lógico para a área e indicam uma falta de clareza quanto ao papel do esporte e do lazer na sociedade.

Outro resultado preliminar das pesquisas, que gostaríamos de apontar aqui, é que grande parte dos municípios estudados tendem a não possuir políticas efetivas para o esporte e o lazer, o que se reflete em uma quase inexistência de programas e projetos para a área. Os dados também apontam para a realidade de que a sociedade civil participa pouco na elaboração, implantação e acompanhamento dos planos de governo. Além disso, existe uma carência significativa de profissionais da educação física nos Departamentos de Esporte e Lazer, o que repercute na falta de interesse e/ou dificuldade dos municípios para desenvolver e implementar políticas para o esporte e o lazer que efetivamente atendam aos diferentes interesses da população, de acordo com as suas especificidades (exemplo: faixa etária, condições econômicas, diversidade cultural, necessidades especiais). Esses dados nos levam a pressupor que as elaborações das ações na área do Esporte e do Lazer, quando existem, ocorrem mais pela demanda e vontade dos próprios dirigentes dos municípios, do que por fruto de manifestações e demandas por parte da população e/ ou de profissionais da área.

Para finalizar, tendo em vista a realidade descrita acima, gostaríamos de reafirmar aqui a necessidade de darmos continuidade ao desenvolvimento dos projetos de pesquisa propostos pela Rede CEDES/UFPR, uma vez que a mesma está possibilitando o desenvolvimento de um diagnóstico do que existe em termos de políticas públicas, projetos, programas, espaços e equipamentos destinados para a promoção do esporte e do lazer no Paraná; está criando um centro de memória e um arquivo *on-line* que disponibiliza os dados e resultados da pesquisa e documentos relativos ao esporte e lazer no Estado; e, finalmente, está desenvolvendo teorias – e esperamos

que no futuro, também propostas e ações – no sentido de subsidiar e balizar a formação de profissionais da área, bem como o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas que possam efetivamente ajudar na promoção do esporte e do lazer no Estado e que atendam de fato a população de forma justa, democrática e humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.
- ADORNO, T. W. *Palavras e sinais: modelos críticos II*: Petrópolis, Vozes, 1995.
- ANDREOTTI, M. C.; OKUMA, S. S. Perfil sociodemográfico e de adesão inicial de idosos ingressantes em um programa de educação física. *Revista Paulista de Educação Física*. São Paulo, Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, v. 17, nº 2, jul./dez., 2003.
- BARBOSA, R. M. dos S. P. (Org.) *Educação física gerontológica: construção sistematicamente vivenciada e desenvolvida*. Manaus: EDUA, 2003.
- BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CACHIONI, M. *Universidade da terceira idade: das origens a experiência brasileira*. In: NÉRI, A. L. e DEBERT, G. G. (Orgs.). *Velhice e Sociedade*. Campinas: Papirus, 1999.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. COMISSÃO AD HOC DE DESCRIÇÃO. *ISAAR (C F), Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias*. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1998.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística*. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.
- CRISTAN. M. *Políticas de esporte: uma metodologia de estudo*. In PRONI, Marcelo W. & LUCENA, Ricardo. *Esporte: história e sociedade*. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 207-248.
- DEBERT, G. G. *Políticas públicas e a constituição do idoso como ator político*. In.: V Seminário Internacional sobre atividades físicas para a terceira idade. *Anais...* São Paulo Universidade de São Paulo, Escola de Educação Física e Esportes, 2002.

- ELLIAS, N. *O processo civilizador*. Trad. Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- FARIA JÚNIOR, A. *Disseminação do conhecimento sobre atividade física e envelhecimento no Brasil: origem e desenvolvimento*. In: Safons, M. P. e Pereira, M. de M. (Orgs.). *Educação física para idosos: por uma prática fundamentada*. Brasília, Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, 2004.
- FEATHERSTONE, M. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Estúdio Nobel, 1995.
- FENALTI, R. de C. de S. e SCHWARTZ, G. M. Universidade Aberta à Terceira Idade e a Perspectiva de Ressignificação do Lazer. *Revista Paulista de Educação Física*. São Paulo, Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, v. 17, nº 2, jul./dez., 2003.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro. LTC – Livros técnicos e científicos, Editora S. A., 1989.
- GIL, A C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, Atlas, 2001.
- KÜNZEL, P. Curitiba é campeão na expectativa de vida. *Jornal Gazeta do Povo*. Curitiba, 26 de outubro de 2003, p.7.
- LINHALES, M. A. Jogos da política, jogos do esporte: subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. In MARCELINO, Nelson Carvalho. *Lazer e esporte: políticas públicas*. 2. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 31-56.
- LOVISOLO, H. R. *Educação física. A arte da mediação*. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.
- _____. Problematizando a questão da terceira idade no contexto atual da sociedade. *Motus Corporis: Revista de Divulgação Científica do Mestrado e Doutorado em Educação Física*. v.4, n.2, Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, 1997.
- _____. *Atividade física, educação e saúde*. Rio de Janeiro, Sprint, 2000.
- MARQUES FILHO, E. *Atividade física no processo de envelhecimento*. Campinas, SESC, 1998.
- MAZO, G. Z. et al. *Atividade física e o idoso: concepção Gerontologica*. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- MELO, V. A. *História da educação física e do esporte no Brasil: panorama e perspectivas*. São Paulo : IBRASA, 1999.
- MEZZADRI, F. M. *A estrutura do esporte paranaense: da formação dos clubes a situação atual*. Tese de doutorado apresentada na Faculdade de Educação Física da Unicamp, 2000.

- MILLS, C. W. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MIRANDA, M. L. DE J.; GEREZ, A. G.; VELARDI, M. A prática pedagógica em educação física para idosos no projeto sênior para a vida ativa da USJT: uma experiência rumo à autonomia. In: Safons, M. P e Pereira, M. de M. (Orgs.). *Educação física para idosos: por uma prática fundamentada*. Brasília, Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, 2004.
- NÉRI, A L. e CACHIONI, M. Velhice bem sucedida e educação. In: Néri, A L e Debert, G. G. (Orgs.). *Velhice e Sociedade*. Campinas: Papirus, 1999.
- NÉRI, A. L. e DEBERT, G. G. *Quem educa os idosos?* Um estudo sobre professores de Universidades da terceira Idade. Campinas: Alínea, 2003.
- OKUMA, S. S. *O idoso e a atividade física*. Campinas: Papirus, 1998.
- _____. Um modelo pedagógico de ensino da educação física para pessoas com mais de 60 anos. In.: V Seminário Internacional sobre atividades físicas para a terceira idade. *Anais...* São Paulo Universidade de São Paulo, Escola de Educação Física e Esportes, 2002.
- _____. Um modelo pedagógico de educação física para idosos. In: Safons, M. P e Pereira, M. de M. (Orgs.). *Educação física para idosos: por uma prática fundamentada*. Brasília, Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, 2004.
- ORTIZ, R. *As Ciências Sociais e o Trabalho Intelectual*. São Paulo: Olho d'água, 2002.
- TRIVIÑOS, A. N. C. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas, 1987.
- VEBLEN, T. B. A teoria da classe ociosa. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- VERONEZ, L. F. C. *Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988*. Campinas, SP: [s.n], 2005.
- ZALUAR, A. *Cidadãos não vão ao paraíso*. São Paulo: Escuta, Campinas, UNICAMP, 1994.

A Construção Social da Infância e da Juventude a partir do Lazer

Edmilson Santos dos Santos - Mestre⁷¹

Núcleo da REDE CEDES⁷²

Resumo

Estamos familiarizados com a idéia de que existe uma infância e que a fase da vida que a sucede é a juventude. Quando buscamos enquadrar essas fases em um escopo etário, percebemos que ele é objeto de disputa e de desencontros. O contexto histórico e social aparece como o grande protagonista na elaboração do que é ser criança e do que é ser jovem. A fim de identificar se há diferenças em nível de comportamento no âmbito do lazer entre crianças e jovens do bairro Guajuviras, resolvemos testar a hipótese etária que nos é dada pela ONU. A amostra do estudo foi composta por 2.112 estudantes matriculados no sistema público de ensino do bairro Guajuviras que participaram do Mapa do Lazer Juvenil. O estudo identificou diferentes formas de essas fases da vida serem vivenciadas no cotidiano. Porém, é possível destacar que as experiências vividas pelas meninas são diferentes daquelas experimentadas pelos meninos. Nesse sentido, não há como pensarmos as juventudes e as infâncias longe de outros arranjos sociais e históricos que tornam essa operação contingente e imbricada em relações de poder estabelecidas na comunidade.

Palavras-chave: infância, juventude, lazer.

Introdução

Estamos familiarizados com a idéia de que existe uma infância e de que a fase da vida que a sucede é a juventude. Quando buscamos enquadrar essas fases em um escopo etário, percebemos que ele é objeto de disputa e de desencontros. Essa disputa desloca nossa atenção de um objeto que, em nível de senso comum, alguns acreditam preexistir, principalmente através da marcação etária, para uma alternativa que recoloca o debate numa outra perspectiva. Tanto a infância quanto a juventude seriam construções discursivas, cujo dado etário apareceria apenas como subproduto de uma operação arbitrária imersa em um regime discursivo. Nos dois casos, os contextos históricos e sociais seriam os grandes protagonistas na elaboração do que é ser infante e do que é ser jovem, bem como do

⁶¹ E-mail: profedsantos@yahoo.com.br.

⁶² Projeto Integrado – UFSM/ULBRA/UNISINOS.

que não é.

No que diz respeito à infância, ficou mais claro perceber o caráter histórico e social das fases do desenvolvimento humano a partir do trabalho de Philippe Ariès (1981). A tese do autor procura distanciar-se daquelas proposições que tentam identificar a infância como algo a-histórico, transcendental. A infância se constituiu como uma construção discursiva que atende a determinadas necessidades socialmente constituídas.

Uma das primeiras instituições a construir um regime discursivo sobre a infância foi a escola. A ela coube, juntamente com a pedagogia, a importante tarefa de caracterizar a infância e definir quando deveria acabar (GUIRALDELLI Jr., 1995; FERNANDES, 1994; NARODOWISKI, 1998). A partir desse momento, várias outras instituições passaram a direcionar seu olhar à infância. Dentre tais instituições, mais recentemente, podemos destacar o mercado. Para Steinberg (1997) e Kincheloe (1997), o mercado tem assumido um papel importante no esvaziamento da infância.

A transformação desses seres pequenos em consumidores, capazes de fazerem escolhas racionais num cenário de liberdade de mercado, permitiria incorporar hábitos adultos que cumpririam a função de garantir o apressamento da infância e a ampliação do mercado consumidor. Larrosa (1998) ressalta que narrativas como progresso, desenvolvimento, futuro e competitividade foram transpostas para o mundo infantil, a fim de integrá-lo numa economia mundial. Outras crianças, por estarem excluídas socialmente desse universo, acabaram sendo integradas às avessas. Sua integração se deu pelo mundo das drogas, da prostituição infantil, do trabalho infantil e do crime organizado, ou seja, pela lógica do abandono dos mais fracos. A luta pela redução da idade penal serve para exemplificar o que está ocorrendo na sociedade, transformando nossa compreensão do que é ser criança.

Algumas análises, como aquela empreendida por Mannheim (1968), colocam a entrada no mercado de trabalho como o prenúncio da vida adulta, justificando, de alguma forma, a mudança de comportamento do jovem e a aceitação no mundo dos adultos. Para concluir essa passagem, o jovem deveria abandonar suas críticas ao mundo dos adultos e assumir uma postura conservadora (PERALVA, 1997).

A sociedade sinaliza para o jovem e para ela mesma os benefícios dessa nova fase. Com o jovem já assentado num cenário conservador, caberia à sociedade regular as reservas vitais de sua espiritualidade (RIBEIRO, 2004), que carrega um gosto especial pelo novo, pela mudança, tentando seduzi-lo para o universo instituído

do *status quo*. Políticas de Estado são permanentemente produzidas e endereçadas aos jovens, a fim de aprisionar seu desejo pelo novo e garantir-lhes uma transformação vigiada.

A constituição da juventude foi garantida com a permanência maior dos indivíduos nas instituições de formação. Nos países desenvolvidos, esse processo vai até a conclusão do ensino universitário, o que se dá por volta dos 25 anos. Nos países em desenvolvimento, o tempo de permanência na escola é menor; portanto, o ingresso precoce no mercado de trabalho impõe uma nova dinâmica (CORSEUIL, SANTOS e FOGUEL, 2001). A complexidade desse cenário, principalmente diante das disparidades sociais, produz um campo aberto de experimentação da juventude.

Como pudemos perceber, a passagem da criança para a vida adulta deveria ser desencadeada por uma fase de transição denominada juventude. Ela representaria o hiato existente entre um ser que já não é mais considerado criança, mas que ainda não pode receber os direitos do mundo dos adultos. Se entendermos que a infância e a juventude são projetos discursivos que não podem ser desprendidos de suas âncoras sociais e históricas, não podemos caracterizar no singular toda a complexidade que elas engendram.

Para Bourdieu (1983), a juventude é apenas uma palavra, pois não há um referente único do outro lado dessa predicação. Trata-la de uma forma singular, como uma unidade social, já constitui uma manipulação, portanto, as juventudes são múltiplas. Na mesma direção, Carrano (2000) e Abramo (2005) apontam que a juventude é detentora de uma complexidade variável, pois são muitas as formas de viver esse projeto. Martucelli (2000) acrescenta: na modernidade, nenhuma totalidade se impõe, na medida em que a experiência individual não é trilhada por formas sociais fixas. Conseqüentemente, é no campo social que as diferenças vão ser estabelecidas, constituindo aquilo que denominamos de criança e juventude.

Sendo contextual, a juventude e a infância seriam projetos que são reféns de outros elementos, como, por exemplo: o gênero, a classe social e, talvez, o lazer. No que diz respeito a este último elemento, Brenner, Dayrell e Carrano (2005) destacam que bases socioeconômicas desiguais oportunizam desigualdades de oportunidades de lazer. Pais (1990) aponta que, com uma juventude sociologicamente diversificada, haveria práticas culturais heterogêneas advindas do campo do lazer.

Nos dois casos (infância e juventude), há alternativas no campo conceitual que buscam estabelecer um regime discursivo que cinge a existência dessas categorias em uma grande síntese: ser criança é, ou ser jovem é. Esse pensamento simplificador deságua neces-

sariamente no enquadramento etário como uma consequência inevitável. Porém, quando procuramos estabelecer distinções em nível de comportamento entre infantes e jovens, escapa-nos um critério menos simplificador.

A fim de identificar se há diferenças em nível de comportamento no âmbito do lazer entre crianças e jovens do bairro Guajuviras/Canoas, resolvemos testar a hipótese etária que nos é dada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Ela estabelece como juventude o período compreendido entre os 15 e os 25 anos de idade. Para efeito deste trabalho, estaremos considerando como sendo crianças os estudantes entre 10 e 14 anos de idade.

Metodologia

A amostra do estudo foi composta por 2.112 estudantes matriculados no sistema público de ensino do bairro Guajuviras que participaram do Mapa do Lazer Juvenil⁷³. Participaram do inquérito todos os estudantes que compareceram à aula no dia em que o questionário foi aplicado, nos turnos da manhã, tarde e noite. O grupo dos infantes é formado pelos estudantes com idades entre 10 anos e 14 anos, correspondendo a 1.398 indivíduos. O grupo dos jovens é formado pelos estudantes com idades entre 15 e 23 anos, correspondendo a um total de 714 indivíduos.

Antes da aplicação do questionário, as escolas conheceram a finalidade do estudo, e cada direção ficou com a síntese do projeto para apresentar aos professores. Em cada turno, o inquérito foi aplicado simultaneamente pelos professores. Como uma das intenções do estudo foi verificar como os jovens organizam suas atividades de lazer no final de semana, escolhemos aplicar o estudo na segunda-feira para projetar com uma maior precisão a rotina realizada no fim de semana anterior ao estudo.

O questionário com questões fechadas foi elaborado contemplando os seguintes eixos temáticos: caracterização do jovem (idade, sexo, raça, religião); escolaridade (ano em curso e turno); inserção no mercado de trabalho; inclusão digital e acesso à internet; acesso a equipamentos de diversão eletroeletrônica (videogame, computador e TV); gosto musical; material esportivo; atividades de lazer acompanhadas de professor ou treinador durante a semana; interesse(s) na formação dos grupos de convivência e de quantos participa; local preferido para realização das atividades de lazer durante a semana; atividade mais importante realizada no final de semana, nos seguin-

⁷³ O Mapa da Juventude foi um estudo que procurou estabelecer a arquitetura das práticas de lazer de estudantes do bairro Guajuviras, em Canoas (RS).

tes turnos: sábado à tarde e à noite e domingo de manhã, à tarde e à noite. A manhã de sábado não compõe o estudo, tendo em vista que, em algumas escolas, esse período é dia letivo.

As informações obtidas permitiram a criação de um banco de dados, que foi submetido à análise de frequência através do programa estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) para o *Windows*, versão 11. Para verificar possíveis associações entre variáveis, utilizou-se o teste estatístico Qui-quadrado para análise de tabela de contingência, e estabeleceu-se como nível de significância 5% ($p < 0,05$). Para conhecimento das células que indicam uma relação de dependência entre as variáveis (atributos), foram analisados os resíduos ajustados na forma estandarizada.

1. Apresentação e análise dos resultados

Ser do bairro Guajuviras não significa apenas um dado para localização geográfica dos moradores. Reconhecido como um espaço de exclusão, repousa no imaginário social um rosário de preconceitos, que vão da pobreza à violência, dificultando uma outra representação capaz de abarcar a complexidade, a diversidade e a riqueza das experiências vividas por essa comunidade.

O bairro Guajuviras confunde-se com a história de ocupação do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti, que originou o maior assentamento urbano da cidade de Canoas, localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre. Esse conjunto habitacional fez parte de programas que visavam ao assentamento de populações pobres na periferia dos grandes centros urbanos nos anos 70 e 80. Uma característica importante desses programas foi sua forte preocupação higiênica. Esteticamente, as regiões centrais não teriam mais que conviver lado a lado com imagens que corroem a estética da paisagem urbana. Com o deslocamento de um contingente grande de pobres para regiões distantes do centro da cidade, garantia-se, através do controle do transporte coletivo, a circulação dessas populações indesejadas (POLIZELLI, 1999). Portanto, está implícito, na concepção desses programas, seu caráter higiênico e segregador.

No Guajuviras, casas e prédios estão localizados às margens esquerda e direita da avenida principal, responsável pela entrada e saída de seus 50.000 moradores. O processo desordenado de expansão do bairro gerou um conjunto de espaços (em sua maioria, irregulares) ao longo da avenida, que abriga uma complexa rede de serviços. Excluindo-se o serviço bancário, todos os outros são realizados dentro do bairro. Existem, ainda, quatro escolas municipais, duas escolas estaduais, dois postos de saúde, templos religiosos, supermercados, lojas e um posto policial.

Há dois aspectos que devem ser analisados quando o olhar se direciona para o lazer no bairro. Um está relacionado à própria distribuição dos espaços de lazer na comunidade. O número reduzido de praças públicas sinaliza para uma secundarização do lazer como uma atividade importante a ser garantida. Isso, de alguma forma, representa uma contradição com o projeto de higienização da cidade, na medida em que não há espaço suficiente para o desenvolvimento de atividades físicas.

As dificuldades e o cenário de grandes restrições e/ou exclusões contribuem para o clima de intranqüilidade das comunidades mais pobres, principalmente aquelas que não possuem qualificados equipamentos para o lazer. Sendo assim, uma consequência direta do número limitado de espaços públicos para o lazer é a restrição dos espaços de relação ao ambiente familiar⁷⁴ e, mais especificamente, ao lazer oportunizado pelos meios midiáticos. Nesse caso, esse comportamento ou essa opção (ou falta) de entretenimento não está associado ao direito à intimidade, em oposição à tirania disciplinar dos espaços públicos⁷⁵. Porém, é preciso destacar que cingir o lazer no ambiente familiar leva ao afrouxamento dos laços sociais e comunitários.

O segundo aspecto a ser destacado está relacionado à fraca participação do poder público na garantia dos direitos fundamentais do cidadão. A falta de moradia fez com que outros espaços vazios do bairro fossem ocupados de forma irregular. Áreas verdes também não ficaram incólumes. A construção de casas em espaços em que não estavam previstos assentamentos urbanos fez com que se diminuíssem as áreas passíveis de apropriação para o lazer. Conseqüentemente, o aumento da concentração urbana, em tese, leva a uma maior disputa pelo espaço público de lazer disponível. É esse cenário o pano de fundo de nossa análise sobre a construção do lazer de crianças e jovens.

Para identificar se há diferenças comportamentais de crianças e jovens na realização das atividades de lazer, organizamos o estudo a partir de quatro categorias de análise: lazer no bairro e fora do bairro; lazer em casa e fora de casa; lazer em espaço público e em espaço privado; e lazer em contextos miméticos (ELIAS e DUNNING, 1992) e não-miméticos.

⁷⁴ Mannheim (1968) destaca que os hábitos, valores e costumes apreendidos no âmbito privado da família são diferentes daqueles que passam a conhecer e a viver em certas esferas da vida pública.

⁷⁵ Esta análise pode ser melhor acompanhada em Lovisolo (1997).

Lazer no bairro e fora do bairro

Há dois elementos que devemos levar em consideração na análise do lazer realizado dentro do bairro quando em comparação com o que é realizado fora dele. Uma idade mais avançada poderia autorizar os jovens a terem facilidades na exploração de espaços fora do bairro. Sua maturidade permitiria o desenvolvimento de atividades longe do olhar regulador dos responsáveis ou da própria comunidade. Por outro lado, as condições socioeconômicas das famílias do Guajuviras tornaram-se um entrave à realização de experiências no campo do lazer fora do bairro. Nesse caso, a diferença entre os dois grupos, crianças e jovens, não se estabeleceu.

Na análise do sábado à tarde, não encontramos associação, para os níveis estatísticos estabelecidos, entre as atividades realizadas dentro e fora do bairro entre os dois grupos. Preponderaram as atividades realizadas no bairro. Os percentuais encontrados nos dois grupos (89,5% para crianças e 90,3% para os jovens) sugerem pensarmos em duas hipóteses. Uma dirige nosso olhar para as opções de lazer que são apresentadas no próprio bairro. Elas apresentariam atrativos (em quantidade, qualidade e diversidade) capazes de estimular a presença dos sujeitos da pesquisa no bairro. Como são muito escassas, pouco diversificadas e desqualificadas, não há elementos críveis para sua sustentação. A segunda está relacionada à condição financeira das famílias das crianças e dos jovens. A restrição orçamentária e as dificuldades culturais na experimentação de outros universos simbólicos acabam esgotando as atividades, em comparação com aquelas desenvolvidas no próprio bairro.

No sábado à noite, para os dois grupos, as atividades de lazer são realizadas dentro do bairro em um nível percentual superior do encontrado no turno precedente. Essa realidade traduz, de uma forma mais clara, que as festas, cinemas, boates ou outras opções culturais fora do bairro não estão ao alcance dos jovens. Esse dado revela-se na forma de uma *apartheid* social. Mesmo não havendo restrições político-administrativas com relação à circulação dos jovens, há uma realidade social que os impede de estabelecer intercâmbios com o restante da cidade. Essa restrição acaba repercutindo num menor intercâmbio cultural entre crianças e jovens de outras regiões da cidade.

No domingo pela manhã, há um progressivo aumento, para os dois grupos, em relação ao sábado, das atividades realizadas dentro do bairro. No domingo à tarde, o cenário permanece inalterado, e há uma leve diminuição dos percentuais de acesso às atividades no Guajuviras, que voltam a subir no domingo à noite. Dadas as características desse contexto, não foi possível encontrar alguma associação

entre os dois grupos no que tange a essa categoria de análise.

Nesse sentido, a comparação entre as atividades de lazer dentro e fora do bairro não foi capaz de estabelecer diferenças no comportamento de crianças e jovens do bairro Guajuviras. Para os dois grupos, a cidade parece ser um ente distante de ser apropriado e vivenciado. Pesa sobre eles a culpabilidade inocente de terem nascido em um bairro de periferia. A condição financeira atua democraticamente nos dois grupos, impedindo-os de realizarem atividades de lazer fora do bairro. Nesse caso, seus comportamentos não sinalizam diferenças na experimentação do lazer.

Lazer dentro de casa e fora de casa

Diferentemente do que se pode imaginar, o lazer realizado dentro de casa carrega uma complexidade de atividades. As mais simples são aquelas realizadas com o intuito de garantir o descanso. A conversa com familiares e amigos, a possibilidade de escutar música, assistir a programas de televisão, vídeo ou DVD, de acessar a internet, ler, jogar carta ou envolver-se com algum *hobby* são capazes de desencadear uma série de estímulos para que as crianças e os jovens realizem atividades nos limites geográficos da residência. Porém, há impedimentos no campo simbólico que podem atuar restringindo a circulação desses sujeitos dentro e fora de casa.

A sensação de violência trazida pelo espaço anônimo das ruas, a chegada da noite ou as obrigações com as tarefas familiares podem desencorajar crianças e jovens a permanecerem fora de casa. Desse modo, a residência estaria associada a um espaço de abrigo, confinamento, clausura, e não necessariamente a um espaço de convívio com a intimidade.

No sábado à tarde, o estudo identificou uma associação entre ser criança e realizar atividades dentro de casa. Diferentemente do que poderíamos imaginar, são os jovens que mais permanecem em casa. As crianças tendem a realizar atividades de lazer fora de casa (81,4% fizeram essa opção). Os jovens atingiram o índice de 74,8%. Se compararmos com outro dado do estudo, que identificou como principal atividade de lazer realizada no bairro, no sábado à tarde, a prática do esporte, desconstituiu-se uma tese muito comum em outros espaços de que o espaço público, seja a praça ou a rua, principalmente nos bairros pobres, apresenta-se como território de imposição ou experimentação da violência, principalmente naqueles locais onde há uma grande concentração de habitantes por áreas livres disponíveis. As crianças deslocam-se com maior desenvoltura por esses espaços. Podemos interpretar esse movimento como uma

necessidade de vivenciarem as práticas sociais que são endereçadas aos mais velhos, como a liberdade de trânsito, exploração dos territórios e exposição e/ou exibição pública, um exercício de experimentação da vida jovem.

Num território de grande restrição espacial para o desenvolvimento de atividades de lazer (em espaços formais, como as praças), a disputa pela sua ocupação tenderia a garantir a supremacia dos corpos mais velhos, mais fortes ou mais violentos. Portanto, a inexistência dessa supremacia na ocupação dos espaços públicos sugere pensarmos que as atividades de lazer desenvolvidas possuem uma função mimética importante no bairro (ELIAS e DUNNING, 1992). A vivência pública em práticas como as esportivas oportunizaria um maior controle dos descontroles emocionais advindos, principalmente, dos contextos miméticos.

Dunning (2003) compreende que o divertimento se constituiu, ao longo do tempo, em um dos principais aspectos da vida humana. Seu papel está associado à experimentação de emoções fortes de curta duração, sem que com isso possa desencadear reações emotivas violentas. Ao final, essas tensões produziriam um autocontrole que se constitui como um dos elementos responsáveis pela limitação de atos violentos na esfera pública e privada na sociedade moderna ocidental. Daí resulta uma característica importante do processo civilizatório, ou seja, a restrição do uso da violência em espaços públicos.

Uma das hipóteses possíveis para a permanência dos jovens em casa poderia estar associada a uma reserva de energia para atividades a serem realizadas à noite. A diferença apontada entre crianças e jovens poderia receber um forte impacto das relações de gênero. Tanto entre as crianças quanto entre os jovens, são as meninas que estão associadas à permanência em casa durante o sábado à tarde. E são as meninas jovens que acabam por alcançar a maior diferença em relação aos meninos, talvez porque a elas também sejam endereçadas outras obrigações. O percentual de atividade realizada dentro de casa das infantis foi de 22,4%, enquanto que, para as jovens, foi de 33,7%.

Neste ponto de nossa discussão, cabe reportarmos-nos ao estudo Perfil do Jovem Brasileiro, realizado pelo Instituto da Cidadania sob a responsabilidade de Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Branco (2005). Nessa pesquisa, dois aspectos nos chamaram a atenção. Tais aspectos, quando cruzados com as informações de nossos dados, em que as meninas mais velhas permanecem muito mais em casa se comparadas com as meninas mais jovens ou com os garotos, independentemente da faixa etária, fornecem-nos pistas para pensarmos hipóteses de que os dados não se esclarecem por si só.

Na pesquisa Perfil do Jovem Brasileiro, quando se perguntou a meninos e meninas jovens sobre quais atividades costumavam fazer nos finais de semana, as opções de assistir à televisão e ajudar nas tarefas de casa ficaram entre as mais destacadas. Em uma outra questão sobre a frequência com que os jovens – meninos e meninas – costumavam realizar tarefas domésticas em casa, constata-se, com bastante nitidez, a divisão por gênero dessas tarefas como uma obrigação muito mais feminina do que masculina.

No interior das famílias, emergem diferentes mecanismos de sujeição que buscam estabelecer as formas adequadas de comportamento das jovens. Muitas dessas maneiras operam para que as jovens compreendam que determinadas tarefas domésticas passem a ser valorizadas como aprendizados para o futuro. Para que as jovens possam ser solicitadas com maior agilidade, é preciso que reservem um tempo maior dentro de casa, fazendo uma atividade que melhor lhes oportunize prazer, como assistir à televisão.

Chama a atenção que a aprendizagem de determinadas práticas cotidianas acontece em virtude das relações de poder hierarquicamente desiguais, ou seja, predomina a visão adulta e culturalmente construída. Isso, provavelmente, deve-se ao fato de que determinadas atividades domésticas permanecem nas famílias como sendo de domínio mais das mulheres do que dos homens. As tarefas associadas ao cotidiano escolar dos filhos, das roupas, da higiene e da alimentação, por tradição, são quase exclusivamente femininas.

Uma outra interpretação possível para a maior permanência das mulheres jovens em casa no sábado à tarde pode ser a de um trabalho que deve ser feito com esmero sobre si mesmas. Aqui cabe lembrar uma importante formulação de Foucault (2002) no que se refere à noção de poder, em que o autor discorre acerca de sua positividade. O poder não é somente força para submeter ou dominar, ou seja, poder repressivo, mas funciona como uma teia produtiva, permeando todo o tecido social ao formar discursos, produzir saberes e induzir ao prazer. Nesse sentido, a presença das jovens em casa pode indicar a necessidade de que estas utilizem parte de seu tempo livre com uma série de cuidados com seu corpo, preparando-se para as atividades noturnas. Assim, organizar o vestuário, preparar o cabelo e/ou fazer as unhas para uma balada ou para o namoro tornam-se práticas sociais importantes.

Encontramos, no sábado à noite, um equilíbrio entre os dois grupos nas atividades realizadas dentro e fora de casa. Há uma redução do volume de atividades realizadas dentro de casa, em comparação com a tarde: 54,9%, para as crianças e 57,0% para os jovens. Para as crianças, essa realidade propaga-se igualmente entre os meninos

e meninas. Parece existir aí uma preocupação dos familiares quanto à permanência das crianças fora de casa. Entre os jovens, houve uma diferença entre as meninas e os meninos. São as meninas que sofrem mais pressão para ficarem em casa. Aos meninos, é dado o direito de experimentar sociabilidades noturnas. A noite parece conter um enigma capaz de acobertar determinados comportamentos que fundam um dos aspectos da identidade juvenil: a realização das atividades proibidas.

Durante o domingo pela manhã, são as crianças que apresentam uma maior vitalidade para experimentação de atividades lúdicas fora de casa. São elas que ocupam, de uma maneira prioritária, os espaços de lazer do bairro. Nesse período, o estudo identificou uma associação ($p = 0,000$) entre ser jovem e ficar em casa. Podemos supor que as crianças experimentam nesse período uma maior possibilidade de excitação, ainda que isso possa ser alcançado pela menor concorrência com os jovens de maior faixa etária na ocupação dos espaços formais de lazer.

Os jovens, principalmente os do sexo masculino, parecem ocupar-se por mais tempo das atividades noturnas. No domingo pela manhã, eles permanecem mais tempo em casa, descansando, provavelmente em função da atividade realizada no turno anterior. Quando decomparamos esses grupos por gênero, podemos perceber que as meninas estão associadas à experimentação de atividades dentro de casa. Isso significa que são as meninas que mais têm restrições para realizarem atividades longe do universo residencial, familiar. Diferentemente dos meninos, a permanência das meninas em casa parece estar associada às atividades relacionadas à rotina do lar. São as jovens que identificam como a atividade mais importante aquela desenvolvida dentro de casa. Elas alcançaram o índice de 67,9%, e as crianças, 57,9%. Parece-nos, em relação a este último dado, que as meninas mais novas participam mais ativamente das atividades de lazer juntamente com os meninos da mesma faixa etária.

No domingo à tarde, o bairro apresenta uma realidade interetária muito forte. Os dois grupos alcançam por volta de 80% do índice de permanência em atividades fora de casa. Esse parece ser um período interessante para se conhecer o grau de interlocução estabelecido entre esses dois grupos no convívio do lazer. Mas encontramos nos dois grupos uma diferença significativa em termos de acesso a modalidades de lazer fora de casa entre meninos e meninas, como a prática do esporte. Apesar de existir um grande envolvimento de meninos e meninas em atividades fora de casa, sua distribuição não é equilibrada em alguns espaços, como a praça.

No domingo à noite, há uma forte retração das crianças na participação de atividades no âmbito do lazer fora de casa. Os dados

sugerem que esse grupo está mais suscetível às cobranças familiares no que diz respeito aos estudos, justificando uma maior necessidade de descanso. Do ponto de vista do gênero, não encontramos associação entre os comportamentos para os níveis estatísticos estabelecidos. Nesse sentido, tanto no sábado quanto no domingo à noite, são os jovens, principalmente os meninos, que desfrutam de forma privilegiada dos espaços noturnos de lazer.

O estudo identificou que há uma maior distinção entre os comportamentos no que diz respeito às atividades fora e dentro de casa, principalmente entre as meninas e os meninos. Trata-se de uma questão de gênero, uma vez que o que está em jogo é uma espécie de modelagem de comportamento a partir de certa expectativa quanto ao comportamento de meninos e meninas. As jovens são mais vigiadas quando, por exemplo, um futuro promissor depende de uma medida exata, do sonho de estar no lugar certo, na hora certa, de fazer a coisa certa, de ser uma menina direita, de estar, enfim, de algum modo, em alguma situação, em algum tipo de norma.

Participação em lazer público x privado

O lazer público e o lazer privado são dimensões importantes que se completam na execução das atividades de lazer. O lazer público caracteriza-se por atividades realizadas em espaços públicos, sejam eles formais, como as praças, ou não-formais, como as ruas do bairro. Nos dois casos, esses espaços são locais privilegiados para a experimentação da sociabilidade comunitária, já apontada por outros trabalhos (PAIS 1990; FRANCH, 2002). O lazer privado impõe certa restrição ao acesso no caso de exigir mediação financeira, como a ida ao cinema ou à praia e a visita a um parente que mora distante.

A inexistência da possibilidade de ocupar-se com passatempos que exijam uma condição financeira faz do lazer público a única oportunidade disponível. Dos indivíduos pesquisados, 96,3% das crianças e 96,7% dos jovens optam pelo lazer público no sábado à tarde. Esse dado poderia ser animador, pois o direito ao espaço público de relação é o maior tributo para o viver na cidade. Mas, ao apresentar-se como única possibilidade, esse indicador apenas ilustra o grau de exclusão que vive essa comunidade.

No sábado à noite, permanece um alto índice de atividades realizadas em espaços públicos (90,8% para as crianças e 94,8% para os jovens). No cruzamento dessas variáveis com lazer público e privado, o estudo encontrou uma diferença significativa entre os dois grupos. São os jovens que participam de uma maneira mais intensa em atividades no âmbito público. A decomposição desse dado, para

identificar como ele se apresenta quando acrescentamos a variável gênero, não apresentou diferença significativa. O resultado aponta para a experimentação do espaço público à noite como um comportamento que está muito mais sensível à participação do jovem do que à das crianças.

No domingo pela manhã, não encontramos associação, para os níveis estatísticos estabelecidos, quando cruzamos crianças e jovens, nem quando incluímos a categoria gênero. Uma parte significativa das atividades realizadas pelas crianças fora de casa ocorre em companhia dos pais, como as visitas a parentes, que são caracterizadas como privadas. Esse fenômeno estende-se até o domingo à tarde. Porém, nos dois turnos, as atividades realizadas no espaço público são as que mais envolvem os sujeitos da pesquisa.

No domingo à noite, há um predomínio dos jovens em atividades em espaços públicos. A diferença entre os dois grupos foi significativa ($p = 0,041$). Esse comportamento não apresentou associação, para os níveis estatísticos estabelecidos, quando incluímos a variável gênero. As crianças estão, em sua maioria, em atividades privadas, das quais se destaca ficar em casa assistindo à televisão. O tipo de cuidado que as famílias dão às crianças é diferente daquele que é dado aos jovens.

O alto índice de permanência em espaços públicos, sejam eles formais ou não-formais, sintetiza o espírito comunitário dessa comunidade. Sua luta pela construção de um espaço de moradia não pode prescindir de estratégias discursivas e não-discursivas para a garantia do convívio comunitário como uma ferramenta para o fortalecimento de seus laços. Os dados também acusam o grau de isolamento que suas crianças e jovens vivem no que diz respeito ao uso da cidade.

Atividades miméticas x contexto mimético

O despertar emocional é central no lazer e possui função desrotinizante. Ele permite a experimentação de uma excitação não-violenta que é co-responsável na estruturação do comportamento civilizado. Essas emoções, conforme Elias e Dunning (1992), podem ser vividas ou experimentadas de duas formas: em atividades miméticas ou em contextos miméticos. Nas atividades miméticas, as emoções são vividas, experimentadas enquanto partícipes da atividade a ser realizada, como, por exemplo, entre as jogadoras de uma partida de futebol. No contexto mimético, as emoções são transpostas sem que o participante vivencie os riscos produzidos pelas atividades, mantendo certa distância do evento, como espectador (DUNNING, 2003).

Neste trabalho, identificamos cinco variações de atividades miméticas. Dentre as opções apresentadas pelos participantes do estudo, podemos identificar como principais a prática do esporte e da dança. No entanto, alongando, por associação, o princípio da motilidade, incluímos a ida ao parque de diversões, a prática de esportes e o jogo de videogame. De contexto mimético, encontramos o cinema e a televisão dentre as principais opções apresentadas.

Essas sensações físicas e emoções vividas através das atividades miméticas oportunizadas pelo lazer cumprem uma função importante na formação de nosso padrão civilizatório (ELIAS e DUNNING, 1992; DUNNING, 2003). Sentimentos produzem elementos contraditórios, como medo e prazer, vividos e experimentados no lazer. Conforme o autor, as atividades miméticas cumpriram importante função diante da fome emocional em que nos encontramos, imersos em atividades rotinizantes (DUNNING, 2003).

Como as identidades pessoais e sociais assumem um papel importante no lazer esportivo, e sendo ele uma das principais atividades de lazer realizadas no bairro, torna-se relevante descobrir se há uma distinção entre os dois grupos etários analisados neste estudo.

Em três cenários por nós selecionados – sábado à tarde, domingo pela manhã e à tarde –, são as crianças que experimentam atividades miméticas de forma prioritária. As diferenças são significativas quando as crianças são comparadas com os jovens. Acreditamos que essa experimentação atua de forma positiva na formação dos controles emocionais diante da vida pública. Nesse caso, o lazer ocupa um espaço formador na vida das crianças.

Apesar de ser uma comunidade com muitas carências, as relações de poder no convívio e utilização dos espaços públicos de lazer não apontam para um esgotamento da vida comunitária. Portanto, sua valorização e estímulo acabam contribuindo para a construção de um cenário diferente daqueles que nos são sugeridos pelos poucos espaços de lazer formal e pelas condições de vida de uma parcela significativa dessa comunidade.

Conclusão

O estudo não identificou associação, para os níveis de significância estabelecidos, nos seguintes cenários: lazer dentro e fora de casa e público e privado. Para o lazer mimético e em contexto mimético, encontramos associação, para os níveis estatísticos estabelecidos, nos três cenários levantados: sábado à tarde, domingo pela manhã e à tarde. Esse dado coloca as crianças como sujeitos

para quem o discurso da experimentação de atividades emotivas tem um papel fundamental em sua formação. Apesar de os jovens viverem em uma região de exclusão, seu convívio comunitário não os faz refratários a experiências miméticas em espaços públicos. As relações de poder entre os diferentes grupos da comunidade apontam para a experimentação de atividades miméticas como algo típico do público infantil.

A juventude e a infância não são metanarrativas que devem orientar nosso olhar, pois o estudo identificou diferentes formas de vivenciá-las. Porém, é possível destacar que as experiências vividas pelas meninas são diferentes daquelas experimentadas pelos meninos. Nesse sentido, não há como pensarmos as juventudes e as infâncias longe de outros arranjos sociais e históricos que tornam essa operação contingente e imbricada a outros elementos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In.: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. (Org.) *Retrato da Juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/ Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. P. 37-72.
- _____; BRANCO, P. P. (Org.) *Retrato da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/ Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1981.
- BOURDIEU, P. Como é possível ser esportivo. In.: BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983, p.136-153.
- BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. *Cultura do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros*. ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo (Org.) *Retrato da Juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/ Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 175-214.
- CARRANO, P. C. R. *Juventudes: as identidades são múltiplas*. Revista Movimento, Faculdade de Educação da UFF, Rio de Janeiro, v. n. 1, 2000, p. 11-27.
- CORSEUI, C. E.; SANTOS, D. D.; FOGUEL, M. N. *Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre o estudo e o trabalho no Brasil e em outros países da América Latina*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

- DUNNING, E. *Sobre problemas de identidade e emoções no esporte e no lazer: comentários críticos e contra-críticos sobre as sociologias convencionais e configuracional de esporte e lazer*. História: Questões & Debate, n. 39, 2003, p.11-40.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. A busca da excitação no lazer. In: ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992. p. 100-138.
- FERNANDES, H. S. *Sintoma social dominante e moralização infantil*. São Paulo: Escuta/Edusp, 1994.
- FERNANDES, R. C. *Segurança para viver: proposta para uma política de redução da violência entre adolescentes e jovens*. In: NOVAES, Regina e VANNICHI, Paulo (Orgs.) *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2004. p. 260-274.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo, Martins Fontes, 2002.
- FRANCH, M. *Nada para fazer? Um estudo sobre atividades no tempo livre entre jovens de periferia no Recife*. Revista Brasileira de Estudos da População, Campinas, v. 19, n. 2, p. 117-133, 2002.
- GUIRALDELLI Jr., P. *A escola do futuro na época da pós-infância*. Revista Paixão de Aprender, n. 9, p. 52-57, 1995.
- KINCHELOE, J. L. *McDonald's, poder e criança: Ronaldo McDonald's faz tudo por você*. In: SILVA, L. H. et al. (Orgs.) *Identidade social e a construção do conhecimento*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação, 1997. p. 69-98.
- LARROSA, J. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. Porto Alegre: Contra Bando, 1998.
- LOVISOLO, H. *Estética, esporte e educação física*. Rio de Janeiro: Sprint, 1997.
- MANNHEIM, K. *O problema da juventude na sociedade moderna*. BRITTO, Sulamita. *Sociologia da Juventude I, da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p. 69-94.
- MARTUCELLI, D. *Figuras y dilemas de la juventud en la modernidad*. Movimento, 2000, p. 28-51.
- NARODOWISKI, M. *Adeus à infância (e à escola que a educava)*. SILVA, L. H. et al. (Orgs.) *Identidade social e a construção do conhecimento*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação, 1998. p. 170-178.

-
- PAIS, J. M. *Lazeres e sociabilidades juvenis – um artigo de análise etnográfica*. *Análise Social*, v. 15, 1990, p. 591-644.
- PERALVA, A. *O jovem como modelo cultural*. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, 1997, p. 15-24.
- POLIZELLI, D. L. *O poder higiênico e suas influências na ocupação do espaço no Brasil*. *Ensaio: Paisagem, Ambiente /FAU/USP*, n. 9, 1999. p. 183-199.
- RIBEIRO, R. J. *Política e juventude: o que fica de energia*. NOVAES, Regina & VANNICHI, Paulo (Orgs.) *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2004. p. 19-33.
- STEINBERG, S. R. *Kindercultura: a construção da infância pelas grandes corporações*. SILVA, L. H. et al. (Orgs.) *Identidade social e a construção do conhecimento*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação, 1997. p. 99-145.

Juventude e Gênero: As Opções de Lazer de Jovens no Final de Semana

Edmilson Santos dos Santos – Mestre ⁷⁶

José Geraldo Soares Damico – Mestre ⁷⁷

Núcleo da Rede CEDES ⁷⁸

Resumo

O estudo se caracteriza por ser do tipo exploratório, e seu objetivo geral foi estabelecer o perfil das opções de lazer dos/das jovens estudantes do bairro Guajuviras. Como objetivo específico, o estudo procurou investigar o comportamento de lazer construído pelos/as estudantes que compuseram esta investigação. Sendo assim, buscamos analisar o movimento de lazer nos seguintes arranjos: lazer no bairro e fora do bairro; lazer público e lazer privado; lazer dentro de casa e lazer fora de casa; lazer esportivo e lazer não-esportivo. Este trabalho analisa diferenças de gênero evidenciadas por jovens em suas opções de lazer e ocupação dos espaços públicos ou privados. A amostra foi composta por 2.112 estudantes matriculados/as no sistema público de ensino das redes municipal e estadual de ensino do bairro. Os resultados das análises apontam para uma significativa diferenciação de gênero nas opções de lazer entre os/as jovens moradores do bairro Guajuviras e demonstram que estamos diante de um espaço segregado, onde um grupo de jovens está sem acesso ao conjunto de bens e serviços públicos da cidade.

Palavras-chave: juventude, lazer, gênero.

A construção de uma comunidade e as opções de lazer

Ser do bairro Guajuviras não significa apenas um dado para localização geográfica dos moradores. Reconhecido como um espaço de exclusão, repousa no imaginário social um rosário de preconceitos, que vão da pobreza à violência, dificultando uma outra representação capaz de abarcar a complexidade, a diversidade e a riqueza dessa comunidade.

O bairro Guajuviras se confunde com a história de ocupação do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti⁷⁹, que originou o maior assentamento urbano da cidade de Canoas, localizado na região me-

⁷⁶ Mestre em Ciências do Movimento Humano (PPG/ESEF/UFGRS), professor UNISINOS. E-mail: profedsantos@yahoo.com.br.

⁷⁷ Mestre em Educação (PPGEDU/FACED/UFGRS), professor ULBRA. E-mail: zdamico@yahoo.com.br.

⁷⁸ Projeto Integrado – UFSM/ULBRA/UNISINOS.

⁷⁹ Utilizaremos o nome Guajuviras para designar o Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti.

tropolitana de Porto Alegre. Esse conjunto habitacional fez parte de um grande projeto de assentamento de populações pobres na periferia dos grandes centros urbanos nos anos 70 e 80 do século passado.

No Guajuviras, casas e prédios estão localizados às margens esquerda e direita da Avenida Central, principal responsável pela entrada e saída de seus 50.000 moradores/as. O processo de expansão do bairro gerou um conjunto de salas ao longo da avenida, que abriga uma complexa rede de serviços. Excluindo o serviço bancário, todos os outros são realizados dentro do bairro. Existem ainda quatro escolas municipais, duas estaduais, dois postos de saúde, templos religiosos, supermercados, lojas e posto policial.

Infelizmente, a ocupação desordenada do solo urbano no Guajuviras criou um cenário limitado para a existência de áreas livres para o lazer. Além disso, há o fato de as políticas públicas de lazer serem secundarizadas no espectro das prioridades dos diferentes governos, o que produz um cenário de abandono das áreas que até então poderiam ser reservadas para a recreação da comunidade.

Como na periferia das grandes cidades os equipamentos de lazer formais são precários⁸⁰, torna-se importante investigar o comportamento de lazer construído pelos/as estudantes que compuseram este estudo.

1. Metodologia e apresentação dos resultados

O estudo se caracteriza por ser do tipo exploratório. Seu objetivo principal foi compreender o comportamento no âmbito do lazer de estudantes de quinta série do ensino fundamental até o terceiro ano do ensino médio. Este trabalho representa um corte na medida em que buscou compreender a organização do lazer praticado no final de semana pelos/as jovens. A amostra foi composta por 2.112 estudantes matriculados/as no sistema público de ensino das redes municipal e estadual de ensino do bairro.

Para efeito deste estudo, estaremos usando a palavra "jovem" para caracterizar o conjunto da população do estudo. Adotamos o conceito de juventude e o termo "jovem", articulados aos conceitos de gênero e de lazer, como sendo também construtos culturais que funcionam simultaneamente como produtos e produtores de determinadas convenções. A juventude não é uma categoria fixa, ou seja, as mudanças nos critérios que fixam os limites e os comportamentos do juvenil estão necessariamente vinculadas aos contextos sociohistóricos, produtos das relações de força da sociedade (REGUILLO, 2003, p

⁸⁰Abramovay e Castro (2002); Magnani (1998).

104), o que significa que “a expectativa em relação às idades se forma a partir de entendimentos específicos em cada época” (FRAGA, 2000, p. 54). Nessa direção, pode-se, então, considerar que não existe uma única juventude: na contemporaneidade, as juventudes são múltiplas, variando em relação a características de classe, de lugar, de raça/etnia e a um panorama variado que engloba comportamentos, referências, linguagens e formas de sociabilidade (MARGULIS, 2001).

Antes da aplicação do questionário⁸¹, as escolas conheceram a finalidade do estudo, e cada direção ficou com a síntese do projeto para apresentar aos/às professores/as. Em cada turno, o inquérito foi aplicado simultaneamente pelos/as professores/as. Como uma das intenções do estudo foi verificar como os/as jovens organizam suas atividades de lazer no final de semana, escolhemos aplicar o estudo na segunda-feira para projetar com uma maior precisão a rotina realizada no fim de semana anterior ao estudo.

As informações obtidas permitiram criar um banco de dados que foi submetido à análise de frequência através do programa estatístico SPSS, versão 11. Para verificar possíveis associações entre variáveis, utilizou-se o teste estatístico Qui-quadrado para análise de tabela de contingência, e estabeleceu-se como nível de significância 5% ($p < 0,05$). Para conhecimento das células que indicam uma relação de dependência entre as variáveis (atributos), foram analisados os resíduos ajustados na forma estandarizada.

2. Análise e discussão dos resultados

Não há como pensarmos o lazer sem articulá-lo com o cenário objetivo e simbólico que lhe garante sentido. Esta análise remete a uma descrição mais qualificada do bairro Guajuviras. Como todos os bairros pobres da periferia dos grandes centros urbanos, seus espaços de lazer formais são restritos, com pouca qualidade para o atendimento de uma multiplicidade de interesses, sendo que a possibilidade de satisfazê-los guarda uma relação com as dificuldades socioeconômicas de seus/suas moradores/as.

No intuito de realizarmos uma leitura menos contemplativa dos dados, organizamos sua exposição de forma a compreendermos os seguintes eixos: lazer no bairro e lazer fora do bairro; lazer público e

⁸¹ O questionário com questões fechadas foi elaborado contemplando os seguintes eixos temáticos: caracterização do jovem (idade, sexo, raça, religião); escolaridade (ano em curso e turno); inserção no mercado de trabalho; inclusão digital e acesso à internet; acesso a equipamentos de diversão eletroeletrônica (videogame, computador e TV); gosto musical; material esportivo; atividades de lazer acompanhadas de professor/a ou treinador/a durante a semana; interesse(s) na formação dos grupos de convivência e de quantos participa; local preferido para realização das atividades de lazer durante a semana; atividade mais importante realizada no final de semana, nos seguintes turnos: sábado à tarde e à noite, e domingo de manhã, à tarde e à noite.

lazer privado; lazer dentro de casa e lazer fora de casa; lazer esportivo e lazer não-esportivo. Para melhor configurar esse contexto, os dados também foram decompostos por gênero e serão apresentados sempre que trouxerem questões significativas para análise.

A transformação do bairro como um lugar de passagem para tornar-se um epicentro do mundo para os/as jovens ocorre através de complexas configurações históricas, sociais e culturais que produzem um conjunto de paisagens sombrias, onde o desencanto, a desesperança, a depressão e a renúncia de um futuro parecem ser a ordem do dia. As escolhas de lazer dos/das jovens parecem obedecer à dinâmica de uma interiorização e individualização das suas relações com o exterior.

Apesar de o bairro possibilitar uma vivência plural e não-territorializada, a cidade permite apreender um conjunto de práticas sociais importantes à construção de uma rede de sociabilidade mais aberta, mais cidadã. Nesse sentido, identificar como se dá o comportamento de jovens no seu lazer dentro e fora do bairro torna-se necessário.

Em bairros pobres, situados em zonas periféricas dos grandes centros urbanos, as possibilidades de trânsito nos finais de semana são limitadas, principalmente no que se refere aos horários dos ônibus. Como resultado desse contexto, os/as habitantes tendem a ficar situados em seu próprio bairro. A localização geográfica, as opções para o lazer que a cidade oferece e a condição financeira dos/as moradores/as acabam sendo fatores restritivos para um acesso maior ao lazer.

Apesar de o município de Canoas ser o principal pólo industrial do Estado do Rio Grande do Sul, as ofertas de lazer formais são restritas. Alguns fazem a avaliação de que a proximidade de Porto Alegre – cerca de 16 km – constitui um fator que inibe a criação de espaços de lazer diversificados e qualificados na cidade. Por outro lado, quando espaços de lazer são lá constituídos, como uma grande rede de cinemas dentro do *shopping* da cidade, as possibilidades de lazer passam a ser ampliadas. No entanto, não há um grande pólo de lazer noturno, os parques ficam distantes do bairro Guajuviras, o acesso via transporte público é muito precário, e não há teatro, museus, espaços para *shows* de música e apresentações de dança.

Esse quadro, quando associado às condições de vida dos/as moradores/as do Guajuviras, acaba por constituir um verdadeiro *apartheid* social. Nos cinco turnos do final de semana investigados (sábado à tarde – ST; sábado à noite – SN; domingo de manhã – DM; domingo à tarde – DT; e domingo à noite – DN), a permanência no bairro é bastante evidente, conforme mostra a Tabela 1. Na média, o lazer dentro do bairro é responsável por 93,36% das opções do lazer dos/as jovens.

Tabela 1: Espaços de lazer dos/as estudantes durante o final de semana – Bairro Guajuviras – 2004.

	ST		SN		DM		DT		DN	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
No bairro (%)	92,7	87,2	93	91,6	97,3	96,7	93,3	89,3	96,4	96,4
Fora (%)	7,3	12,8	7	8,4	2,7	3,3	6,7	10,7	3,6	3,6
Total	835	953	831	933	810	875	833	983	786	913

A partir da Tabela 1, podemos fazer algumas seguintes interpretações. A primeira delas refere-se à identificação dos locais onde os/as estudantes ficam no final de semana. É possível perceber que existe uma tendência de os jovens estudantes do sexo masculino permanecerem mais no bairro nos diferentes turnos dos finais de semana do que as jovens estudantes pesquisadas.

Um corte de gênero permite observar que a saída do bairro está muito mais associada à figura das meninas do que à dos meninos. Quando desagregamos o resultado do estudo por sexo, encontramos uma diferença importante no comportamento dos/as jovens. As mulheres jovens saem do bairro mais do que os homens jovens, com exceção do domingo à noite, em que o percentual é equivalente para ambos os gêneros.

Desse modo, podemos afirmar que as práticas de lazer são generificadas ao ponto de reproduzirem as desigualdades de gênero presentes em outras esferas sociais. Ou seja, para as meninas, a insegurança, a violência e a possibilidade de uma sexualidade mais exacerbada, que são veiculadas nos discursos sobre a vida no Guajuviras, fazem com que elas saiam mais do bairro do que os meninos – e possivelmente o fazem na companhia dos familiares. Isso demonstra uma divisão de lugares sociais. Apesar de meninas e meninos compartilharem os mesmos universos simbólicos, a presença física nas práticas de lazer no bairro é majoritariamente masculina. É provável que, mesmo quando as meninas aderem aos grupos de jovens masculinos nas suas práticas de lazer, como *skate* ou futebol, elas passem a ser consideradas como masculinas ou a ser criticadas como quem “se dá ao desfrute”.

Em um recente estudo de Gonçalves e Fraga (2005), com o sugestivo título de “A quadra e os cantos: arquitetura de gênero nas práticas corporais escolares”, os autores analisam as diferenças de gênero evidenciadas por escolares em suas práticas de distribuição e ocupação dos espaços e a relação com os discursos sobre o corpo na legitimação da quadra esportiva como lugar dos meninos e dos cantos como lugar das meninas. Os autores comentam: “a represen-

tação dos esportes, da atividade física e do espaço livre implicada no desenvolvimento da *performance* de cada um dos gêneros justificava, para meninos e meninas, a utilização por parte deles de um espaço maior do que o das meninas na quadra” (p. 3).

Podemos pensar, desse modo, que as quadras esportivas existentes têm sua divisão na ocupação/exclusão dos/as jovens muito antes de uma possível “escolha” individual e/ou grupal. Tal divisão é produzida em uma série de discursos biológicos que fundamentam as práticas corporais entre os gêneros.

As meninas estão muito mais suscetíveis a realizarem atividades de lazer com a família através de um esquema montado para proteger sua sexualidade, justificando-se, assim, o percentual maior de atividades de lazer fora do bairro para esse grupo. A desigualdade de acesso ao lazer fora do bairro tem como causa uma menor mobilidade socio-comunitária das jovens⁸². Para Guacira Louro (1995), as desigualdades entre homens e mulheres vão muito além dos aspectos físicos, estando imersas numa rede de práticas discursivas que constituem homens e mulheres em sujeitos masculinos e femininos bem mais complexos do que as distinções de ordem fisiológica nos fazem supor.

A falta de espaço de lazer na cidade, as dificuldades financeiras dos/as moradores/as e as restrições para garantir translados são ingredientes que atuam de maneira decisiva e restritiva na experimentação do lazer. Com isso, esses/as jovens tendem a ficar sitiados/as dentro da própria comunidade, aumentando a concorrência por espaços públicos de lazer dentro do bairro.

O segundo elemento de análise procurou investigar a relação público/privado no uso do lazer da comunidade. A análise sugeriu uma interpretação do lazer deslocado do bipolarismo corrente no uso dos dois temas. Esse raciocínio impede de compreender nuances que são determinantes na escolha e no uso do tempo livre.

Tabela 2: Lazer no final de semana.

Lazer no final de semana	ST		SN		DM		DT		DN	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Privado (%)	2,3	4,9	7,0	8,1	4,0	5,5	4,7	6,7	3,9	4,7
Público (%)	97,7	95,1	93,0	91,9	96,0	94,5	95,3	93,3	96,1	95,3
Total	748	783	503	618	427	399	725	757	414	487

⁸² No sábado à tarde e no domingo à tarde, encontramos associação entre ser jovem do sexo masculino e ficar no bairro e ser do sexo feminino e sair do bairro para uma significância de 0,000 (chi-square de 39,111b, ajuste residual de 6,3) e de 0,002 (chi-square de 8,747b, ajuste residual de 3,0) respectivamente. Essa diferença também já havia sido encontrada na Pesquisa Perfil do Jovem Brasileiro, cujos resultados podem ser acompanhados no trabalho de Brenner, Dayrell e Carrano (2005).

O resultado para o domingo pela manhã é associado à diminuição das possibilidades de lazer privado nesse horário que é o cinema. As atividades de lazer privado que encontramos foram: cinema, saída gastronômica, parque de diversão e danceteria. A primeira observação que podemos fazer, considerando as possibilidades que são colocadas a esses/as jovens, é que há um espectro muito reduzido de opções. Tal redução tem como condicionantes o número muito pequeno de atividades a serem realizadas de forma privada e a condição financeira dos/as jovens do bairro para experimentar as existentes.

Para uma análise mais complexa do tema, é preciso ir além daquela simplificação que compreende o privado como algo que atende exclusivamente aos interesses do mercado. Não há como garantir, talvez não seja nem necessário e nem mesmo conveniente, uma interpretação dentro de um quadro limitado. Há espaços públicos aos quais, para se ter acesso, é necessário gasto com o transporte. O deslocamento de uma família de quatro elementos até uma opção de lazer na cidade vizinha, Porto Alegre⁸³, demanda um gasto de cerca de 10% do salário mínimo nacional.

O acesso aos locais públicos em Canoas não é diferente do que foi assinalado no parágrafo anterior. Estudo realizado por um de nós apontou que apenas 1,59% dos usuários de final de semana do Parque Esportivo Eduardo Gomes era do bairro Guajuviras. A existência do espaço público por si só não garante que parcela importante da população seja incluída num programa de acesso a bens públicos na cidade.

A diferença principal entre meninos e meninas no acesso a espaços de lazer privado ocorreu no sábado à tarde, estando associada à ida ao cinema. A explicação para esse fenômeno exige uma combinação de três fatores: a possibilidade de vivenciar outras modalidades de lazer, as restrições de espaços qualificados dentro do bairro e a concorrência pelo uso desses espaços. Os espaços públicos mais utilizados pelos/as moradores/as são as ruas e as praças.

Com relação à categoria "sábado à tarde", cabe lembrar que identidade e diferença são produzidas e posicionadas discursivamente em relações sociais e culturais que estão longe de ser simétricas; nessa medida, sua definição depende das relações de poder que estão em ação nos sistemas de significação. Assim, as práticas de lazer em que os/as jovens se inserem socialmente envolvem uma série de processos discursivos, simbólicos e sociais.

Por exemplo, a ocupação das "poucas" quadras esportivas presentes no bairro (sábado à tarde) pela maioria de garotos está atravessada por noções de virilidade, competência e até mesmo

⁸³ Opção fora do Centro da cidade que exija mais um deslocamento de ônibus em Porto Alegre.

aptidão esportiva, comumente consideradas como qualidades mais masculinas do que femininas. Além disso, há um espírito competitivo que esses espaços e práticas proporcionam como sendo naturalmente masculino. Tais noções se formam a partir de discursos do campo da medicina do esporte e, principalmente, da psicologia do desenvolvimento, que historicamente difundem idéias de diferenciações biológicas e emocionais como causas dos comportamentos diferenciados entre homens e mulheres.

Como já argumentamos anteriormente, a ocupação, as modalidades de uso e a conseqüente classificação e hierarquização das práticas de lazer no bairro e fora dele demandam uma observação mais atenta das relações de poder entre homens, entre homens e mulheres e entre mulheres, bem como das muitas formas que os constituem em sujeitos genericados. Enquanto que as disputas esportivas historicamente são mais aceitas para os homens do que para as mulheres⁸⁴, o passeio no *shopping*, o olhar as vitrines, o desejar consumir são atribuições tidas como femininas. A ida ao cinema nos finais de semana, com o crescente deslocamento de moradores/as dos bairros para os *shoppings centers*, faz desses espaços lugares privilegiados onde se pode passear sem pressa e sem o medo que os bairros de periferia das grandes cidades inflige.

No entanto, não temos a intenção aqui de tratar o tema de forma a demonizar práticas de lazer que dependem do consumo, como as visitas aos *shoppings centers* e as opções de lazer reunidas nesses espaços. Todas as possibilidades ali presentes, incluindo os cinemas, constituem-se em espaços culturais, produtos e produtores de subjetividades, mas cabe lembrar que a aceitação do cinema por parte das famílias das jovens encontra eco nas constituições das desigualdades de gênero. A experiência de assistir a um filme no cinema vem sendo representada⁸⁵ socialmente por indivíduos ou grupos de variadas formas, no entanto, todos são unânimes em afirmar o caráter transcendental implicado nessa experiência. Tal aceitação permite que pensemos sem reservas a respeito dela. Cabe lembrar que o cinema não é só um lugar de lazer e entretenimento. Ele é um potente artefato cultural que funciona como uma instância pedagógica (que ensina) implicada na constituição das identidades de gênero dos/as jovens. O famoso "escurinho do cinema" é um exemplo interessante de como a sexualidade pode ser operada em uma atmosfera de aceitação no convívio entre homens e mulheres jovens, na medida em que, no lugar cinema, o carinho e a afeição

⁸⁴ Apesar de algumas práticas esportivas virem crescentemente sendo indicadas para as mulheres (Ver Adelman, 1999).

⁸⁵ "É a representação que nos permite relacionar a educação com a produção de identidades. No caso específico das identidades de gênero e sexuais, tais elementos ensinam modos específicos de feminilidades e de masculinidades; ensinam formas corretas de viver a sexualidade; ensinam maneiras socialmente desejáveis para os sujeitos levando em conta o sexo de cada um, de acordo com os modos por meio dos quais tais identidades são representadas" (SABAT, 2004, p. 98).

podem ser vivenciados silenciosamente ou até estimulados.

Nessa configuração sociocultural, cada um dos espaços em que circulam os/as jovens, sejam público ou privado, funciona como instrumento de visibilidade para se ver e ser visto/a, para consumir e ser consumido/a. Trata-se da transformação do sujeito da era industrial, do corpo disciplinado, produtivo e dócil descrito por Michel Foucault, no sujeito pós-industrial, que "faz parte de diversas amstras, nichos de mercado, segmentos de público, *targets* e bancos de dados" (SIBÍLIA, 2002, p. 34).

Cabe lembrar que os filmes produzidos no intuito de atingir crianças e jovens vêm crescendo substancialmente nos últimos anos. Boa parte dos roteiros dessas produções coloca em operação sentidos que buscam reafirmar a sexualidade normativa, trazendo sempre a relação heterossexual como a única possibilidade de relação amorosa.

Para análise das atividades de lazer dentro do bairro, estabelecemos a seguinte classificação: dentro de casa e fora de casa. O resultado pode ser acompanhado na Tabela 3.

Tabela 3: Atividades realizadas dentro de casa e fora de casa.

	ST		SN		DM		DT		DN	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Na casa (%)	14,5	26,2	54,5	56,7	52,8	63,5	16,5	27,3	56,2	58,1
Fora (%)	85,5	73,8	45,5	43,3	47,2	36,5	83,5	72,7	43,8	41,9
Total	864	1027	871	1020	863	996	857	1011	843	1005

O sábado e o domingo à tarde se constituem como os períodos privilegiados dos/as jovens para atividades de lazer fora de casa. Nas atividades realizadas fora de casa, destacam-se fazer esporte e ficar na rua. Fazer esporte no sábado à tarde alcançou o percentual de 51,33% entre os meninos e de 28,12% entre as meninas. Ficar na rua alcançou 31,30% entre os meninos e 51,01% entre as meninas. Ficar em casa no sábado à tarde, domingo pela manhã e à tarde é uma opção demarcada por relações de gênero, como podemos observar na Tabela 4.

Tabela 4: Análise Qui-quadrado da relação de gênero entre opção de lazer dentro e fora de casa.

	Sábado Tarde	Domingo Manhã	Domingo Tarde
Significância	0,000	0,000	0,000
Ajuste Residual	6,3	4,6	5,6
Qui-quadrado	39,111b	21,463b	31,472b

Outros estudos que buscaram compreender o lazer de jovens apontam para uma limitação, imposta pelas famílias, nas experiências das meninas (FRANCH, 2002; BRENNER, DAYRELL e CARRANO, 2005; ABRAMO, 2005). Os hábitos, os valores e os costumes apreendidos no âmbito privado das famílias são diferentes daqueles que os/as jovens passam a conhecer e a viver em certas esferas da vida pública (MANHEIM, 1968). Portanto, as desigualdades socioeconômicas não podem ser o único recorte na análise das opções de lazer de jovens pobres. Nessa dinâmica, o controle da família e a experiência das meninas no campo esportivo são ingredientes necessários para uma melhor compreensão desse quadro (MOURÃO, 2000).

O fator que mais interfere no lazer dos jovens e que exige uma análise mais sofisticada é o esporte. O primeiro ponto a ser destacado é que todos os espaços esportivos do bairro estão localizados em espaços públicos. Alguns permanecem fechados no final de semana, como aqueles localizados dentro das escolas públicas. A impossibilidade de compor esses espaços na dinâmica do lazer esportivo é um fator que interfere na concorrência pelos espaços existentes. Como bem alerta Oliven (1996), os espaços esportivos, enquanto produtos de demandas sociais, são revestidos de grande importância na medida em que estabelecem todo um sentimento de comunidade, de laços de amizade.

Como conseqüência desse comportamento, é possível identificar uma ocupação privilegiada dos espaços públicos para o lazer esportivo no bairro Guajuviras – as praças⁸⁶ – por parte dos meninos. Esses espaços, além de reduzidos, demarcam basicamente a prática do futebol. A pesquisa Perfil da Juventude Brasileira (BRENNER, DAYRELL e CARRANO, 2005) aponta que o futebol é o principal responsável pela desigualdade de participação das meninas em atividades esportivas. Parece que o terreno esportivo como um todo é uma expressão que guarda uma relação muito forte com o público masculino, conforme podemos acompanhar na Tabela 5.

⁸⁶ Para Magnani (1992), a praça é ponto de referência para o lazer nos bairros pobres.

Tabela 5: Participação masculina no esporte. Resultado de análise cruzada com público feminino.

	Sábado T	Sábado N	Domingo M	Domingo T	Domingo N
Significância	0,000	0,000	0,000	0,000	0,015
Ajuste residual	12,7	3,9	7,1	9,6	2,3
Qui-quadrado	161,581b	15,159b	50,653	91,327b	5,341b

O aumento das duas modalidades de lazer fora de casa no domingo à tarde não significa uma melhora, para os meninos, nas atividades esportivas. Nesse caso, houve inclusive uma diminuição de 9,35% em relação ao sábado. Esse fator parece estar associado a uma maior disputa pelos espaços esportivos. Um integrante novo é incorporado, o homem adulto. No sábado, ele estava trabalhando, mas, no domingo, ele está preparado para disputar os espaços de lazer com os jovens. A diminuição das meninas em relação ao sábado à tarde não está associada à incorporação das mulheres mais velhas nas atividades de lazer esportivo no bairro. O jogo de poder instituído na disputa pelo espaço de lazer esportivo tende a dificultar a presença dos/as jovens como um todo nessa modalidade de lazer nesse período. Conseqüentemente, a rua passa a ocupar um espaço privilegiado na vida desses/as jovens (para os meninos, houve um acréscimo de 20,26%; para as meninas, de 12,79%).

A rua há muito já deixou de ser apenas um local de passagem para encurtar distâncias. Em seu estudo, Pais (1990) chega a afirmar que a rua aparece como a segunda casa nos bairros pobres de Portugal. Para Magnani (1998), essa mudança de status da rua é conseqüência da falta de equipamentos de lazer. O uso da rua como um fenômeno urbano possui uma relação muito forte com o público masculino na experimentação de seus padrões de virilidade (GUIMARÃES, 1997). Cabe ressaltar que, mesmo para os meninos, tendo em vista o número reduzido de espaços esportivos, a rua aparece como o local preferido para o lazer do bairro, com 25,8% das opções, enquanto a praça/campo ficou com 22,9%. A conseqüência mais drástica desse processo também é uma redefinição da rua, que passa a estar associada ao perigo, à violência, ao sinistro e ao trágico, conforme aponta Alba Zaluar (1991). Talvez seja esse um dos motivos que faz com que 25,9% dos/as jovens apontem que não há espaços de lazer no bairro durante a semana.

Nas regiões onde os equipamentos de lazer são precários, a rua acaba incorporando uma série de funções do âmbito do lazer. Num passeio rápido pelo bairro, é possível encontrar pessoas jogando, namorando, passeando, conversando, descansando. Portanto, a rua acolhe uma infinidade de ações no campo do lazer que são funda-

mentais para garantir a sociabilidade juvenil⁸⁷. Podemos interpretar a rua como um espaço afetivo-existencial responsável por ancorar identidades.

Considerações finais

A primeira observação que podemos realizar ao finalizar este estudo é que o lazer dos/as jovens de periferia compreende uma complexidade de ações que não se resumem às desigualdades socioeconômicas. As experiências de lazer na constituição das identidades de gênero ocupam um papel relevante na análise do lazer dentro e fora do bairro e do lazer público e privado.

Para o primeiro, a realidade aparece no formato de uma *apartheid* socioespacial. Esse fator acaba contribuindo para a restrição de trocas simbólicas e culturais fora da faixa restrita do território do bairro. No âmbito público/privado, a análise econômica impede de compreender as dinâmicas que se dão no uso privado dos espaços públicos por grupos privilegiados do bairro, principalmente aqueles que se originam da matriz masculina. Podemos encontrar, inclusive, modalidades de lazer privado que possuem um valor inferior ao das necessárias para usufruto do espaço público fora do bairro e da cidade. No lazer dentro e fora de casa, sobressaem diferenças construídas a partir das dinâmicas de gênero que ocorrem no interior das diferentes sociedades. As possíveis escolhas entre os/as jovens dependem de discursos de competência e até mesmo aptidão esportiva, consideradas comumente como qualidades mais masculinas do que femininas, além do espírito competitivo que esses espaços e práticas proporcionam como sendo naturalmente masculinas. Isso faz com que as jovens tenham suas relações sociocomunitárias reduzidas ou que tenham na convivência religiosa uma de suas poucas possibilidades.

Não podemos compreender o lazer de jovens pobres apenas como uma ação que deve ter como objetivo diminuir o impacto da violência que esses grupos sofrem num contexto de muitas privações⁸⁸. O terreno do lazer é um espaço privilegiado para a formação do jovem, para a constituição de uma rede de sociabilidade responsável pela construção de múltiplas identidades juvenis. Nesse sentido, é preciso considerar o lazer como campo potencial de construção de identidades, descoberta de potencialidades humanas e exercício de inserção efetiva nas relações sociais.

⁸⁷ Para 24,5% dos jovens que participaram do estudo, a rua é o melhor local para a prática do lazer no bairro. Outros 52,9% responderam que não há espaços qualificados para o lazer. Esse equilíbrio reflete bem a possibilidade do uso cultural que se faz da rua e a rua como um não-lugar para o lazer.

⁸⁸ Esse grupo sofreu nos últimos 20 anos um aumento de 81,66% na taxa de homicídio (SINGER, 2005). Para Fernandes (2000), o Brasil exagerou na vitimização de jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. (Orgs.) *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perceus Abramo, 2005. p.27-35
- _____. *Condição juvenil no Brasil contemporâneo*. ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. (Orgs.) *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perceus Abramo, 2005. p. 37-72.
- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. *Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violência*. Cadernos de Pesquisa, n. 16, p.143-176, julho, 2002.
- BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. *Cultura do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros*. ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. (Orgs.) *Retratos da Juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perceus Abramo, 2005. p. 175-214.
- FERNANDES, R. C. Segurança para viver: proposta para uma política de redução da violência entre adolescentes e jovens. In.: NOVAES, R.; VANNICHI, P. (Orgs.) *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perceus Abramo. 2004. p. 260-274.
- FRANCH, M. *Nada para fazer? Um estudo sobre atividades do tempo livre entre jovens de periferia*. Revista Brasileira de Estudos de População, v.19, n.2, jul/dez, p.117-133, 2002.
- LOURO, G. L. *Gênero, história e educação: construção e desconstrução*. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: v. 20, n. 2, p. 101-132, jul./dez., 1995;
- GONÇALVES, V.; FRAGA, A. *A quadra e os cantos: arquitetura de gênero nas práticas corporais escolares*. 2005 Lecturas educacion física y deportes (Buenos Aires), Buenos Aires, v. 10, n. 87, 2005.
- GUIMARÃES, E. *Juventude(s) e periferia(s) urbana*. Revista Brasileira de Educação. Maio/jun/jul/ago, n5; set/out/nov/dez, n.6, 1997. p. 56.
- MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998.
- MANHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. Tradução Octavio Alves Velho. In.: BRITTO, S. (Org.) *Sociologia da Juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p. 69-794.

- MOURÃO, L. *Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas de 1870 a 1950*. Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação Física. Esportes, Lazer e Dança. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- OLIVEN, R. G. *A antropologia de grupos urbanos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- PAIS, J. M. *Lazeres e sociabilidades juvenis: um artigo de análise etnográfica*. 1990.
- RODRIGUES, A. B. *Lazer e espaço na cidade pós-industrial*. Revista Licere, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 149-164, 2002.
- SINGER, P. A juventude como corte: uma geração em tempos de crise social. In: NOVAES, R.; VANNICHI, P. (Orgs.) *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2004. p.
- ZALUAR, A. *O esporte na educação e na política*. Educação & Realidade, n.38, abril, 1991, p.19-44.

Lazer e Juventude na Periferia da Cidade de Canoas (RS) A Experiência na Região da Grande Mathias Velho

Edmilson Santos dos Santos – Mestre⁸⁹

José Geraldo Soares Damico – Mestre⁹⁰

Núcleo da Rede CEDES⁹¹

Resumo

Compreender o lazer em sua dimensão temporal implica mergulharmos no conjunto de experiências que produzem uma determinada realidade. A partir da pesquisa Mapa do Lazer Juvenil da Grande Mathias, buscamos compreender melhor o contexto espacial que sustenta as experiências de lazer dos jovens desta região. Num primeiro momento, procuramos discutir o impacto da segregação socioespacial na configuração do espaço da Grande Mathias. Após, como esta realidade acabou por produzir um cenário ainda mais precário no âmbito do lazer esportivo. Como pudemos perceber, não apenas o contexto econômico é responsável pela ampliação da vulnerabilidade social. A segregação também cumpre uma agenda política e ideológica, principalmente no que diz respeito à fragilização dos laços sociais construídos a partir de experiências culturais: como aquela oportunizada pela prática do esporte. O Estado pode atuar, através de suas políticas, na ampliação das desvantagens dos grupos segregados no acesso ao lazer esportivo.

Introdução

Este artigo apresenta alguns resultados da pesquisa “Mapa do Lazer Juvenil da Grande Mathias”, realizada na Região da Grande Mathias Velho, na cidade de Canoas (RS). Aqui focalizamos principalmente as relações entre segregação socioespacial, lazer e vulnerabilidade juvenil. O texto está dividido do seguinte modo: primeiro, em “Traços da segregação socioespacial”, apresentamos a região investigada, problematizando seu processo de urbanização e a decorrente precarização dos espaços de sociabilidade juvenil. Também abordamos essa temática a partir de algumas tendências no campo das ciências sociais e humanas que têm criticado posições mais tradicionais com relação aos espaços urbanos. Num segundo

⁸⁹ Mestre em Ciências do Movimento Humano (PPG/ESEF/UFRGS), professor UNISINOS. E-mail: profedsantos@yahoo.com.br.

⁹⁰ Mestre em Educação (PPGEDU/FACED/UFRGS), professor ULBRA. E-mail: zdamico@yahoo.com.br.

⁹¹ Projeto Integrado – UFSM/ULBRA/UNISINOS.

momento, em “Espaços públicos para o lazer esportivo”, abordamos o modo como as políticas públicas historicamente não vêm priorizando a qualificação dos espaços formais de lazer e de lazer esportivo, chegando a aplicar políticas clientelistas, como nas modalidades de comodato, numa clara situação de privatização do espaço público.

1. Traços da segregação socioespacial

A representação muito comum de que a periferia das cidades, principalmente das regiões metropolitanas, corresponde a um misto de pobreza e violência tem oportunizado uma visão homogênea desses espaços urbanos, típica dos discursos racionalistas. Tal fato vem impedindo uma leitura mais complexa dos diferentes contextos de produção e de distribuição da população no território da cidade. Dividi-la de forma dual em zonas ricas e prósperas, de um lado, e zonas pobres e violentas, de outro, não possibilita compreender as zonas sociais intermediárias nem a diversidade de experiências na formação de cada uma delas (ZALUAR, 1997; PRÉTECEILLE, 2004). Mesmo a polarização social reivindicada pela tese da *global city*⁹² não pode ser assumida sem muitos cuidados, nem representa um consenso na literatura (BARCELLOS e MAMMARELLA 2001).

A escolha do bairro Mathias Velho, em Canoas (RS)⁹³, como lócus de análise do lazer juvenil está vinculada a sua importância para a história da cidade, passando por sua representatividade populacional, o que colabora para configurar uma grande riqueza analítica na interpretação da relação entre lazer, segregação socioespacial e juventude. Esses fatores, à primeira vista, justificavam tal empreendimento.

Como intencionávamos cruzar as informações colhidas por nossa investigação com outros bancos de dados, escolhemos, para tanto, reordenar o território a ser investigado. Para utilizar as informações censitárias, incorporamos ao estudo áreas adjacentes ao bairro Mathias Velho, numa extensão lateral não maior do que 500 metros. Essa operação justifica-se na medida em que a cidade, no momento do censo de 2000, ainda não dispunha de suas Regiões Político-Administrativas definidas e regulamentadas. Nesse caso, o setor censitário acabou incorporando áreas adjacentes ao bairro Mathias Velho: a Vila Cerne e a Vila Santo Operário. Essa nova configuração espacial não acarretou uma fragilização metodológica, pois essas áreas não representam uma descontinuidade no que diz respeito ao contexto social do bairro Mathias Velho.

⁹² Ver Sassen, 1991.

⁹³ Canoas é um município da região metropolitana de Porto Alegre. Tem o segundo PIB do Estado. A cidade possui uma renda per capita de R\$ 23.704,00 contra R\$ 10.437,00 de Porto Alegre, ano base 2003. Fonte FEE/RS.

A recomposição geográfica mantém o bairro Mathias Velho no centro de nossa atenção. Ele corresponde a 80% da população do novo cenário. Para garantirmos uma análise didática de fácil leitura, designamos essa nova área como sendo a Grande Mathias. Mantivemos o nome Mathias Velho quando a análise se restringe exclusivamente ao bairro. A Grande Mathias é responsável por 25,8% da população da cidade e possui 79.957 habitantes⁹⁴.

O bairro Mathias Velho está localizado a dois quilômetros do Centro da cidade, portanto, não pode ser enquadrado no paradigma Centro/periferia. Por outro lado, a dinâmica da segregação socioespacial permite-nos analisá-lo, pelo menos à primeira vista, como um bairro marcado pela precarização das condições de vida de sua população, algo típico das periferias urbanas, situação que é compartilhada também pelas áreas incorporadas à análise.

Seus moradores estão distribuídos numa faixa retangular de 6.000 metros de comprimento, com 1.200 metros de largura. Ao longo do tempo, diferentes cenários no processo de ocupação do bairro foram sendo constituídos. Sua configuração espacial é produto de um urbanismo racionalista. Cinco avenidas, posicionadas geometricamente, acompanham os seis quilômetros de extensão do bairro em direção ao fundo. Perpendicularmente a elas, existe uma seqüência de ruas construídas de forma a garantir quadras com largura e comprimento do mesmo tamanho. Do ponto de vista do traçado, o disciplinamento do espaço produz um cenário moderno típico do urbanismo do início do século XX.

Ao longo dos últimos 50 anos, várias mudanças foram realizadas no bairro. No início, as terras alagadiças onde se plantava arroz não eram apropriadas para a construção de um loteamento popular. Porém, a migração de uma população que vinha do interior do Estado na busca por melhores condições de emprego na cidade de Canoas⁹⁵ ou na região metropolitana de Porto Alegre oportunizou a utilização dessas terras para moradia (PENNA, 2000). O seu rápido povoamento está associado, principalmente, ao baixo custo das terras em decorrência das constantes enchentes que assolavam aquela área, facilitando a aquisição dos terrenos. Como bem retrata Torres (2004), a qualidade ambiental costuma cumprir um papel decisivo na dinâmica de ocupação do espaço urbano, reservando às camadas mais carentes os piores locais para moradia. É a partir desse contexto que irá surgir um dos maiores assentamentos urbanos da região metropolitana de Porto Alegre.

Essa trajetória ajudou a pavimentar um estigma de pobreza que,

⁹⁴ Censo IBGE de 2000.

⁹⁵ Canoas é o principal pólo industrial do Estado do Rio Grande do Sul, e 68% de seu PIB vêm da indústria.

junto com os efeitos produzidos (de maneira indutiva pelo Estado) pelo padrão periférico de crescimento, consolidou a segregação residencial como uma realidade a ser vivida pelos moradores da Grande Mathias. Apesar de esse processo não ter se iniciado com a globalização, ele se aprofundou de maneira trágica, principalmente para uma cidade que tem como base de sua economia o setor secundário (BARCELLOS, MAMMARELLA e KOCH, 2002; RODRIGUES, 2004; DAMIMERT, 2004; KOWARICK, 2002; PRETECEILLE, 1999; MARICATO, 2000).

Com o desenvolvimento da cidade, o bairro pouco a pouco acabou criando uma dinâmica própria que incorpora muito fortemente a noção de Centro/periferia. A região mais central (mais próxima ao Centro), por conta das melhorias da infra-estrutura da cidade e ampliação da base territorial do Centro, como a construção de um *shopping center* no limite mais meridiano do bairro, passou a obter um maior valor imobiliário ao longo do tempo. Com isso, as famílias mais pobres, que não tinham condições de ali permanecer, foram sendo pressionadas pelo mercado imobiliário a se deslocar para a região periférica do bairro (mais ao fundo e mais precária) ou para as vilas adjacentes, como aconteceu com a vila Santo Operário, ampliando a sua vulnerabilidade social. Assim, seus moradores passaram a sofrer um duplo processo de estigmatização: ser morador de um bairro pobre, estigmatização de primeira ordem, e habitar as regiões mais vulneráveis do bairro, estigmatização de segunda ordem. Conforme Cunha (2004), já não bastasse a dificuldade que esses grupos enfrentam, o processo de estigmatização acaba acarretando um ônus ainda maior a essas populações, corroendo a sua auto-estima.

A defesa utilizada por alguns moradores do bairro contra o estigma de primeira ordem é dizer que não são moradores da região mais vulnerável. Para aqueles que estão pouco interessados nessa distinção, tal argumento só reforça aquilo que eles estão tentando apagar: são moradores do bairro Mathias Velho. Ser morador do bairro já predica uma identidade totalizadora e unificada, construída pelas relações de poder estabelecidas no processo de formação da cidade, que vêem na violência seu principal ponto de apoio. Nesse caso, como afirma Rodrigues (2004), há motivações ideológicas que ajudam a compreender a produção do bairro segregado.

Os problemas metodológicos, já apontados por Zaluar (2000) no debate sobre a caracterização da população pobre, obrigaram-nos a designá-lo simplesmente de moradores da comunidade do bairro Mathias Velho ou da Grande Mathias. A imprecisão na utilização dos termos classe popular, pobre ou trabalhadora poderia obrigar-nos a assumir um discurso descritivo que abandonaria o outro (a negação dessas categorias), abrindo espaço para um contexto pretensamente homogêneo, incompatível com a realidade investigada. Há uma

identidade de bairro que está sedimentada nos limites político-administrativos estabelecidos pela Prefeitura Municipal e ancorados no estigma. Ser morador do bairro Mathias Velho significa residir entre as ruas Florianópolis e Curitiba, e a Avenida Guilherme Schell e o Rio dos Sinos.

O processo desordenado de expansão dessa região acabou por criar assentamentos ilegais que foram sendo formados sem acesso às condições mínimas de subsistência. Apesar do traçado das quadras, encontramos construções irregulares, pavimentação incompleta, escoamento de esgoto a céu aberto, habitações úmidas e sombrias. Em outras regiões, aparecem casas em melhores condições, ruas pavimentadas, esgoto canalizado e maior opção de acesso à rede de serviços públicos ou privados. Identificamos, dentro do próprio bairro, um exemplo de segregação socioespacial. Nesse caso, mantém-se uma das principais características do processo de urbanização, que é, conforme Hughes (2004, 94): “[...] a assimetria entre a localização e as condições sociais, fazendo do ambiente construído espaço privilegiado de expressão das desigualdades sociais, com a permanente pressão dos mais pobres em direção às piores localizações”.

Na região mais central do bairro, através da mobilização popular, os moradores foram, ao longo do tempo, conquistando melhorias importantes à comunidade. Mesmo assim, ainda encontramos hoje pessoas vivendo sem nenhuma condição de higiene, principalmente na região localizada ao fundo e nas vilas irregulares.

O nível de bem-estar de uma população pode ser determinado pela distribuição dos recursos disponíveis (BARROS, MENDONÇA e DUARTE, 1997; BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2000). Nas regiões onde habita o contingente da população brasileira que está próximo ou abaixo da linha da pobreza, como é o caso de uma parcela importante das famílias da Grande Mathias, o quadro de vulnerabilidade social cria um cenário de grandes dificuldades. Isso ocorre principalmente por meio da precarização dos serviços públicos, impedindo a ampliação da melhoria das condições de vida, o que, por consequência, compromete a superação desse quadro.

Como já foi apresentado anteriormente, ser do bairro Mathias Velho significa carregar um estigma que associa pobreza com violência, detonando mecanismos de “evitação” (CALDEIRAS, 1997). Em resposta a isso, a sociedade construiu uma cultura do medo. Para Ribeiro e Santos Jr. (2003), tal cultura explicita-se no modo como é dada nitidez aos espaços não-confiáveis da cidade. Nessa perspectiva, não só o bairro Mathias Velho como também a região da Grande Mathias são interpretados pelo senso comum como um todo homogêneo, onde os sinais de violência e pobreza se sobressaem.

A segregação socioespacial produz uma representação negativa que direciona o olhar do observador em função do local de moradia e do potencial destrutivo endereçado aos seus moradores.

Apesar de existirem algumas análises que associam segregação socioespacial com homogeneidade social, encontramos na literatura pensamentos dissonantes. Duas formas de garantir base empírica para esse tipo de avaliação, que serão utilizadas por nós, têm sido buscadas na identificação da População Economicamente Ativa (PEA) e nos anos de permanência na escola.

Utilizando como marcador social os indivíduos da PEA que recebem até dois salários mínimos, iremos perceber certa preponderância, como referem Barcellos, Mammarella e Koch (2002), e não um quadro homogêneo (conforme Tabela 1). Há regiões onde os indivíduos que ganham mais de 10 salários mínimos representam mais de 5% da PEA do setor censitário, como aqueles verificados nos setores censitários 7 e 13. Isso não nos autoriza a reivindicar equilíbrio socioeconômico na formação do bairro.

Tabela 1 - Rendimento nominal mensal das quatro regiões censitárias que compõem a região da Grande Mathias – Canoas - 2000.

Rendimentos	SC* 6		SC 7		SC 8		SC 13		Total	
	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%
Até 1 salário	1.320	10,79	938	7,72	2.435	11,92	1.809	9,57	6.502	10,21
1 a 2	2.227	18,21	1.601	13,17	3.781	18,5	3.027	16,02	10.636	16,69
2 a 3	1.369	11,21	1.427	11,74	2.142	10,48	2.098	11,10	7.036	11,04
3 a 5	1.096	8,96	1.304	10,73	2.239	10,96	2.181	11,54	6.820	10,70
5 a 10	643	5,26	1.200	9,87	1.081	5,29	2.123	11,23	5.047	7,92
10 a 20	72	0,59	563	4,63	203	0,99	671	3,55	1.509	2,37
Mais de 20	31	0,25	136	1,12	45	0,22	221	1,17	433	0,68
Sem rend.	5470	44,73	4.986	41,02	8.509	41,64	6.770	35,82	25.735	40,39
Total	12228		12.155		20.435		18.900		63.718	

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Nota: SC - Setor Censitário

No que diz respeito ao marcador educacional, duas observações fazem-se importantes. A região da Grande Mathias possui uma rede significativa de escolas públicas que garante a universalização do acesso ao ensino fundamental. No entanto, no que se refere à progressão escolar, há um funil entre a saída do ensino fundamental e a entrada ao ensino médio.

Como podemos observar na Tabela 2, as diferenças entre os setores censitários são bastante nítidas. Condições educacionais desiguais significam condições diferenciadas de acesso e permanência no mercado de trabalho e de experimentação de atividades no campo do lazer (trataremos desse tema mais adiante). Apenas 1.129 pessoas⁹⁶ possuem formação superior, o que corresponde a 1,43% dos moradores do bairro. Em torno de 50% estão localizados na região mais próxima ao Centro da cidade (setor censitário 13). Portanto, apenas um pequeno número de indivíduos possui melhores condições de reagir à vulnerabilidade a que estão expostos no mercado de trabalho.

Tabela 2: Anos de estudo por setor censitário de pessoas residentes com mais de 10 anos de idade da região da Grande Mathias – Canoas – 2000.

Instrução	SC 6		SC 7		SC 8		SC 13		Total	
	f	%	f	%	f	%	F	%	f	%
Até 1 ano	894	7,31	600	4,95	1.167	5,71	719	3,80	3.380	5,31
1 a 3	2.161	17,67	1.336	11,03	3.521	17,23	2.399	12,69	9.417	14,49
4 a 7	5.537	45,28	4.643	38,32	9.947	48,68	7.111	37,62	27.238	42,77
8 a 10	2.481	20,29	2.785	22,99	3.744	18,32	4.073	21,55	13.083	20,55
11 a 14	1.064	8,70	2.341	19,32	1.841	9,00	3.912	20,70	9.158	14,38
Mais de 15	39	0,32	435	3,59	46	0,23	543	2,87	1.063	1,67
Não determ.	53	0,43	16	0,13	170	0,83	143	0,76	382	0,60
Total	12.228		12.115		20.435		18.900		63.678	

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Nota: SC - Setor Censitário

Apesar de não ser foco deste estudo a realização de uma análise detalhada da segregação socioespacial do bairro, utilizamos esses indicadores para ilustrar, com maior propriedade, o cenário de dificuldades em que vivem os moradores da região da Grande Mathias. Daí também a dificuldade de transformar esse contexto em um amálgama que dê conta do que é a região – uma comunidade repleta de complexidade.

Diferentes trabalhos apontam a segregação socioespacial como um dos principais motivos para o acesso a serviços públicos de baixa qualidade. Para Barcelos e Mammarella (2001), a desigualdade social entre os diferentes entes da sociedade produz uma distribuição de bens sociais, alguns raros e cobiçados, de forma assimétrica. Torres, Marques, Ferreira e Bitar (2003) identificam que uma das consequên-

⁹⁶ Dados do censo de 2000 do IBGE.

cias da segregação é a produção de um cenário, cujos elementos negativos da urbanização acabam sendo concentrados em determinados espaços da cidade. Para Rodríguez e Arriagada (2004), a baixa qualidade de serviços oferecidos às populações segregadas amplifica as suas vulnerabilidades e as expõem a situações de violência.

Características como disponibilidade de tempo e falta de alternativas de lazer, principalmente aquelas que podem ser desenvolvidas nos espaços públicos, como as esportivas (tanto em espaço quanto em serviço), auxiliam a sedimentar o universo da vulnerabilidade social ligada ao tráfico, à violência e às altas taxas de homicídios (ZALUAR, 1997).

Para focarmos um pouco mais no objeto de investigação deste trabalho, faz-se necessário o detalhamento da configuração dos espaços públicos destinados ao lazer esportivo da região da Grande Mathias. Esse dado permitirá avaliar com maior precisão a produção social dos seus espaços de lazer público.

2. Espaços públicos para o lazer esportivo

Quando pensamos nos equipamentos coletivos destinados ao lazer, há um recrudescimento ainda maior das condições objetivas para o desenvolvimento do cidadão. Primeiro porque o lazer não repousa como um daqueles temas fundamentais em que os gestores públicos se sentem compelidos a prestar uma melhor resposta à comunidade, principalmente em regiões muito carentes. Segundo, quando a população é chamada para estabelecer prioridades de investimento do poder público, como nos processos participativos⁹⁷ que também ocorrem na cidade, o esgoto, a saúde, a educação, o asfalto e a regularização fundiária acabam obtendo as maiores votações. Quando o problema da urbanização de grandes assentamentos urbanos é equacionado pelos tecnocratas do urbanismo, é muito provável que o lazer ocupe uma posição ainda mais periférica.

Por outro lado, há uma dificuldade da própria literatura em estabelecer com maior nitidez os espaços públicos destinados ao lazer na cidade. Há três possibilidades nesse cenário: identificar os parques e praças, os centros comunitários e as escolas públicas. Todos podem ser considerados espaços públicos para o lazer esportivo. Dessas possibilidades, apenas a última tem sido utilizada mais recentemente na realidade brasileira para a finalidade de lazer. Na Alemanha, essa alternativa já havia sido construída nos anos de 1970 por meio de

⁹⁷A experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre (RS), apontada como um importante instrumento de gestão pública, também nunca conseguiu colocar entre as principais prioridades a qualificação dos equipamentos e serviços de lazer.

uma série de estudos de mapeamento (DIECKERT, 1984).

Tendo em vista a atenção dispensada pelos jovens à prática do esporte como uma das principais atividades de lazer, estaremos analisando os espaços públicos a partir de seu potencial esportivo. Na região da Grande Mathias, existem 23 espaços públicos para o lazer esportivo: 16 no bairro Mathias Velho e 7 nas vilas adjacentes.

No bairro Mathias Velho, o moderno urbanismo racionalista fez com que as praças fossem distribuídas ao longo da avenida principal (Avenida Rio Grande do Sul), que dá acesso ao bairro e absorve a maior parte do transporte coletivo e individual da comunidade. O que podemos observar é que a principal preocupação dos urbanistas com a construção dos espaços públicos para o lazer ficou restrita ao paisagismo. As praças localizadas no canteiro central da Avenida Rio Grande do Sul, nesse sentido, cumprem um importante papel na medida em que quebram a continuidade do olhar em direção ao fundo (a periferia), tornando sua imagem menos inóspita.

O urbanismo racionalista tem como pressuposto a construção de uma cidade baseada num modelo funcionalista. Conforme prescrito no documento base desse movimento – o 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, ocorrido em Atenas, em 1933 –, a cidade deve oportunizar espaços para habitar, trabalhar, recrear e circular. A Carta de Atenas, como ficou conhecido o documento base do movimento, diz que os espaços para o lazer ativo (leia-se esportivo) são interpretados como sendo de fundamental importância para os jovens, devendo ser construídos perto dos locais de moradia, desde que seu acesso não seja proibitivo.

Infelizmente, os administradores foram negligentes na operacionalização desse modelo. No bairro Mathias Velho, os espaços públicos para o lazer esportivo estão concentrados (81,25%) ao longo da principal avenida. A carência de espaços fez com que o poder público utilizasse parte desses canteiros centrais para a construção de escolas públicas. Com isso, houve uma diminuição da área de lazer esportivo de livre acesso para a comunidade. Numa dessas áreas, a mais ao fundo, não existe nenhum espaço destinado para o lazer ativo.

Para agravar ainda mais esse quadro, há uma cultura que busca, em nome do esporte nacional, priorizar o acesso às áreas públicas privilegiadas, que passam a ser administradas por associações esportivas através da figura jurídica do comodato. Na prática, isso significa que aqueles que desejam ali jogar, inclusive as escolas, devem pedir autorização ou alugar a área de seu administrador mediante pagamento.

Numa das passagens pelo interior do bairro em busca de in-

formações para construção do banco de dados sobre os espaços de lazer esportivo, conhecemos um morador que, diante da dificuldade de nos prestar esclarecimentos sobre o acesso ao campo de várzea, nos indicou o zelador do espaço. Dirigimo-nos a um pequeno barraco construído com uma variedade de materiais e cores, desnudando a precariedade das condições de vida daqueles que ali habitam, em busca da seguinte informação: como fazer para jogar naquele campo. O senhor que nos atendeu disse que deveríamos falar com a diretoria da equipe de futebol responsável pelo espaço. Diferentemente dos outros campos, o informante apontou que havia uma dificuldade na administração desse espaço, tendo em vista um problema em sua grade de proteção. A falta de manutenção permitia o acesso facilitado a qualquer integrante da comunidade que desejasse jogar naquele espaço público. Estava clara, para ele, a fronteira entre o público e o privado. Todos os outros campos são cercados por tela, e o acesso só pode ser realizado mediante a abertura de um portão fechado a cadeado.

A privatização desses espaços através de concessão pública demonstra a relação que as forças políticas estabelecem com as lideranças locais. O clientelismo sedimenta essas relações e, em busca do fortalecimento do esporte popular, impede o acesso dos moradores a áreas raras para o cultivo do lazer. A democratização desses espaços permitiria uma ampliação de 1.017% nas áreas esportivas construídas numa região marcada pela precariedade de espaços⁹⁸.

O que acontece com os campos de várzea transforma a consciência cívica republicana (a separação nítida entre o público e o privado) em um terreno arenoso que estimula a cultura do patrimonialismo (O'DONNELL, 1998), promovendo a carnavalização do colonialismo expressa nas mais variadas formas de clientelismo (ZALUAR, 2000). O percentual de estudantes que identifica no espaço da rua uma possibilidade de satisfazer sua necessidade emocional (DUNNING e ELIAS, 1992) é o resultado de um quadro de exclusão, de apartação das atividades esportivas de lazer realizadas em praças públicas produzida pelo Estado.

O bairro também possui um Centro Social Urbano (CSU). A construção desse espaço fez parte de um programa federal dos anos 80 que tinha como objetivo promover a integração social nas periferias urbanas através de atividades esportivas, culturais, educacionais e de saúde. No Centro, está assentada a única cancha esportiva pública coberta do bairro, de acesso livre durante todo o dia. Santos (2003) identificou, através do estudo da normal climatológica, que

⁹⁸ Para efeito deste trabalho, estamos considerando apenas as áreas esportivas construídas que possuem o mobiliário para a prática do esporte, e sua área é aferida pelos limites assinalados pelas linhas demarcatórias.

o clima atua restritivamente no acesso e permanência da população nos espaços públicos para o lazer esportivo durante cinco meses do ano na região da Grande Porto Alegre.

Na região da Grande Mathias encontramos uma baixa diversificação dos espaços esportivos existentes. A população está excluída de piscinas, ciclovias, pistas de corrida, quadras de futebol e vôlei de areia e pistas de patinação, por exemplo. As escolas públicas possuem mais que o dobro do número de áreas esportivas construídas⁹⁹. Há oito quadras de futebol de salão em praças e 18 nas escolas; quatro quadras de voleibol nas praças e 21 nas escolas; uma quadra de basquetebol nas praças e oito nas escolas; um ginásio no Centro Social Urbano e duas nas escolas. As praças e o CSU garantem **0,02** m² de área esportiva construída por habitante; as escolas, **0,07** m² por habitante. Essas áreas juntas garantiriam **0,09** m² por habitante. Caso resolvêssemos incorporar nessa operação as áreas que estão em regime de comodato, a área esportiva construída por habitante seria de **0,35** m². Há apenas um campo de futebol sete, uma cancha de bocha, uma pista de *skate* (vertical) e uma área com aparelhos de ginástica em praças. Há apenas uma quadra de futebol de areia, localizada numa escola.

Como pudemos perceber no cenário acima, são os jovens que acabam sofrendo ainda mais pela precarização das condições objetivas de desenvolvimento do lazer esportivo, pois têm disponível parcela importante do seu dia para essa atividade. Na região do Mathias Velho, os espaços de lazer esportivos são reduzidos, mal distribuídos, pouco diversificados e sem qualidade, sem possibilidade de ocupação à noite (apenas quatro dos 31 espaços esportivos construídos possuem luz artificial focada). Diante de eventos climáticos que comprometem seu uso mais efetivo, como a chuva, constata-se a existência de apenas três ginásios (um no CSU e dois em escolas). A resolução de Oslo da União Internacional dos Arquitetos propõe que os conjuntos habitacionais oportunizem acesso a equipamentos esportivos independentemente do clima e com garantia de iluminação (ALMEIDA, 1987). O cenário da região do Mathias Velho aponta para a ampliação da vulnerabilidade na medida em que mitiga as possibilidades de acesso ao lazer por parte de crianças e jovens. Restrições são colocadas aos jovens que impedem o pleno direito de acesso à prática esportiva em espaços qualificados.

A pesquisa "Mapa do Lazer Juvenil da Grande Mathias" foi elaborada pelo **Núcleo de Pesquisa de Esporte e Lazer na Cidade** e buscou conhecer as atividades de lazer realizadas por estudantes da

⁹⁹ Consideramos área esportiva construída aquelas áreas em que há um espaço demarcado com os acessórios necessários para a prática das modalidades esportivas.

quinta série do ensino fundamental até o terceiro ano do ensino médio de escolas públicas da região. Participaram do *survey* 2.622 estudantes. Uma das questões procurou conhecer a atividade de lazer mais importante realizada em cinco turnos do final de semana. No sábado à tarde, 28,4% (n = 2.425) realizaram atividades esportivas de lazer; no domingo à tarde, 24,8% (n = 2.389). Essa realidade demonstra, mesmo diante de tantas dificuldades para o engajamento esportivo, a força dessa modalidade de lazer no cotidiano dos estudantes.

Diante da falta de espaços qualificados para o lazer esportivo, a participação da rua como palco para o desenvolvimento do esporte é de 77,17% no sábado à tarde e de 89,7% no domingo à tarde. A praça alcançou, respectivamente, 11,83% e 0,3%. Esses números revelam a natureza da fabricação de um contexto inibidor à prática esportiva em áreas públicas construídas para essa finalidade. Quando perguntados sobre a oportunidade de fazer alguma coisa pelo seu bairro, 14,1 % dos estudantes responderam que gostariam de ter mais praças e quadras esportivas. Esse item só perdeu para a melhoria na infra-estrutura: esgoto, asfalto, regularização fundiária e iluminação (22,1%) e segurança (27,3%) (n = 1.969).

Se dividirmos o bairro em três espaços mais ou menos simétricos, obedecendo à lógica da segregação socioespacial, poderemos identificar a região mais periférica como a que carece de espaços públicos para o lazer esportivo. Nessa porção do bairro, esses espaços não existem. Mesmo sabendo dessas dificuldades, 86,4% (n = 2.550) dos estudantes responderam "sim" quando perguntados se gostavam de residir no bairro. Um terço apontou como principal motivação para isso os amigos. Porém, não podemos deixar de destacar que a segregação, principalmente quando realizada com esse grau de privação, empurra os jovens para formas criminosas e perversas de solidariedade. Apesar da atuação do Estado na fragilização dos laços comunitários, os jovens são capazes de reinventar espaços de sociabilização como uma de suas estratégias de empoderamento, na tentativa de diminuir seu isolamento e vulnerabilidade social. Diante desta realidade, o gosto simbólico pelo coletivo (ZALUAR, 1991) acabou por impingir uma nova configuração ao espaço da rua.

A falta de equidade na distribuição dos benefícios da urbanização, como a percebida na região da Grande Mathias Velho, desnuda um traço da desigualdade apontada por Torres, Marques, Ferreira e Bitar (2003) e Estanque (1995). O que torna mais complexa a análise é que essa desigualdade não é algo conjuntural, resultado de um dado estágio de desenvolvimento econômico. Para Dubet (2001), este cenário é produto da modernidade na medida em que promove a concorrência entre os indivíduos como forma de estabelecer a distinção, a diferença, e de apontar o desigual. Os que não tiveram a

capacidade de ascender devem ocupar as regiões mais vulneráveis. Para essas regiões, o espaço público foi uma promessa não cumprida da modernidade, que esboça nos enclaves fortificados a crueldade desse processo.

Caberia ao Estado garantir as condições mínimas para que houvesse o espaço público e para que este fosse um local de encontro, principalmente entre os diferentes. A análise dos espaços públicos para o lazer esportivo demonstra que, muitas vezes, o Estado pode atuar até mesmo na direção contrária, promovendo e amplificando as diferenças sociais e culturais, impedindo ou dificultando a função de encontro e sociabilização.

O baixo volume de área esportiva e sua escassa diversidade apontam para a exclusão da comunidade em relação a esse bem social e cultural. Portanto, como sugere Hughes (2004), não podemos endereçar apenas à perspectiva econômica os motivos para a vulnerabilidade social das periferias. A segregação também cumpre uma agenda política e ideológica. Há uma unanimidade na literatura acadêmica de que o aprofundamento das desigualdades, como o acesso aos espaços públicos de lazer, principalmente em comunidades segregadas, desencadeia situações de vulnerabilidade que promovem a violência. O Estado tem exercido um papel estratégico na montagem dessa arquitetura:

Concentração territorial homogeneamente pobre, ociosidade e ausência de atividades culturais e esportivas, falta de regulação social e ambiental, precariedade urbanística, mobilidade restrita ao bairro e, além dessas características todas, o desemprego crescente que, entre outras conseqüências, tende a desorganizar núcleos familiares e enfraquecer a autoridade dos pais: essa é a fórmula das bombas socioespaciais. É impossível dissociar o território das condições socioeconômicas e da violência (MARICATO, 2000, p. 30).

Estudos apontam que os jovens são as principais vítimas da violência urbana (CARRANO, 2000). Os mais prejudicados são aqueles que se encontram em situação de pobreza, pois, além de outras carências, onde residem há falta de equipamentos esportivos de lazer, como apontam Abramovay e Castro (2002). Segregação socioespacial, tempo livre, juventude e falta de opções de lazer, esportivas e não-esportivas, acabam produzindo um cenário explosivo.

Considerações finais

A realidade socioespacial da Grande Mathias reafirma a tese de

que não é possível caracterizar realidades tão complexas do ponto de vista social em narrativas totalizantes. Não obstante, essa constatação prepondera num contexto social de baixa renda que ajuda a sedimentar um estigma que alinha pobreza e violência num contínuo. A segregação socioespacial, longe de ser um produto apenas do contexto social, também possui uma função ideológica de apartação desses moradores do conjunto da cidade.

A política de produção de espaços segregados possui um impacto na distribuição e na diversificação das áreas destinadas ao lazer esportivo. Neste sentido, a segregação espacial é produtora de uma outra modalidade de segregação, a segregação que se dá no âmbito do acesso a áreas para o lazer esportivo. Como pudemos perceber, o Estado pode atuar, através de suas políticas, ampliando as desvantagens dos grupos segregados. As escolas, que poderiam diminuir o peso da segregação, não são alvos de uma política pública de Estado estruturada para diminuir o impacto da vulnerabilidade desta comunidade. São os jovens os mais fragilizados nesta complexa arquitetura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. *Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violência*. Cadernos de Pesquisa, n. 16, p.143-176, julho, 2002.
- ALMEIDA, P. *Aspectos sociológicos em urbanística desportiva*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura, 1987.
- BARCELLOS, T. M.; MAMMARELLA, R. *Questões teóricas e metodológicas na pesquisa recente sobre grandes cidades: notas para reflexão*. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 248-269, 2001.
- _____; MAMMARELLA, R.; KOCH, M. R. *Tipologia socioespacial de Porto Alegre – 1980-90: diferenciações socioocupacionais e desigualdades sociais entre os espaços da cidade*. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 29, n. 4, p. 307-341, fevereiro, 2002
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. S. P. *Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 42, fevereiro, p. 123-142, 2000.
- _____; MENDONÇA, R. S. P.; DUARTE, R. P. N. *Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais*. Rio de Janeiro, IPEA, janeiro, 1997 (texto para discussão 454).

- CALDEIRA, T. P. R. *Enclaves fortificados: a nova segregação urbana*. Novos Estudos CEBRAP, n. 4, março, p. 155-176, 1997.
- CARRANO, P. C. R. *Juventudes: as identidades são múltiplas*. Revista Movimento, Faculdade de Educação da UFF, Rio de Janeiro, v. n. 1, 2000, p. 11-27.
- CUNHA, J. M. P. *Um sentido para a vulnerabilidade sociodemográfica na metrópole paulista*. Revista Brasileira Estudos de População, Campinas, v. 21, n. 2, julho/dezembro, p. 343-347, 2004.
- DAMIMERT, L. ? *Ciudad sin ciudadanos? Fragmentación, segregación y terror en Santiago*. Revista EURE, Santiago de Chile, v. XXX, n. 9, diciembre, p. 87-96, 2004.
- DIECKERT, J. (Org.) *Esporte de lazer: tarefas e chances para todos*. Tradução Maria Lenk. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984. p. 13-25.
- DUBET, F. *As desigualdades multiplicadas*. Revista Brasileira de Educação, n. 17, março/junho/julho, p. 5-19, 2001.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.
- ESTANQUE, E. *O lazer e a cultura popular, entre a regulação e a transgressão: um estudo de caso*. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 43, 1995, p. 123-145.
- HUGHES, P. J. A. *Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo: referência para a formação de políticas públicas*. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 4, p. 93-102, 2004.
- KOWARICK, L. *Viver em risco: sobre vulnerabilidade no Brasil urbano*. Novos Estudos CEBRAP, n. 63, julho, p. 9-30, 2002.
- MARICATO, E. *Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras*. São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.
- O'DONNELL, G. *Situações: microcenários da privatização do público em São Paulo*. Novos Estudos CEBRAP, n. 22, outubro, p. 45-52, 1998.
- PENNA, R. (Coord.) *Canoas: para lembrar quem somos, Mathias Velho*. Canoas: Gráfica Editora La Salle, 2000.
- PRETECEILL, E. *A construção social da segregação urbana: convergência e divergências*. Espaço & Debate, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 11-23, janeiro/junho, 2004.
- _____; RIBEIRO, L. C. Q. *Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 14, n. 40, junho, p. 143-

162, 1999.

- RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS Jr, O. A. *Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira*. Revista EURE, v 29, n. 88, Santiago de Chile, diciembre, 2003, p. 79-95.
- RODRIGUES, A. L. *A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá*. PUC, São Paulo, Doutorado em Ciências Sociais, 2004, p. 258.
- RODRÍGEZ, J.; ARRIAGADA, C. *Segregación residencial en la ciudad latinoamericana*. Revista EURE, v. XIX, n. 89, Santiado de Chile, mayo, p. 5-24, 2004.
- SANSSSEN, S. *The Global Cities: New York, London, Tokio*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- SANTOS, E. S. *Conforto ambiental e lazer na cidade*. Corpo em Movimento, Editora da Ulbra, v1, n. 1, p. 155-169, 2003.
- TORRES, H. G. *Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na década de 1990*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 54, fevereiro, p. 41-56, 2004.
- _____; MARQUES, E.; FERREIRA, M. P.; BITAR, S. *Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo*. Estudos Avançados, v. 17, n. 47, São Paulo, janeiro/abril, p. 97-128, 2003.
- ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.
- _____. *Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 12, n. 35, São Paulo, fevereiro, 1997 p.29-47.
- _____. *O esporte na educação e na política pública*. Educação & Realidade, n. 38, 1991, p.19-44.

Envelhecendo sem Tropeços

Edmundo de Drummond Alves Junior¹⁰⁰

Resumo

Consideramos a universidade como local privilegiado para a discussão da transmissão cultural, e nada melhor do que fazer através do lazer. Alertamos para que ele não seja confundido como mero entretenimento, com fim em si mesmo, pois sendo assim, nada justificará sua presença numa universidade. Aceitamos que seja uma alternativa educar pelo lazer e para o lazer, temos sobre nossa responsabilidade um projeto de intervenção e pesquisa que objetivamente se interessa: a) pela diminuição da incidência de quedas em idosos; b) pelos fatores extrínsecos e intrínsecos que podem ser trabalhados para evitar as quedas; c) pela utilização de elementos da cultura corporal; d) pela promoção da saúde através de atividades físicas que proporcionem prazer. Procuramos encontrar apoio na montagem do método que aplicamos no Projeto Envelhecimento sem Tropeços, não só nos principais comprometedores das qualidades físicas que estão envolvidas na deambulação, mas principalmente na forma lúdica como eles podem ser trabalhados. Neste artigo, estaremos descrevendo a fundamentação teórica que dá suporte a proposta e focaremos em especial o pólo que está se desenvolvendo no Campus da Praia Vermelha da UFRJ, que atualmente faz parte da Rede CEDES através da parceria estabelecida entre o Ministério do Esporte, o grupo de pesquisa ANIMA, o Instituto Virtual do Esporte e o Laboratório do Tempo Presente. A metodologia, que está em construção, privilegia encontros práticos e teóricos e procura também sensibilizar a família de idosos e aposentados que freqüentam regularmente o Projeto. Atualmente, temos nos preocupado com a difusão da proposta multiplicando nos mais diversos espaços o que vem sendo feito. Procuramos sair dos muros da universidade, indo às comunidades que ainda não se sentem à vontade para ir a um local de certa forma bastante elitizado, diferente daqueles em que a maioria da população brasileira está acostumada a freqüentar.

Palavras-chave: lazer, animação cultural e promoção da saúde.

Introdução

O século XX ficará marcado como o primeiro a apresentar preocupações com o envelhecimento da sociedade, indo além das questões biológicas e da debilidade do indivíduo. Foi nele que o ci-

¹⁰⁰ Doutor em Educação Física, Universidade Federal Fluminense.

dadão considerado velho passou a ter direitos, como o de continuar inserido na vida em sociedade. Este fenômeno de grande escala, que é o envelhecimento social, resulta, entre outras coisas, da transição demográfica que afetou diversos países, dos quais o Brasil se inclui de forma surpreendente. Neste século XXI, assistiremos ao envelhecimento de nossa população com números que, se não chegam a ser alarmantes, ao menos são preocupantes. Afinal, quem poderia imaginar que daqui a quatro décadas teremos proporcionalmente mais pessoas acima de 60 anos do que jovens com menos de 20 anos.

A diminuição da taxa de fertilidade e o aumento da expectativa de vida transformaram o envelhecimento e a velhice em categorias boas de se investir. Não por acaso temos um excelente campo de negócios, de estudos acadêmicos, que certamente não pode passar despercebido dos responsáveis pela elaboração das políticas públicas. Não podemos dizer que envelhecemos como era há cem anos, mas também temos de considerar as desigualdades que ainda ocorrem quando observamos o conjunto daqueles que envelhecem. Mesmo que não seja possível fazer uma generalização dos benefícios, é inegável que temos atualmente uma maior preocupação com o modo de vida que será assumido neste período da vida, que cada vez mais tende a aumentar. Entretanto, nos questionamos, o que adianta aumentar a quantidade de anos de vida, se não for acompanhada com qualidade nestes anos que estão sendo conquistados.

Pensando numa nova maneira de envelhecer, vemos a importância que tem sido dada ao lazer, à prática de atividades em geral e, em especial, às atividades físicas e aos esportes, como também aos encontros intergeracionais¹⁰¹. Todos fazendo parte das possibilidades de se alcançar os limites humanos de vida, com autonomia, transformando estes novos velhos em cidadãos de direitos e deveres, respeitados por todas as outras gerações.

Muito se tem falado sobre as novas possibilidades de envelhecer ativamente, entretanto não vemos crescer com a mesma intensidade propostas de intervenção que se destinem a idosos e aposentados com uma preocupação de mantê-los interagindo com outras gerações e participando de atividades comuns. Na verdade, podemos falar de uma fase de euforia generalizada, que em certos aspectos ainda perdura, sendo comum encontrarmos projetos sobre as mais diversas denominações destinados aos que vêm sendo inge-

¹⁰¹ A nossa preocupação com estudo do processo do envelhecimento se inicia no final dos anos 80, quando procuramos investigar as relações entre atividade física e lazer, promoção da saúde e um modelo de envelhecer ativamente (ALVES JUNIOR, 1992). De lá para cá, diversos trabalhos foram apresentados tanto em congressos como em universidades brasileiras (ALVES JUNIOR, 2004) e estrangeiras (ALVES JUNIOR, 1994), que tiveram como características abordar o modo de atuar dos profissionais envolvidos em projetos em grupos de convivência, como também propor estratégias pedagógicas que superassem os modelos segregacionistas e os que infantilizavam e exacerbavam na escolarização dos conteúdos propostos.

nuamente denominados como “terceira idade”, onde a preocupação maior parece ser o simples entreter a cada momento. Em outras ocasiões, criticamos uma “educação física adaptada” voltada para idosos e aposentados e sugerimos uma educação física apropriada, com objetivos claros e com acompanhamento do impacto do que é proposto (ALVES JUNIOR, 2000). Tendo em vista a importância das consequências das quedas dos que envelhecem, compreendendo sua relevância como problema que vai além das preocupações da saúde pública, repercutindo no aspecto econômico e social (ALVES JUNIOR, 2006), procuramos elaborar uma metodologia que viesse a contribuir no melhor enfrentamento das causas das quedas que são tão comuns nos idosos.

No ano de 2001, foi aprovado no Departamento de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) um projeto de extensão voltado a atender a população idosa e aposentada do município de Niterói (ALVES JUNIOR, 2001), visando atuar diretamente com a problemática das quedas. O projeto “Prev-Quedas: Prevenindo as quedas hoje evitará que o próximo a cair seja você” ousou notadamente pelo fato de procurar apoio nos três pilares de uma universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Inicialmente, procuramos suporte em investigações mais sistemáticas no campo do envelhecimento e naquelas que tinham uma proposta de prevenção de quedas, como as que foram desenvolvidas na França. Considerando a importância do conceito ampliado de promoção da saúde que inclui, entre outras, a prevenção como princípio e o uso qualitativo do tempo disponível com atividades que proporcionem prazer. Fazemos parte do grupo de pesquisa ANIMA, sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), através da parceria estabelecida entre a UFF e a UFRJ, nele é focado, entre outros objetos de estudo, os estudos do lazer, a animação cultural, as políticas públicas voltadas para estas problemáticas e, com a nossa inserção, suas relações com o envelhecimento. Dois anos mais tarde, novas parcerias foram agregadas, primeiro com o Grupo de Pesquisa Envelhecimento e Atividade Física (GPEAF) e depois com a Associação Nacional de Gerontologia (ANG-Rio de Janeiro).

Inicialmente, na implantação da proposta, tivemos atendimento de 30 pessoas que seguiram durante um semestre letivo a metodologia proposta que visava sensibilizar os participantes ao problema das quedas. Visamos, além das causas intrínsecas que contribuem as quedas, as diversas causas extrínsecas, sendo que muitas delas podem ser evitadas a partir de medidas simples. A cada semestre que passava, ampliou-se o atendimento e já ultrapassamos os 100 atendimentos regulares em nossas atividades práticas que, além de incluir exercícios de fortalecimento dos principais músculos en-

volvidos na deambulação, no sistema proprioceptivo, na mobilidade articular, temos preocupação com o saber sair do solo após uma queda e como proteger determinadas partes do corpo diante de uma inevitável queda.

Vimos consolidar a proposta do projeto inicial no momento em que abrimos um novo pólo, sendo este no espaço de outra importante universidade pública, a UFRJ, no campus da Praia Vermelha. Mais uma vez, teve o suporte do grupo ANIMA e, agora, com a parceria da Rede CEDES do Ministério do Esporte, que vem apoiando as iniciativas do grupo de pesquisa ANIMA, que entre outras procurará estabelecer novos pólos fora dos muros da universidade, indo onde os idosos estão. Entendemos que o sucesso de projetos voltados para este tipo de população, passe pelo entendimento da questão geracional, e na nossa proposta ela se torna fundamental para a organização de intervenções práticas voltadas para um grupo, que tem como característica principal uma grande heterogeneidade.

O estudo do envelhecimento e da velhice deve ser acompanhado por uma reflexão do significado dos fenômenos geracionais. Afinal, quem poderia imaginar que, algum tempo atrás, as novas gerações estariam sendo induzidas a praticar atividade física ou mesmo participar de uma vida social mais ativa como vem ocorrendo atualmente. Entretanto, nem sempre as condições em que determinadas pessoas chegam à velhice possibilitam um aproveitamento qualitativo dos anos que são acrescidos à sua expectativa de vida. Fatores diversos contribuem ao afastamento da vida social e, como temos percebido, as conseqüências dos episódios de quedas se apresentam como um dos principais problemas dos que envelhecem, contribuindo para a deterioração da autonomia dos velhos¹⁰².

A formação de uma nova geração de idosos e aposentados

Claudine Attias-Donfut (1988) se interessou em discutir a formação das gerações. Ela apontou que, nas sociedades tradicionais, um sistema de diferentes classes de idade servia para marcar as posições que cada membro vai ocupar. Isso era regido por códigos bem ritualizados. Já na sociedade ocidental, diferentemente, isso só vai ocorrer em regulamentações formais e de algumas instituições, sendo as normas de idade bem mais flexíveis, não impondo uma delimitação formal das fases da vida. Ao se falar das "idades da vida", devemos estar atentos ao fato de que elas não são reguladas por

¹⁰² Dentre os cinco principais problemas relacionados ao processo do envelhecimento, temos a instabilidade postural. Esta instabilidade é um reflexo de um conjunto de comprometimentos, tanto ósteo mio articulares, orgânicos dos mais diversos, como os relacionados à baixa estima dos que envelhecem. Se as pessoas têm comprometimentos na sua locomoção, de certa maneira fica comprometida sua participação na vida social.

um sistema rígido e universal, existindo diversas modificações sociais que se produzem no ciclo da vida. É nesse ciclo que somos capazes de projetar nossa duração individual numa duração coletiva, e, de uma maneira "socialmente definida", fazer com que esses tempos estejam em conformidade. Ainda com a autora, será essa "duração coletiva" que vai moldar um espaço que lhe é próprio, simbolizado como "espaço geracional".

Num ciclo considerado mais linear, os indivíduos se organizam por compromissos mais em longo prazo, e, em alguns casos, com uma certa rigidez, fazem projetos diversos, seja para as atividades profissionais, familiares ou educativas: o ciclo da vida vem a ser a referência, com seu desenvolvimento contínuo, linear e progressivo se projetando em direção às futuras gerações (GAULLIER, 1988). O ciclo da vida se cronologizou, de maneira que para cada idade acaba existindo uma cultura diferente – isto pode ser observado na divisão em que se determina um tempo destinado à formação, outro à produção e finalmente o que é destinado à aposentadoria. A entrada em cena de um novo tipo de aposentado, assalariado pertencente à classe média e que teve considerável aumento de sua longevidade, fez com que esse esquema dividindo a vida em três etapas acabasse sendo comprometido.

Xavier Gaullier (1992, 1999) argumentou que passávamos por um período de transição, de tensões múltiplas, produzidas a partir da passagem desse modelo linear para um outro mais flexível e original, que decorre das novas relações entre trabalho e tempo disponível. De que maneira poderíamos então interpretar os diferentes comportamentos e atitudes das pessoas idosas e aposentadas em relação ao emprego do seu tempo disponível? Poderíamos considerar uma nova maneira de ser idoso e aposentado como um fenômeno de idade ou como de geração? Por que ainda encontramos no Brasil resistência a propostas intergeracionais como aquelas que já ocorrem em outros países há algum tempo¹⁰³?

Observações desenvolvidas tanto pelas ciências sociais como a partir das evoluções demográficas deram um novo perfil para a temática sobre as gerações. Nesse sentido, Claudine Attias-Donfut (1988, 1991) problematizou o simbólico do que pode significar uma geração, merecendo dela reflexões sobre a história, a memória coletiva e os tempos sociais. No seu livro foi feita uma interessante revisão histórica do conceito mítico de geração e uma análise mais aprofundada sobre a noção de geração, chegando mesmo a ser pro-

¹⁰³ Parece-nos ser bastante esclarecedor o exemplo da Universidade do Tempo Livre de Rennes (ALVES JUNIOR, 1994) que, como outras, trocou o critério de acesso baseado numa idade cronológica e passou a adotar a proposta intergeracional estando aberta a todas idades.

posto a desconstrução de alguns dos seus usos mais comuns.

Evocação da vida, da morte, da reprodução, a noção de geração introduz no meio dos grandes problemas do homem a sua perenidade e a finitude; ela está no centro das reflexões sobre a organização dos homens na sociedade; sobre a marca que ele recebe de seu tempo; sobre seu posicionamento no espaço e no tempo [...] a noção de geração só se define em relação a um contexto que lhe dá sentido: ela só pode estar sendo compreendida se ela se inscrever num projeto teórico no qual ela tira sua significação (ATTIAS-DONFUT, 1988:17).

W. Dilthey¹⁰⁴ observou a importância de se confrontar um tempo quantitativamente mensurável com um outro vivenciado, que só pode ser analisado qualitativamente; vindo a falar de uma contemporaneidade, que nada tem a ver com o cronológico. A concepção de Dilthey sobre o significado de geração se fundamenta numa temporalidade que é concreta, dependente da combinação de condições sociohistóricas. Segundo Attias-Donfut (1988:36), "a existência do indivíduo enquanto tal resulta da unidade de experiências passadas e presentes. Essas experiências situadas historicamente assentam os alicerces da noção de pertencimento a uma geração".

Karl Manheim é outro autor que ilustrou os encaminhamentos teóricos de Donfut, ele seguiu uma abordagem sociológica, considerando como fundamental o problema das gerações para melhor compreender as mudanças sociais. Ele fala da "posição social" como determinista para o acesso aos "produtos culturais da sociedade", o que nos leva a refletir sobre o aumento da participação de idosos e aposentados no meio associativo, como também na prática de atividades físicas realizadas por idosos dentro ou fora desses ambientes.

Reconhece-se a existência de uma geração na coincidência com os fenômenos sociais e fatos históricos marcáveis, e, nesse sentido, também introduz a questão dos tempos sociais. De maneira que, ao se levar em conta a abordagem das práticas sociais como possibilidade de se discutir as gerações, podemos considerar que a sua definição social:

Produz-se nas fronteiras da memória coletiva e da história contemporânea, contribuindo para a estruturação contínua do tempo social, pela definição do presente, do passado e do futuro [...] a geração não é deduzida da história, mas ela se constrói construindo a história (ATTIAS-DONFUT, 1988:168).

¹⁰⁴ Citado por Attias-Donfut.

A opção intergeracional

Se por um lado houve no século XX uma verdadeira revolução no que toca a longevidade, por outro, as estruturas por idade não acompanharam no mesmo ritmo as alterações, conforme o que vem sendo anunciado para o século XXI, quando será cada vez mais crescente o número de pessoas idosas, tanto competentes e motivadas, como potencialmente produtivas. Sendo assim, certamente elas “não poderão se acomodar por muito mais tempo às estruturas que não lhes dão nenhum papel” (RILEY, RILEY, 1991:7).

Foram analisados pelos autores dois tipos de estrutura por idade, uma considerada tradicional, cuja ruptura advém de uma subdivisão baseada em idades, e outra que considera a importância da integração das idades e que poderia teoricamente reduzir as diferenças da “ruptura estrutural”. Para eles (p: 6), uma “ruptura estrutural” passa a ser considerada “através do desequilíbrio entre as forças e as capacidades potenciais do número cada vez maior de pessoas que viveram muitos anos [...] e a ausência de papéis produtivos ou carregados de sentido [...]”.

Na subdivisão baseada em idades, os papéis sociais são divididos em três partes: aposentadoria com a primazia dos lazeres, o trabalho para os considerados adultos e a educação para os jovens. Nesse modelo banal, originário de um tempo mais antigo, a aposentadoria seria muito próxima da morte e haveria uma dificuldade adaptativa a novos modos de vida. Ele se fundamenta no declínio que se acentua com o decorrer dos anos e acaba fortalecendo concepções que podem ser consideradas “ageismos”. Seria uma divisão considerada prática para a sociedade, pois não possibilita muitos questionamentos. Já na integração das idades, seria possível ter diferentes papéis em todas as estruturas. Tanto na escola, no emprego, como nos lazeres, as pessoas estariam integradas.

Nem os adolescentes nem os aposentados estarão excluídos dos locais de trabalho em razão da sua idade [...]. Grandes possibilidades de lazer fora do trabalho são oferecidas mesmo para as pessoas de idade média [...]. Graças a essa integração de idades, poderíamos caminhar em direção a essa reconstrução dos percursos da vida, objeto de inúmeros debates, visto que os indivíduos, durante toda sua vida, poderiam alternar os períodos de educação e de lazer (RILEY, RILEY, 1991:8).

Mesmo que possam ser observados alguns sinais de que estaria havendo uma intervenção sobre as estruturas, que teria como obje-

tivo aproximar as pessoas independentemente a idade, seja no trabalho, na educação ou no lazer, os exemplos observáveis dessa integração ainda são raros na sociedade moderna. O que não tem impedido que reforçemos propostas que visem a educação intergeracional como forma de superar os mais diversos preconceitos que afastam as gerações destas integrações.

No ano de 1982, a ONU em seu plano de ação já admitia a importância da intergeracionalidade. Em 1993, a união dos países europeus promoveu a discussão da solidariedade entre gerações. O objetivo principal do evento foi discutir a solidariedade entre as diversas gerações, considerando-a como um fato proveniente das novas relações sociais (WALKER, CRAEYNEST, 1993) já em curso naquele continente. O ano de 1993 foi então denominado pelos países da comunidade européia como "ano das pessoas idosas e da solidariedade entre as gerações", no evento foram discutidas oficialmente as estratégias que deveriam ser assumidas pelos países membros. Enfatizou-se o que de certa forma já vinha sendo proposto anteriormente, como, por exemplo, a integração dos idosos e aposentados em propostas associativas que levassem em consideração a "intergeracionalidade". Nesse sentido, um grande passo foi dado no sentido de assumir a dificuldade de se usar parâmetros fundamentados em idade cronológica para definir quem pode ou não participar de atividades associativas que envolvem idosos e aposentados.

Temos sido defensores da proposta intergeracional, mas ainda verificamos que essa compreensão vem sendo mais bem aceita em outros países, como os da comunidade européia, do que vem ocorrendo no Brasil. Percebemos que é grande o número de iniciativas, tanto em âmbito das organizações governamentais, como das não-governamentais e as de cunho privado, que adotam critérios ambíguos já que argumentam que suas propostas visam diminuir os preconceitos e/ou promover a integração dos idosos à sociedade. Apresentam-se muitas vezes como defensores da autonomia, mas mostram uma prática calcada na dependência, tutela e fragilização dos idosos. Na verdade, eles se mantêm segregativos, constituindo verdadeiros "guetos de idosos", e, quando muito, achando que a intergeracionalidade passa pela intervenção de animadores mais jovens. Temos diversos exemplos que ocorrem no Brasil de propostas associativas que não admitem nem a discussão da entrada de outras gerações, justificando que se isto ocorrer os jovens estariam com o tempo tirando o lugar dos velhos. A dificuldade de tentar ousar, fugindo do uso indiscriminado de uma idade cronológica para caracterizar quem tem direito ao acesso: quase sempre se toma como base o que está em leis, como a lei 8.842 ou o estatuto, em que idosos no Brasil são os que têm mais de 60 anos, ou então citam a OMS,

que determina que idosos em países em desenvolvimento sejam considerados aqueles que têm mais de 60 anos. Muitos passaram a perceber a inconsistência destas categorizações arbitrárias, porém, estranhamente, perceberam parcialmente o problema, quando diminuem a idade de acesso, chegando aos 50 ou 55 anos. No nosso entender, não resolve o problema, pois demonstra a incompreensão do sentido do que seria a intergeracionalidade¹⁰⁵. É interessante registrar que, nas próprias leis destinadas a atender os idosos como a 8.842 (BRASIL, 1996) e o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), vemos a questão da intergeracionalidade posta como uma das alternativas capazes de diminuir os preconceitos entre velhos e jovens.

À medida que o Brasil envelhece, aumenta também o número dos idosos que vão cair

Para melhor compreender a emergência do envelhecimento de uma população enquanto problema é comum serem reportadas suas evoluções demográficas. No período compreendido entre os anos de 1950 e 2025, enquanto a população mundial total deverá triplicar, a parcela formada pelos que têm mais de 60 anos será multiplicada por cinco. Esse tema vem sendo no Brasil exaustivamente debatido nos últimos anos, principalmente devido às previsões (Tabela 1). O sinal de alerta de que o Brasil não poderia mais ser considerado um país de jovens, de que estaria havendo uma mudança em seu perfil demográfico, surgiu nos anos 70, quando não chegava a 7% a proporção de pessoas com mais de 60 anos. Hoje, constatamos que foi preciso percorrer quase todo o século XX para que a mesma proporção encontrada na França no século XIX, 7%, fosse alcançada no Brasil, só na decorrer da década passada.

Tabela 1: Porcentagem da distribuição da população brasileira por grupo de idade nos anos de 2000, 2025 e 2050

Brasil			
	0-19	20-59	60 ou >
2000	39%	53%	8%
2025	27%	57%	16%
2050	22%	51%	27%

Fonte: Us Census Bureau, 2003.

A transição demográfica ocorrida no século XX fez com que se aumentasse o número de pessoas consideradas idosas. Credita-se esse fato à forte contribuição da melhoria das condições sanitárias, do progresso da ciência, do controle e erradicação de algumas doenças contagiosas, de mudanças de hábitos alimentares e de higiene pessoal. Entretanto, estas últimas não são tão fundamentais; o que mais vai importar é a sua conjunção com outros fatores, como a diminuição da taxa de mortalidade infantil e, principalmente, a diminuição das taxas de fertilidade ocorrida em determinados períodos. No Brasil, as alterações das taxas de fertilidade têm sido muito significativas¹⁰⁶. Esse conjunto de fatores, como também o aumento da longevidade média, acabou contribuindo para fazer do envelhecimento "uma novidade para o nosso tempo"¹⁰⁷. Durante muito tempo envelhecimento e fragilidade eram associados e as quedas dos idosos eram consideradas como normais, irreversíveis, conseqüência direta do processo do envelhecimento.

A posição de pé é bastante complexa, adquirida, aprendida e por isto frágil, o que torna as quedas uma possibilidade da qual ronda a vida de todos durante a vida¹⁰⁸. Segundo diversos autores de estudos epidemiológicos, chega a 30% a proporção de idosos que vão cair a cada ano, e estes dados aumentam na medida em que aumenta a idade¹⁰⁹. Todos são conclusivos no sentido de indicar que são as mulheres as que mais caem e que acabam por ter as conseqüências mais graves. Com relação às mulheres, temos observado em diversos estudos realizados tanto em países europeus como no Brasil que são elas as que mais freqüentam os projetos associativos voltados para a população idosa, daí consideramos a relevância de atuar com quedas em projetos que levem em conta a proposta associativa.

Consta no Projeto Diretrizes, elaborado pela Associação Médica Brasileira¹¹⁰, que 30% dos idosos brasileiros vão cair ao menos uma vez por ano, 2/3 destes virão a cair a cada seis meses, além disso,

¹⁰⁶ Se entre os anos 50 e 80 a média foi de cinco filhos por brasileira, hoje já se projeta que as mulheres brasileiras terão um quantitativo em torno de 1,8 filhos para as duas próximas décadas, com tendência de baixa maior para as décadas posteriores.

¹⁰⁷ Conforme Bois J-P, em *Histoire de la vieillesse*, Paris: PUF, 1994. p. 1, mesmo considerando que em todas as épocas tenham existido velhos, não resta qualquer dúvida de que a nossa velhice não será a mesma dos nossos pais, avós ou de nossos ancestrais mais longínquos.

¹⁰⁸ ALVES JUNIOR, E. A. Construindo um programa de prevenção de quedas que seja capaz de influir na vida ativa de pessoas com necessidades especiais: preparando-se para um envelhecimento saudável. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, Anais, Caxambu: CBCE, CD-ROM. 2001. O grande problema passa a ser quando as quedas começam a ocorrer, com certa freqüência, principalmente com aqueles que têm ossos mais frágeis, ou que têm sua condição física debilitada a ponto de ter dificuldade para enfrentar uma possível instabilidade postural durante a deambulação. Esse conjunto de variáveis normalmente é encontrado entre as pessoas mais idosas.

¹⁰⁹ NOGAL M. L. Epidemiologia y problemática das caídas. In: Martínez L et al. (ed.), *Motilidad y envejecimiento*, Madrid: Triacastela, 2004, p. 25-43.; Tahir M, Morris R, *Epidemiology of falls, Age and ageing*, 3-7: 30-54, 2001; Galiene F, *Prevenir la chute de la personne âgée, une approche pluridisciplinaire*, Paris: Lamarre, 2000.

¹¹⁰ PEREIRA ET AL. Quedas em idosos. Projeto Diretrizes. Sociedade Brasileira de Gerontologia, Rio de Janeiro, 2001.

deve-se considerar que 12% dos óbitos dos idosos têm relação com uma queda. Dados do Sistema Único de Saúde (SUS) indicam que está relacionado a uma queda o maior número de atendimentos nas emergências dos hospitais, quando se observam as causas originadas por algum tipo de violência externa. Quando somos confrontados aos atendimentos na emergência de um dos hospitais da cidade do Rio de Janeiro como o hospital Miguel Couto, se os dados não chegam a ser alarmantes, ao menos são bastante preocupantes, já que, segundo o antigo coordenador da emergência deste hospital, dos 18 mil casos atendidos em 2003, 52,2% são referenciados a quedas. Dados que impressionam, pois foram levados em consideração outros tipos de violência, como os acidentes de trânsito e os atribuídos à violência interpessoal que têm ocupado as preocupações do povo desta cidade. Outro fato que chama atenção é o de que os acidentes deste tipo aconteceram com mais frequência dentro das próprias residências ou no seu entorno. Alia-se a isso o fato de que as quedas sempre ocorrem devido a uma multifatoriedade de causas, que em muitas situações poderiam ser evitadas se tivessem sido assumidas medidas preventivas. Acrescentamos que estas se tornam poderosas quando acrescidas de uma melhora das qualidades físicas e de maior conscientização do idoso e da família ao problema.

Os episódios de quedas que se repetem com certa frequência, inevitavelmente acabam comprometendo fisicamente e psicologicamente o indivíduo, influenciando na autonomia e qualidade de vida. A grande incidência das quedas e as conseqüências que delas advêm as tornam hoje num importante problema social, que inclui preocupações de ordem sanitária, ambiental e econômica, merecendo reflexões mais sérias no âmbito das políticas públicas. Em diversos países, as quedas já são percebidas enquanto um problema de grande relevância, mas, mesmo em países considerados desenvolvidos, as ações para diminuir sua incidência ainda carecem de ações de impacto no âmbito daqueles que mais sofrem, que são os idosos. Temos de certa forma creditado a este fato a inadequação das propostas preventivas que desconsideram o ideário da promoção da saúde, além do que grande parte delas ignoram a importância do lazer e da animação cultural como estratégia. Levando em consideração a multicasualidade que caracterizam as quedas¹¹¹ dos idosos e as importâncias do aspecto preventivo e do significado do lazer, procuramos estudar o problema. Nesta perspectiva, incluímos o ideário da promoção da saúde e a cultura corporal.

¹¹¹ Sem ter uma preocupação terapêutica, optamos em privilegiar a promoção da saúde através das suas relações com a educação para a saúde na elaboração de uma proposta de animação, que, desde o ano de 2001, tem se mostrado bastante receptiva por parte do público alvo: atualmente, temos em torno de 100 participantes das mais variadas idades que acompanham gratuitamente nossos programas de prevenção de quedas. Compreendemos que uma intervenção neste âmbito terá cada vez mais êxito à medida que se incorpore o uso do tempo do lazer ao significado da cultura corporal, que, por nós, é aplicada através da animação cultural.

Atividade física, envelhecimento e lazer

Quando falamos de idosos, sabemos que a prática de atividades físicas tem sido bastante referenciada como capaz de não só contribuir para a melhora da auto-estima como também no que toca os aspectos sociais, orgânicos e físicos, que determinadas propostas possibilitam. O meio associativo passa ser um dos locais privilegiados de mediação para o “animador cultural”, mediador este que não limita sua intervenção a uma só manifestação cultural, devendo ser preparado para integrá-las de maneiras das mais diversas. Temos procurado atuar através da animação cultural com propostas voltadas para aqueles que envelhecem, incluindo como estratégias atividades físicas, visando contribuir para manter o indivíduo autônomo, integrado e participativo na vida social.

Há muito tempo, preocupava-nos a maneira ingênua, longe da realidade dos animados, propostas equivocadas na compreensão das demandas deste segmento populacional, que, no Estado do Rio de Janeiro, já apresenta dados demográficos que em determinados bairros da sua capital, como o de Copacabana, já acusam mais de 27% da sua população com mais de 60 anos. Ao analisar diversas propostas voltadas para idosos durante os anos 1990, percebíamos que, muitas vezes, as intervenções eram pautadas no entreter a cada dia, sem uma preocupação avaliativa do método aplicado ou do impacto social das intervenções¹¹². Verificamos também a maneira paternalista, notadamente sem qualquer fundamentação teórica de sustentação, que acabava por infantilizar os que participavam das atividades, segmentando e isolando os idosos, impedindo o importante contato intergeracional. Além disso, encontrávamos intervenções baseadas em modelos escolarizados, com práticas pautadas no que normalmente é apresentado a crianças bem pequenas. Consideramos que esta aproximação dos velhos a crianças se inclua em mais um dos vários “ageismos”¹¹³. Estes fatos demonstram um hiato na formação daqueles que vão atuar com idosos e aposentados, que de certa maneira é um problema que perdura até os dias de hoje.

A metodologia que vem sendo posta em prática no projeto “Envelhecendo sem Tropeços” se apóia na fundamentação teórica trabalhada no grupo ANIMA, que tem como objetivo estudar a animação cultural e as diversas implicações do lazer como direito e necessidade social¹¹⁴. Na nossa proposta, englobamos os três pilares

¹¹² ALVES JUNIOR, E D. Objetivando construir uma metodologia mais adequada para prática pedagógica das atividades físicas dos idosos. *Arquivos de Geriatria e Gerontologia*, 3 (2), p. 57-61, 1999.

¹¹³ Este tipo de preconceito fundamentado em idades cronológicas e em separações geracionais se constrói de forma semelhante a outros como sexismo, racismo e outros mais. Ainda não encontramos em português uma palavra que seja totalmente aceita para caracterizar este tipo de preconceito. Daí a apropriação para uso em português de referências oriundas da língua inglesa ou francesa: “ageism” ou “agisme”.

¹¹⁴ Ver www.lazer.eefd.ufjf.br.

da universidade, ensino, pesquisa e extensão, atuamos com idosos e aposentados numa perspectiva intergeracional, seja como princípio norteador, como também na forma de estratégia para contribuir a superação das barreiras geracionais. Este conjunto de idéias agrega-se a questão da cultura corporal que está presente na proposta do Envelhecimento sem Tropeços, apontando para novas reflexões acerca da participação do animador cultural que passa a também atuar no que estamos chamando de promoção da saúde.

Promovendo a saúde através da cultura corporal

A noção de saúde varia segundo os indivíduos, as civilizações, as épocas. A noção de norma, de estado completo de bem-estar físico, mental e social, que seria o mesmo para todas as pessoas, é uma generalização abusiva¹¹⁵, daí a importância de repensá-la a partir de outros significados¹¹⁶. Durante muito tempo, entendeu-se a saúde como algo exclusivo da esfera médica. Entretanto, alguns pesquisadores, percebendo sua multifatorialidade, passaram a entendê-la como algo mais amplo. Bury descreve dois modelos de saúde, um mais tradicional e antigo, e outro mais progressista.

A saúde reflete uma relação dinâmica do indivíduo com o seu meio ambiente, e, para que isso ocorra, deve-se contribuir individualmente e coletivamente. Constantemente, é introduzida na discussão sobre o que vem a ser saúde uma expressão que faz parte de nosso cotidiano: qualidade de vida¹¹⁷. A noção de saúde individual soma-se à de saúde comunitária, o que abre espaço para se questionarem as políticas de saúde que visam pura e simplesmente o prolongamento da vida, sem que se tenha preocupação com as condições efetivas para a tal qualidade de vida.

Numa nova concepção de saúde, o modelo passou a ser entendido como educacional, tendo características distintas: tem-se como objeto principal a saúde, que passa a ser considerada como um estado positivo, que se baseia num bem-estar físico, social e mental, priorizando a promoção da saúde. No modelo educacional, as pessoas são compreendidas de maneira holística, e não mais fragmentada. A importância de se reconhecer a educação como um processo inacabado determinou a opção pelo que se chamou num momento de educação permanente, mas que hoje fica mais de acordo com o sen-

¹¹⁵ BURY, J. Education pour la santé. Bruxelles: De Boeck., 1995.

¹¹⁶ DRULHE, M. Santé et Société. Paris: PUF, 1996. Apresenta os quatro indicadores principais de que se serviu a OMS para propor suas ações: a mortalidade ou duração da vida; a morbidade ou qualidade de vida; os fatores considerados de risco; e a autogestão da saúde tanto pelo indivíduo como por grupos. Neste último, podem ser considerados os hábitos que podem passar pelo lazer, como a prática de exercícios e as preocupações nutricionais.

¹¹⁷ Reportamo-nos aqui aos idosos, pois, no momento em que tomamos consciência do espetacular aumento da longevidade e da expectativa de vida ao nascer, coloca-se como bastante relevante a maneira como viveremos nesses anos.

tido do que se quer dar através da “pedagogia social”. Acreditamos que este princípio, posto em prática num trabalho multidisciplinar, contribuirá para que a comunidade tenha melhores condições para perceber suas necessidades no que se refere ao seu próprio corpo e à saúde, na qual o contato com o lazer é bastante importante.

Certamente não faltam críticas e existem hoje diversas interpretações do que se entende como “promoção da saúde”. Mas uma coisa parece ser consenso: ela deve ser parte de um processo que confere às populações os meios de assegurar maior controle sobre sua própria saúde e de interferir nas possíveis melhoras. Esse conceito, ao incorporar a educação para a saúde, vai mais além do simples caráter preventivo de certas campanhas.

Defendemos que a educação para a saúde e suas relações com promoção da saúde podem ser consideradas como um referencial que pode ser utilizado pelos que atuam com a animação cultural. O conceito de “promoção da saúde”, encara a saúde por sua multifatorialidade, visa no caso dos idosos a autonomia, propõe a desmedicalização, incorpora a educação para a saúde e o envolvimento do indivíduo nas mais diversas ações para a consecução da saúde.

O conceito de autonomia na nossa proposta também merece destaque, pois é através dela que se permitirá entre outras coisas que estes idosos sejam cada vez mais participativos, críticos e integrados à vida em sociedade. As influências oriundas do movimento de promoção da saúde, que inclui a questão do envolvimento comunitário, permitem-nos postular que a saúde do indivíduo depende da realização das suas potencialidades e contribui à consecução de seus projetos de vida. Dessa forma, o modelo biologizante, terapêutico, que tanto influi no estilo de envelhecer adotado, passa a ser secundário, ganha mais significado o uso do tempo disponível com atividades que podem ser consideradas como de lazer, mas cujo resultado final acaba contribuindo à promoção da saúde. Nesta mediação, o animador cultural acaba sendo primordial na sensibilização do que propomos.

Lazer e animação cultural no projeto “Envelhecimento sem Tropeços”

A partir da animação cultural, que está bastante presente na educação estética e das sensibilidades, os indivíduos, independentemente da idade cronológica, podem vir a ser estimulados a terem um olhar mais crítico, já que foram desenvolvidas “novas formas de julgar e criticar a partir do estabelecimento de novos olhares acerca da vida e da realidade”. Ainda com este autor, ficamos sabendo que “a intervenção cultural não se trata somente de pensar nos conteúdos

e valores, mas também nas representações e sensibilidades”.

No lazer, não estamos desligados da vida em sociedade, não devendo ser um “espaço de fuga, o que não significa que devemos desconsiderar o prazer uma das características fundamentais de sua definição”¹¹⁸. Concordamos com Melo¹¹⁹, quando ele, procurando encontrar a relação entre os estudos culturais, a animação cultural e os estudos do lazer, aponta a necessidade de desmistificar o conceito de cultura, levando-a a ser considerada de forma mais ampliada.

Os estudos culturais, em seu intuito de estabelecer uma leitura da alta cultura e da cultura popular, bem como estabelecer um certo olhar sobre a cultura de massas (na verdade, rompe-se definitivamente com uma compreensão estática desses níveis culturais, agora entendidos profundamente relacionados e com fronteiras bem pouco precisas), podem apresentar perspectivas alvissareiras para pensarmos a animação cultural e os estudos do lazer.

É necessário atentar que o tempo disponível após a aposentadoria nos dá uma falsa ilusão de que não existiria mais as distinções sociais durante este tempo, que todos pertenceriam a uma mesma categoria social, na qual tudo seria permitido. Uma invenção social como a da “terceira idade” acabou sendo associada como a idade do lazer graças a forte imposição e apelo midiático que fez do envelhecimento de alguns um verdadeiro espetáculo¹²⁰.

A importância dos lazeres na sociedade pode ser considerada, no caso das pessoas idosas, como uma resistência ao envelhecimento e ao imobilismo imposto pela sociedade, fato que pode ser particularmente constatado na utilização do corpo; através da prática das atividades físicas esportivas; nas férias; no turismo; na formação permanente, com a autoformação ou em cursos livres; na prática do voluntariado; e na vida associativa.

A inclusão de elementos da cultura corporal tem sido fundamental para manter um ambiente mais favorável para a passagem dos nossos conteúdos, que aliam a educação pelo lazer à perspectiva de promoção da saúde. O uso pelos animadores culturais de elementos culturais com forte representatividade na sociedade brasileira tem possibilitado uma melhor mediação durante nossas intenções pedagógicas. Na nossa proposta, introduzimos a tradicional luta/dança bra-

¹¹⁸ MELO, V. A.; ALVES JUNIOR, E. D. Introdução ao Lazer. São Paulo: Manole, 2003.

¹¹⁹ MELO, V. A. A animação cultural, os estudos do lazer e os estudos culturais: diálogos. Licere, Belo Horizonte, 7 (2), 2004, p. 88.

¹²⁰ DEBORD, G. Sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

sileira denominada capoeira, que se desenvolve de maneira bastante ritmada, com diversos movimentos que contribuem às qualidades físicas que vão influir nas quedas (mobilidade articular, equilíbrio, propriocepção, força); também utilizamos uma manifestação corporal bastante popular no país, o samba. Estas manifestações culturais são trabalhadas visando também a integração do grupo, procurando ainda trabalhar na auto-estima e no prazer que elas propiciam.

Considerações finais

Em diversas ocasiões, procuramos discutir o lazer e as atividades físicas enquanto práticas permanentes, consideramos que isso seja um fato que a sociedade como um todo ainda não se decidiu por incluir na sua vida cotidiana. Por outro lado, provavelmente no discurso comum, as respostas pareceriam ser contraditórias, já que seria difícil encontrar alguém que não creia na importância do lazer e nos possíveis benefícios da prática de uma atividade física regular. Consideramos que este problema resulte de modelos de sociedade que privilegiem o trabalho e uma conceituação equivocada do que é educação física. Durante muito tempo, a educação física praticada nas escolas ficava associada a determinados paradigmas que fugiam da sua verdadeira vocação, que, na nossa compreensão, deve ser a de contribuir à formação de cidadãos críticos, capazes de levarem para sua vida adulta os ensinamentos aprendidos no período escolar. Tendo um repertório de conhecimentos acerca do que entendemos como educação física, diversas manifestações de cultura corporal podem ser incorporadas de maneira consciente e equilibrada sem que elas sigam qualquer tipo de imposição social, respeitando a cultura de cada grupo e partindo das experiências de cada um.

Já chamamos de "pastoral do envelhecimento ativo" (ALVES JUNIOR, 2004) o simples receituário do manual do bom envelhecer, que inclui entre outras coisas o engajamento em diversas atividades como forma de postergar a tal velhice. Percebemos claramente, neste modelo, a separação entre o considerado bom e mau envelhecimento, que se representa em ser ou não ativo, ser da terceira idade ou um velho. Consideramos que a simples indução a comportamentos ativos de jovens, adultos e a todos que estão sendo confrontados ao processo do envelhecimento não diminuirá a importância do problema social do momento, que é o afastamento das diversas gerações da prática efetiva de atividades físicas regulares.

Defendemos que a questão dos preconceitos com relação à velhice e a desconsideração da importância da prática de atividades físicas sejam resultado de uma educação física escolar deslocada das novas demandas da sociedade, que não conseguiu sensibilizar

os que dela experimentaram para uma prática prazerosa que pode fazer parte do cotidiano das pessoas sem que tenha o peso de uma obrigação. Daí a opção pelo lazer e a democratização do seu acesso nos parecem fundamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES JUNIOR, E. A. *Construindo um programa de prevenção de quedas que seja capaz de influir na vida ativa de pessoas com necessidades especiais: preparando-se para um envelhecimento saudável*. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, *Anais*, Caxambu: CBCE, CD Rom. 2001.
- _____. *Envelhecimento e Atividade Física: diversos olhares sobre a prevenção de quedas*. Niterói: GEF/ANIMA, 2006.
- _____. *Objetivando construir uma metodologia mais adequada para prática pedagógica das atividades físicas dos idosos*. Arquivos de Geriatria e Gerontologia, 3 (2), p. 57-61, 1999.
- _____. *Da Educação Gerontológica à Educação Física Gerontológica: Em busca de uma educação física mais apropriada para idosos*. In: PAZ S F (Org), *Envelhecer com Cidadania: quem sabe um dia?* Rio de Janeiro: ANG, 2000, p. 107: 120.
- _____. *O idoso e a educação física informal em Niterói*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.
- _____. *A pastoral do envelhecimento ativo*. Tese de doutorado, Universidade Gama Filho, 2004.
- _____. *L'Université du temps libre du pays de Rennes un révélateur d'un modèle social du vieillissement*. DEA, Histoire, Civilisation et sociétés, Rennes: Université de Rennes, 1994.
- ATTIAS-DONFUT, C. *Generations et âges de la vie*. Paris: PUF, 1991.
- _____. *Sociologie des Generations*. Paris: PUF, 1988.
- BOIS, J. P. *Histoire de la vieillesse*. Paris: PUF, 1994. p. 1
- BRASIL. *Direitos da terceira idade*. Lei 8842, RJ: Auriverde, 1996.
- _____. *Estatuto do Idoso*. Lei 10741, Brasília: DF, 2003.
- BURY, J. *Education pour la santé*. Bruxelles: De Boeck., 1995.
- DEBORD, G. *Sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DRULHE, M. *Santé et Société*. Paris: PUF, 1996.

- Galiene, F. *Prevenir la chute de la personne âgée, une approche pluridisciplinaire*. Paris: Lamarre, 2000.
- GAULLIER, X. *La deuxième carrière*. Paris: Editions du Seuil, 1988.
- _____. *L'avenir a reculons*. Paris: Les éditions ouvrières, 1982.
- _____. *Les temps de la vie*. Emploi et retraite Paris:Espirit, 1999.
- MELO, V. A.; ALVES JUNIOR, E. D. *Introdução ao Lazer*. São Paulo: Manole, 2003.
- MELO, V. A. *A animação cultural, os estudos do lazer e os estudos culturais: diálogos*. *Licere*, Belo Horizonte, 7 (2), 2004, p. 88.
- NOGAL, M. L. *Epidemiologia y problemática das caídas*. IN: MARTINEZ, L. et al. (ed.). *Motilidad y envejecimiento*. Madrid: Triacastela, , 2004, p. 25-43.
- PEREIRA ET AL. *Quedas em idosos, Projeto diretrizes*. Sociedade Brasileira de Gerontologia, Rio de Janeiro, 2001.
- RILEY, M. W.; RILEY JR, J. W. *Viellisse et changement des rôles sociaux*. *Gérontologie et Société*, n. 56, p. 6-13, 1991.
- TAHIR, M.; MORRIS, R. *Epidemiology of falls*. *Age and ageing*, 3-7: 30-54, 2001.
- US CENSUS BUREAU. *Report WP/03, World population profile: 2003*. US Governemnt Printing Office: Washington DC, 2003. Disponível em www.census.gov/population consultado em 05/08/2003.
- WALKER, A; CRAEYNEST, D. *Les attitudes des Européens face au vieillissement et aux personnes âgées*. *Europe Sociale*, Bruxelles, p. 33-40, 1993.

A Produção do Conhecimento na Área da Educação Física: Realidade e Possibilidades

José Luiz Cirqueira Falcão¹²¹

*"Somos o que fazemos,
mas somos, principalmente,
o que fazemos para mudar o que somos"*
(Eduardo Galeano)

*"Nada do que foi será
de novo do jeito que já foi um dia [...]"*
*"Tudo que se vê não é
igual o que a gente viu a um segundo [...]"*
(Lulu Santos)

Resumo

Este artigo analisa a realidade e as possibilidades da produção do conhecimento no campo da educação física brasileira. Expõe as diversas abordagens de pesquisa, os conflitos e as possibilidades de superação. É resultado de uma pesquisa descritiva que expõe indicadores e autores que investigam a produção da área. Embora se constate uma primazia da abordagem empírico-analítica, pode-se perceber que a realidade do campo investigativo da educação física vem mudando paulatinamente. A educação física brasileira requer uma aproximação com os movimentos sociais e com a riqueza cultural do cotidiano das classes populares, a fim de superar uma certa visão acrítica que ainda impera no interior da área.

Palavras-chave: Educação física, produção do conhecimento, pesquisa.

Introdução

Em 1983, Medina (1983, p. 35) argumentava, naquela clássica obra, "A educação física cuida do corpo e... mente", que a educação física precisava "entrar em crise urgentemente".

¹²¹ Doutor em Educação.

Esse brado, que já alcançou a sua maioridade, representa simbolicamente o questionamento da lógica de produção do conhecimento que imperava na área até aquele momento.

A partir daí, muitas mudanças ocorreram e contribuíram para emplacar uma maior visibilidade à educação física brasileira. Entretanto, essas mudanças não foram necessariamente revolucionárias, transformadoras do seu *status quo*. Podemos até dizer que, no particular, mudaram-se certas roupagens, mas, no geral, a lógica do movimento continua, em certa medida, a mesma.

Inquestionavelmente, a educação física brasileira se amplificou. Nesse movimento, materializaram-se mais de 500 cursos de graduação, centenas de cursos de especialização e mais de uma dezena de cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

O fato é que a produção científica da área se multiplicou, seus profissionais passaram a dar início a um processo de revisão dos fundamentos que até então legitimavam este campo do conhecimento, questionando o marco teórico das suas referências filosóficas, científicas, políticas e culturais, dando assim uma resposta mais consistente e abrangente à clássica questão filosófica de fundo: “o que é educação física?”¹²².

Hoje, temos um Conselho Federal que se arvora em controlar, normatizar, enfim, policiar a área, embora expressiva quantidade de profissionais seja contra suas ingerências, mas essa não é uma discussão a ser aprofundada aqui, destarte ela seja fundamental para entendermos o movimento da educação física, em sua totalidade, em sua complexidade e em seu conjunto.

Superando a mesmice através da produção do conhecimento

Embora tenham acontecido avanços, a educação física brasi-

¹²² Sobre esse debate, existe farta literatura, como, por exemplo, os artigos produzidos pela revista MOVIMENTO, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Ano I, nº I, Setembro de 1994, com o tema polêmico “Mas, afinal, o que é educação física?”, inicialmente respondido pelo professor Dr. Adroaldo Gaya, (GAYA, 1994), seguindo-se o artigo da professora Celi Taffarel, intitulado: “Mas, afinal, o que é educação física? Um exemplo do simplismo intelectual” (TAFFAREL, 1994), em que critica a perspectiva idealista com que vinham definindo a educação física. Seguiram-se mais dois números da revista: Ano 2, N.º 2, Junho/95, com um texto escrito por Valter Bracht: “Mas, afinal, o que estamos perguntando com a pergunta ‘o que é educação física?’” (BRACHT, 1995), um escrito por Silvano Santin, “A respeito de comentários” (SANTIN, 1995), outro por Paulo Ghiraldelelli Jr, “A volta do que parece simples” (GUIRALDELLELLI JÚNIOR, 1995), e outro assinado por Hugo Lovisolo, “Mas, afinal, o que é educação física?: A favor da mediação e contra o radicalismo” (LOVISOLO, 1995). Na revista N.º 4 Ano II, 1996/1, a polêmica continuou com os textos de Lamartine Pereira da Costa, “Uma questão ainda sem resposta: o que é educação física?” (COSTA, 1996), e o texto de Gabriel Munhoz Palafox, “O que é educação física? Uma abordagem curricular” (PALAFOX, 1996). Em forma de livro acompanhando a polêmica, temos a contribuição de Mauri de Carvalho (FREITAS, 1997), “A Sagrada Família da educação física”. Uma outra obra também publicada a respeito é a do professor Jocimar Daolio: “Educação física brasileira: Autores e atores da década de 1980” (DAOLIO, 1998). Essas publicações servem para ilustrar o movimento acerca da complexidade que encerra essa área do conhecimento.

leira vem exigindo novos paradigmas que ampliem seus horizontes acadêmicos e científicos, que levem em consideração os paradoxos da ordem/desordem, da parte/todo, do singular/plural e, ainda, incorporem o acontecimento e o acaso.

Se nas ciências naturais contemporâneas (as chamadas ciências duras), sobretudo na Física, a heterogeneidade, a interdependência, a diversidade e a improbabilidade adquirem importância em suas pesquisas, à medida que há muito já se demoliu a noção clássica de objetos sólidos, não faz sentido tratar uma área vinculada às Ciências Humanas (as chamadas ciências moles) com argumentos deterministas e solidificados, vez que as ações humanas, em sua essência, são contraditórias, dinâmicas e complexas. A Física Quântica vem mostrando a falta de fundamento na crença cega em relação à continuidade, à causalidade local e ao determinismo mecanicista para explicar o mundo subatômico. Se nesse contexto, que, à primeira vista, parece imutável, a descontinuidade e a continuidade, a totalidade e a particularidade coexistem, as partículas não são "coisas", mas interconexões entre "coisas", não faz sentido pensar Ciências Humanas a partir de modelos mecânicos, previsíveis, estáveis. A construção de um novo espírito científico para explicar a complexidade do real é uma recorrência para esta área do conhecimento. Capra (1982, p. 46) já advertia no início da década de 1980: "Agora que os físicos ultrapassaram largamente os limites desse modelo, é chegado o momento de as outras ciências ampliarem suas filosofias subjacentes".

O conhecimento científico difere dos demais pela exigência da objetividade enquanto condição *sine qua non*, mas é inquestionável que se trata de um consenso provisório estabelecido coletivamente pelos pesquisadores e se configura como uma teia de contribuições individuais e coletivas colocadas em tensão. Sabemos que ele é fruto de relações de natureza amigável e hostil, de colaboração, de cooperação, de rivalidade, de competição, enfim, de poder. Nesse sentido, as verdades científicas são provisórias e limitadas. "As teorias científicas não estarão nunca aptas a fornecer uma descrição completa e definitiva da realidade. Serão sempre aproximações da verdadeira natureza das coisas" (CAPRA, 1982, p. 45). Ao promoverem uma permanente eliminação de erros e falsas crenças, elas avançam.

Nas experiências do dia a dia, constatamos, entretanto, que algumas verdades são veementemente defendidas como boas, sãs, justas, necessárias e vitais para a sociedade. Ao rejeitarem o julgamento, a experimentação e a verificação pelo diferente, terminam imperando como norma e/ou doutrina. Os defensores dessas verdades absolutas se contrapõem a tudo que surge de novo e,

invariavelmente, taxam o diferente como um desvio, um erro a ser descartado. Sabemos que a sociedade evoluiu, não somente a partir de verdades indubitáveis, mas também, em meio a erros relativos – quer sejam ideológicos, políticos, religiosos ou científicos.

Para Kosik (1976, p 23), o mundo da realidade é “o mundo da realização da verdade, é o mundo em que a verdade não é dada e predestinada, não está pronta e acabada, impressa de forma imutável na consciência humana, é o mundo em que a verdade advém, que se faz, se desenvolve e se realiza”. Poderíamos acrescentar verdade que se cria, se destrói, se reconstrói. Toda verdade precisa conter o germe de sua própria negação. Em outras palavras, não existe verdade absoluta e eterna, mas verdades provisórias que aceitam a sua própria morte (os seus erros) para renascer com outras qualidades.

Uma verdade que não aceita a sua própria morte eventual é uma doutrina, que com seus dogmas se cristaliza e se torna auto-suficiente com tendência a se fechar e a se ritualizar. Assim como determinados mitos, ela não aceita as regras do jogo social e se petrifica pomposamente. Devemos, pois, desconfiar de todas elas, mas isso não significa negá-las, desconhecê-las, ignorá-las. Numa sociedade em que a ciência alcançou um patamar prestigioso, será muito mais prudente convencer nossas instituições sociais da necessidade de mudanças fundamentais se pudermos apoiar nossos argumentos em verdades científicas. Vejamos, então, o que tem apontado o movimento das produções científicas no campo da educação física.

O que apontam as produções científicas no campo da educação física

Em um dos estudos pioneiros destinados a investigar a produção acadêmica na área da educação física, Souza e Silva (1990) analisou as implicações epistemológicas das dissertações produzidas até o ano de 1987, pelos três primeiros programas de mestrado criados, nessa área, na Universidade de São Paulo (USP), na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Foram identificados naquela ocasião: a) a utilização de um único tipo de abordagem metodológica, a empírico-analítica; b) os critérios de cientificidade, a concepção de ciência, de homem, de história, de educação, de educação física/esportes e movimento eram semelhantes.

A concepção de ciência dominante nas dissertações investigadas estava atrelada aos princípios da quantificação e matematização dos fenômenos. As análises e as descrições eram implementadas segundo parâmetros estatísticos. Os objetos de estudo eram descontextualizados e a-históricos e tentavam acenar uma pretensa imparcialidade e neutralidade do pesquisador, apontando para uma concepção de ciência alicerçada em pressupostos positivistas.

Segundo Souza e Silva (1990), o paradigma predominante que orientou a produção das dissertações até o período estudado, 1987, foi o empírico-analítico. Nessa perspectiva, o homem é entendido como máquina controlada por cadeias de causa e efeito; como indivíduo isolado, ser biológico, que possui caracteres que podem variar de acordo com sexo, idade ou raça; como portador de habilidades passíveis de serem medidas, quantificadas e classificadas numericamente, tais como força, velocidade, resistência, flexibilidade e outras; como um ser que deve ser classificado segundo suas características morfológicas, funcionais e intelectuais.

A concepção dominante de educação física naquelas dissertações esteve fundada em bases biologicistas e orientada, conseqüentemente, por critérios antropométricos e fisiológicos. Desse modo, esteve reduzida aos efeitos anátomo-fisiológicos que a atividade física provoca no indivíduo, associada ao rendimento de alto nível. A própria concepção de esporte era fortemente associada à melhoria da aptidão física, ao alto rendimento, à primazia da técnica, à análise biomecânica do movimento e à manutenção da saúde (ibidem, 1990).

Até o período de conclusão da pesquisa de Souza e Silva (1990) (final dos anos 1980 e início dos anos 1990), eram bastante escassos os estudos sobre a produção científica na área de educação física e esportes no Brasil. Praticamente inexistiam estudos que priorizassem a reflexão crítica, teórico-filosófica e epistemológica acerca da pesquisa nessa área. Mesmo assim, alguns pesquisadores já chamavam a atenção para esta necessidade.

Como exemplo, podem ser citados os estudos de: Canfield (1985), Cantarino Filho (1986), Carmo (1985), Faria Júnior (1980, 1983, 1987) e Gaya (1987).

Carmo (1985) questionou a ênfase dada à quantificação, ao discurso da neutralidade científica e ao rigor metodológico em detrimento do compromisso social do conhecimento produzido.

Faria Júnior (1987) analisou as tendências da pesquisa em educação física no Brasil entre 1975 e 1984 e as comparou às da Inglaterra e do País de Gales. Este autor constatou que 36% da produção científica em educação física estavam ligados ao enfoque

biológico, com ênfase em biometria; 27,8% ao enfoque técnico, com ênfase no treinamento desportivo; 23,1% ao enfoque pedagógico, com ênfase em ensino; 5,3% ao enfoque socioantropológico; e 1,6% ao enfoque filosófico. Os resultados desse estudo mostraram que as preocupações dos pesquisadores com assuntos de ordem filosófica/socioantropológica apenas se materializaram em 6,46% dos trabalhos. Entretanto, aquelas relacionadas aos aspectos biológico-técnicos somaram 64,54% da produção¹²³.

Na mesma perspectiva, Gaya (1987) desenvolveu estudo com o objetivo de fazer uma avaliação do conhecimento que estava sendo produzido na área, sua aplicabilidade, metodologia e compromisso social, caracterizando a ocorrência relativa dos planejamentos adotados nas pesquisas, as técnicas estatísticas predominantes e as temáticas mais freqüentemente investigadas.

Apesar da contribuição desses autores, foi apenas a partir do início dos anos 90 que começaram a aparecer estudos com análises críticas da produção científica na área.

Isso pode ser verificado nos seus eventos científicos como, por exemplo, o VII CONBRACE (Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte), em 1991, em Uberlândia (MG), cuja temática era "Produção e veiculação do conhecimento na educação física, esporte e lazer no Brasil: análise crítica e perspectivas".

O editorial dos anais do VII CONBRACE destacava a importância da avaliação crítica e sistemática da produção e veiculação do conhecimento como alternativa para o avanço qualitativo da área, e conclamava a comunidade acadêmica em geral para uma avaliação crítica e radical da produção e veiculação do conhecimento na educação física, esporte e lazer no Brasil (RBCE, 1991).

No mesmo ano (1991), foi publicado, pela Sociedade Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Física (SBDEF), o livro "Pesquisa e produção do conhecimento em educação física".

Em 1993, o VIII CONBRACE, realizado em Belém (PA), com a temática "Que ciência é essa? Memória e tendências", também centra suas preocupações na produção do conhecimento na área.

Alguns periódicos da área deram destaque ao tema da produção científica. A Revista *Motrivivência* dedicou um dos seus números a esta temática e contou com a colaboração de autores de outras áreas, como sociologia, filosofia, antropologia e pedagogia.

O fato é que, no início da década de 90, os estudos sobre a

¹²³ A amostra analisada pelo autor incluiu dissertações, relatos de pesquisa publicados em revistas especializadas e comunicações de resultados de pesquisas em congressos e simpósios.

produção do conhecimento em educação física adquirem maior fôlego, com a participação de novos autores, além dos que já vinham pesquisando esta temática. Por exemplo, Gaya (1994), em sua tese de doutoramento, objetivou traçar um perfil da produção científica nos países de língua portuguesa, buscando analisar as concepções epistemológicas, metodológicas e a efetividade do conhecimento produzido em função de suas relações com as práticas desportivas.

É na década de 1990 que as pesquisas em educação física incorporaram efetivamente uma preocupação de cunho teórico-filosófico, como resultado de um incremento advindo de um questionamento rigoroso da produção até então voltada preponderantemente para lógica do treinamento físico. Tais críticas e denúncias pouco a pouco se consolidaram em novas propostas e apontaram caminhos de superação para os problemas identificados.

Evidentemente que essas mudanças não se restringiram à área da educação física e esportes. Além disso, todas elas estavam relacionadas às alterações sociopolíticas que se manifestaram na sociedade brasileira na década de 80. É bom lembrar que o golpe de 1964 impôs a todos os setores, através dos diversos mecanismos de censura e repressão, a postura do silêncio e da não-contestação, inviabilizando o debate político-ideológico, e, no âmbito da educação, em especial, fez predominar as políticas conservadoras. A partir de 1977, e mais marcadamente nos anos 80, é possível observar avanços no pensamento pedagógico de esquerda no Brasil. A denominada abertura política possibilitou dentre outras coisas, a tradução e a edição de obras até então censuradas.

Outro aspecto a ser destacado foi a participação, no final dos anos 80 e início dos anos 90, de um expressivo número de profissionais de educação física em programas de pós-graduação de outras áreas do conhecimento, particularmente, da educação. Eles foram responsáveis por colocarem em xeque os pressupostos teórico-filosóficos que orientavam hegemonicamente a produção científica da área até então.

Foi o que fez, por exemplo, Castellani Filho (1988), que questionou a história oficial da educação física brasileira e explicitou o que até então havia sido ocultado sobre essa história, denunciando, assim, suas implicações de caráter socioeconômico e político.

Soares (1990) também levantou alguns questionamentos a respeito das bases políticas, econômicas e sociais da produção do conhecimento em educação física. Essa autora investigou as raízes européias da educação física no Brasil e as concepções de corpo subjacentes às tendências dominantes da educação física ao longo de sua história. Explicitou, desse modo, as implicações históricas da

constituição dos conceitos, princípios, práticas e valores dominantes que impregnaram o fazer pedagógico e a própria produção do conhecimento na área.

Taffarel (1993), a partir da análise da organização do processo de trabalho pedagógico e do trato com o conhecimento no curso de educação física, explicitou a dinâmica interna e os traços essenciais do trabalho pedagógico na produção e na apropriação do conhecimento, a partir das manifestações das contradições no interior desses cursos. A autora destacou a necessidade de um trabalho cooperativo na produção do conhecimento, que viabilize a indissociabilidade entre teoria e prática.

Outros autores, como Cunha (1991), Lovisolo (1992), Santin (1992) e Tani (1988), também favoreceram o debate epistemológico acerca da produção científica da área, apesar de suas preocupações não terem estado diretamente voltadas para a análise dessa produção. Segundo Souza e Silva (1997), este grupo de pesquisadores esteve mais diretamente interessado na definição do estatuto epistemológico, ou identidade epistemológica da educação física e esportes. Em relação específica a essas questões, sem dúvida, o autor que obteve maior repercussão no meio acadêmico da área, em nível nacional, foi Cunha que em sua tese de doutoramento propunha a criação de uma Ciência da Motricidade Humana.

Um ponto comum na discussão, que se estabeleceu a respeito das análises realizadas por esses autores citados, foi a necessidade de se construir uma identidade epistemológica para a área e, ligado a esse tema, a idéia de explicitar qual o seu objeto de estudo. Além disso, o debate apontou para aspectos como: a necessidade de redefinição de conceitos usuais na área, a mudança de denominações que identificassem com mais clareza a especificidade da área.

Souza e Silva (1997), ao realizar análise de questões epistemológicas relacionadas à produção científica dos programas de mestrado em educação física no Brasil que possuem dissertações defendidas até 1994¹²⁴, busca explicitar, a partir das abordagens metodológicas, as implicações epistemológicas das pesquisas desenvolvidas nesses cursos, nas suas inter-relações com os determinantes históricos, econômicos e sociais.

Para a referida autora, o interesse dos pesquisadores da área de educação física e esportes no Brasil por questões de cunho epistemológico vem aumentando e assumindo uma maior importância,

¹²⁴ Foram analisadas as dissertações defendidas nos programas de mestrado da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em relação aos mestrados em Educação Física da USP, UFSM e UFRJ, foram analisadas as dissertações defendidas no período de 1988 a 1994.

quando comparado com décadas anteriores. Contudo, as análises específicas da produção científica dos programas de pós-graduação *stricto sensu* ainda são escassas. Tais pesquisas apresentam um caráter mais administrativo que científico, privilegiam a descrição quantitativa de dados e estão voltadas, em muitos casos, ao atendimento das solicitações feitas pelas agências de fomento.

E ainda acrescenta que a carência de estudos que analisam os fundamentos teórico-filosóficos e epistemológicos da pesquisa, produzida no interior dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da área, constitui-se em um dos entraves para o desenvolvimento do conhecimento.

Nos últimos dez anos, o quadro referente ao número de programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação física e esportes foi ampliado significativamente. Até 1987, existiam no Brasil, em funcionamento, apenas cinco cursos de mestrado¹²⁵. Quase a totalidade das dissertações foi defendida nos três programas mais antigos – USP, UFSM e UFRJ – e não chegava a 200. Hoje, são 19 programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, sendo que oito contemplam, além do mestrado, o curso de doutorado (CAPES, 2006).

Para Sousa e Silva (1997), a investigação continuada dos assuntos relacionados à produção científica da pós-graduação *stricto sensu* em educação física permite uma maior aproximação e compreensão de qual tem sido a contribuição da pesquisa científica no processo de análise, crítica e busca de soluções para os problemas enfrentados por esta área e suas articulações com as questões sociais mais abrangentes, ou seja, possibilita explicitar qual o papel, o alcance e o significado da pesquisa desenvolvida no âmbito da educação física no Brasil.

Souza e Silva (1997) considerou necessário sistematizar informações a respeito dos novos programas de pós-graduação *stricto sensu* e suas produções científicas, com o intuito de explicitar tanto as determinações históricas do processo de estruturação dos novos programas, quanto as tendências, na perspectiva epistemológica, das dissertações defendidas¹²⁶.

Num outro trabalho realizado por Souza (1999), intitulado “O

¹²⁵ Os cursos existentes eram: mestrado em Educação Física da Universidade de São Paulo, da Universidade Federal de Santa Maria, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Gama Filho e da Universidade da Associação de Ensino de Ribeirão Preto (UNAERP).

¹²⁶ Os novos cursos analisados nesta pesquisa estão em desenvolvimento na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O curso de mestrado da Universidade Gama Filho não fez parte da investigação, visto que o estudo foi delimitado aos mestrados das instituições públicas. Os mestrados desenvolvidos na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp/Rio Claro) e na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) também não fizeram parte da amostra, por não possuírem dissertações defendidas até o momento final da coleta de dados.

que há de 'novo' nas pesquisas em educação física no Brasil", a autora procurou analisar se as pesquisas em educação física dos anos 90 trazem novos elementos. Concluiu que 66,22% do conhecimento produzido estão dentro da abordagem empírico-analítica, 21,62 têm como referência a abordagem fenomenológico-hermenêutica, e 12,16% utilizam a crítico-dialética.

Podemos perceber, a partir desses dados, que a realidade do campo investigativo da educação física vem mudando paulatinamente, mas ainda existe uma primazia da abordagem empírico-analítica, muito provavelmente em decorrência da predominância de uma visão acrítica no interior da área e o seu distanciamento dos movimentos culturais e sociais.

O movimento da educação física e o movimento cultural em jogo

A despeito de uma significativa produção científica, a educação física brasileira freqüentemente esteve dissociada dos movimentos sociais das classes populares¹²⁷. Somente nos últimos anos, começam a aparecer estudos relacionados a essas temáticas.

Convém destacar, entretanto, que estudos nas áreas das Ciências Humanas há muito tempo vêm apontando para a riqueza cultural gerada no calor desses movimentos populares. Seus agentes freqüentemente metamorfoseiam o cotidiano a partir de ricas estratégias e experiências vivenciadas nas relações de trabalho, lazer ou a partir da simples convivência no dia a dia. Esses agentes, ao identificarem as instituições formais como algo abstrato e fora do seu alcance, terminam inventando e reinventando modos e coisas, metamorfoseando relações interpessoais, abrindo, criando e recriando caminhos originais da melhor forma possível e, com isso, escapando silenciosamente das amarras do modelo de institucionalização que, em geral, impera na sociedade. Ao ignorar esse campo fértil, a educação física se desencilha do cotidiano das classes populares e perde, indubitavelmente, grande oportunidade para legitimar-se socialmente.

Sendo assim, advogamos que a Educação Física precisa ouvir os gritos e os silêncios das camadas populares e, a partir desta escuta, reavaliar suas posturas e procedimentos. Afinal, como afirmam Cer-teau (1996), Lefebvre (1991) e Willis (1997), o cotidiano das classes populares apresenta-se como campo fértil para identificarmos as reais necessidades da maioria da população.

¹²⁷Apesar da dificuldade de delimitação como categoria homogênea, classes populares são empregadas aqui para designar os grupos sociais que, no processo de distribuição de riquezas, encontram-se marginalizados e têm precárias condições de existência.

Em busca de uma “educação física jogante”

Após essa sintética análise do movimento de produção do conhecimento no campo da educação física, gostaríamos de suscitar algumas reflexões acerca das possibilidades que se colocam para a área no alvorecer desse novo milênio. Em um diálogo estabelecido com o ex-reitor da Universidade Federal da Bahia, professor Felipe Serpa (*in memoriam*) no Seminário Desenvolvimento Científico e Tecnológico da área de Educação Física & Esportes, realizado no dia 24 de outubro de 2000 e promovido pela disciplina Metodologia do Ensino e da Pesquisa no campo da Cultura Corporal, ministrada pela professora Celi Taffarel, no programa de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia, começamos a problematizar o campo da educação física na tentativa de buscarmos subsídios para a construção do que estamos denominando de “educação física jogante”.

A primeira questão apontada pelo professor Felipe Serpa é o desafio que temos, ainda hoje, de superar a fragmentação corpo e mente, herança de Descartes, fortemente acolhida pela educação física. Para ele, a educação física tem elementos potenciais para superar esta fragmentação, que podem ser materializados a partir de novas dinâmicas que não considerem mente e corpo em separados.

Muitos autores têm implementado esforços para romper com a concepção que defendem ser a aptidão física, o objeto da educação física. Esta concepção, no nosso entendimento, reduz o papel da disciplina como área de produção do conhecimento. Segundo Serpa (2000b), “da mesma forma que a ciência em geral tem dificuldade de avançar pela sua fragmentação, a educação física, preocupada apenas com algumas questões em separado da cultura humana, também não avança”.

Para o referido professor, a educação física pode até prestar grandes contribuições para a saúde, mas a contribuição que ela pode dar ao entendimento do que significa ser um “humano” é muito maior. É preciso que a educação física se liberte dos parâmetros cartesianos. Ela precisa incluir em seu bojo todas as formas de linguagem e não apenas a corporal, vinculada ao rendimento físico. A cabeça e o corpo devem se desenvolver juntos, concomitantemente, à medida que não é possível o corpo se movimentar e a cabeça ficar parada, e vice-versa. O corpo não pode estar à frente do humano. Uma dinâmica que mexe com o corpo, mexe com o indivíduo, mexe com a sociedade e mexe com toda a espécie.

Freqüentemente tratada como periférica, no contexto das disciplinas acadêmicas, a educação física ainda padece com a contribuição de parte dos seus professores que, segundo Serpa (2000b), reforçam este estigma.

Diante desse quadro, poderíamos perguntar então: quais as possibilidades para novas formulações no campo educação física?

Segundo Felipe Serpa (2000a), primeiramente, deveríamos questionar a hegemonia das propostas educacionais fundamentadas nos pressupostos da identidade, que, por sua vez, geram pedagogias de assimilação. A pedagogia, num sentido amplo, precisa inovar e acompanhar o desenvolvimento da sociedade, como os avanços na área da linguagem e da comunicação, por exemplo, instaurados pelas chamadas novas tecnologias. Não se trata de uma vontade de inovar. Trata-se de uma necessidade social de inovação.

Não há mais lugar para as pedagogias de assimilação, onde o aluno vai à escola ou à universidade aprender representações, conceitos e conteúdos previamente determinados pelo professor. Ao professor, cabe fazer uma análise crítica da informação e orientar os alunos a andar num labirinto de infinitas possibilidades geradas pelo avanço da automação e pelas novas redes de comunicação. Por mais que tente, não há professor capaz de repassar ao aluno todo o conteúdo divulgado, atualmente, no âmbito de uma determinada disciplina. Introduzindo o aluno no labirinto, o professor ressalta as singularidades e possibilita, num espaço de diferenças, a experiência com as multiplicidades históricas, coletivas e individuais. O labirinto é “um jogo que não foi jogado e suas regras são criadas durante o jogo” (SERPA, 2000a).

Ainda como possibilidades de superação das históricas lacunas da área de educação física, o professor Felipe Serpa aponta as seguintes contribuições:

- Tratar interdisciplinarmente a educação física no currículo escolar.
- Inserir a historicidade nas dinâmicas pedagógicas, à medida que um entendimento crítico da cultura corporal só é possível se a localizarmos no seu movimento histórico.
- Buscar inovações nos movimentos cotidianos. Se antes, os modelos já estavam bem estabelecidos e bastava apreendê-los, não havia necessidade para a inovação, para a criação, hoje, a realidade exige novas formas de lidar com o conhecimento.
- Estabelecer fortes alianças com os movimentos sociais, que vêm acenando, de forma dramática, quais são as reais necessidades de expressivas camadas da população, desprovidas das condições mínimas de sobrevivência.
- Promover uma permanente política de capacitação profis-

sional centrada na articulação entre ensino, pesquisa e extensão – numa interação direta com a sociedade, especialmente, com as comunidades mais necessitadas.

- Recuperar o movimento milenar da universidade, cuja característica essencial é a de ser um espaço da divergência, da diferença, do conflito. Ela deve problematizar, autocriticar-se sistematicamente, resgatar e explorar velhos e novos conceitos.
- Operar com múltiplas linguagens, desde a oralidade até a gestualidade. A educação precisa resgatar o fazer, e não apenas centrar-se na apreensão. A separação do homem do seu fazer é alienação, é idealização. O ser humano se faz humano nas suas ações.

As contribuições levantadas por Felipe Serpa são extraídas dos pressupostos da denominada “pedagogia da diferença”. Esta tem como pressuposto teórico não a representação, não a contradição, não o conceito, mas o agenciamento, a singularidade e a intensidade de cada acontecimento. Não há lugar para hegemonias universais, para as grandes narrativas. Uma palavra fundamental nesta dinâmica é a instabilidade. As instabilidades são localizadas e se diluem para dar lugar a outras, infinitamente.

Para atenderem aos desafios colocados pela dinâmica da sociedade atual, as teorias pedagógicas deverão levar em consideração os sujeitos e os contextos. Normalmente se diz que o caminho é feito ao caminhar. Na pedagogia da diferença, essa afirmação não procede. Como num labirinto, não há caminhos, porque a cada decisão, o caminho anterior se dissolve. Por isso, não há hegemonias estáveis. Mesmo localizadas em grupos, ela não é estável, é instável, há sempre mudanças de papel.

Para Serpa (2000a), é preciso considerar a necessidade de viver a diferença, e cultivar a diferença é viver num universo virtual de possibilidades. A realidade é um colapso das possibilidades virtuais, reduzida e dada sentido pela linguagem. Nesse sentido, não há representação. Nessa perspectiva, o elemento fundante é o espaço de infinitas possibilidades. Portanto, a diferença é indizível, porque só é dizível quando se agencia através das diversas formas de linguagem que dão sentido aos acontecimentos.

A partir das contribuições de Felipe Serpa, cabe-nos problematizar algumas questões que demarcam o entendimento que temos sobre as possibilidades da produção do conhecimento no campo da educação física. Os desafios não são fáceis. Em 1872, no prefácio

da edição francesa de "O capital", Marx já advertia: "Não há estrada real para a ciência, e só têm probabilidade de chegar a seus cimos luminosos aqueles que enfrentam a canseira para galgá-los por veredas abruptas" (MARX, 1999, p. 31). Instaura-se, portanto, um compromisso inefável, não só com a educação física, mas com a sociedade em geral, com a natureza e com a espécie humana, num sentido ontológico.

Na trilha das proposições formuladas por Serpa (2000a, 2000b), propugnamos a construção de uma educação física jogante que, ao abdicar de relações causais e de regularidades, passa a adotar o acontecimento, o improvável, o acaso, enfim, as infinitas possibilidades de jogo que se acometem no cotidiano, articuladas com o movimento mais geral da sociedade.

O acontecimento, pela sua identificação com a singularidade, a contingência e o acidente, foi por muito tempo expulso, não apenas das ciências naturais, mas também das ciências humanas, que tendem a arrumarem-se em torno de leis, modelos, estruturas e sistemas. Até a história tende a expulsar o acontecimento. Trata-se de incorporá-lo e considerá-lo parte do próprio sistema. O acontecimento historiciza a natureza.

Incorporar o acontecimento, investigá-lo e tratá-lo academicamente é uma necessidade da educação física. Ele é eivado de contradições e intensidades incapazes de serem elucidadas em uma conversa de bar. Ele é complexo e precisa ser desvelado, afinal, como já defendia Bachelard: "no universo não existe o simples, só o simplificado".

1. Para Continuar Jogando

A serviço de que e de quem a educação física tem se colocado?

No limiar desse novo milênio, o esforço e o risco em prol da construção de uma educação física que seja capaz de se apropriar da complexidade do real, é uma aventura desafiadora. As exigências do real complexo requerem métodos que não ignorem a realidade concreta dos fenômenos, nem tampouco, os indicadores sociais da sociedade capitalista, excludente e elitista.

A razão instrumental que orienta as pesquisas empírico-analíticas no campo da educação física precisa ser questionada, criticada, superada. Ao forjar uma razão enlouquecida, via hiperespecialização técnica acompanhada de uma manipulação aética, a educação física pode se desencarnar, se violentar, tornar-se irracional, a não levar em consideração a exclusão social, o preconceito, a discriminação e a dominação cultural.

Ao eliminar a crítica em torno da ciência e da razão, a educação física pode se tornar enlouquecida, embora com implacável força de ordem e homogeneização, que, ao ser manipulada pelos autoritários, como instrumento de poder, pode instaurar uma ordem racionalizadora, que condena e criminaliza tudo o que a perturba.

A educação física deve se esforçar para se consolidar como uma área crítica e criativa. Ademais, por ser tão inovadora, ela pode contribuir com a construção de uma sociedade melhor.

Que a educação física tenha como elemento fundante não a identidade, mas a diferença, que por sua vez, leve em consideração a singularidade e a intensidade do processo de produção do conhecimento, no sentido de constituir propostas não hegemônicas neste grande jogo que não ainda não foi jogado.

Nesse sentido, postulamos, na trilha dos pressupostos formulados por Serpa (2000a, 2000b), que uma educação física jogante precisa, então, subverter as regras do jogo já jogado e construir, a partir da diferença, um universo de possibilidades capaz de implantar e implementar uma nova educação física.

Percebemos ainda que uma compreensão satisfatória do dinâmico jogo da educação física somente é possível a partir do princípio da complexidade e da contradição. Ela deve jogar e interagir com os movimentos sociais e as manifestações da cultura popular, nos quais podemos encontrar pistas das necessidades humanas da maioria da população, bem como suas utopias.

Assim como não se concebe um ser humano idealisticamente, uma educação física jogante se materializa numa realidade concreta, eivada de contradições e historicamente determinada.

Que todos os trabalhadores da área, representados pelo discóbolo de Mirón (símbolo da profissão) lancem seus discos, ou seja, seus conhecimentos, cada vez mais longe, conquistando paulatinamente, pela via do conhecimento científico, referenciado socialmente, mais espaço e mais prestígio social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRACHT, V. *Mas, afinal, o que estamos perguntando com a pergunta "o que é educação física?"*. Revista Movimento. Ano 2, n.º 2, Junho, 1995.
- CANFIELD, J. T. *Tendências das pesquisas nos mestrados em educação física no Brasil*. In: Anais do IV Seminário de Pesquisa em Educação Física, Santa Maria: 1985.

- CANTARINO FILHO, M. R. A. *Teses brasileiras em educação física*. Brasília: UNB/Biblioteca Central, 1986 (mimeo).
- CAPES. Disponível em: <www.cap.gov.br/scripts/avaliacao>. Acesso em 08 set. 2006.
- CAPRA, F. *O Ponto de Mutação*. Tradução de Álvaro Cabral São Paulo: Cultrix, 1982.
- CARMO, A. A. *Educação física, competência técnica e consciência política: em busca de um movimento simétrico*. Uberlândia: Ed. da UFU, 1985.
- CASTELLANI FILHO, L. *Educação física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papirus, 1988.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: a arte de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 2ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.
- COSTA, L. P. *Uma questão ainda sem resposta: o que é educação Física?* Revista Movimento. Ano 2, n.º 4, 1996.
- CUNHA, M. S. V. *Educação física ou ciência da motricidade humana*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1991.
- DAOLIO, J. *Educação física brasileira: autores e atores da década de 1980*. Campinas: Papirus, 1998.
- FARIA JÚNIOR, A. G. *Pesquisa em educação física*. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos. Brasília: Secretaria de Planejamento. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. v.3, n.9, p.27-34, 1980.
- _____. *Quem é quem na pesquisa em educação física e desportos*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Física e Desportos, 1983.
- _____. *Professor de educação física: licenciando generalista*. In: OLIVEIRA, V. M. Fundamentos pedagógicos da educação física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, p.15 33, 1987.
- FREITAS, F. M. C. *A sagrada família da educação física*. Vitória: UFES, CEFD, 1997.
- GAYA, A. *Pesquisas biológicas aplicadas à educação física: que ciência estamos fazendo?* Porto Alegre, 1987. (no prelo).
- _____. *Mas, afinal, o que é educação física?* Revista Movimento. Ano 1, n. 1, 1994.
- GUIRALDELLI JÚNIOR, P. *A volta do que parece simples*. Revista Movimento. Ano 2, n. 2, Junho, 1995.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.
- LOVISOLO, H. *Educação física como arte da mediação*. Contexto e Educação. Ijuí: Editora Unijuí, v.7, n.29, Jan/Mar.1992.
- _____. *Mas, afinal, o que é educação física? A favor da mediação e contra o radicalismo*. Revista Movimento. Ano 2, n.º 2, Junho, 1995.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 17ª ed. Livro 1, Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- MEDINA, J. P. S. *A educação física cuida do corpo... e "mente"*. Campinas-SP: Papyrus, 1983.
- PALAFIX, G. M. *O que é educação física? Uma abordagem curricular*. Revista Movimento. Ano 2, n.º 4, 1996.
- REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. *Editorial*. Uberlândia: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, v.13,1991.
- SANTIN, S. *A respeito de comentários*. Revista Movimento. Ano 2, n.º 2, Junho, 1995.
- SERPA, L. F. P. *Pedagogia da diferença: desafios para o ensino superior*. Palestra proferida no Seminário "Educa UFBA". Faculdade de Educação, UFBA, 18 ago. 2000a.
- _____. *A pedagogia da diferença e a educação física*. Palestra proferida no Seminário "Metodologia do Ensino e da Pesquisa da Cultura Corporal". Faculdade de Educação, UFBA, 24 out. 2000b.
- SOARES, C. L. *Educação física: raízes européias e Brasil*. Campinas: Cortez, 1994.
- SOUZA, E. R. *O que há de "novo" nas pesquisas em educação física no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Educação), Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1999.
- SOUZA e SILVA, R. V. *Mestrados em educação física no Brasil: pesquisando suas pesquisas*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, 1990.
- _____. *Pesquisa em educação física: determinações históricas e implicações epistemológicas*. Tese de doutorado em Educação. Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- TAFFAREL, C. N. Z. *A formação do profissional da educação: o processo de trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento no curso de educação física*. Tese de doutorado em Educação. Campinas-SP, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

-
- _____. *Mas, afinal, o que é educação física: um exemplo do simplismo intelectual*. Revista Movimento. Ano 1, n. 1, 1994.
- TANI, G. *Educação física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1988.
- WILLIS, S. *Cotidiano: para começo de conversa*. (trad. Elena Elizabeth Rieders e Guiomar Giménez Boscov). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

As Práticas Corporais no Contexto Contemporâneo: Esporte e Lazer Ressignificados na Cidade

*José Luiz Cirqueira Falcão*¹²⁸

*Maria do Carmo Saraiva*¹²⁹

RESUMO

Esta pesquisa, em andamento, integra as ações do núcleo da Rede CEDES, da Universidade Federal de Santa Catarina, e visa ampliar as ações de políticas públicas na área do esporte e do lazer na região da Grande Florianópolis (SC). Tem por objetivo analisar os processos de ressignificação dos usos das práticas corporais nos espaços de lazer da cidade, por meio de metodologias que se aproximam da pesquisa participante e da pesquisa-ação. A população atingida por esse projeto constitui-se de público intergeracional diferenciado que vai desde a infância, passando pela juventude, além dos adultos e idosos, em diferentes contextos e condições sociais, em especial aqueles que se encontram em situação de risco social. Dentre os resultados esperados pela realização desta pesquisa integrada, destaca-se a produção de subsídios teórico-metodológicos acerca das práticas corporais no contexto contemporâneo, através de subtemáticas significativas, fomentadas e tratadas na perspectiva do esporte e do lazer, como direitos sociais, com condição de aplicabilidade no interior de políticas públicas que partilhem dos ideais de formação humana omnilateral, emancipação e cidadania. A pesquisa propõe, ainda, formular subsídios para a constituição de um laboratório de práticas corporais na Universidade Federal de Santa Catarina, que atuará nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão, essenciais no cumprimento dos objetivos e metas de uma universidade pública de qualidade e socialmente referenciada. Pretende-se também constituir rede de pesquisadores(as) em diferentes níveis da carreira acadêmica. Com isso, busca-se disseminar o conhecimento e orientar os processos decisórios no campo da gestão de políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal.

Palavras-Chave: *práticas corporais, esporte, lazer.*

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, em desenvolvimento, integra as ações do núcleo

¹²⁸ Doutor em Educação.

¹²⁹ Doutora em Motricidade Humana.

da Rede CEDES da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e visa ampliar e qualificar as ações de políticas públicas, socialmente referenciadas, na área do esporte e do lazer na região da Grande Florianópolis (SC).

O núcleo da Rede CEDES da UFSC já realizou outra pesquisa integrada nesta mesma perspectiva, intitulada "As práticas corporais no contexto contemporâneo: explorando limites e possibilidades", desenvolvida entre 2004 e 2005, com a participação de 25 pesquisadores e pesquisadoras, sob a coordenação geral da professora doutora Ana Márcia Silva. Como resultado desse trabalho, foram publicados quatro livros com acesso disponível no Portal do Ministério do Esporte¹³⁰.

Se as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do esporte e do lazer não podem desconhecer as diferentes caracterizações e usos das práticas corporais, essas caracterizações somente serão corretamente explicitadas se houver um processo paulatino de investigação científica que anuncie suas permanentes e complexas transformações no contexto contemporâneo.

Além de promover um importante processo de capacitação, que alia a pesquisa às atividades de ensino e extensão, esse projeto buscará uma sintonia fina com o tratamento do esporte recreativo e do lazer como direitos sociais que possibilitem a constituição da cidadania e da emancipação humana, em que a participação popular constitui a força motriz de sua própria pujança e dinamismo.

Justificativa

Não é de hoje que as cidades brasileiras, em geral, demonstram carência no que diz respeito à prática de esporte e de lazer como direitos sociais que possibilitem a constituição da cidadania e da emancipação humana numa perspectiva popular, que leve as pessoas a conviverem melhor em suas respectivas comunidades.

O que salta aos olhos são práticas de esportes convencionais, especialmente vinculadas à lógica da competitividade, do rendimento e da performance, bem como o crescente processo de esportivização de práticas corporais tradicionais. Uma vez que no mundo ocidental o capitalismo vem atingindo todas as esferas de atuação do homem, assumindo, cada vez mais, a forma de uma crise endêmica, as práticas corporais sistematizadas não escaparam dessa voracidade destrutiva

¹³⁰ As obras são as seguintes: SILVA, A. M. & DAMIANI, I. R. Práticas corporais: gênese de um movimento investigativo em educação física. Florianópolis (SC), Nauemblu Ciência & Arte, 2005, v.1. SILVA, A. M. & DAMIANI, I. R. Práticas corporais: trilhando e compar(trilhando) as ações em educação física. Florianópolis (SC), Nauemblu Ciência & Arte, 2005, v.2. SILVA, A. M. & DAMIANI, I. R. Práticas corporais: experiências em educação física para a outra formação humana. Florianópolis (SC): Nauemblu Ciência & Arte, 2005, v.3. SILVA, A. M. & DAMIANI, I. R. Práticas corporais: construindo outros saberes em educação física. Florianópolis (SC), Nauemblu Ciência & Arte, 2006, v.4.

da sociedade. "Vivemos hoje em um mundo firmemente mantido sob as rédeas do capital" (MÉSZÁROS, 2002, p. 37).

Hoje, em praticamente todas as práticas corporais sistematizadas, o movimento humano se transformou em mercadoria, por força da mídia que determina o seu consumo à revelia das condições socioculturais, econômicas, étnicas, religiosas, educacionais, etc. de cada pessoa, estimulando a sua auto-reprodução. Entretanto, um jogo, uma dança, uma luta, etc. são situações históricas onde transcorrem subjetividades e relações objetivas particulares que lhes dão sentido. O esporte e o lazer são atividades humanas inseridas no mundo da cultura e constituem-se num conjunto de elementos objetivos (ato motor, estilo, técnica, tática, etc.) e subjetivos (sensações, emoção, representação intelectual, imaginação, etc.) que, para se encaixar nos cânones da reprodutibilidade técnica e da produção seriada, típica do modo de produção capitalista, precisa ser alterado na sua essência.

As práticas corporais sistematizadas são essencialmente consumidas no ato da sua produção. Nós não produzimos movimentos para consumi-los posteriormente. Não se trata de um produto que se compra para ser consumido depois, como uma lata de doces, por exemplo. Daí a dificuldade delas se adequarem ao processo de mercadorização. Para que isso se torne possível, suas qualidades mais íntimas são profundamente alteradas, o que as faz perderem seu teor original de enraizamento e alterarem sua constituição como patrimônio cultural da humanidade.

De tempos em tempos, os mecanismos de massificação criam surtos de idolatria ao corpo, estimulando práticas redentoras. Junto à ilusão do reencontro da essência humana perdida na alienação cotidiana, via práticas corporais, vai embutido um denso *merchandising* a favor da indústria cultural e seus infinitos acessórios. Eis o corpo tornado mercadoria na dinâmica capitalista, na lógica da obsolescência planejada dos bens de consumo. Cada prática surgida traz consigo todo um aparato de apetrechos necessários. Do *jogging* ao modismo recente dos esportes radicais, são disputados nos balcões de lojas de equipamentos esportivos acessórios, como roupas e calçados especiais, relógios, luvas, bicicletas e tantos outros componentes da indústria do corpo.

As práticas corporais propagam as mais difusas e díspares concepções estéticas do nosso tempo e o corpo é, indiscutivelmente, o centro dessa propagação. Corpo móvel, livre, leve, ágil, rígido, retesado, destroçado, atrofiado. Corpo limpo, consertado, controlado, modelado, atlético, etc., ainda assim, o corpo. No entanto, nem bem se pode falar de um corpo em si, vivemos o tempo do belo útil, do

funcional, do ativo, do decorativo, do enfeite ideológico a proclamar virtudes do sistema capitalista. Para Silva (1999, p. 55), “a expectativa de corpo com a qual se convive no contexto moderno é, por essa perspectiva e em grande medida, *um corpo de não natureza*, fruto da artificialidade técnica; o corpo é, também por isso, um objeto de pertença, já que coisificado por uma subjetividade dominadora”.

Eis aí a ambigüidade fundamental das práticas corporais no mundo contemporâneo; ao mesmo tempo em que propõem uma “libertação” do ser humano, através de movimentos que busquem as dimensões mais profundas de sua natureza, integram-no em mais um setor da produção e consumo de mercadorias, fetichizando o corpo e seus movimentos. Ocorre uma apropriação da possibilidade de se redescobrir a sensibilidade corporal inibida nos gestos mecanizados e estereotipados, tão arraigados em nosso cotidiano. Na contemporaneidade, o corpo tem sido explorado como expressão da libertação de todas as formas de dogmas e repressões que por tantos séculos o transformaram em depositário de pecados. No entanto, assistimos ao processo de cooptação do potencial papel libertador das práticas corporais. Nestas e através destas, a alienação se apresenta com uma aparência mais saudável e muito mais sutil, mesmo que, paradoxalmente, se dê a construção de um padrão de beleza, que é ostentatório, e que, junto com as técnicas de modelagem, faz questão de mostrar o dinheiro, o poder e o luxo, para ser contemplado e admirado.

Atualmente, com a exacerbada veiculação de corpos esculturais, a função e a imagem das práticas corporais adquirem novas configurações. O que está no centro da atenção não é o corpo real vivido e exercitado atendendo suas necessidades básicas, mas um corpo virtual, geralmente lânguido e longilíneo, moldado pelos artifícios tecnológicos que seduzem grandes contingentes geralmente carentes de ideais mais consistentes. Não se trata mais, então, de um corpo encarnado, mas de um corpo idealizado, transcendental, extraordinário, um outro corpo. Este corpo de primeira grandeza, por situar-se fora do alcance dos mortais, torna-se idolatrado, uma figura divina, misteriosa, entretanto, incapaz de garantir o que dela se espera. Corpo ambíguo, pois ao mesmo tempo em que fascina, amedronta. Ao estimular o contato, cria e reforça a distância. Ao sugerir envolvimento afetivo, dissemina padrões estéticos estereotipados.

O modelo de corpo fabricado ideologicamente pelas práticas corporais tem padrão bem definido, que, a rigor, não é neutro, nem inocente. Ele está atrelado a um volumoso e voraz mercado, que, em simbiose com a indústria cultural, potencializa uma indústria corporal de proporções preocupantes. Ao veicular um padrão estereotipado, essa indústria atua sabiamente nos mecanismos psicológicos das massas, de forma subliminar, forjando novas necessidades e desejos,

responsáveis pelas vendas de seus produtos. Ter um padrão que cause desejo, angústia, ansiedade é uma exigência para o sucesso.

Em tempos de ditadura da beleza, o corpo é explorado pela indústria e pelo comércio, ora tratado como objeto de cobiça, através de formas dotadas de discreto charme, como as peças publicitárias, nas quais o apelo sensual se insinua suave, dosado, *beautiful*, ao lado de controversos produtos, como bebidas e cigarros; ora através da veiculação exaustiva de modelos típico-ideais, como foi o exemplo das Paquitas, da Tiazinha, da Feiticeira, etc., sem contar outras estratégias de forte apelo erótico, como a "Banheira do Gugu". Fomentando esta ideologia, constata-se a atual tendência do cinema norte-americano, com seus heróis animalizados, halterofilistas ou agentes secretos superdotados. Em geral falam muito pouco, mas são violentos lutadores desejosos de vingança. Além de toda uma ideologia corporal consumista calcada no valor da hipertrofia muscular, veiculam, através de heróis que resgatarão guerras perdidas no passado, o ufanismo *american way of life*.

De forma sutil e até sedutora, a indústria da beleza, aliada à indústria cultural, vai explorando a insegurança, a impotência e a angústia dos mais incautos. Em geral, ser lindo, magro e atlético termina sendo quase uma obrigação. Caso isso não se concretize, esses desejos desdobram-se em processos patológicos, como ansiedade, depressão, anorexia nervosa, etc.

À grande massa da população, sobra o olhar sarcástico e irônico dos modelos impecáveis, estampados nos inúmeros *outdoors*, estrategicamente colocados nas ruas das cidades, que, do alto de suas formas tecnológica e ideologicamente esculpidas, parecem querer punir aqueles que fogem aos seus parâmetros, como se a gravidade, tempo e inércia não se aplicassem a eles.

A indústria da beleza vai edificando, assim, no imaginário coletivo algo atemorizador. Os padrões estéticos, edificados, sobretudo a partir de imagens, tornam-se tão rígidos que quem não se enquadra passa a se envergonhar de seu próprio ser. É bom lembrar que a construção desse sentimento de insatisfação com o próprio corpo começa na infância, pois é, sobretudo, nela que incidem as estratégias mais poderosas, dada a sua vulnerabilidade.

A necessidade de afeto, o medo da velhice e as novas oportunidades de emprego são provavelmente os principais motivos que contribuem para o fomento da indústria da beleza, que, por sua vez, contribui com o processo de discriminação social, à medida que, geralmente, incrementa um padrão de beleza física, que, a priori, é discriminador.

Aliás, o medo do envelhecimento se torna tanto mais evidente quanto mais cresce a expectativa de vida. Numa sociedade onde a pessoa idosa é considerada obsoleta – na aplicação direta da lógica da obsolescência da mercadoria –, muitos tentam burlar algo que é inevitável e terminam levando a vida representando os papéis que implicam na negação de sua própria identidade. Nesses termos, a longevidade é um imperativo e a morte algo repugnante porque é a implacável negação do rendimento e da beleza corporal.

Mas como superar o conflito advindo do confronto desse corpo televisivo, jovem e forte com o corpo sofrido, feio e envelhecido pela experiência do cotidiano? Como confrontar esta imagem fugaz e vazia com os corpos jovens, mas sujos, famintos e chagados das crianças em situação de risco pelo mundo afora?

Em meio a estas questões, encontram-se os sujeitos que lutam por sua cidadania, e o fazem por intermédio de práticas corporais que constituem nossa corporeidade hodierna, sem terem uma orientação mais adequada e sem compreenderem estas formas de lazer como parte de um direito social inalienável, tarefa de esclarecimento que seria decorrente de uma política pública conseqüente para o desenvolvimento do esporte e lazer no país.

Assim, devemos questionar formas alienadoras de trato com as práticas corporais e explicitar outros caminhos nesse campo. Nesse sentido, os resultados desta pesquisa poderão contribuir para problematizar as diferentes concepções de corpo na contemporaneidade e suas diferentes expressões em relação aos espaços/tempos, bem como para orientar decisões no campo das políticas públicas relacionadas ao esporte recreativo e ao lazer.

Por fim, esse projeto se justifica pelo fato de trazer à tona problemas enfrentados no campo acadêmico-profissional da educação física e nas ciências do esporte, como, por exemplo, o atrelamento dos conhecimentos produzidos pelos(as) pesquisadores(as) deste campo a um certo modelo biomédico, as dificuldades de socialização dos conhecimentos produzidos por seus pesquisadores(as) em função da carência de meios de divulgação dos conhecimentos produzidos pelos(as) pesquisadores(as) da comunidade acadêmica, o aumento da demanda de subsídios para as políticas públicas voltadas ao esporte e lazer, que se coloquem de uma perspectiva crítica à concepção funcionalista predominante nestas práticas sociais.

Objetivos

Os objetivos centrais desta pesquisa são investigar processos de ressignificação de diferentes práticas corporais na contemporanei-

dade, suas múltiplas expressões e experiências nas relações com o ambiente cultural e natural, e as condições de contribuição na direção da formação integral, da construção da cidadania e da emancipação humana. Com isso, pretende-se contribuir com referenciais teórico-metodológicos para a orientação da sociedade sobre manifestações de esporte e lazer na cidade com vistas a uma qualidade de vida socialmente referenciada e, também, contribuir com a promoção e a capacitação de profissionais/pesquisadores(as) nas articulações entre ciência, arte, cultura popular e filosofia.

População-alvo

A população atingida por esse projeto constitui-se de público intergeracional diferenciado que vai desde a infância, passando pela juventude, até adultos e idosos, em diferentes contextos e condições sociais, em especial aqueles que se encontram em situação de risco social, num total de 276 pessoas, diretamente vinculadas ao trabalho de pesquisa, sendo dois coordenadores gerais, dez coordenadores de subprojetos¹³¹, 16 pesquisadores(as) bolsistas¹³² e 250 sujeitos envolvidos/atendidos.

Fazem parte também da população-alvo desse projeto professores das redes estadual e municipal de ensino da Grande Florianópolis, que se tornarão agentes multiplicadores/criadores de ações-resultados desta pesquisa.

Fundamentos teóricos e estratégias de ação

Os aportes teórico-metodológicos do marxismo, da fenomenologia, da teoria crítica e dos novos paradigmas científicos vêm constituindo o contexto teórico dos enfoques desenvolvidos pelos membros desta pesquisa, num diálogo que tem se mostrado profícuo, dada a abrangência e a complexidade da temática investigada. Nesta direção, e reconhecendo os riscos desta diáspora teórica, buscaremos elaborar elementos e linguagens que favoreçam a explicitação da especificidade de cada um destes enfoques, permitindo a interação crítica, porém fecunda, nas atividades desenvolvidas nos subprojetos de pesquisa e nos referenciais teórico-metodológicos construídos.

A interação entre os(as) pesquisadores(as) vem se materiali-

¹³¹ Iracema Soares de Souza, Edgard Matiêlo Júnior, Paulo Ricardo do Canto Capela, Carlos Luiz Cardoso, Cristiane Ker de Melo, Maria do Carmo Saraiva, José Luiz Cirqueira Falcão, Paulo Roberto Brzezinski, Maria Denis Schneider e Veronica Bergero.

¹³² Éden Silva Peretti, Bruno Emmanuel Santana da Silva, Fabiana Cristina Turelli, Fabiano Weber da Silva, Priscila de César Antunes, Carina Loss Pacheco, Deois Kiyoshi Kalvelage, Leandro de Oliveira Acordi, Fernanda Pimentel Pacheco, Fernanda Silva Rosa, Juliana Faleiros Johnson, Julieta Camargo, Leonardo dos Santos O. Soriano, Rodrigo Duarte Ferrari, Solange Aparecida Schoeffel, e Vitor de Souza Carneiro.

zando mediante a realização sistemática de reuniões de estudo de aprofundamento e avaliação das atividades concernentes a cada um dos subprojetos em curso, contando com a contribuição de pesquisadores(as) convidados(as) e a constituição de parcerias com outros grupos de estudo e pesquisa.

As reflexões estão sendo centradas em conceitos e categorias fundamentais para o trabalho com as práticas corporais, tais como a categoria de *experiência* e os conceitos de *consciência*, *conhecimento*, *linguagem*, *cultura lúdica* e *cultura corporal*. Estamos, também, elaborando análise crítica da expressão *qualidade de vida*, em certa medida banalizada, e suas possibilidades ao se tornar socialmente referenciada, em contraponto ao que tem sido sua referência predominante na atualidade: o indivíduo e os indicadores biológicos.

A análise vem sendo realizada levando-se em consideração as contradições inerentes a esta sociedade, bem como as ambigüidades próprias do trato com as práticas corporais na sociedade ocidental. Desta perspectiva, faz-se necessário considerar a positividade da importância atribuída ao corpo e ao prazer proveniente da experiência, juntamente com a consideração dos limites postos por uma certa subserviência e conseqüente vitimização do corpo em nossa civilização.

Outro importante processo, que vem sendo construído como parte da construção dos fundamentos teórico-metodológicos referenciados acima, diz respeito à superação do reducionismo biologicista, que ainda predomina nas pesquisas e intervenções sociais com as práticas corporais, porém, sem desprezar a dimensão biológica como constituinte fundamental do ser humano, tomando-se seus indicadores como parte do processo ativo de auto-organização subjacente à vida.

O desafio, nesta questão, está centrado na constituição de uma perspectiva interdisciplinar de trabalho dado que as produções apontam para a indissociabilidade do comportamento humano em suas variadas dimensões e a polissemia corporal, que aponta para a importância da(s) linguagem(ns) como constituinte(s) da experiência humana, mais uma vez reforçando a importância das relações que possam ser estabelecidas com a natureza, os elementos provenientes do domínio da arte, da filosofia, bem como dos saberes populares.

Composição dos subprojetos

Os subprojetos que compõem essa pesquisa integrada são os seguintes:

1. Dança e formação para o lazer: investigando e construindo conteúdos e metodologias: Este subprojeto visa ressig-

nificar a dança, numa perspectiva de fortalecimento da diversidade cultural e da interface das mais variadas manifestações que esse fenômeno engendra com o contexto sociocultural.

2. As artes marciais no caminho do guerreiro: para compreender a “juventude urbana violenta”: Este subprojeto procura englobar as artes orientais (ditas marciais), sendo consideradas ferramentas através das quais o ser humano pode compreender e interagir com o universo que o rodeia (macrocosmo) e consigo mesmo (microcosmo) de uma forma integral, conseqüentemente, levando-o a um estado de “plenitude de vida”.

3. Capoeira: outros passos, outras gingas: Este subprojeto se materializará na perspectiva de investigar a capoeira a partir de enfoque interdisciplinar de trabalho, considerando a polissemia dessa manifestação cultural e suas possibilidades concretas de expressão.

4. Práticas corporais na maturidade: Este subprojeto tem como principal objetivo construir um entendimento sobre a ressignificação das práticas corporais tanto como meio de conquista da harmonia e do equilíbrio corporal, quanto como meio capaz de superar o interesse de conquista de modelos e estereótipos de beleza predominante.

5. Brincando de animação: produções e ressignificações da cultura lúdica infantil: Este subprojeto pretende analisar as significações dos conteúdos culturais que são produzidos pelas crianças por meio da construção de “animações” feitas a partir de diferentes técnicas e materiais reutilizáveis, estimulando a percepção acerca da responsabilidade social/individual sobre a reutilização do lixo produzido e propiciar às crianças o conhecimento dos mecanismos de produção midiática de modo a tornarem-se cada vez mais protagonistas de suas ações.

6. Lazer de promoção e formação humana: O eixo central deste subprojeto sustenta-se na relação entre o corpo que produz e que também brinca, sem o caráter da academia de malhação, nem o da competição esportiva, e muito menos, a ênfase na busca do corpo idealizado pela mídia, mas sim, um trabalho corporal permeado nos fundamentos do lúdico, onde se torna possível que todos participem sem nenhum tipo de constrangimento ou dificuldade.

7. Praticando trilhas no caminho para o reconhecimento de si: reflexões sobre a loucura e a cidadania: Este subprojeto analisa práticas corporais lúdicas no tratamento terapêutico para portadores de distúrbios mentais, na tentativa de subsidiar teoricamente as potencialidades de práticas corporais como yoga, jogos

dramáticos, jogos cooperativos no processo terapêutico, como também do desenvolvimento da auto-estima de pessoas com transtornos psicóticos e neuróticos.

8. Expressividades do Corpo-Mundo: Este subprojeto visa investigar múltiplas linguagens expressivas que podem auxiliar no conhecimento e no cuidado de si, buscando uma ampliação da concepção de corpo que historicamente embasa a área de educação física. Através de vivências corporais lúdicas e artísticas, onde a educação corporal do humano não se apresenta descolada de uma preocupação ética, estética e ecológica socialmente referenciada.

9. Observatório Latino-Americano de Educação Física/Espportes e Saúde: Este subprojeto está sendo desenvolvido em colaboração com o Centro de Estudos e Assessoria em Saúde (Equador); Global Health Watch – Observatório Mundial da Saúde (com sede na Inglaterra). O objetivo central é realizar mapeamento do pensamento crítico nas áreas de interesse do Observatório, no Brasil e em países da América Latina.

10. Núcleo de Cultura Popular e de Movimento: Este subprojeto tem por objetivo compreender a dinâmica organizativa das comunidades periféricas do entorno do Maciço Central de Florianópolis, a fim de articular suas demandas de esporte e lazer e investigar o processo de resignificação das práticas corporais populares do futebol, capoeira Angola e boi-de-mamão, desenvolvidas com jovens e crianças atendidas nos projetos da comunidade.

Abordagem metodológica

Esta pesquisa inspira-se nas metodologias aplicadas à pesquisa social, especialmente, aquelas que se aproximam da pesquisa-participante e, em alguma medida, da investigação-ação. Sua materialização poderá contribuir tanto para a formulação de um referencial epistemológico crítico e complexo, quanto para a compreensão das relações que se estabelecem, a partir das práticas corporais em diferentes ambientes e com diferentes sujeitos.

Além disso, a opção por esta perspectiva metodológica possibilita a construção de alternativas de caráter inovador para projetos educacionais, conforme indicam Ferraro e Machado (2001), no sentido de organizar experiências que sejam, concomitantemente, investigativas, cooperativas e propositivas. Trata-se, então, de fazer pesquisa, “aprendendo a fazê-la melhor através da ação”, como nos diz Freire (1985, p. 35), o que nos aponta a possibilidade de estar construindo instrumentos e métodos mais adequados à temática e aos sujeitos envolvidos.

Compreendemos esta pesquisa integrada no âmbito participante, dado que os investigadores participam das atividades dos grupos investigados, sendo que os grupos colaboram para elucidar e encaminhar as problemáticas da pesquisa. Temos, portanto, na observação participante, uma técnica privilegiada para a coleta de dados, na qual ocorre uma relação mais próxima com os sujeitos observados, possibilitando que uma variedade de fenômenos e situações possa ser registrada para posterior análise. Esta possibilidade não ocorreria de forma tão completa com outros instrumentos de pesquisa, ainda que devamos considerar o risco inerente da imersão desmesurada do pesquisador no contexto da investigação.

Estes instrumentos de pesquisa são ainda complementados pelas entrevistas semi-estruturadas realizadas ao início e ao final do trabalho de campo. Os instrumentos iconográficos, fotografia e filmagem, estão sendo também utilizados.

A análise dos dados seguirá o método hermenêutico-dialético (MINAYO, 1992), apoiando-se, também, numa perspectiva de análise de conteúdo (BARDIN, 1979). Esta última técnica é especialmente útil para a análise das entrevistas/depoimentos com sua proposta de estruturação de "unidades de registro" e "unidades de contexto". O método proposto por Minayo (1992), por outro lado, organiza mais amplamente o processo ordenação, classificação, interpretação e análise dos dados, possibilitando um trânsito entre o geral e o particular, entre a teoria e a prática, entre o concreto e o abstrato, uma maior aproximação com a realidade, os objetivos propostos e o mundo da vida dos sujeitos envolvidos.

Resultados esperados

Dentre os resultados esperados pela realização desta pesquisa integrada, destacam-se a produção de subsídios teórico-metodológicos acerca das práticas corporais no contexto contemporâneo, por meio de subtemáticas significativas, fomentadas e tratadas na perspectiva do esporte e do lazer, como direitos sociais, com condição de aplicabilidade no interior de políticas públicas que partilhem dos ideais de formação humana omnilateral, emancipação e cidadania. Pretende-se, ainda fornecer subsídios para a construção do Laboratório de Práticas Corporais da UFSC, que atuará nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão, essenciais no cumprimento dos objetivos e metas de uma universidade pública de qualidade e socialmente referenciada. Por fim, busca-se a formação de rede de pesquisadores(as) em diferentes níveis da carreira acadêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- FERRARO, A. & MACHADO, N. A pesquisa-ação na construção de políticas públicas. In: FERRARO, A. & RIBEIRO, M. (org). *Trabalho, educação lazer: construindo políticas publicas*. Pelotas: Educat, 2001.
- FREIRE, P. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C. R. (org). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MINAYO, M. C. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec, Abrasco, 1992.
- SILVA, A. M. *A razão e o corpo do mundo*. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Volume 21, n. 1, setembro 1999. Anais do XI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, caderno 2.
- _____. *Corpo, ciência e mercado: reflexões acerca da gestão de um novo arquétipo da felicidade*. Campinas: Autores Associados, 2001.

BIBLIOGRAFIA DE APOIO

- ADORNO, T. *Educação e emancipação*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BRACHT, V. *Educação física e ciência: cenas de um casamento (in)feliz*. Ijuí: Editora Unijuí, 1999.
- CARDOSO, C. L. (org). *Visão didática da educação física*. Ijuí: Editora Unijuí, 1999.
- FALCÃO, J. L. C. *O jogo da capoeira em jogo e a construção da práxis capoeirana*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia, 2004.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- INÁCIO, H. L. D. O lazer do trabalhador em um contexto de transformações tecnológicas. Apud MARCELLINO, N. C. (org) *Lazer e empresa*. Campinas: Papirus, 1999.

- KUNZ, E. *Educação física: ensino e mudanças*. Ijuí: Unijuí, 1987.
- MELO, C. K. Cuida(do) corpo: experimentações acerca do "cuidar de si". In: *Práticas Corporais, Volume III: Experiências em Educação Física para outra formação humana*. Editora Nauembla Ciência & Arte, pp. 89-114, 2005.
- MINAYO, M. C. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec, Abrasco, 1992.
- SARAIVA, M. C. *Dança e gênero na escola: formas de ser e viver mediadas pela educação estética*. Tese de doutorado em Motricidade Humana - Especialidade em Dança. FMH - Universidade Técnica de Lisboa, 2003.
- SOARES, C. L. *Imagens da educação no corpo*. Campinas, Autores Associados, 1998.
- SILVA, A. M. *Corpo, ciência e mercado: reflexões acerca da gestação de um novo arquétipo da felicidade*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- SILVA, A. M. e DAMIANI, I. R. (orgs). *Práticas Corporais, Volumes I, II e III*. Editora Nauembla Ciência & Arte, 2005.

Organizando Acervos, Construindo Memórias, Fazendo Histórias

*Luciano Jahnecka*¹³³

*Roger Tavares Martins*¹³⁴

*Mário Gayer do Amaral*¹³⁵

*Paulo Sergio Medeiros*¹³⁶

*Flávia Garcia Guiddotti*¹³⁷

*Luiz Fernando Camargo Veronez*¹³⁸

*Eliane Ribeiro Pardo*¹³⁹

*Luiz Carlos Rigo*¹⁴⁰

RESUMO

Este trabalho visa relatar a experiência de organização do Acervo das Memórias Esportivas Infames (AMEI) da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas (ESF/UFPel). A proposta de organização deste acervo começou a ser gestada em 2002, com a doação para a ESEF/UFPel de 10 mil volumes, realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas. Posteriormente, em 2005, com o apoio do Ministério do Esporte (Ação Rede CEDES) e do Ministério da Cultura (Ponto de Cultura Chibarro), teve início o trabalho de organização e estruturação do acervo propriamente dito. Nas atividades necessárias à preservação e à socialização do acervo – limpar, registrar, catalogar e digitalizar –, deparamo-nos com uma memória esportiva local, regional, nacional e internacional composta por uma riqueza de fontes orais, imagéticas e escritas.

Palavras-chave: memória, esporte, cultura.

¹³³ Acad. ESEF/UFPel (bolsista Rede CEDES).

¹³⁴ Acad. ESEF/UFPel (bolsista Rede CEDES).

¹³⁵ Graduado em História (bolsista Ministério da Cultura).

¹³⁶ Graduado em História (bolsista Ministério da Cultura).

¹³⁷ Jornalista, mestranda em Comunicação Social, UNISINOS.

¹³⁸ Prof. Dr. ESEF/UFPel, pesquisador do Núcleo da Rede CEDES da ESEF/UFPel.

¹³⁹ Profa. Dra. ESEF/UFPel, coord. do Ponto de Cultura Chibarro, pesquisadora Rede CEDES Núcleo ESEF/UFPel.

¹⁴⁰ Prof. Dr. ESEF/UFPel, pesquisador do núcleo da Rede CEDES ESEF/UFPel.



Figura 01: Revistas do Acervo/ Esef/Ufpel. Fonte: Acervo das Memórias Esportivas Infames.

A educação física vem buscando sua legitimação através de diferentes intervenções práticas e ações acadêmicas. Uma vertente que conquistou seu espaço em âmbito nacional e até mesmo internacional é aquela vinculada à memória do esporte. O CBCE (Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte), por exemplo, dedicou no seu último Congresso (CONBRACE), que ocorreu em setembro de 2005 em Porto Alegre, um seminário intitulado "Informação e documentação em ciências do esporte", exclusivo para tratar da memória esportiva e dos processos de organização de acervos e centros de memória. Isso evidencia o crescimento que esta linha de intervenção e pesquisa universitária vem tendo no âmbito da educação física brasileira¹⁴¹.

Compreender nosso presente significa também (re)significar nossas memórias, principalmente quando concebemos a memória não como um fato datado em um certo momento histórico, mas como algo que traz consigo um componente ético que diz respeito às experiências singulares de cada um. Nesse sentido, como assinalou Alessandro Portelli (1997), nossas lembranças aproximam-se da nossa voz e se tornam tão particulares quanto são as nossas impressões digitais. Por outro lado, a memória é constituída por experiências conjuntas,

¹⁴¹ Outro exemplo da demanda dos trabalhos de memória está representado no fato de hoje existir dentro do CBCE um GTT (Grupo de Trabalho Temático) específico sobre memória.

aquilo que Mary Clark (1997) denominou de *memória compartilhada*, o que permite falarmos também de uma memória coletiva e/ou de uma *memória social*, como fazem, por exemplo, autores como Michel Pollak (1992) e Olga Von Simson (1991).

Dentro dessa multiplicidade que a memória circunscreve, a recuperação, a preservação e também a construção de memórias e de fontes históricas das práticas corporais de uma dada cidade, de uma região, enfim, de qualquer lugar, constituem-se em uma proposta de intervenção imprescindível para a legitimação política e acadêmica dessa área. Afinal, como assinala Silvana Goellner, recorrer:

À memória e à história, para melhor conhecer o esporte, a educação física e o lazer no nosso país, significa recorrer a textos, imagens, sons, objetos, monumentos, equipamentos, vestes, depoimentos orais e tantas outras produções humanas, entendendo-as como possibilidades de compreender que ali estão inscritas sensações, ideologias, valores, mensagens e preconceitos que permitem conhecer parcialmente a época em que foram produzidos (2003, p. 201).

Pistas teóricas metodológicas

Este texto constitui-se em um relato de experiência do processo de organização do AMEI (Acervo das Memórias Esportivas Infames¹⁴²) da ESEF/UFPel. Para a organização do trabalho, estamos fazendo uso dos procedimentos e das técnicas procedentes da área de organização de acervos e de centros de memória, técnicas arquivísticas e bibliotecárias. Como auxílio às nossas atividades, temos utilizado alguns procedimentos, sugestões e indicações metodológicas utilizados, principalmente, pelo CEME (Centro de Memória do Esporte) da ESEF/UFRGS e pelo CEMU (Centro de Memória da Unicamp)¹⁴³. Do ponto de vista teórico-técnico, destacamos entre outros a contribuição de: "Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação" (1999), de Armando Malheiro Silva et al.

Já no plano teórico, referente ao valor e ao significado social e cultural da memória, apropriamo-nos de certos conceitos trazidos por Stallybrass (2000) em seu trabalho intitulado "O casaco de Marx: roupas, memórias, dor". Neste estudo, o autor faz uma reflexão singular a respeito do valor e dos significados de objetos materiais pessoais,

¹⁴²O adjetivo infame colocado no nome do acervo foi feito inspirado no uso que Michel Foucault faz desse conceito no seu artigo "A vida dos homens infames" (1992). No acervo, ele está colocado para explicitar que estamos lidando e tratando não só das memórias esportivas oficiais e famosas, como também de memórias não-famosas (infames), como são as memórias dos clubes esportivos e recreativos de bairro, ou ainda dos times que participam do futebol de várzea e/ou colonial da cidade.

¹⁴³Centros de memória usados como referência em função das suas respectivas tradições na área da organização da memória junto às universidades.

como as roupas e outras lembranças, objetos que ajudam a formar o que ele denomina de uma “memória material” de cada sujeito, de cada acontecimento. Outra autora que vem servindo de referência para nosso trabalho é Ecléa Bosi, principalmente, com seu livro “O tempo vivo da memória: ensaio de psicologia social” (2003), obra em que ela trata da memória e suas múltiplas relações. Esta autora também delega uma atenção especial a certos objetos pessoais, principalmente aqueles que estão vestidos de particularidades históricas e são capazes de fazer um elo entre o presente e o passado. Esses objetos, que estão sempre carregados de pertencimento, Ecléa Bosi os denomina de “objetos biográficos” (2003).

A construção do Acervo das Memórias Esportivas Infames

O AMEI começou efetivamente suas atividades em agosto de 2005, sendo um projeto que participa e recebe incentivo do Chibarro Mix Cultural/MinC (Ponto de Cultura) e do Ministério do Esporte (Rede CEDES). As fontes que fazem parte do acervo se originaram a partir de uma doação recebida do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas no ano de 2002. A partir dessa doação, surgiu a idéia da construção de um acervo que contemplasse a organização, a preservação e a divulgação das práticas esportivas da cidade e da região.

A partir de 2003, simultaneamente à tentativa de organização desse acervo, começamos a realizar uma série de pesquisas. Nesse contexto, destacamos: “Braçadas em branco e preto: um estudo da natação feminina pelotense”, “Memórias de um futebol infame”, “Um estudo genealógico dos clubes de remo em Pelotas: regatas pelotense e Náutico Gaúcho”, “Entre a proa e a popa: a biografia de um clube”, “Um estudo genealógico do Esporte Clube Arroio do Padre” e “Mulheres em cena: incidência do futebol feminino em Pelotas”.

Em 2005, com a criação de um ponto de cultura em nossa cidade, o projeto AMEI passou a integrar também uma frente de pesquisa pautada na construção da memória dos projetos que fazem parte do Ponto de Cultura — Futebol à Tardinha; Piratas de Rua; ONG Odara; Museu Etnográfico da Colônia Maciel; Sociedade Musical União Democrata; Grupo de Capoeira Chibarro; Banca CNR Rappers — e da memória da própria Rede.

A formação do acervo deu-se com o objetivo principal de impedir que bens de valor histórico, cultural e afetivo para a população da cidade fossem destruídos ou abandonados ao esquecimento, preservando com essa iniciativa um pouco da memória esportiva da cidade e da região. A importância de ações dessa natureza na nossa área é destacada e reafirmada por autores como Vago et al. (2006), quando comenta acerca do desaparecimento do patrimônio histórico

ocasionado pela precária política de preservação da memória dessas áreas no Brasil.

Atualmente, o AMEI constitui-se de uma coleção de mais ou menos cem títulos de livros com os mais variados assuntos, duas mil horas de fontes orais¹⁴⁴ em áudio e fitas magnéticas com assuntos relacionados ao esporte local e à cultura em geral; fontes imagéticas caracterizadas nas fotografias recolhidas nas diferentes pesquisas realizadas, vídeos e reportagens que marcaram a trajetória da ESEF/UFPEL, do projeto Chibarro e de outros parceiros integrantes deste projeto.

Entre as coleções de revistas destacam-se: Placar¹⁴⁵, El Gráfico, Don Balon, Gazzeta delo Sport, Gazeta Esportiva Ilustrada, Guerin Sportivo, Manchete Esportiva, Deportes, O Globo Esportivo, Revista do Esporte, Sport Magazine, US Soccer, GOL, International Sport, Goles, Solo Fútbol, Panorama Esportivo, Viva, Esportes Olímpicos, Carnet e Match Brasil. Também encontram-se revistas com temáticas específicas, como tênis, lutas, ciclismo, entre outras ainda não catalogadas; coleções dos times de futebol Flamengo, Grêmio, Real Madrid, Internacional, Corinthians, Boca Júniors, Racing, Peñarol, Nacional (URU), San Lorenzo, Grêmio Esportivo Brasil, Pelotas, Farroupilha, Fluminense, Cruzeiro e Atlético.

O trabalho de pesquisa, que ocorre concomitante à organização, à catalogação e à digitalização das fontes que fazem parte do acervo, visa potencializar o uso do acervo para além do seu sentido histórico contemplativo, e tem como objetivo instituir "vida" ao AMEI, colocando em uso as fontes que possuímos. Os diferentes estudos que são desenvolvidos pela equipe inserida na organização do acervo, além de contribuir para a ampliação e aquisição de novas fontes escritas, orais e imagéticas, servem também como um instrumento de sistematização e publicização das memórias esportivas da cidade, possibilitando um acesso mais direcionado ao público que está interessado no conhecimento da história de certas modalidades esportivas específicas na cidade, como é o caso, por exemplo, do futebol, da natação, do remo, entre outros.

Considerações finais

Apenas num paradigma cartesiano e pós-cartesiano, que a vida da matéria é relegada à lata de lixo do "meramente" – o mau fetiche que o adulto deixará para trás como uma coisa infantil, a fim de perseguir a vida da mente.

¹⁴⁴ Para maiores considerações sobre as fontes orais em acervos institucionais, consultar a revista Estudos Leopoldenses: Série História, São Leopoldo, v. 4, nº 1, 2000.

¹⁴⁵ Nesta coleção, encontram-se todos os números publicados de 1970 até 1985.

Como se a consciência e a memória dissessem respeito a mentes e não a coisa, ou como se o real pudesse residir apenas na pureza das idéias e não na impureza permeada do material (STALLYBRASS, 2000, p. 39-40).

As práticas esportivas com sua tradição e fortes laços afetivos podem ser consideradas como exemplos emblemáticos do sentido social da memória, principalmente, por serem experiências corporais duradouras, elas tendem a afetar, produzir marcas afetivas e políticas em seus adeptos pelo resto de suas vidas. Construída com a participação de "objetos biográficos" esportivos, como camisetas, flâmulas, medalhas e fotografias, as memórias esportivas lembram o passado e reconstróem o presente diariamente. As revistas esportivas e outros registros escritos formam por sua vez uma rede de recordações possibilitando que a memória de cada sujeito seja compartilhada por outros, principalmente, por aqueles que possuem nas práticas esportivas uma afinidade eletiva, constituindo assim uma memória esportiva compartilhada, uma tradição que é cultuada e passa de uma geração para outra.

Nos últimos anos temos acompanhado um crescimento considerável, no âmbito da educação física, no trabalho que envolve a organização de acervos e de centros de memórias. Além de ser um patrimônio cultural, estas instituições contribuem de forma significativa também para o crescimento da educação física enquanto área acadêmica. Uma melhor organização dos registros oriundos de fontes orais, escritas e imagéticas, com certeza, irá propiciar um solo fértil para pesquisas na área. Assim, a recuperação e reconstrução de fontes históricas são imprescindíveis no processo de informação, documentação e delimitação de nosso espaço enquanto área de conhecimento.

Após a conclusão da organização do AMEI, todos os seus registros e fontes serão de acesso público e ficarão disponíveis para consulta tanto da comunidade acadêmica quanto de toda a sociedade. Com vista a continuar a ampliação do acervo num futuro próximo, iremos desencadear uma campanha de doações de fontes (documentos, fotografias, revistas, jornais, camisetas, etc.) junto à comunidade pelotense e arredores. Além de aumentar o acervo, essa campanha visa fortalecer os elos entre sociedade e universidade, inventando novas práticas de preservação e criação da memória esportiva e da cultura da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS. Os arquivos, os arquivistas e a arquivística: considerações históricas. In: *ANPUH/Nacional, Democracia, Direitos, Arquivos e Documentação*. São Paulo, 2004.
- BOSI, E. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1995.
- _____. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CLARK, M. M. *Esquecendo Louise Rouget — O problema do individualismo, da coletividade e das lembranças não-compartilhadas na História Oral e na Cultura dos Estados Unidos*. Projeto História, n. 15, PUC-SP, São Paulo: Educ-Editora da PUC-SP, 1997.
- CONGRESSO NACIONAL DE ESPORTE, LAZER, EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA, 10., 2006. Curitiba. *Anais...* Curitiba: UFPR, 2006.
- Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.
- Estudos Leopoldenses: série história*. São Leopoldo: Unisinos, v. 4, n.1, 2000.
- FOUCAULT, M. *A vida do homens infames*, In: O que é um autor? Lisboa: Vega, 1992.
- GOELLNER, S. V. *Informação e documentação em esporte, educação física e lazer: o papel pedagógico do Centro de Memória do Esporte*. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 25, n.1, p. 7-210, 2003.
- POLLAK, M. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.
- PORTELLI, A. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral*. Projeto História, nº 13, Ética e História Oral. PUC-SP, abril, 1997.
- ROUSSEAU, J. Y. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Trad. Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. (Nova Enciclopédia, 56).
- SAMAIN, Et. *Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SILVA, A. M. et al. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1999. (Biblioteca das Ciências do Homem, Plural, 2).

STALLYBRASS, P. *O casaco de marx: roupas, memórias, dor*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VON SIMSON, O. R. M. *Depoimento oral e fotografia na reconstrução da memória histórico-sociológica: reflexões de pesquisa*. Boletim Centro de Memória Unicamp. Campinas, v. 3, n.5, 9-65, 1991.

Esporte e Lazer no Município de Raposa (MA): Um Direito a Conquistar

Prof^a. Ms. Silvana Martins de Araújo¹⁴⁶

Prof^a Esp. Francisca das Chagas Oliveira Elias¹⁴⁷

Diogo Ferraz Oliveira¹⁴⁸

Kytania Lindoso Dominici¹⁴⁷

Marconi Neto da Silva¹⁴⁷

Nilza Cleide Gama dos Reis¹⁴⁷

Samyr Rodrigues Bezerra¹⁴⁷

Sylvianne Dias Gomes¹⁴⁷

RESUMO

Este artigo é resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido pela Rede CEDES/UFMA, com o objetivo de identificar a existência de políticas públicas voltadas para o esporte e o lazer no município de Raposa (MA). É caracterizado como estudo de tipo exploratório, através da combinação de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, na qual foram aplicados questionários semi-estruturados à sociedade civil e realizadas entrevistas com gestores e parlamentares, para se verificarem os espaços e equipamentos, a política de animação e os recursos humanos envolvidos nas ações do governo municipal. Foi constatado que o município desenvolve uma política assistencialista, pautada pelo apoio restrito a eventos esporádicos, os quais atendem necessidades imediatas de públicos específicos. Porém, destaca-se o empenho dos diferentes segmentos sociais que desenvolvem ações significativas e com grande mobilização comunitária, preenchendo parcialmente a lacuna deixada pelo poder público.

Palavras-chave: esporte, lazer, política pública.

INTRODUÇÃO

O lazer tem sofrido, ao longo do tempo, uma série de mudanças de concepções e significados. Associado principalmente ao repouso, tempo livre, diversão e distração, "foi substituído por um conjunto integrado das mais diversas atividades não ligadas às necessidades e às obrigações" (DUMAZEDIER, 2004, p.28). Defini-lo pressupõe

¹⁴⁶ Coordenadora do Núcleo da Rede CEDES/UFMA.

¹⁴⁷ Professora integrante do Núcleo da Rede CEDES/UFMA.

¹⁴⁸ Bolsista da Rede CEDES/UFMA.

superar restrições frente às suas múltiplas possibilidades advindas da evolução tecnológica, da modificação de costumes e de suas implicações sobre o trabalho. Assim, o lazer é importante principalmente como fator de desenvolvimento humano, social, e fenômeno gerado historicamente como determinante fator de qualidade de vida.

Segundo MARCELINO (2001, p.10):

O lazer é valorizado pela população, ainda que isso não seja verbalizado por ela, por uma série de motivos. Tem importância na vida e na qualidade de vida das pessoas. Se se perguntar diretamente às pessoas, qual a importância do lazer em suas vidas, obter-se-á um sétimo a décimo lugar numa escala de prioridade. Isso se deve à pouca "ressonância social do lazer" ainda não visto como um direito social, e também à hierarquia de necessidades. Mas, se se for conviver diretamente com as pessoas, ver-se-á a importância do lazer como busca de significado para suas vidas.

Para esse autor, o lazer é uma "cultura vivenciada (praticada, fruída ou conhecida) no tempo disponível das obrigações profissionais, escolares, familiares, sociais, combinando os aspectos tempo e atitude" (2002, p. 42), o que mostra o aspecto "desobrigado" de se ter acesso a essa prática como uma vivência em que os sujeitos se envolvem porque assim o desejam.

O lazer deve ser visto, portanto, num panorama amplo, de modo a poder-se verificar e analisar suas diversas possibilidades, observando-se também a relevância social e cultural que ele exerce na vida dos indivíduos. Diante desta importância, promovê-lo como direito social deve ser política de Estado. Por isso, são imprescindíveis ações políticas de atuação em longo prazo que promovam a democratização cultural, bem como o acesso aos bens culturais, defendendo-se o esporte e o lazer como direitos sociais.

Atualmente, com o objetivo de fomentar a pesquisa e o desenvolvimento científico no Brasil, o Ministério do Esporte tem estimulado a constituição de redes envolvendo grupos de pesquisa vinculados a instituições de ensino superior e/ou a institutos de pesquisa e sociedades científicas. Nessa perspectiva, criou o Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede CEDES) que é um dos pólos produtores de conhecimento que busca avaliação de políticas públicas, monitoramento de projetos, capacitação de gestores de esporte e lazer, entre outros.

No Maranhão, o Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas em

Educação Física (GEPPEF), vinculado ao Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), assumiu a coordenação do núcleo da Rede CEDES/UFMA, apresentando como subprojeto uma pesquisa intitulada: *Políticas de Esporte e Lazer na ilha de São Luís: direito garantido ou negado?*

O objetivo principal da pesquisa é, pois, investigar quais as políticas públicas de esporte e lazer em Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar e São Luís, municípios que integram a ilha de São Luís, identificando de que forma vêm sendo operacionalizados os aspectos necessários para uma política de ação inclusiva que afirmem o esporte e o lazer como direitos sociais, a qual tem como objetivos específicos: detectar a presença ou ausência de diretrizes gerais de esporte e lazer; identificar se existe uma política de animação sociocultural; e conhecer quem são os agentes sociais de esporte e lazer nestes municípios, bem como a sua formação e processo de atualização profissional.

Como ponto de partida da pesquisa, elegeu-se Raposa, situada a 25 quilômetros do Centro da capital, cuja constituição, como município, requer um breve resgate histórico.

De acordo com Sousa (1997), documentos oficiais apontam que em 1958, no Nordeste brasileiro, foi registrada uma das mais violentas secas no Brasil, atingindo habitantes da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Piauí e de Pernambuco. Ao final de 1958, cerca de 200 mil pessoas formaram uma considerável corrente migratória para diversas regiões brasileiras, vindo em número substancial na direção Oeste, especialmente para o Maranhão. Da população que migrou para esse Estado, muitos aportaram na praia da Raposa em decorrência de vínculos familiares e/ou pelas semelhanças da praia maranhense com a cearense.

A praia da Raposa era na época povoado de Paço do Lumiar, distrito do município de São José de Ribamar. Em 1961, Paço do Lumiar obteve sua independência político-administrativa do município de São José de Ribamar e, a partir de então, a praia da Raposa, distrito de Paço do Lumiar, torna-se a segunda maior localidade em termos populacionais.

Como demonstra Sousa (1997, p.88) em seu livro *Raposa: seu presente, sua gente, seu futuro*, "a comunidade da Raposa via-se esquecida pela administração de Paço do Lumiar, o que comprometia a organização social do povoado, faltando-lhe educação, saúde e habitação". Como resultado da pressão popular e de articulação política, em 10 de novembro de 1994, deu-se a criação do município pela Lei nº. 6.132, e Raposa ganha demarcações geográficas legais e, conseqüentemente, representantes que responderiam pelas ne-

cessidades da comunidade.

No ano de 2000, o município apresentava uma taxa de urbanização de aproximadamente 66,54% (IBGE – Censo 2000). De acordo o Banco de Dados Cidades (2003), publicado pelo IBGE, o município de Raposa possui aproximadamente 20.088 habitantes. No que se refere à educação, renda e habitação, em 2003, o município possuía 81,5% de jovens entre 15 a 17 anos e 66,9% entre 18 a 24 anos, todos esses jovens com menos de oito anos de estudo. Os dados do IBGE apontam também que o município possui na sua população adulta 29,2% de analfabetos, 82,4% com menos de oito anos de estudo e 52,7% com menos de quatro anos de estudo, apresentando uma média ínfima de 3,8 anos de estudo. Até 2000, a renda *per capita* média era de R\$ 75,80, e 70,4 % da população era pobre. Dos domicílios urbanos, apenas 27,4% tinham acesso à água encanada e 15,1% ao serviço de coleta de lixo.

No período de 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDH-M) obteve um crescimento pequeno, passando de 0,555, em 1991, para 0,632, em 2000 (em uma escala de 0 a 1). Se mantiver esta faixa de crescimento do IDH-M, Raposa levará 25 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com melhor IDH-M do Brasil (0,919) e 13,9 anos para alcançar a cidade de São Luís (MA), o melhor IDH-M do Estado (0,778). Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/2000), o município de Raposa estava entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). E, em relação aos outros municípios do Brasil, apresentava uma situação ruim, ocupando a 4.074^a posição.

Diante dos indicadores socioeconômicos, percebe-se que as atuais políticas públicas implementadas no município, desde a sua emancipação, não têm contribuído para alterar significativamente o seu quadro de vulnerabilidade social.

Frente a esse contexto, surge a questão: em que situação se encontra o direito ao esporte e ao lazer neste município, uma vez que nem as suas necessidades básicas estão sendo atendidas?

Desse modo, com o intuito de conhecer esta realidade, a pesquisa procura investigar se as políticas públicas estão servindo como um meio de garantir ou negar o esporte e o lazer como direito social, e assim defender uma gestão democrática fundamentada na perspectiva da inclusão social.

Este estudo caracteriza-se, portanto, como uma pesquisa qualitativa, cuja proposta metodológica desenvolveu-se através da combinação de pesquisa bibliográfica sobre o lazer, esporte e políticas públicas; documental através da análise de leis, termos de convênio

e projetos; e pesquisa de campo com a utilização dos seguintes instrumentos: questionário semi-estruturado, aplicado a 96 pessoas da sociedade civil (23% dos segmentos mapeados), consoante a classificação de segmentos adotada na II Conferência Nacional do Esporte 2006, e entrevista semi-estruturada para colher depoimentos de seis gestores e parlamentares do município, no sentido de se perceber como estes conceituam e avaliam o lazer e o esporte.

Descrição e análise dos dados significativos

Pesquisa documental

Serviram de base para a análise, a Lei Orgânica do Município de Raposa (30 de junho de 1997), em seu Capítulo IX, os projetos de eventos e atividades esportivas e de lazer, o convênio da CBF (IAFB) com o município e o orçamento municipal destinado ao esporte no ano de 2006, além do cronograma anual de atividades esportivas do município em 2001.

1. Das práticas esportivas e de lazer como direito do cidadão – O artigo 110 da Lei Orgânica do Município de Raposa atribui ao poder municipal fomentar as práticas desportivas e de lazer, formais e não-formais, como direito de todo cidadão, assumindo assim a posição tomada pela Constituição Brasileira, que define o lazer como direito social no seu artigo 6º.

No que diz respeito à animação sociocultural através do levantamento documental realizado, foi encontrado referente ao ano de 2001, ainda na gestão anterior, apenas um cronograma de atividades de esporte e lazer para a população, no qual estava prevista a realização dos Jogos de Verão, da Independência, do Torneio Dia da Criança, do Torneio Incentivo, do Torneio da Integração dos Órgãos Municipais e dos Jogos Escolares Maranhenses.

Em 2003, foi celebrado um convênio entre o município e o Instituto de Assistência ao Futebol Brasileiro (IAFB), vinculado à Confederação Brasileira de Futebol (CBF), denominado "Escola de Futebol", voltado para crianças e adolescentes, alunos das escolas públicas, com prioridade para aquelas residentes em comunidades carentes e também oportunizando trabalho a ex-jogadores e ex-técnicos de futebol locais. A IAFB forneceu todo o material, exigindo, em contrapartida, a garantia do local para realização das atividades.

Na atual gestão (2004/2007), foram encontrados registros dos projetos Arraial Viva Raposa, Jogos Escolares Raposenses (JERAs) e Festa do Pescador. Mediante leitura dos documentos, observa-se que o poder executivo tem planejado eventos esportivos e de lazer,

no entanto com previsão anual de realização, o que demonstra uma certa iniciativa de execução de uma política de animação, porém ainda em caráter eventual ou esporádico.

2. Da construção e uso de áreas destinadas ao esporte e ao lazer – O artigo 113 da Lei Orgânica do Município de Raposa menciona que “é prioridade a construção de áreas para a prática do esporte e lazer” (p.23). Em seu artigo 114, o documento menciona que “é facultativo celebrar convênios com associações esportivas sem fins lucrativos para reforma e restauração das dependências e equipamentos das entidades conveniadas, se assegurado ao Poder Público o direito de destinar a utilização das instalações para fins comunitários de esporte e lazer a serem oferecidas gratuitamente à população” (p.23). Destaca-se que do ponto de vista legal está garantido o uso gratuito dos espaços e sua construção.

Segundo Marcellino (2001), o espaço é um elemento fundamental para a vivência do lazer e deve estar integrado como elemento relevante na política urbanística da cidade. Isso significa dizer que é necessário haver políticas integradas em diversas áreas, para que seja possível a estruturação de espaços para um viver mais humano, ratificando-se que a construção de espaços de lazer tem um significado participativo da sociedade.

3. Do financiamento do esporte e lazer no município – No orçamento aprovado pela Câmara Municipal no ano de 2006, está previsto um recurso financeiro de R\$ 220.000,00, destinado à realização de atividades de esporte e lazer. Apesar de ser um montante insuficiente, é um indicativo de previsão orçamentária a ser aplicada em políticas públicas de esporte e lazer no município, visto que,

Em geral, nas Prefeituras, as Secretarias de Esporte e Lazer são as que recebem a menor fatia do bolo orçamentário, induzindo a espetacularização do esporte e lazer como forma de atrair patrocinadores. A constante utilização dos eventos de esporte e lazer como estratégia de propaganda de governo explica a frequência com que atletas bem-sucedidos desenvolvem carreiras políticas nestes setores (ZINGONI, 2003, p. 220).

4. Da conservação do patrimônio cultural do município – O parágrafo 5 do artigo 114 da Lei Orgânica do Município de Raposa afirma que “o poder público municipal e todo cidadão são responsáveis pela proteção cultural do município, através de sua conservação e manutenção sistemática e por meio de inventários, registros, vigiâncias, tombamentos e preservação, com vistas a assegurar para a

comunidade o seu uso social” (p.23).

A Constituição Brasileira, no seu artigo 23, afirma como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios zelarem pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e pela *conservação do patrimônio público*. No entanto, não foi encontrado nenhum projeto de conservação do patrimônio público, nem de construção de áreas de esporte e lazer no município em estudo.

Resultados da pesquisa de campo

Para conhecer a realidade do município, no que se refere às Políticas Públicas de Esporte e Lazer, foi realizada uma pesquisa de campo, visando estabelecer uma relação entre as orientações legais e o que de fato vem acontecendo. A descrição dos dados foi subsidiada a partir das categorias de análise adotadas para este estudo, tendo como base as questões norteadoras indicadas nos questionários e entrevistas aplicados.

O esporte e o lazer na visão dos gestores e parlamentares do município de Raposa – Foram analisados depoimentos de seis gestores e parlamentares com a finalidade de entender-se como conceituam e avaliam o lazer e o esporte nesse município. Dentre os entrevistados, há diretores de escola, coordenadores de cultura e esporte e vereadores. Igualmente, foram coletados depoimentos de pessoas que vivenciam as questões relacionadas ao esporte e ao lazer no seu cotidiano “e que, uma vez registrados, permitem novas análises, suscitam novos objetos de estudo e nova documentação” (HUNGER, SQUARCINI, PEREIRA, 2004, p. 94) .

A análise das entrevistas possibilitou também o confronto de várias questões que foram levantadas pela pesquisa documental e questionários, permitindo uma visão mais ampla do assunto.

A importância do esporte e do lazer para a sociedade – Os gestores caracterizaram o lazer e o esporte como elemento de fundamental importância para os indivíduos, além de os considerarem fator estimulante no processo ensino-aprendizagem para os alunos, o que se confirma através dos seguintes depoimentos:

[...] é um grande aliado da educação no sentido de tirar, dá um suporte maior para que a criança passe a gostar da escola (COORDENADOR DE ESPORTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO).

[...] contribui para nossa saúde, contribui para nossa educação [...] (VEREADOR).

Marcellino (2001) apresenta elementos para análise dessa temática quando afirma que a concepção de lazer, na maioria das vezes, precisa de justificativas baseadas em critérios utilitaristas.

Notou-se através dos depoimentos uma visão do lazer restrita a um único conteúdo (esporte), diminuindo, assim, a sua abrangência. É preciso, portanto, pensar o lazer num sentido mais amplo, pois ele não deve ter caráter apenas assistencialista ou constituir-se como uma obrigação, sendo fundamental compreender sua essência no desejo e na vontade de cada indivíduo.

Na verdade:

O que caracteriza a essência do lazer, o diferencial deste fenômeno perante as outras práticas sociais e culturais em nossa sociedade, é o fato de que os elementos que o caracterizam são enraizados no lúdico e, mesmo passíveis de pressão e interferência do contexto, não adquirem o caráter de obrigação e não são vistos como um conjunto de tarefas a serem cumpridas. Esses elementos expressam o exercício coletivamente construído no qual os sujeitos se envolvem porque assim desejam (WERNECK, 2003, P.36).

Assim, embora o esporte e o lazer sejam necessários à vida do homem, apresentam, numa escala de prioridades, diminuta importância para a população. De acordo com Marcellino (2001), essa irrelevância “[...] se deve à pouca ‘ressonância social do lazer’, ainda não visto como um direito social [...]”.

O conhecimento sobre a obrigação legal do poder público na garantia do esporte e do lazer à comunidade – De acordo com a Lei Orgânica do Município de Raposa, o poder público é o principal responsável por implementar e gerenciar as ações de esporte e lazer. Nesse sentido, os gestores afirmam:

[...] é uma obrigação mesmo. Porque a comunidade tem interesse, força de vontade, mas não tem recurso, não tem espaço. Então é o poder público mesmo (COORDENADORA DE CULTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO).

[...] uma atenção ao esporte. A administração atual está começando agora a desenvolver o trabalho, né? Mas ainda também precisa de muita coisa [...] (PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL).

Por outro lado, muitas vezes o lazer é encarado como mera perda de tempo, levando o poder público a promover políticas de esporte e lazer insuficientes para a comunidade, ferindo um direito garantido em lei, considerando que:

[...] o lazer deveria ser encarado como serviço obrigatório para os governos e um direito social dos cidadãos brasileiros. O entendimento do direito aqui se faz como uma via de duas mãos: ele também gera deveres e compromissos por parte dos usuários das políticas públicas de lazer. O caminho dessa prestação de serviço poderia ser na direção de ações comprometidas com a transformação da sociedade numa construção conjunta entre o governo e a comunidade, pois o governo deve entender-se como organização criada para atender os desejos pelos seus donos, o povo. Não queremos dizer com isso que o governo deveria atender à vontade do povo sem pensar. As ofertas de lazer por parte dos órgãos públicos devem ser justas, isto é, trabalhar na perspectiva da educação para e pelo lazer, contemplar a todos, dando prioridade às classes mais carentes. Para isso, devem ser ricas, equilibradas e diversificadas: em conteúdos culturais (STAFIM), nos gêneros (práticas, fruição e conhecimento) e nos níveis (de conformista para o crítico e criativo) (MÜLLER, 2002, p. 12-13).

Tendo como referência as entrevistas, percebe-se que a maioria das respostas aponta o poder público como o único responsável pela garantia das ações referentes ao esporte e ao lazer. Porém, não só os órgãos públicos devem envolver-se com a realização de políticas públicas; deve-se incentivar também a participação popular. Segundo o Ministério do Esporte (2006, p. 06), o envolvimento da sociedade é uma "forma de partilhar responsabilidades no estabelecimento de prioridades para esporte e lazer nas esferas públicas de poder".

A existência de órgãos responsáveis por ações de esporte e lazer no município – Considerando as respostas dadas pelos gestores, em Raposa, só existe a Secretaria de Educação que engloba as coordenações de cultura, esporte e lazer. No município, é inexistente uma secretaria destinada apenas aos assuntos específicos de lazer e esporte, o que leva os agentes comunitários à dependência de outros departamentos e limita suas ações, como relatam alguns depoentes:

Não, não tem não. Só a Secretaria de Educação, mas não tem uma secretaria específica (DIRETORA DE ESCOLA ESTADUAL).

Especificamente, existe a Secretaria de Educação que diz que é a Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, então é ela que dá esse suporte; o esporte está atrelado à Secretaria de Educação [...]. Isso impede muito que a gente vá desenvolver várias atividades com relação ao esporte, porque sempre alega que não tem condição financeira para investir nessa, na parte do esporte (COORDENADOR DE ESPORTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO).

Espaços específicos de esporte e lazer no município

– Existem praças, campos de futebol e quadras de *beach soccer*, o que restringe essas práticas aos interesses físicos do lazer. Sobre os espaços de lazer, Müller (2002, p. 25) afirma que “esses ainda não gozam de uma valorização e nem são entendidos como essenciais e, por isso, não recebem a atenção necessária por parte das políticas urbanas”. Dois dos depoentes responderam:

O que se tem aqui, as estruturas que temos aqui são os campos de futebol [...]. Nós temos uma área construída pela Prefeitura, mas até hoje foi abandonada a quadra de *beach soccer* (COORDENADOR DE ESPORTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO).

[...] só posso te adiantar que o número é mínimo, entendeu? E os espaços que existem, os que não são particulares, que a Prefeitura ajuda, dá apoio, funcionam precariamente (COORDENADORA DE CULTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO).

Construção, ampliação e conservação de novos espaços específicos

– Sobre a reestruturação de espaços para o lazer e o esporte, verificou-se, nesse âmbito, apenas a presença de projetos pleiteados pela Câmara Federal. De acordo com as respostas a seguir, observou-se que os espaços existentes ainda permanecem sem alterações na sua arquitetura original, deixando o poder público de cumprir sua obrigação legal.

Tem projeto que está em tramitação na Câmara Federal, para que se traga para o município de Raposa uma quadra polivalente, ou seja, um ginásio poliesportivo e daqui para 2007 está saindo, nós estamos aguardando que se vier para o município de Raposa será uma grande ajuda dentro do esporte (COORDENADOR DE ESPORTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO).

Não, não. Do jeito que eles receberam continua (DIRE-

TORA DE ESCOLA ESTADUAL).

Até o presente momento, ainda nada passou nada referente a isso [...] reforma de quadra, construir espaços nenhum (VEREADOR).

A maioria dos gestores afirmou que a responsabilidade de zelar, limpar e de cuidar cabe à comunidade; a Prefeitura doa somente a grama para os campos de futebol. Os depoimentos mostram mais uma vez o descaso e a omissão dos órgãos responsáveis.

Não existe, quando vai acontecer um campeonato junta um grupo de gente, que limpa, tá entendendo? E, mas, assim, de que exista uma política específica de acompanhamento e preservação, não existe não (COORDENADORA DE CULTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO).

Política de animação e frequência dos eventos realizados pela Prefeitura - Os eventos realizados, apesar de acontecerem em sua maioria anualmente, contemplam uma variedade admirável de modalidades. O festejo de São Pedro, por exemplo, um dos mais importantes do município, envolve a comunidade em geral, tanto na participação das atividades como também na sua organização.

Neste festejo, promovido pela colônia dos pescadores, são realizadas atividades, tais como: maratona, barco à vela, ciclismo, jogos de salão, esportes em geral, das quais a população participa maciçamente ganhando prêmios em dinheiro, medalhas e troféus patrocinados pela Prefeitura.

Acontecem também com ênfase os campeonatos municipais de futebol de campo, sendo esta modalidade a mais desenvolvida. É surpreendente a quantidade de atletas e pessoas da comunidade que participam desses torneios. Um dos destaques é o JERAS (Jogos Escolares Raposenses), que é uma eliminatória para os Jogos Escolares Maranhenses.

Segundo o coordenador de Esporte da Secretaria de Educação, Raposa é conhecida nacionalmente pelo *beach soccer*, o que evidencia o potencial dos técnicos e dos atletas envolvidos com essa modalidade.

[...] na festa do padroeiro do município que é dia de São Pedro, 29 de junho, nós atribuímos todas as atividades que dão possibilidade esportiva: natação, barco à vela, remo, maratona, ciclismo, futebol de areia,

beach soccer, futebol de campo (COORDENADOR DE ESPORTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO).

É uma semana de eliminatória e as finais acontecem no dia da festa. Nós temos o futebol de areia, o ciclismo masculino e feminino, a maratona masculina e feminina, temos a maratona infantil, que este ano não deu pra se realizar, mas já houve no anterior. Teve o campeonato de damas, dominó e bilharina [...]. Se não tiver a população até morre, entendeu? Até deporta o prefeito entendeu? Então essa festa tem que acontecer (COORDENADORA DE CULTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO).

Organização/coordenação das atividades de esporte e lazer e a política de contratação de pessoal – Os eventos esportivos e de lazer promovidos pelo poder público são organizados e coordenados pela Secretaria Municipal de Educação, através das coordenações de cultura e esporte e de suas respectivas equipes de trabalho, conforme depoimento a seguir:

Com relação ao festejo junino e festa de São Pedro, fica sob a minha responsabilidade, entendeu, o geral (coordenação geral), aí a gente se reúne com o esporte e passa o que é de modalidade esportiva, determina quem vai tomar de conta do atletismo, quem vai tomar de conta do futebol de areia, coordenadores por modalidades, justamente por modalidade [...]. Há a divulgação, tem uma rádio comunitária aqui no município, ela abrange a área mais populosa de Raposa, ela não vai até muito distante que é a rádio (a cabo) [...]. A gente bota o carro de som, às vezes... Esse ano, aliás, no ano passado, a gente também colocou até outdoor. A Prefeitura manda botar uns cartazinhos [...]. Pelo menos, a festa de São Pedro e o arraial, a gente consegue fazer dessa forma [...]. Campeonatos, a gente divulga só na rádio. JERAS, primeiro nas escolas, manda avisos para a escola como a comunidade [...] (COORDENADORA DE CULTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO).

Dentro do quadro de profissionais que atuam no gerenciamento do esporte e lazer no município, a minoria foi nomeada através de concurso público (o último foi em 1997), no qual não foram oferecidas vagas para professor de educação física. A maior parcela do

quadro funcional da Secretaria de Educação é composta por cargos comissionados e contratos temporários indicados, na maioria das vezes, por critérios políticos. Os depoimentos abaixo reforçam essa realidade:

[...] lá funciona um grupo de pessoas que são contratadas pelo município que trabalham nessa área. Então, inclusive outras escolas, mesmo do município, não têm professor de educação física. Nenhuma escola tem professor de educação física (DIRETORA DE ESCOLA MUNICIPAL).

Há cargos que realmente foram contratados, mas dentro da equipe, nós temos pessoas que foram nomeadas [...]. Os outros cargos que existem lá são todos comissionados (PRESIDENTE DA CÂMARA).

Mediante a fala dos gestores, nota-se que no processo de contratação de pessoal não são adotados critérios de formação e competência técnica, titulação ou qualificação dos profissionais responsáveis pelas ações ligadas ao lazer e ao esporte, o que é corroborado a seguir por ZINGONI (2003, p. 218):

Esporte e lazer ainda são setores de menor importância nos planos de governo, razão pela qual as indicações de cargo político para seus órgãos de gestão, em geral, não seguem a mesma lógica das escolhas de outros setores.

Política de formação, qualificação e atualização dos profissionais – Analisando-se as respostas dadas pelos gestores, é visível o descaso quanto às questões referentes à formação e à atualização dos profissionais da área, pois 100% dos gestores afirmaram não ter ou não conhecerem programas de melhoramento de atividades desses profissionais. Percebe-se falta de fundamentação teórica dos trabalhadores do esporte, o que compromete a sua prática, pois, de acordo com França (2003, p. 41), “a integração teórico-prática propicia o pensamento crítico, ampliando a possibilidade de compreensão e intervenção crítica na realidade [...]”.

Não, não tem ninguém que tenha curso de educação física. Isso é uma preocupação, nós temos essa preocupação de chegarmos junto à SESP de oferecer curso de capacitação [...] (COORDENADOR DE ESPORTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO).

Ainda não tem, nós não temos uma qualificação especial,

porque deveria ter, deveria ter um professor de educação física que no caso não temos não. O município da Raposa tem, mas não no quadro [...]. Eles não têm assim uma qualificação especial (PRESIDENTE DA CÂMARA).

Sabe-se que capacitar, formar e atualizar profissionais que trabalham na área do esporte e lazer é fundamental para a maximização das ações referentes às práticas nessa área, pois isso propiciará aos agentes maiores subsídios para que possam realizar sua prática mais consciente e reflexivamente. Nesse sentido, é preciso que os sujeitos vivam em busca permanente do conhecimento, por este constituir-se ponto fundamental para o bom desenvolvimento de suas atividades. Além disso:

Os recursos humanos são importantíssimos para o desenvolvimento de qualquer política de serviço que se queira competente. A questão da busca permanente do conhecimento é um ponto fundamental para que o gestor de lazer, tanto do poder público como da iniciativa privada, não fique restrito somente à rotina dos seus afazeres cotidianos. Administrar o lazer exige estar aberto para aprender para quê, o quê, como e para quem fazer, e uma recomendação importante é usar a reflexão (meditar, raciocinar, cogitar), [...] deve criar um tempo para discutir com sua equipe para avaliar, planejar e replanejar as ações realizadas e por realizar. (MÜLLER, 2002, p. 18)

Diretrizes de Políticas Públicas de Esporte e Lazer – Ainda de acordo com as respostas dos gestores, pode-se perceber a sua falta de conhecimento em relação a leis e diretrizes. Os depoentes assim afirmam:

Não, não conheço (DIRETORA DE ESCOLA MUNICIPAL).

Não, não existe nada, nessa história, nós estamos agora caminhando, né? (PRESIDENTE DA CÂMARA).

Considerando as respostas dadas pelos entrevistados, 100% dos gestores responderam não haver ou não conhecerem diretrizes norteadoras das Políticas Públicas no Município, o que mostra claramente que as ações realizadas no âmbito do esporte e do lazer para a sociedade não possuem subsídios, tampouco uma sistematização. Analisando-se os documentos do município, pode-se constatar na sua Lei Orgânica a definição de algumas diretrizes para o esporte

e o lazer, porém os gestores não a conhecem, ficando assim sem respaldo para requererem o cumprimento dos deveres do Estado no que tange à Constituição Federal.

O esporte e o lazer na visão dos segmentos sociais do município de Raposa

Existência, construção e preservação de espaços públicos específicos – A maioria da população (58,3%) afirmou haver espaços mantidos pela Prefeitura do município e 39,5% disseram não existir. Este dado indica a presença de espaços ou uma confusão sobre o conceito de espaços específicos de lazer, que, segundo Marcellino (2002), são aqueles especialmente concebidos para a prática das várias atividades de lazer.

O percentual de 87,5% da população considerou insuficiente a quantidade de espaços destinados ao esporte e ao lazer no município. Foi comprovado por registros fotográficos e visitas ao município que os espaços existentes não atendem à demanda populacional de aproximadamente 20 mil habitantes. Estes indicadores precisam ser enfrentados por ações que objetivem a democratização do espaço e, conseqüentemente, do lazer.

No que concerne à construção e preservação de espaços públicos desse município, os entrevistados afirmaram que a administração atual não os construiu nem os tem preservado.

A constatação acima revela que o poder público tem se omitido na oferta do lazer, na dimensão que implica socializar esses espaços, e assim deixa de garantir um direito da população.

Vale ressaltar ainda que a construção e preservação de espaços tornam-se uma ferramenta importante para a gestão no momento de elaboração da política de animação, pois será, a partir dos espaços construídos e preservados, que se prolongará o quadro de atividades, com o propósito de realizar um lazer social assegurado para todos.

Promoção e tipos de atividades de esporte e lazer – 55,3% das entidades responderam negativamente, enquanto 43% afirmaram que sua entidade realiza torneios e campeonatos. Estes dados retratam que um percentual significativo da comunidade raposense se envolve na organização das atividades, o que pode indicar uma proximidade entre ela e o poder público, atuando no princípio da co-gestão, ou certa omissão dos gestores em um movimento de transferência de responsabilidade.

Quanto ao tipo de atividades promovidas, as respostas delinearam-se pelo campo dos interesses físicos, manuais e associativos

de lazer, em percentuais de 10,4%, 3,1% e 3%, respectivamente. Foi constatado que o maior interesse da população está voltado para as práticas esportivas (em especial o futebol), renda, crochê e festejos.

Não foi identificado o mesmo interesse pelas atividades artísticas de lazer, provavelmente pela inexistência na cidade de espaços e atividades como teatros, cinemas, biblioteca pública e artes plásticas.

Em relação à promoção de atividades turísticas de lazer, não foi observada nenhuma referência, o que é paradoxal, pois o município, localizado em região litorânea, restringe suas atividades a passeios turísticos comerciais direcionados a visitantes, excluindo a comunidade desse acesso.

Público-alvo das atividades de esporte e lazer – Constatou-se a predominância do foco das atividades direcionadas para o público de crianças, jovens e adultos, limitada em três fatores: capacidade física, idade e sexo, vez que o estudo comprovou que os portadores de deficiência, idosos e mulheres tiveram os menores percentuais de participação, variando de 1% a 2%. Este percentual ínfimo confirma o conceito de “minorias sociais”, abordado por Melo (2003, p. 24) na definição de “natureza de acesso ao poder”, isto é, grupos que podem até ter um número elevado de membros, mas que têm menor acesso aos mecanismos de poder, considerando que apenas uma determinada camada ou grupo da comunidade possui o direito de participação nas atividades de esporte e lazer.

Apoio e patrocínio – Com o percentual de 24% das respostas, a sociedade civil confirmou que a Prefeitura é a instituição que mais contribui para ações de esporte e lazer, seguida pelos dirigentes de clubes, um percentual de 6,2%. O apoio restringe-se à aquisição de equipagens, troféus e premiações para eventos, de forma tênue e com caráter assistencialista, revelando uma contradição em relação à distribuição orçamentária de 2006, aprovada pela Câmara Municipal. Os empresários apresentaram-se omissos no que diz respeito ao apoio às atividades, demonstrando falta de valorização ao esporte e ao lazer.

Esporte e lazer como direito de todos – 100% da população questionada considerou o esporte e o lazer como um direito de todo cidadão. Contudo, faz-se necessário reportar à categoria de público-alvo em que prevaleceu a promoção de atividades voltadas para crianças e jovens, excluindo mulheres, idosos e deficientes, o que leva a questionar a afirmação referente ao lazer como direito de todos se uma parcela considerável da população está à margem.

Segundo Zingoni (2003), o esporte e o lazer são reconhecidos

como direitos sociais pela Constituição Brasileira, mas a gestão desses setores tem menor importância nos planos de governo devido à falta de uma política pública nacional capaz de criar uma nova ética voltada para a utilização dos recursos públicos nesses campos.

Responsabilidade de promoção e conhecimento da comunidade acerca das ações/projetos de esporte e lazer no município – As respostas encontradas nesta categoria dos questionários admitiam múltiplas escolhas, ultrapassando a margem dos 100%. Os segmentos atribuíram ao poder público (89,5%) a responsabilidade de elaborar as diretrizes e executar ações na área de esporte e lazer. Em segundo lugar, foi mencionada a comunidade (12,5%), o que indica interesse e envolvimento da população na organização das atividades, pois, como cita Demo, “é na participação que está a qualidade de vida” (1991, 1994 APUD MARCELLINO, 2001, p. 15).

Sobre o conhecimento da comunidade acerca das ações, projetos e/ou programas de esporte e lazer realizados pela Prefeitura, 63,5% demonstraram conhecer, enquanto 34,3% afirmaram desconhecer. Parte daqueles que conheciam citou exemplos, como: festejos, campeonatos, esportes marítimos e atividades esportivas.

Responsáveis pela organização e execução de atividades e formação dos profissionais de lazer – As respostas encontradas nesta categoria dos questionários também admitiam múltiplas respostas, ultrapassando a margem dos 100%. Os resultados comprovaram não existir apenas um tipo de profissional responsável pela realização das atividades no município de Raposa, e a maior representatividade foi de funcionários da Prefeitura (67,7%), seguida de voluntários (42,7%) e de atletas (34,3%). Entre estes, não há nenhum professor de educação física compondo o quadro de funcionários da Prefeitura. Quanto à formação dos responsáveis pela organização e execução das atividades de esporte e lazer, a maioria dos entrevistados (59,3%) considerou insuficiente.

Segundo Stoppa & Isayama (2001, p. 84), “para atuar no campo do lazer é imprescindível aprender uma série de questões gerais sobre essa temática, bem como mapear como cada área poderá contribuir com seus saberes específicos e intervir neste campo”.

Dessa maneira, este profissional estará contribuindo para a construção de uma política social que forneça serviços à população de forma democrática e reflexiva. Contudo, para que participe das equipes de planejamento e seja respeitado, Marcellino (2001, p. 14) diz que “é necessário que ele mesmo se respeite, estude, se aprofunde, percebendo a interseção de suas áreas com as demais. O que legitima a necessidade de qualificação dos profissionais que tratam do esporte e do lazer”.

Além da busca individual por capacitação, os profissionais do lazer devem receber investimentos da administração pública na forma de cursos de atualização e qualificação profissional. No município, foi constatado que 85,4% da comunidade desconhecem qualquer programa de qualificação promovido pela Prefeitura. Estes dados revelam que a atual gestão não está disponibilizando programas de qualificação para os agentes de esporte e lazer.

Conhecimento de documentos que definem diretrizes para o esporte – 85,4% da população raposense desconhecem qualquer documento que defina diretrizes para o esporte e o lazer, o que pode ser justificado pela dificuldade de acesso às informações, pela inexistência dos mesmos ou por falha do poder público em apresentar à comunidade as suas propostas para essas práticas.

O baixo índice de escolaridade da comunidade apontado pela PNAD (2000), quando evidencia que 82,4% da população adulta possuíam menos de oito anos de estudos, pode ser mais uma das causas desse desconhecimento, além de levar a população a uma certa passividade, visto que, ao ser-lhe negado o acesso à informação, restringe-se também o seu grau de consciência acerca da necessidade de ampliação de seus direitos.

Considerações finais

Quando se trata de políticas municipais de esporte e lazer, é imprescindível refletir-se sobre seus conceitos e importância para o desenvolvimento social.

As orientações legais existentes na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município de Raposa garantem o esporte e o lazer como direito de todos.

No entanto, este estudo comprovou que a política de esporte e lazer do município apresenta característica ocasional e assistencialista, na lógica de desenvolvimento de programas e/ou eventos que atendam apenas às necessidades imediatas de públicos específicos.

No que se refere às políticas de animação, o município não apresenta um planejamento anual com cronograma sistematizado de atividades e ações para a população, definindo-se essas políticas como escassas. É certo que a frequência das atividades não é satisfatória, porém não se pode deixar de ratificar o empenho dos agentes comunitários e atletas, que se dedicam no desenvolvimento das ações de esporte e lazer quase sempre sozinhos, sem os materiais necessários, com espaços inadequados e, principalmente, sem uma

formação e qualificação apropriada, tendo apoio restrito dos órgãos competentes. Apesar de todas as limitações, essas pessoas não se omitem, na esperança de, mesmo sem recursos, tentar garantir o direito de todos os cidadãos ao esporte e ao lazer.

Sobre os espaços e equipamentos específicos, o município não desenvolve ações de construção nem de preservação dos já existentes, mantendo-os em condições insuficientes e precárias, uma vez que não atende à demanda da população.

Somado a esses problemas, o município possui um quadro de profissionais que necessitam de qualificação e até anseiam por esta para aprimorar sua competência técnica.

Por fim, para uma mudança do quadro atual, deve-se pensar numa reestruturação da política de esporte e lazer que planeje as ações e atividades, investindo na capacitação e formação de agentes e profissionais da área, para só então mostrar as maiores contribuições que o esporte e o lazer trazem para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, ou seja: cidadania, formação crítica, resgate cultural de jogos e brincadeiras, além de diversão, entretenimento e prazer.

Portanto, pretende-se dar continuidade ao estudo, fazendo-se investigação similar nos outros municípios contemplados pela pesquisa, com o objetivo de diagnosticar se o esporte e o lazer são, de fato, um direito garantido ou negado na ilha de São Luís.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. 3 ed São Paulo, SP. Perspectiva, 2004.
- FRANÇA, T. L. Educação para e pelo lazer. In: MARCELLINO, N. C. *Lúdico, educação e educação física*. 2 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.
- HUNGER, D.; SQUARCINI, C.; PEREIRA, J. *A pessoa portadora de deficiência física e o lazer*. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 25, n. 3, p. 85-100, maio 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Bancos de Dados Cidades*, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/cidadesat/default.php>> Acesso em: 10 set. 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2000*. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/home/estatisti>>

ca/populacao/censo2000/default_populacao.shtm> Acesso em: 10 set. 2006.

MARANHÃO. *Lei Orgânica do Município de Raposa*, 1997.

MARCELLINO, N. C. *Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte*. In: MARCELLINO, N. C. (org.). *Lazer e esporte*. Campinas, SP. Autores Associados, 2001. p. 5-29.

_____. *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. In: MARCELLINO, N. C. (org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas, SP. Papirus, 2003. p. 9-17.

_____. *Lazer como fator e indicador de desenvolvimento regional*. In: MÜLLER, A.; DA COSTA, L. P. (Orgs.). In: *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 41-52.

MELO, V. A. *Lazer e minorias sociais*. São Paulo, SP. Ibrasa., 2003.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Política Nacional de Esporte*. Brasília: O Ministério, 2006.

MULLER, A. *Lazer, desenvolvimento regional: como pode nascer e se desenvolver uma idéia*. MÜLLER, A; DACOSTA, L. P. (Orgs.). In: *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 9-40

SOUSA, J. R. *Raposa: seu presente, sua gente, seu futuro*. São Luís, 1997.

STOPPA, E. A; ISAYAMA, H. F. *Lazer, Mercado de trabalho e atuação profissional*. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes, et al (2001). *Lazer e mercado*. Campinas, SP. Papirus. p. 71-100.

WERNECK, C. L. G. *Recreação e lazer: apontamentos históricos no contexto da educação física*. WERNECK C. L. G; ISAYAMA, H. F. (Orgs.). *Lazer, recreação e educação física*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 15-56.

ZINGONI, P. *Descentralização e participação em gestões municipais de esporte e lazer*. Christianne Luce Gomes; ISAYAMA, Hélder Ferreira (Orgs.). *Lazer, recreação e educação física*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 217-241.

Como São Pensados os Espaços e Equipamentos de Esporte e Lazer nas Cidades? "Pistas" para Possíveis Respostas!

Profª. Drª Simone Rechia¹⁴⁹

RESUMO

Para analisar essa temática, preparei a organização desse estudo inspirada nas seguintes indagações: Qual o verdadeiro significado do espaço cidade? Quais os problemas dos espaços urbanos gerados a partir da urbanização acelerada? O que significa "qualidade de vida urbana" na sociedade moderna? O que é produção social do espaço lúdico? Qual o significado dos espaços públicos para experiências no âmbito do lazer e do esporte? O espaço – cidade – pode ser transformado em lugar dotado de significado afetivo para o cidadão? Assim, pretendi no desenvolvimento desse artigo refletir sobre essas questões, a partir dos dados iniciais obtidos no projeto intitulado "O Estado do Paraná e seus espaços e equipamentos de esporte e lazer", vinculado à Rede CEDES/PR.

Palavras-chave: lazer, esporte, espaço, lugar

INTRODUÇÃO

Qual o verdadeiro significado do espaço cidade?

A cidade, como paisagem artificial criada pelo homem, é um mundo de ruas, casas, edifícios, parques, praças, avenidas, escolas, num misto entre espaço natural e criado, formada por objetos e imagens, movimentada pela dinâmica entre as vidas pública e privada, onde se articulam tempo/espaço, política, trabalho, cultura, consumo, educação, lazer, entre outras dimensões. Santos (2002) ressalta que as cidades se distinguem umas das outras justamente por objetos fixos e fluxos, os quais conferem significação para os moradores. Sendo assim, para compreender a cidade não apenas como um grande objeto, mas como um modo de vida, faz-se necessário analisar as interfaces entre os objetos fixos e fluxos coletivos que, combinados, caracterizam cada formação social.

¹⁴⁹ Professora do curso de graduação e do programa de pós-graduação em Educação Física da UFPR, membro pesquisador do CEPELS/UFPR (Centro de Pesquisa e Estudos em Esporte, Lazer e Sociedade e do Núcleo da Rede CEDES/PARANÁ.

Nesta perspectiva, a reflexão que pretendo desenvolver adota como objeto de investigação as cidades, que representam espaços fixos destinados ao trabalho, podendo se constituir também entre outras coisas, em espaços privilegiados para vivências no âmbito do lazer e do esporte. O recorte adotado objetiva destacar a importância desse espaço – cidade para a materialidade urbana de um grupo social, a qual pode associar vida cotidiana com experiências significativas no âmbito do lazer e do esporte, possibilitando contato direto entre as pessoas, podendo se constituir em pontos de encontros da comunidade local.

Problemas dos espaços urbanos gerados a partir da urbanização acelerada

Hoje, o território nacional abriga 180 milhões de habitantes. Chegamos ao ano de 2000 com aproximadamente 137.755.550¹⁵⁰ brasileiros vivendo em áreas urbanas, o que significa que 81% da população brasileira moram em cidades.

Muitas foram as conseqüências desse veloz processo. O fenômeno de urbanização provocou o agravamento do histórico quadro de exclusão social, tornando mais evidente a marginalização e a violência urbana que, atualmente, são motivos de grande apreensão, tanto para moradores, quanto para o governo das cidades.

Entretanto, o processo generalizado de transformação de cidades brasileiras, que experimentamos no início de um novo século e que podemos chamar apropriadamente de reforma urbana, reportamos a um dos processos constitutivos dessa reforma: a busca pela qualidade de vida urbana.

O discurso ancorado na chamada “qualidade de vida” desdobra-se em atributos urbanos em que beleza, limpeza, regularidade, segurança, equipamentos de lazer, acesso aos bens públicos, entre outras questões, tornam-se condições necessárias para a vida cotidiana.

Mas será isto suficiente para falarmos em qualidade de vida urbana?

A qualidade de vida urbana

O conceito de qualidade de vida deve ir além das questões básicas de sobrevivência e reforçar os aspectos qualitativos das condições da existência. Assim, a qualidade de vida depende da qua-

¹⁵⁰ Dados do IBGE/2004.

lidade do ambiente, mas, também, está associada para Leff (2001) “às formas inéditas de identidade, de cooperação, de solidariedade, de participação e de realização, que entrelaçam a satisfação de necessidades e as aspirações derivadas do consumo com diferentes formas de realização, através de processos de trabalho e das atividades recreativas”.

Nesta direção, embora a população esteja sendo empurrada para o progresso no ritmo acelerado de quem não pode e não deve parar, percebemos agora, de forma muito clara, a intenção de redescobrir uma das dimensões humanas que se perdeu no pragmatismo cotidiano das cidades – a dimensão lúdica. Mas, como pensar em ludicidade nos dias de hoje?

A produção social do espaço lúdico

A produção social do espaço lúdico tem, entre nós, uma história que ainda precisa ser escrita. Ela diz respeito a como se formou a fisionomia das cidades, das ruas, dos parques e praças, das habitações, dos espaços da atividade industrial e educacional, comercial e de serviços, e, evidentemente, aos valores sociais e culturais e aos interesses econômicos que organizaram e organizam o espaço urbano. É uma história que deve contemplar um olhar crítico quanto ao descaso com os espaços destinados a experiências no âmbito do esporte e do lazer nas cidades. Tal como a história da fisionomia das cidades, ela concentra-se no centro de um conflito que opõe, de um lado, o utilitarismo e o pragmatismo da atividade econômica – numa sociedade que se estruturou pela moral do trabalho, do lucro e, portanto, pela valorização do espaço produtivo – e, de outro, as novas aspirações dos indivíduos buscando e reivindicando um modelo de vida existencial de mais qualidade, de mais autonomia e liberdade, no qual a dimensão lúdica impõe-se como exigência crescente de mais espaços, equipamentos e oportunidades de escolhas.

De tal forma, no espaço urbano, fundem-se os interesses do capital, a ação do Estado e a luta dos moradores como forma de resistência contra a segregação no espaço residencial e pelo direito à cidade. O direito à cidade, para Lefebvre (1969), “manifesta-se como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e à habitação”. E nesse contexto, o direito à obra e o direito à apropriação se imbricam.

Neste sentido, poderíamos pensar na possibilidade da não fragmentação entre: cotidiano, cidade, trabalho, lazer, esporte, educação. Para tanto, poderíamos considerar a cidade como espaço privilegiado para a junção dessas dimensões.

Desta forma, o espaço-cidade passaria também a significar a relação do sujeito consigo mesmo, com o outro e com o lugar onde vive. E o espaço produzido resultante dessas relações precisa ser percebido na sua dimensão humana, ou seja, no que uma cidade e alguns de seus cenários significam para quem nela vive e para quem deles usufrui. Considerando que nesses cenários há sempre uma organização viva, dinâmica, com suas diversificadas partes, em permanente interação.

Trata-se de questões instigantes e desafiadoras, as quais revelam que a produção social do espaço urbano está no plano do vivido e do subjetivo, o qual introduz referenciais, identidades e lutas, transformando espaços em lugares.

Desta forma, quando falamos em democratizar os ambientes públicos para potencializar experiências no âmbito do lazer e do esporte estamos falando tanto na democratização dos espaços quanto na democratização dos equipamentos, portanto na força desse lugar para garantir acesso e permanência aos bens socioculturais. Nessa perspectiva, Marcelino (1995) nos alerta que:

Democratizar o lazer implica em democratizar o espaço. Muito embora as pesquisas realizadas na área das atividades desenvolvidas no tempo livre enfatizem a atração exercida pelo tipo de equipamento construído, deve-se considerar que, para a efetivação das características do lazer, é necessário, antes de tudo, que ao tempo disponível corresponda um espaço disponível.

Ao iniciar as primeiras incursões sobre a temática "Espaços e equipamentos de lazer e esporte nas cidades", deparei-me com uma questão bastante importante, que deve ser considerada: trata-se de visualizar a forma pela qual a evolução do tratamento da questão urbana vem se desenvolvendo, buscando inserir a discussão sobre a democratização dos espaços públicos para experiências no âmbito do lazer e do esporte nesse contexto.

Portanto, o modelo de planejamento e gestão do lazer e do esporte e o aproveitamento dos espaços não são algo que possa ser tomado independentemente de um contexto maior de discussão sobre o planejamento, gestão e a dinâmica urbana de uma cidade. Nesse sentido, para compreender a relação entre lazer/esporte/espaços e equipamentos, devemos considerar a relação entre essas diferentes dimensões, a importância da relação entre espaços públicos e a vida urbana e as reais possibilidades de transformarmos os espaços físicos das cidades em lugares dotados de significado afetivo para a

comunidade.

Para tanto, faz-se necessário pensar que o sujeito/cidadão é um ser gregário e, nesse sentido, os espaços/equipamentos constituídos nas cidades devem facilitar a realização dessa característica, transformando patrimônio público em cenário de encontro. Assim, o zelo e a apropriação desse patrimônio público não são exclusivos do poder público. Pelo contrário, são tarefas e direitos de toda a comunidade.

Saliento ainda que, embora visualizemos a possibilidade da cidade oferecer espaços alternativos de convivência à comunidade, não podemos esquecer de dois grandes problemas referentes ao acesso da maioria das pessoas aos espaços públicos de lazer nas cidades, são eles: a negligência quanto aos espaços diversificados de lazer na medida em que as cidades se desenvolvem; e a insuficiência dos equipamentos destinados às experiências no âmbito do lazer e do esporte, quando não acompanhados de programas que levem a uma possível mudança de hábitos da população.

Ao considerar esses aspectos perguntaríamos: Qual é o significado desses ambientes públicos para a comunidade?

Embora considerando a importância do espaço privado na vida das pessoas, gostaria de destacar que a cidade sempre esteve ligada a formas de ambiente público, como praças, escolas, assembleias públicas, tribunais públicos. Portanto, quando desaparece essa forma de ambiente, desaparece também a vida urbana. Pois é no espaço público que se desenvolve a cultura e o contato com o estranho, um contato aceito e tolerado com o outro, possibilitando múltiplas trocas e experiências.

Portanto, o espaço público pode se tornar o lugar do exercício político e, para que nesse "lugar" opere uma atividade pública, é necessário que se estabeleça, em primeiro lugar, a co-presença de indivíduos.

Assim, o espaço público é, antes de mais nada, o local onde as afinidades sociais e as diferenças são vivenciadas com um desfile variado de cenas comuns, onde se exercita a arte da convivência. É também, um lugar de conflitos, de problematização da vida social, surgindo a partir daí, então, a possibilidade de diálogo e de transformação.

Portanto, todas as cidades dispõem de lugares públicos que correspondem à imagem da cidade e de sua sociabilidade, por meio dos quais se produz uma espécie de resumo físico da diversidade

socioespacial daquela população, daquele lugar, transformando espaços em lugares.

Desta maneira, o conceito de lugar torna-se um conceito de fundamental importância, porque se entende que "lugar" constitui a dimensão da existência que se manifesta por meio de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas e instituições.

O "espaço-cidade" transformado em lugar dotado de significado afetivo

O conceito de lugar, nesta perspectiva, foi amplamente discutido por Santos (1997). Para ele, a análise do lugar se refere a um tratamento do "mundo vivido". Esse tratamento, dado a princípio pela geografia, vem assumindo diferentes dimensões. Talvez nos interesse nesse momento compreender que o lugar se singulariza a partir de visões subjetivas vinculadas a percepções emotivas, a exemplo do sentimento "topofílico" a que se refere Tuan (1975).

Essas questões implicam compreender o lugar por meio de nossas necessidades existenciais, quais sejam: localização, posição, mobilidade, interação com os objetos e/ou com as pessoas. Assim, identifica-se essa perspectiva com a nossa corporeidade e, a partir dela, o nosso estar no mundo, no caso, a partir do lugar como espaço de existência e coexistência. Na perspectiva de um mundo vivido, espaço e lugar se correlacionam. Tuan (1983:3), na introdução do seu trabalho sobre "espaço e lugar", destaca que essas experiências indicam a possibilidade de um lugar humanizado, para ele "espaço é um símbolo comum de liberdade, pois o espaço permanece aberto, sugere futuro e convida à ação". Já o espaço fechado e humanizado pode ser considerado "lugar".

Vale ressaltar que os sujeitos que vivem nas grandes metrópoles necessitam de espaço e lugar, pois as suas vidas representam um movimento dialético entre refúgio e aventura, dependência e liberdade. E, nesse sentido, o lugar representa a segurança, enquanto o espaço representa a liberdade.

Segundo Tuan (1983), há uma relação intrínseca entre espaço e lugar, pois são componentes básicos do mundo vivo. Assim, o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor.

Uma cidade pode ser reconhecida pela sua forma, pela sua localização ou por seus projetos de intervenção social, mas torna-se imprescindível complementar esses dados com dados experienciais que possam gerar significado afetivo e dar vida a esses lugares.

Tuan (1993:21) ressalta que um objeto ou lugar atinge realidade concreta quando nossa experiência com ele é total, isto é, através de todos os sentidos, como também com a mente reflexiva. Portanto, uma cidade pode se tornar um local signifiante, dentro do espaço-mundo podendo potencializar núcleos de valores humanos imprescindíveis à sociedade.

Gostaria apenas de alertar para o fato de que devemos ter cuidado em não considerar que cabe somente ao poder público a proposição das oportunidades de lazer e esporte, e que suas formas e qualidade dependem somente de uma decisão do poder público. É necessário, neste sentido, não ignorar a necessidade de se preparar a comunidade para que ela própria tenha autonomia para escolher e conduzir as experiências no âmbito do lazer/esporte/cultura que melhor lhe convierem.

Nota-se nesse sentido que devemos ter cuidado em não "guiar" as camadas populares para que simplesmente cumpram determinadas tarefas políticas. Muitas vezes, acreditamos possuir uma verdade que deve ser transmitida para o grupo social envolvido e desta forma definir seus interesses. Estes aspectos não deixam de evidenciar um olhar reducionista e cerceador em relação às experiências de esporte e lazer.

A organização, a manutenção e o sucesso na implantação de novos espaços, equipamentos e projetos de intervenção dependem de uma série de fatores, entre os quais destaco o entrosamento entre comunidade e as unidades funcionais ou de serviços em cada cidade, o qual pode gerar participação comunitária mais efetiva na constituição dos ambientes para vivências no âmbito do esporte e lazer.

Possibilitar o envolvimento democrático desses atores sociais indica preocupação com a dinamização dos espaços por um coletivo, e tem como função primordial estimular a população ao uso dos espaços, por meio de um diálogo entre as comunidades dos bairros e o corpo técnico. Neste sentido, quando o indivíduo participa na organização e utilização do meio ambiente, maiores identidade e intimidade podem se estabelecer, gerando uma melhor conscientização dos problemas envolvidos. Portanto, a partir daí, pode surgir a possibilidade de um determinado grupo social se reconhecer, trocar informações e interpretar a realidade em que vive.

Considero que as experiências no âmbito do lazer e do esporte nas cidades facilitam a potencialização de um certo tipo de participação comunitária, porque contemplam territórios da vida urbana, em que grupos/indivíduos co-dividem, num mesmo espaço, maneiras extremamente diversas de apropriação desses lugares, muitos deles de forma mais isolada, outros em grupos, outros ainda interagindo

em redes mais ou menos informais. De qualquer maneira, sempre dimensionando novos sistemas de valores, de imagens, de códigos, de formas de pensar e de exprimir-se diferencialmente nesse espaço público. Suscita-se, assim, uma relação entre espaço/cidade/cidadão de maneira singular. São sujeitos que compartilham, por algum tempo, de uma visão comum de realidade. Interagem por meio de uma rede de significados e atuam dentro de um sistema compartilhado de crenças e valores, em que estão presentes algumas formas de solidariedade, de sociabilidade e de respeito pela instituição, por meio de práticas sensíveis experienciadas pelo corpo.

Torna-se imprescindível compreender a dinâmica do espaço/tempo do lazer, potencializando percepções, gerando toda uma gama de emoções, refletindo em possíveis mudanças no modo de ser e de viver, restabelecendo redes de sociabilidade, abrindo caminhos para transformar os espaços públicos em agentes positivos, isto é, a favor de interesses sociais, possibilitando o enfrentamento da realidade e das tensões cotidianas por meio da arte de utilizar esses espaços.

Maffesoli (1996), ao argumentar sobre certos "pontos altos" das cidades, sobre certos lugares emblemáticos, afirma que a cidade contém uma multiplicidade desses pequenos pontos com uma função comum: são nesses lugares que se elaboram as complexas teias de comunicação-união. Nas palavras do autor, tais lugares de sociabilidade estão repletos de afetos e de emoções comuns, são consolidados pelo cimento cultural ou espiritual, em suma, são feitos por e para as tribos que aí escolheram domicílio. É, aliás, a maior ou menor capacidade de exprimir das comunidades que o habitam que faz, de um espaço físico, um espaço vivido (MAFFESOLI, 1996:269).

Dessa forma, as idéias apontam para a compreensão do potencial socializador do espaço transformado em lugar. É neste sentido que ressalto a importância desta relação afetiva, pois sua ausência pode tornar os cidadãos descomprometidos com o espaço físico em que vivem, o que de certa forma elimina a vitalidade do espaço. Tal relação de afeto do cidadão pelos espaços que frequenta pode apresentar-se com uma singularidade bastante peculiar, o que permite entender a cidade não como uma "cidade-máquina", subordinada somente aos interesses da produção/formação, mas como um "espaço de direito", como uma "obra coletiva", na qual os sujeitos compartilham com o poder público a responsabilidade pela sua manutenção e cuidado.

Portanto, não pretendo realizar uma interpretação romântica das vivências de lazer e esporte nos espaços públicos das cidades, como se os sujeitos estivessem livres das ações políticas locais, das dificuldades econômicas e de infra-estrutura, as quais podem pretender reger a vida social da cidade. O que busco indicar são as diversas

possibilidades ou maneiras de viver esses espaços, tornando-os mais humanizados.

Para tanto, espero que tenhamos sensibilidade, paciência e persistência para superarmos as dificuldades econômicas e de infraestrutura no que tange aos espaços e equipamentos para, quem sabe, transformarmos os espaços em “pontos altos da cidade”, através de intervenções que possibilitem à comunidade a constituição de laços afetivos.

Assim, o momento histórico que estamos vivendo clama por intensidade de vida. Não façamos coisas somente porque se deve fazer. Façamos coisas que realmente nos façam sentir importantes, ativos, vivos e presentes em nossas atividades, sejam elas quais forem. Nessa perspectiva, desenvolvo o projeto de pesquisa intitulado “O Estado do Paraná: seus espaços e equipamentos de esporte e lazer¹⁵¹”.

Descrição do projeto

Este projeto tem por finalidade investigar como são planejados e vivenciados os espaços e os equipamentos destinados a vivências no âmbito do esporte e do lazer no Estado do Paraná. Também tem como meta pesquisar as práticas corporais experienciadas nesses espaços, a partir de uma possível leitura do cotidiano, numa tentativa de perceber as operações dos usuários (crianças, jovens, adultos e idosos), as quais dão vida a estes ambientes. Portanto, trata-se de um projeto que visa tematizar a composição entre planejamentos dos espaços e suas relações com as experiências no âmbito das práticas lúdicas, como forma de manifestação urbana em ruas, praças, parques, centros esportivos e culturais de algumas cidades do Estado do Paraná.

Acreditamos que esse estudo poderá trazer importantes subsídios para professores/pesquisadores e gestores públicos, assim como, para graduandos e pós-graduandos do curso de educação física, pois possibilitará a compreensão mais aprofundada de algumas formas de comportamento do cidadão paranaense em relação aos espaços constituídos no meio urbano, os quais oportunizam experiências no âmbito do esporte, atividade física e lazer, como também de alguns conceitos complexos que estão em torno do planejamento desses espaços. Diante deste contexto, esse projeto visa gerar reflexões interessantes sobre a vida cotidiana de algumas cidades do Paraná,

¹⁵¹ Projeto desenvolvido pela Universidade Federal do Paraná, CEPELS (Centro de Pesquisas de Esporte, Lazer e Sociedade - DEF/UFPR), Núcleo Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, vinculado ao Ministério do Esporte).

buscando contribuir de forma efetiva com o processo de formulação para políticas setoriais referentes a essas áreas do conhecimento.

Assim, buscando compreender as manifestações corporais, as quais adquirem formas singulares nos mais variados tempos e espaços sociais do ambiente urbano, esse projeto tem por objetivo também discutir como se efetiva o uso desses ambientes e como se dá a sua apropriação, a qual pode transformar certos "espaços" em lugares significativos para o cidadão.

O objetivo geral é investigar como se dá o planejamento e os usos dos espaços físicos destinados a experiências no âmbito do esporte, da atividade física e do lazer no ambiente urbano de algumas cidades do Estado do Paraná. Os objetivos específicos são: analisar os espaços destinados às práticas corporais, na tentativa de categorizar os modelos de espaços e equipamentos propostos; compreender quais são as maneiras de pensar e propor esses espaços; verificar quais são as características, as atividades, as contradições existentes, as redes mais amplas de relações e as suas formas de uso e apropriação; analisar como se efetiva as vivências lúdicas no interior desses espaços.

Realizou-se uma triangulação entre modelos de espaços urbanos destinados às práticas esportivas, atividade física e culturais, seus processos de concepção e planejamento e a relação dos usuários com esses espaços. Adota-se como processo metodológico a etnografia, procurando basear-se na análise cultural proposta por Geertz (1989). Para tanto, realizamos um mapeamento dos parques, praças, entre outros ambientes das cidades selecionadas e o seu entorno, descrevendo e analisando os espaços destinados às experiências do esporte e do lazer por meio de registros fotográficos, filmagens, observações sistemáticas e entrevistas semi-estruturadas com usuários e administradores.

As primeiras indicações desse estudo, ainda em desenvolvimento, mostram-nos que o cidadão paranaense adotou esses espaços enquanto opção de lazer, conferindo-lhes vida por meio de experiências corporais e lúdicas interessantes. Mas vale ressaltar que tais experiências podem ser facilitadas se houver uma preocupação mais acentuada por parte do poder público, no que tange à localização, equipamentos, infra-estrutura e acessibilidade nesses ambientes. Essas condições podem influenciar a aquisição de um novo estilo de vida urbana, no qual está contemplado uma relação mais próxima entre os sujeitos, a natureza, o lazer e a cultura, conexão considerada hoje uma exceção nas grandes cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, A. A. *O espaço da diferença*. Campinas: São Paulo: Papi-rus, 1999.
- CARLOS, A. F. A.; LEMOS. A. I. G. (Orgs). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. Petrópoles: Vozes, 1995.
- _____. *A invenção do cotidiano*. 2. Morar e cozinhar. Petrópoles: Vozes, 1996.
- CURITIBA, PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Curitiba, na prá-tica*. Curitiba: IPPUC, 2002.
- GARCIA, F. E. S. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.
- _____. *Curitiba, imagem e mito: reflexões acerca da construção social de uma imagem hegemônica*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, IPPUR – UFRJ, 1993.
- _____. *O city marketing de Curitiba: cultura e comunicação na cons-trução da imagem urbana*. In DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Lúvia (orgs). *Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo. Studio Nobel, 1996.
- GARCÍA, F. E. S; RIBEIRO. A. C. T. *A nova face da gestão da cida-de no final do século*. In ALMEIDA, E. R. M. H. T.; FRY, P. (orgs). *Política e cultura: visões do passado e perspectivas futuras*. São Paulo. Hucitec, 1999.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.
- _____. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2000.
- _____. *Do gerenciamento ao empresariamento urbano*. In: Revista espaço & debates. São Paulo, ano XVI, nº39: 48-64, 1996.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção a)
- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte; Ed. UFMG, 1999.

- _____. O direito à cidade. São Paulo: Documenta, 1969.
- MAFFESOLI, M. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MARCELINO, N. C. *Lazer e humanização*. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1995.
- MATIELLO, A. M. *A sustentabilidade no planejamento e gestão de parques urbanos em Curitiba – PR: uma questão paradigmática?* Dissertação de mestrado. UFSC. Florianópolis, 2001.
- MENEZES, C. L. *Desenvolvimento urbano e meio ambiente: a experiência de Curitiba*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- NEGT, O. *Espaço público e experiência*. In Pallamin, V.M.; Lude-
mann, M. (coord) Cidade e cultura. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- PALLAMIN, V. M. (org); LUDEMANN, M. (Coord). *Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- RECHIA, S. *Parques públicos da cidade de Curitiba: A relação Cidade-Natureza nas Experiências de Lazer*. Tese de Doutorado. Unicamp. Campinas, 2003.
- RELPH, E. C. *As bases fenomenológicas da geografia*. Geografia, v.4, n.7, AGETEO, São Paulo, 1979.
- SÁNCHEZ, F. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó; Argos, 2003.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SANTOS, M. *Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 5ª. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1997a.
- _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 3ª. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1997b.
- _____. *Território e sociedade. Entrevista com Milton Santos*. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- _____. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002.
- SZMRECSANYI, M. I. *Lazer e consumo: espaços públicos e semipúblicos no cotidiano urbano*. In: BRUNHS, H.T.; GUTIERREZ, G. (Orgs). Representações do lúdico: II ciclo de debates lazer e motricidade. Campinas: Autores Associados, 2001.
- TUAN, Y. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do*

meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

_____. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

YÁZIGI, E. *A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano*. São Paulo: Contexto, 2001.

A Percepção da Comunidade sobre a Implementação de uma Política Pública na Cidade de Pelotas(RS)

Dra. Valdelaine da Rosa Mendes

Dra. Luciana Marins Nogueira Peil

Dr. Luiz Fernando Camargo Veronez

Acad. Juliane Almeida Motta

Acad. Luciana P. Cardozo

Acad. Natália Silveira Antunes

Acad. Rejane Buchweitz¹⁵²

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar uma política pública do Governo Federal, proposta e implementada pelo Ministério do Esporte, para ser desenvolvida nas escolas e nas comunidades no turno inverso de estudo regular dos alunos, intitulada Programa Segundo Tempo. Pretende-se com esta pesquisa investigar quem foram os sujeitos participantes do Programa (usuários, monitores, agentes comunitários e gestores) e como esses se perceberam nesse processo. O estudo foi realizado em duas comunidades da cidade de Pelotas.

Palavras-chave: política pública, comunidade, esporte.

INTRODUÇÃO

É condição fundamental de desenvolvimento de todo o ser humano o acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade. As condições de existência, dada a inserção em um determinado modelo de sociedade, impossibilitam a maior parte da população brasileira o acesso a esses bens.

Ao Estado cabe garantir os direitos sociais, assegurados constitucionalmente, de todo cidadão à educação, à saúde, ao lazer, ao trabalho, entre outros. Entretanto, as políticas públicas implementadas pelos governos historicamente não têm sido capazes de melhorar de forma significativa as condições de vida da população e mudar o quadro de desigualdade, miséria e exclusão social presente na sociedade brasileira. Traduzem essa constatação as precárias instalações e limitados recursos da maior parte das escolas públicas, os baixos salários e o pouco acesso à atualização e formação dos trabalhadores,

¹⁵² Professores e acadêmicos da Escola Superior de Educação Física/ Universidade Federal de Pelotas, Laboratório Sociedade, Escola e Educação Física, Rede CEDES/Ministério do Esporte.

no que concerne a educação; as dificuldades para se obter atendimento, no caso da saúde; o crescente aumento do desemprego e desrespeito às leis trabalhistas, no caso do trabalho; e as escassas oportunidades de acesso a atividades físicas, esportivas e culturais, no que tange ao lazer.

O exercício da cidadania pressupõe que o cidadão seja atendido por um conjunto de direitos – sociais, políticos, econômicos e civis –, o que demanda a formulação e implementação de políticas públicas que garantam a sua consecução. Sendo assim, faz-se necessário uma articulação entre diferentes políticas setoriais implementadas por um governo, porque, por exemplo, não adianta um conjunto de ações serem definidas no setor esportivo e de lazer sem o respectivo suporte da esfera econômica para assegurar os meios necessários a sua realização. Nesse caso, qualquer ação que não conte com esse suporte não ultrapassará uma mera declaração de intenções.

Com o intuito de permitir o acesso a atividades como dança, teatro, esporte, entre outras, muitos projetos são desenvolvidos nos espaços públicos (escolas, praças, parques), tanto por instituições privadas quanto públicas e organizações da sociedade civil como, por exemplo, Organizações Não-Governamentais (ONG) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nos horários inversos ao da educação formal. O caráter desses projetos é bastante variado, assim como seus desdobramentos e resultados alcançados na comunidade.

Em relação às ações governamentais dessa natureza, observa-se a descontinuidade de programas, que a cada gestão são abandonados ou reelaborados. Podem ser citados como exemplos o Programa Esporte Solidário (Governo Federal, gestão Fernando Henrique Cardoso) e o Programa Parceiros do Futuro (Estado de São Paulo), entre outros. Essa situação deixa os usuários das comunidades à mercê da vontade dos governantes e de sua maior ou menor atenção à relevância dessas atividades. Nesse sentido, aquilo que deveria ser de acesso universal fica condicionado à vontade política de gestores e de definições orçamentárias. Assim, mais uma vez um direito constitucional do cidadão, nesse caso do acesso às atividades esportivas e de lazer, fica comprometido.

Este estudo é parte de uma pesquisa que tem como objetivo analisar uma política do Governo Federal, proposta pelo Ministério do Esporte, para ser desenvolvida nas comunidades no turno inverso de estudo dos alunos, intitulada Programa Segundo Tempo. Pretende-se com esta pesquisa investigar quem foram os sujeitos participantes do Programa (usuários, monitores, agentes comunitários e gestores) e como esses se perceberam nesse processo. O estudo foi realizado

em duas comunidades da cidade de Pelotas, nos bairros Piracema e Botucatu.

Neste artigo, são apresentados alguns dados do estudo referentes à avaliação dos usuários, estagiários e monitores sobre a implementação do Programa Segundo Tempo nas duas comunidades investigadas. Esse recorte foi necessário devido à amplitude de questões abordadas no relatório final da pesquisa.

A metodologia adotada fundamentou-se na abordagem qualitativa (TRIVIÑOS, 1982; STAKE, 1983a, 1983b), por meio da qual os passos do trabalho foram construídos junto aos sujeitos participantes do estudo à medida que os dados eram levantados e novas questões e indagações iam surgindo.

Foi adotada como técnica de pesquisa a entrevista individual e em grupo, apoiada pelo diário de campo e pela análise documental. Optou-se pela utilização de entrevistas do tipo semi-estruturadas por garantir ao pesquisador um roteiro de questões previamente elaboradas e permitir o acréscimo ou retirada de questões durante a aplicação do instrumento, de acordo com as demandas identificadas no estudo. De acordo com Augusto Triviños (1992, p. 146), dessa forma "o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa".

Além das entrevistas, foram realizadas visitas aos locais pesquisados para coleta de documentos e informações. Seguindo as orientações da literatura para os estudos qualitativos, coletou-se os dados até o esgotamento das informações, ou seja, quando novas informações já não eram mais detectadas para os fins pretendidos com o estudo, encerrava-se o processo de aplicação de entrevistas e visitas às comunidades Piracema e Botucatu. O trabalho de campo ocorreu de outubro de 2005 a abril de 2006.

O interesse em realizar esta pesquisa prende-se à importância de avaliação de políticas públicas que sirvam de referência para novos projetos, dada as limitadas ações no setor de esportes e de lazer. A relevância desse tipo de análise prende-se a sua possibilidade de servir de subsídio para a definição de ações e de (re)elaboração de políticas públicas para o setor.

Conforme afirmado anteriormente, o direito às atividades de esporte e de lazer não tem sido suficientemente assegurado pelo Estado. Assim, a análise¹⁵³ de um programa como o Segundo Tempo (que se propõe a desenvolver ações no contraturno escolar), pode fornecer significativas informações sobre o impacto desse tipo de projeto na

formação dos seus usuários e, ainda, indicar qual a percepção do cidadão sobre esse tipo de ação e em que medida ela atende a seus interesses e necessidades.

Segundo Tempo: caracterização e processo de implementação do Programa

O Segundo Tempo é um programa do Ministério do Esporte, em parceria com o Ministério da Educação promovido pela Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEE), destinado a possibilitar o acesso à prática esportiva aos alunos matriculados no ensino fundamental e médio dos estabelecimentos públicos de educação do Brasil, principalmente em áreas de vulnerabilidade social. São objetivos do Programa: propiciar contato com a prática esportiva; desenvolver capacidade e habilidades motoras; qualificar os recursos humanos profissionais envolvidos; contribuir para a diminuição da exposição a situações de risco social, atuando em conjunto com outras áreas do Governo Federal; implementar indicadores de acompanhamento e avaliação do esporte educacional no país. No Manual de Diretrizes e Orientações do Programa Segundo Tempo, é apresentado seu objetivo central:

Democratizar o acesso à prática esportiva por meio de atividades a serem realizadas no contraturno escolar, de caráter complementar, com a finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento de crianças e adolescentes, principalmente em situação de vulnerabilidade social, portadores de necessidades especiais e jovens que estão fora da escola, no sentido de possibilitar a sua inclusão no ensino formal (BRASIL, 2006).

Dessa forma, o Programa Segundo Tempo apresenta-se como uma proposta que pretende articular políticas públicas de diferentes órgãos do Governo Federal, ou seja, coordenar ações da área da educação com ações da área do esporte e lazer. Nos documentos do Programa consta ainda a pretensão de articular ações com outros setores como saúde, cultura e segurança.

A formação dos grupos do Programa ocorre por meio de convênios firmados com órgãos públicos, sistema "S" e outras organizações da sociedade civil que preencham os pré-requisitos definidos pelo governo. Os convênios são anuais e podem ou não sofrer renovação.

No ano de 2004, a Prefeitura Municipal de Pelotas firmou convênio

¹⁵³ Neste trabalho, entende-se avaliação como "processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas que permitam compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões e implicações, com vistas a estimular seu aperfeiçoamento" (Belloni et al, 2000, p. 15).

com o Ministério do Esporte para implementar o Programa Segundo Tempo em diversas regiões da cidade. Assim, de maio a dezembro de 2004, foram desenvolvidas as atividades do Programa, que contou com a participação de técnicos da Prefeitura, monitores e agentes comunitários. A Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal Pelotas (ESEF/UFPel) foi parceira da Prefeitura e participou desse projeto com um professor coordenador e com estagiários universitários.

Nas diferentes comunidades de Pelotas onde foi implementado o Programa, observou-se a adesão de número significativo de usuários, havendo várias com listas de espera para participar.

Nos locais estudados, percebeu-se que a execução das ações ficou, fundamentalmente, sob responsabilidade dos estagiários e dos agentes comunitários. Um profissional da Prefeitura visitava esporadicamente os locais de desenvolvimento do Programa para acompanhar o andamento das ações.

Um aspecto que vale retomar é a intenção de o Programa articular ações entre diferentes áreas do governo, em especial da educação e do lazer. Por se tratar de uma política pública a ser executada em parceria com escolas, pressupõem-se um diálogo e uma necessária articulação das discussões estabelecidas no âmbito educacional e esportivo. Resguardadas as especificidades de cada um desses debates, acredita-se que tal proximidade pode contribuir substancialmente na formação de sujeitos que freqüentam a escola pública, dada a oportunidade de acesso a outros tipos de conhecimento e de estabelecimento de outras formas de relação entre escola e comunidade.

Entretanto, os dados levantados nos dois espaços pesquisados revelaram um distanciamento entre as ações do Programa Segundo Tempo e as instituições escolares. Embora as atividades, nas duas comunidades, fossem desenvolvidas em locais muito próximos a escolas públicas, não se percebeu qualquer articulação das ações do Programa com as atividades desenvolvidas na escola. O único vínculo identificado era a exigência da matrícula para a participação nas ações do Segundo Tempo. Esse é um primeiro aspecto que revela o distanciamento entre o que era pretendido pelo Programa e a forma como foi executado.

A expectativa das comunidades em relação ao Programa Segundo Tempo

Uma política pública, enquanto uma ação do Estado, deveria ter como meta criar condições para melhorar a qualidade de vida da população, em especial, daquelas comunidades menos favorecidas

econômica e socialmente. São ações implementadas por órgãos municipais, estaduais e federais que incluem moradia, lazer, saúde, educação, cultura, enfim, elementos essenciais à vida e ao desenvolvimento de qualquer indivíduo.

A elaboração de uma política pública, conforme regras básicas de planejamento estratégico, deve ser pautada pelo estabelecimento de prioridades que levam em consideração as demandas da sociedade e as condições objetivas de sua exequibilidade. Ou seja, deve por um lado, atender às necessidades humanas de uma determinada comunidade para ser efetivamente relevante e, por outro, contar com os meios necessários para a sua execução. Essa situação tem predominado nos diferentes setores (educação, saúde, esporte e lazer, entre outros) e níveis de governo (municipal, estadual e federal), que apresentam propostas e programas à sociedade sem a respectiva condição de execução. Nesse caso, cria-se uma ilusão no cidadão de que um conjunto de ações serão implementadas, sem entretanto, tornarem-se concretas. Tal situação foi amplamente identificada nos dois bairros investigados por duas razões. Primeira, pela expectativa de que o Programa teria continuidade e, segunda, pela probabilidade de que fossem desenvolvidas mais ações do que realmente foram oferecidas.

Nota-se que quando uma gestão municipal apresenta um projeto para a comunidade, esse, por diversos motivos, nem sempre atinge os objetivos propostos. Foi possível observar a influência de fatores na implementação, na manutenção ou na interrupção que, em princípio, não teriam relação direta com o tipo de ação executada. Esse fato foi salientado pelo estagiário Sandro, que ao realizar uma avaliação do Programa, relaciona problemas enfrentados na execução com o fato de 2004 ter sido um ano eleitoral. Dessa forma, identifica que por parte dos gestores foi preferível implementar o Programa mesmo que não se tivessem as condições necessárias a sua execução. Afirmou Sandro: “[...] implementação precipitada por parte da Prefeitura, por motivo de ano eleitoral, [...] desorganização na integração núcleo – monitores, atraso salarial, materiais didáticos de péssima qualidade, organizadores e [...] estagiários com objetivos competitivos/de treinamento”.

A opinião de que o projeto só foi implementado porque era ano eleitoral e que a continuidade foi comprometida pelo fato de os partidos que estavam no poder terem sido derrotados nas eleições esteve presente nos depoimentos dos representantes dos diferentes segmentos que participaram direta e indiretamente do Programa, como pais, monitores, estagiários e coordenadores.

Outro aspecto do depoimento de Sandro que merece destaque

é a falta de infra-estrutura para o desenvolvimento das ações nas comunidades. As visitas aos bairros para coleta de dados ratificam essa percepção. No bairro Botucatu, as ações eram desenvolvidas em uma praça e os lanches eram servidos em um pequeno galpão improvisado de uma escola de samba. Esse era o local que abrigava os alunos nos dias de chuva. As dependências da escola de samba, gentilmente cedidas para tal fim, eram usadas praticamente para distribuir os lanches aos alunos, pois a infra-estrutura não permitia a realização de atividades que não fossem jogos de dama ou xadrez.

Já no bairro Piracema, as atividades eram realizadas em uma quadra coberta pertencente à Prefeitura. A estrutura do local era adequada à realização das atividades esportivas, porém tratava-se de um espaço construído pela Prefeitura que não tinha qualquer tipo de manutenção e vigilância por parte do poder público. A responsabilidade pela manutenção do local foi assumida por Tales, morador da comunidade, que “adotou” o espaço, assumindo a responsabilidade pela vigilância e limpeza do local. Embora com todo esse cuidado, Tales afirma não conseguir evitar a depredação e o uso indevido das dependências da quadra. Em uma das visitas da equipe de pesquisa, o morador permitiu a entrada em um espaço onde guardava os resquícios (em especial, instrumentos para uso de drogas) das passagens de alguns moradores da comunidade durante a noite, quando costumam invadir o local para namorar ou para usar drogas. Ao falar sobre essa questão, Tales afirmou:

[...] olha só aqui a última anotação do último guarda no dia que ele foi embora, desde o dia 10 de janeiro, não tem mais guarda aqui, estão depredando aquilo que foi construído para a comunidade, só eu que cuido disso agora porque eles já abandonaram. Os guardas que foram contratados para cuidar, já não existem mais.

Outro aspecto que merece destaque é a expectativa dos moradores da comunidade em relação ao Programa por ser uma oportunidade de prática esportiva para as crianças. Nesse aspecto, dois pontos precisam ser ressaltados. O primeiro diz respeito à oportunidade de acesso a uma atividade nos horários em que as crianças e os adolescentes não estão na escola. Assim, o conjunto de ações desenvolvidas no Segundo Tempo representaria uma possibilidade de ocupação desse tempo livre dos participantes. Para alguns entrevistados a importância das atividades deve-se justamente à possibilidade de, através da ocupação desse tempo ocioso, impedir as crianças de realizarem ações “indevidas”, como ficar na rua ou cometer pequenos atos de violência. O segundo ponto diz respeito à possibilidade de

ascensão social por meio da realização de uma atividade esportiva, surge a expectativa de que a participação em uma atividade esportiva revele o talento de um participante, que permita a ele se destacar naquela modalidade e, conseqüentemente, melhorar a própria condição de vida e da família.

O fato de ser servido um lanche para os participantes, nos dias em que são realizadas as ações do Programa, também é um aspecto destacado nas falas de muitos participantes. No caso dos dois bairros estudados habitados por moradores de baixa renda, parece absolutamente normal que as pessoas confirmem relevância ao lanche. No bairro Botucatu, que não tinha um local adequado para o desenvolvimento das atividades nos dias de chuva, observou-se que nesses dias os participantes compareciam apenas para receber a alimentação. De acordo com a estagiária Fernanda,

(...) o lanche que notavelmente fazia falta para eles (...) aqui tem muitas crianças que não têm condições de ter o que comer em casa, digo assim, é uma complementação de alimentação para eles, porque (...) chegavam a sair de casa sem comer nada porque não tinham!

A denúncia do caráter assistencialista das políticas implementadas na área social já tem sido amplamente denunciada. No caso aqui estudado, não é diferente, já que foram ações desenvolvidas em um período curto de tempo, que não consegue de forma alguma representar qualquer mudança significativa na vida das pessoas. De acordo com Faleiros (1991, p. 78), "para atender essa população em crise, é necessária uma intervenção maciça do Estado através de mecanismos assistenciais que não se limitem à distribuição de leite em pó à população desmonetarizada".

Mesmo com esse caráter, para a população, essas ações são, na maior parte das vezes, muito positivas, pois representam a possibilidade de acesso a atividades e serviços que não estão à disposição dos cidadãos. O depoimento de uma estagiária ratifica essa percepção: "o objetivo do Programa foi excelente, considerando a realidade do nosso país, e em grande parte foi atingindo pelo projeto. Poderia ter sido alcançado em percentual maior se não estivéssemos em um ano eleitoral".

A falta de comprometimento e responsabilidade dos gestores responsáveis pela implementação do Segundo Tempo foi ressaltada por muitos participantes do estudo.

Um aspecto negativo foi o fato de a implementação do Programa ter sido em um ano eleitoral, com isso a coor-

denação do Programa ficou um pouco dividida na questão de objetivo, trabalho e eleição. A comunidade também tinha um certo preconceito, óbvio que era maior por parte das pessoas contrárias à administração municipal que desmereciam o projeto. (ANA, ESTAGIÁRIA).

Nesse caso, a principal relação estabelecida com essa crítica foi o fato de o ano de desenvolvimento das ações do Programa ter sido eleitoral, razão pela qual, na opinião dos participantes, foi implementado o trabalho nas comunidades. Assim, essa seria uma forma de, mais facilmente, conseguir votos da população daqueles bairros.

Essas são, na realidade, as antigas artimanhas políticas adotadas para influenciar a população nas escolhas eleitorais. As ações imediatistas e desprovidas de um caráter mais permanente criam uma ilusão de que o cidadão está tendo acesso aos serviços do Estado. Dalmo de Abreu Dallari (1999) ao discorrer sobre a importância da participação política, demonstra a importância da conscientização das pessoas sobre o papel que desempenham na sociedade. As idéias do autor aqui são relevantes, porque, no caso do Segundo Tempo, percebeu-se nos participantes pouca capacidade de ação sobre o processo. Isto é, as pessoas vêem o Programa como um "favor do Estado" e assim aquilo que é desenvolvido não é percebido como um direito. Para o autor, "[...] promover a conscientização de pessoas é uma forma relevante de participação" (DALLARI, 1999, p. 53). Assim, a partir do momento em que o cidadão tem consciência de seus direitos e do papel do poder público, tem mais condições de reivindicar ações que lhe permitam viver melhor. No caso aqui analisado, isso implica a universalização do esporte e do lazer como direito de cada um e dever do Estado.

Os dados levantados na pesquisa revelam que os estagiários envolvidos com esse trabalho tiveram a ilusão da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social. Para eles o projeto ficou caracterizado como sendo uma atuação proveitosa, pois a maioria dos estagiários afirmou que não sentiu grandes dificuldades ao se deparar com a realidade dos núcleos, devido a vivências anteriores adquiridas em outros dos diversos pré-estágios realizados dentro da ESEF/UFPEL. Segundo o estagiário Tomáz, "[...] foi muito bom participar do projeto, pois trocavam experiências, idéias do dia a dia, sobre nossos problemas e nossas soluções no núcleo".

Muitos ainda demonstraram o propósito de conhecer e se aprofundar no contexto social e cultural, no qual as crianças estavam inseridas. Reconheciam de forma positiva a total autonomia que tiveram sobre as aulas, desempenhando realmente a função de professores.

Houve aqueles que, apesar das dificuldades enfrentadas, puderam se sentir realizados, considerando os resultados positivos alcançados dentro da comunidade.

A ambigüidade foi identificada na fala dos participantes em relação à expectativa sobre o Programa. Por um lado, vislumbravam possibilidades, mesmo remotas, de ter melhores condições de existência, seja com o lanche ou com a chance de através de uma prática esportiva ter alguma projeção. Por outro, havia a idéia permanente de que era mais uma ação de um novo governo que não teria continuidade que seria interrompido a qualquer momento. Essa ambigüidade demonstra o quanto são relevantes as políticas implementadas pelos governos na área social. O problema reside na forma como essas políticas são desenvolvidas, fruto da concepção de mundo, de política e de sociedade daqueles que ocupam as funções de gestores no espaço público.

Neste texto, procurou-se levantar alguns aspectos que se sobressaíram na implementação do Programa Segundo Tempo em duas comunidades na cidade de Pelotas. Embora a oportunidade de acesso às atividades esportivas e de lazer tenha sido significativa para os participantes do Programa, percebe-se que ações dessa natureza não podem ficar dependentes da vontade política dos governantes, que conferem maior ou menor espaço nos seus programas de governo a essas atividades. Por outro lado, a pouca conscientização das pessoas sobre seus direitos e deveres também impede que tenham maiores possibilidades de reivindicar (organizadamente) a oferta de ações nesses setores. O estudo indica a urgência de políticas e ações permanentes na esfera do esporte e do lazer que não se reduzam a ações esporádicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério do Esporte. *Dados Programa Segundo Tempo*. Disponível em <<http://www.esporte.gov.br>>. Acesso em 10 mar. 2006.
- BRASIL. Ministério do Esporte. *Manual de diretrizes e orientações do Programa Segundo Tempo*. 2006. Disponível <<http://www.esporte.gov.br>>. Acesso em 10 ago. 2006.
- DALLARI, D. A. *O que é participação política*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- FALEIROS, V. P. *O que é política social*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

- HELLER, A. *Teoria de las necesidades em Marx*. 3 ed., Barcelona: Península, 1998.
- STAKE, R. E. *Estudos de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Educação e Seleção: revista da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 7, jun. 1983a. p. 5-18
- _____. *Pesquisa qualitativa/naturalista: problemas epistemológicos*. Educação e Seleção: revista da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 7, jun. 1983b. p. 19-27.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1992.

Espaço Virtual de História do Esporte: Um Projeto da Rede CEDES/ Rio de Janeiro/UFRJ¹⁵⁴

Prof. Dr. Victor Andrade de Melo¹⁵⁵

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar as ações, objetivos das linhas de pesquisa e dos projetos desenvolvidos no âmbito do Espaço Virtual de História do Esporte, ligado à Rede CEDES/UFRJ e entre outras instituições, cujos objetivos são: a) Contribuir para preservar a memória do esporte (documentos, fotografias, obras de arte, filmes, letras de música, obras literárias, depoimentos e todo tipo de fonte que possa contribuir para o desenvolvimento de estudos históricos), fazendo uso de recursos eletrônicos/da internet; b) Desenvolver estudos históricos, notadamente fazendo uso de uma perspectiva comparada, buscando discutir o papel do esporte na construção da cultura nacional (com ênfase na cultura fluminense) e na consolidação do imaginário da modernidade e pós-modernidade.

Palavras-chave: história do esporte, memória, novas tecnologias de informação.

INTRODUÇÃO

A história do esporte no Brasil, ainda que existam estudos realizados desde o século XIX, é um ainda recente campo de investigação. Mesmo que o fenômeno esportivo, uma das mais importantes manifestações culturais da modernidade e da contemporaneidade, não tenha escapado ao olhar atento de importantes teóricos no século XX, os estudos históricos a ele dedicados somente na última década começam a crescer quantitativa e qualitativamente, bem como a adquirir uma certa organicidade, inicialmente no âmbito da educação física, que há 14 anos realiza eventos científicos dedicados ao assunto.

De qualquer forma, por todo o mundo, e já no Brasil, as manifestações esportivas têm chamado a atenção de cientistas sociais e historiadores e contribuído para ampliar nosso olhar sobre o contexto social.

Compreendemos o esporte como uma das mais importantes manifestações culturais do século XX, algo que provavelmente seguirá crescente no século XXI. É um fenômeno tipicamente moderno,

¹⁵⁴ www.lazer.eefd.ufrj.br/historia.

¹⁵⁵ Universidade Federal do Rio de Janeiro.

que tem sua configuração articulada com todas as outras dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas, arquitetura, *modus vivendis*, nova dinâmica das cidades, aumento da presença dos meios de comunicações, etc. A construção do ideário da modernidade, seus sentidos e significados, passa também pelas peculiaridades que adquiriu a prática esportiva no decorrer do tempo.

Com isso pretendemos afirmar que as práticas esportivas fazem parte do patrimônio cultural de um povo, plenamente articuladas com uma cultura específica e sendo importantes ferramentas na construção de identidades nacionais. No caso do Brasil, isso fica acentuado pelo importante papel que o futebol ocupa em nossa formação cultural, em nossa história.

Por sua natureza, os estudos do esporte não podem se prender a uma só área de conhecimento: necessitam de uma perspectiva de investigação claramente multidisciplinar, buscando-se sempre que possível a interdisciplinaridade, algo desejável. Assim, ainda que nossos projetos estejam mais diretamente relacionados à história, ele certamente pretende estabelecer diálogos com outras disciplinas acadêmicas, entre as quais a antropologia, a sociologia e a economia.

A perspectiva do método da História Comparada parece ser bastante adequada para nossos intuitos. Aliás, as origens do método comparativo não se encontram *stricto sensu* na disciplina História. Durkeim, um dos autores seminais da sociologia, já lançara antes a proposição, afirmando que para qualquer teoria social a comparação não é um ramo específico, mas a teoria em si, pois só ela permitiria passar da descrição para a análise de fatores, algo que também esteve de alguma forma constantemente presente nas reflexões de Max Weber. A comparação é também uma das marcas de um autor que, embora filiado intelectualmente à sociologia, trouxe grandes contribuições para os estudos históricos: Norbert Elias.

O que tentamos argumentar é que a História Comparada pode conceder boas contribuições para que extrapolemos a nossa visão sobre os arranjos locais do fenômeno esportivo (a partir de problemas centrais que serão elencados pelo pesquisador), como também permite que redimensionemos essa visão inicial, já que na comparação possivelmente surgirão problemas antes não visualizados. A questão não é, portanto, abandonar o local, mas, passando do local ao global, tanto compreender o objeto para além de suas peculiaridades, como mesmo reforçar ou negar nosso entendimento primeiro sobre essas especificidades.

Além disso, por suas próprias características, permite que contemplemos com maior eficácia a busca de estabelecer um diálogo entre

diferentes olhares, advindos de diversas disciplinas acadêmicas.

Obviamente não é nosso intuito apresentar a História Comparada como um remédio inevitável; apenas argumentamos que suas propostas, a despeito dos limites e dos riscos, são possibilidades concretas de permitir a busca de sínteses históricas mais profundas, algo de que ainda carece nossa produção historiográfica atual relacionada ao esporte.

A necessidade de preservação de fontes e da memória já não é mais uma novidade no cenário nacional. Muitas são as instituições que têm arduamente trabalhado no sentido de recuperar, catalogar e preservar os indícios do passado, fundamentais para que possamos melhor contar nossa história, de alguma forma compreender um pouco de nosso presente e, porque não dizer, apontar algumas possíveis perspectivas para o futuro.

Enfim, esse processo de preservação de fontes é de fundamental importância na medida em que estamos falando de um patrimônio histórico, bem como por se constituírem em elementos fundamentais para o desenvolvimento de estudos históricos relacionados a nossas temáticas.

É tendo em vista essas reflexões, que está organizado o Espaço Virtual de História do Esporte, ligado à Rede CEDES/UFRJ, ao Programa de Mestrado em História Comparada do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais e à Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, associado ao Grupo de Pesquisa "Anima": Lazer, Animação Cultural e Estudos Culturais/UFRJ, ao Laboratório de Estudos do Tempo Presente/UFRJ.

Os objetivos

– Gerais:

- a) Contribuir para preservar a memória do esporte (documentos, fotografias, obras de arte, filmes, letras de música, obras literárias, depoimentos e todo tipo de fonte que possa contribuir para o desenvolvimento de estudos históricos), fazendo uso de recursos eletrônicos/da internet;
- b) Desenvolver estudos históricos, notadamente fazendo uso de uma perspectiva comparada, buscando discutir o papel do esporte na construção da cultura nacional (com ênfase na cultura fluminense) e na consolidação do imaginário da modernidade e pós-modernidade.

- Linha de Pesquisa – Memória social dos clubes cariocas:
 - a) Preservar a memória dos clubes esportivos cariocas, privilegiando aqueles de menor porte, fundados na década final do século XIX e nas décadas iniciais do século XX (como por exemplo: Clube Ginástico Português, Clube de Regatas Guanabara, São Cristóvão de Futebol e Regatas, Clube de Regatas Boqueirão do Passeio, entre outros);
 - b) Desenvolver estudos históricos, notadamente fazendo uso de uma perspectiva comparada, buscando discutir o papel dos clubes na formação da sociabilidade carioca na transição dos séculos XIX e XX.

- Linha de Pesquisa – Esporte e arte: diálogos:
 - a) Mapear as obras artísticas onde o esporte é tematizado/representado, construindo bancos de dados a serem disponibilizados na internet, acessíveis a pesquisadores, professores e interessados em geral; serão construídos bancos de dados relativos a: cinema, artes plásticas, música, literatura e artes cênicas, entre outros;
 - b) Discutir os diálogos intersemióticos possivelmente observáveis entre esporte e diferentes manifestações artísticas;
 - c) Desenvolver estratégias didático-metodológicas construídas a partir do diálogo entre esporte e diferentes manifestações artísticas;
 - d) Discutir as representações de esporte nas obras de arte, buscando melhor entender a presença e o espaço do esporte na modernidade e na contemporaneidade.

- Linha de Pesquisa – História Comparada das práticas corporais e de lazer na modernidade e contemporaneidade:

Desde o ano de 2002, está em funcionamento, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC). Alinhado com as perspectivas teóricas de Marcel Dettiene (2004)¹⁵⁶, o Programa está organizado em três linhas de pesquisa: História Comparada das Diferenças Sociais, História Comparada das Instituições e Formas Políticas e História Comparada das Formas Narrativas.

Tendo em vista a construção de um conjunto de reflexões sobre

¹⁵⁶ DETIENNE, M. Comparar o incomparável. São Paulo: Idéias e Letras, 2004.

a história do esporte a partir das contribuições do método comparativo, constituímos uma área de investigação denominada "História das práticas corporais e de lazer na modernidade e contemporaneidade", no interior da linha "História Comparada das Formas Narrativas", cuja descrição é:

A linha de pesquisa abrange um conjunto de problemas que possibilita a criação de um campo de experimentação comparada entre a história, a literatura, a comunicação e as demais ciências que, de alguma forma, possam lidar com os produtos culturais sob a ótica do texto (narrativa), como formas empíricas de uso da linguagem; ou ainda como sistemas semióticos (gestos, sons e outros) no interior de práticas sociais contextualizadas histórica e socialmente.

As linhas de pesquisa

– Memória social dos clubes cariocas:

Os "clubs" chegaram ao Brasil com os imigrantes, e começaram a se tornar mais comuns no país a partir de 1808, com a chegada de D. João. Antes da criação de clubes esportivos, havia muitos outros de caráter recreativo, literário, político. Há três dessas associações que merecem ser destacadas: a Assembléia Portuguesa, criada em 1815; a Sociedade Germania, criada em 1821 e ativa até os dias de hoje; e o Cassino Fluminense, um dos mais importantes do Império, fundado em 1845.

No Rio de Janeiro, os primeiros clubes mais diretamente relacionados ao esporte têm forte influência de ingleses, que desde cedo estiveram envolvidos com a organização de corridas de cavalos e depois com a criação de associações de cricket (como o British Cricket Club, o Rio Cricket Club e Paisandu Cricket Club). Em outras cidades (também no Rio de Janeiro, mas em menor número), destacam-se a influência de alemães e italianos na organização de clubes ginásticos.

O primeiro clube eminentemente esportivo criado no país foi o Club de Corridas (1849), ainda que em instituições congêneres anteriores já se observassem a prática de esportes entre outras atividades oferecidas aos sócios.

Desde que foram criados, os clubes foram importantes instituições na sociedade brasileira, extrapolando suas supostas funções recreativas. Na verdade, funcionavam como um retrato e um termômetro das relações políticas. Eram um espaço privilegiado de encontro e de auto-identificação entre os membros das elites. Por isso, os clubes criavam constantemente mecanismos de status e distinção, como a

concessão de títulos honorários a personagens insignes da sociedade brasileira, a distribuição de certificados e símbolos aos associados, concessão de privilégios no acesso a certas atividades ou espaços. Um dos exemplos disso é o Cassino Fluminense. Por sua sede e em suas atividades, poderiam se identificar as articulações e tensões sociais em vigor naqueles momentos.

Na verdade, os clubes nacionais repetiam o sentido europeu de "encontro de cavalheiros" (fundamentalmente homens, pois somente bem mais tarde as mulheres puderam ocupar algum lugar de destaque, ainda assim em funções consideradas eminentemente femininas) e também serviam como forma de reforçar um vínculo com o mundo "civilizado" do velho continente.

Sendo instituições sensíveis ao contexto, não surpreende que em muitos deles seus diretores fossem membros destacados da economia e da política, que muitos fossem constantemente reconhecidos pelos governantes com títulos e incentivos (caso do Clube Ginástico Português), e que sua composição expressasse as mudanças na ordem econômica nacional.

Os primeiros clubes esportivos de importância, ligados ao turfe, eram basicamente dirigidos por latifundiários e comerciantes ligados à agricultura (meados do século XIX), enquanto os de remo, que sucederam os anteriores em importância, eram dirigidos por engenheiros, médicos, militares de alta patente e empresários da indústria nacional em formação (fim do século XIX).

No final do século XIX, surgem os primeiros clubes criados por uma classe média urbana em formação, uma nova configuração das elites nacionais, curiosamente os que mais tempo sobreviveram (no Rio de Janeiro, este é o caso dos quatro "grandes clubes": Flamengo, Vasco, Botafogo e Fluminense).

No decorrer do século XX, foi uma febre nacional a criação de clubes de características diferenciadas, ligados aos mais diversos esportes e práticas, nas diferentes classes sociais. Praticamente não havia cidade em que não houvesse clubes; em muitos municípios existiam mais de um e muitas vezes vários em um mesmo bairro.

Contemporaneamente, contudo, os clubes perderam bastante de seu prestígio, já não são tão importantes enquanto elementos agregadores e muitos se vêem em dificuldade de manter suas portas abertas.

Assim sendo, cremos que essa linha se justifica pela necessidade de preservação da memória e de uma melhor compreensão histórica do papel que ocuparam instituições de tamanha importância e presença social. Em nosso estudo, estamos privilegiando os mais antigos e os de menor porte (cujas fontes estão mais desorganizadas

e cuja contribuição histórica é menos reconhecida), como é o caso do Clube Ginástico Português, do Clube de Regatas Guanabara, do São Cristóvão de Futebol e Regatas, do Clube de Regatas Boqueirão do Passeio, entre outros.

Metodologia

Utilizamos a seguinte metodologia:

- a) Contato oficial com o clube buscando acesso das fontes em arquivo;
- b) Contato com sócios que possuam fontes;
- c) Levantamento de fontes em outros arquivos;
- d) Disponibilização da lista do material encontrado em uma página web (ver, por exemplo, maiores informações sobre o trabalho realizado com o clube Ginástico em <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/ginastico/>);
- e) Produção de um CD-ROM com as fontes mais importantes, fazendo uso da tecnologia Doc-Pro, acima descrita (ver maiores informações em: www.ceme.eefd.ufrj.br);
- f) Produção de estudos históricos sobre o clube.

Para os próximos anos pretendemos alcançar os seguintes resultados:

- a) Coleta de fontes, disponibilização na internet e produção de um CD-ROM de mais clubes;
- b) Publicação dos resultados em forma de livros, capítulos de livros e artigos em periódicos e anais de congressos, nacionais e internacionais.

Esporte e arte: diálogos

Esse projeto teve início com a concessão de uma bolsa "Jovem Pesquisador do Nosso Estado"/Faperj (2003) e na época estava relacionado somente ao cinema. No decorrer do processo, ampliamos a proposta para outras linguagens e, até os dias de hoje, já foi possível:

- Publicação de 3 livros e 7 capítulos de livro;
- Publicação de 5 artigos na íntegra em periódicos científicos, 2 resumos em periódicos científicos, 1 artigo em revista de cir-

culação geral; há ainda mais 4 artigos em revistas científicas já aprovados, a serem publicados até o fim de 2006;

- Foram apresentadas 7 comunicações em eventos científicos (há mais 4 comunicações que serão apresentadas até o fim de 2006);
- Foram realizadas 14 palestras e 6 cursos em eventos diversos;
- Foram realizadas 4 versões do Ciclo de Cinema e Esporte;
- Foi organizado um banco de filmes com 65 títulos em DVD e 28 em VHS;
- No que se refere ao caráter pedagógico do projeto, foi aperfeiçoada e mantida atualizada a página do projeto, bem como foi publicado um capítulo de livro organizado pelo Ministério do Esporte.

Do ponto de vista da investigação da linguagem/fenômeno social "esporte", há que se considerar as mudanças recentes no âmbito da historiografia. Nas últimas décadas do século XX, observa-se um ampliar do conceito de fontes, antes basicamente restritas ao documento escrito. O próprio contexto socioeconômico, a ascensão da cultura como dimensão fundamental no capitalismo tardio, o impacto desse processo no ocasionar de reformulações no âmbito das ciências sociais e humanas, entre outros fatores, apresentam a necessidade de busca de novas fontes, entre as quais encontramos as obras de arte.

Vejamos que aqui não estamos falando da subdisciplina "História da Arte", mas de uma articulação entre a compreensão da "arte como agente da história" (onde procuramos estudar o papel da arte no decorrer da história), da "arte como discurso sobre o passado" (como as obras representam o contexto histórico) e a "arte como testemunho do passado" (elementos do passado presentes nas obras). Assim sendo, estamos considerando que as obras de arte tanto são portadoras de uma representação sobre o passado quanto desempenharam uma função nesse percurso.

Algumas ressalvas, todavia, merecem ser feitas. Nas obras não encontramos uma "reprodução" da realidade, mas um olhar específico do artista. Assim sendo, devem ser sempre contextualizadas, entendidas no contexto sociocultural de sua produção, no âmbito do movimento artístico ao qual se filiam, inseridas no conjunto da história do próprio artista.

De qualquer forma, podemos considerar as obras de arte como potenciais fontes históricas que podem contribuir para ampliar nosso

olhar sobre a realidade e sobre o fenômeno esportivo. Por que determinados artistas representaram, de diferentes formas, o esporte em sua produção? Que intencionalidades isso carrega? Que sentidos e significados envolvem essa representação?

Deixamos claro que não estamos utilizando as obras de arte simplesmente como ilustração, mas como fontes históricas propriamente ditas, alinhando-nos às proposições de T. J. Clark (2004)¹⁵⁷.

Como Clark faz questão de sublinhar, trata-se de uma história contada por meio de pinturas, escarafunchadas em sua especificidade, contrastada à fotografia ou à ilustração, no intuito de fazê-las dizer algo sobre o regime de desigualdades e diferenças sociais, sexuais, ocupacionais, que só elas estão em condições de exprimir, de maneira singular como o fazem. O feito da emergente arte impressionista, por exemplo, é indissociável de seu conteúdo, daquelas "formas objetivas de recreação burguesa" (MICELI, 2004, p.17)¹⁵⁸.

Assim, interessa-nos entender como e por que o esporte foi representado (ou não o foi) nos diferentes movimentos artísticos surgidos no contexto da modernidade, um período histórico que não pode ser definido com extrema precisão, mas que no âmbito do campo artístico tem suas marcas iniciais no século XIX, de alguma forma com as pinturas realistas de Gustave Courbet e com as obras de Édouard Manet, passa pelos impressionistas e explode em diversas propostas no decorrer do século XX. Vale a pena lembrar que:

[...] a pintura moderna foi um produto de uma cultura moderna, mas não o único produto; foi uma forma de produção entre muitas outras formas complexas de representação visual, incluindo a pintura acadêmica, a ilustração popular, a fotografia e assim por diante. Formas diferentes de representação são produzidas na mesma cultura e é possível demonstrar que essas formas interagem, têm convenções e suposições em comum sobre o mundo e também contestam o que é significativo nessa cultura (FER, 1998, p.13).

Em pesquisa anterior (MELO, 2004)¹⁵⁹, já se demonstrou os férteis relacionamentos entre esporte e cinema no contexto da mo-

¹⁵⁷ CLARK, T. J. A pintura da vida moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

¹⁵⁸ MICELI, S. Por uma história social da arte. In: CLARK, T.J. A pintura da vida moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p.9-18.

¹⁵⁹ MELO, V. A. Esporte, imagem, cinema: diálogos. Relatório de pesquisa/pós-doutorado em Estudos Culturais. Rio de Janeiro: Programa Avançado de Cultura Contemporânea, 2004. Disponível em: <http://www.ceme.eefd.ufrj.br/cinema>.

dermidade. Mais do que um tema para os filmes, foi possível argumentar que se estabeleceu um diálogo intersemiótico entre as duas linguagens. O que desejamos agora é identificar se isso também se deu, e como ocorreu, considerando as obras de artes plásticas, as músicas, as obras literárias.

Assim, tentaremos estar atentos não somente ao que foi representado e que significado isso tem no âmbito do movimento e do contexto histórico, mas também ao "como" foi representado, quais os recursos técnicos foram utilizados para representar, já que consideramos que este elemento é tão explicativo e importante quanto o do tema retratado, ainda mais quando estaremos abordando a arte moderna, onde tanto essa discussão técnica é central, quanto nem sempre o que é retratado tem conexão explícita com um "objeto conhecido e identificável" (aqui falamos da idéia de abstração).

Este estudo, na verdade, tem como ponto de partida a necessidade de melhor compreensão, de forma articulada, de três dimensões históricas: a) a construção da idéia e do imaginário de modernidade na transição e no decorrer dos séculos XIX e XX; b) a (nova) formação das cidades naquele contexto; c) a presença dos fenômenos sociais "lazer" e "esporte" nesses âmbitos; d) ou, como temos chamado, a necessidade da promoção de uma "arqueologia social" dos objetos, identificando seus vestígios pelas redes e teias da sociedade. Com isso, esperamos lançar uma luz não somente para os estudos relacionados ao esporte, mas também para melhor entendermos a configuração da "sociedade do espetáculo", algo que tanto caracterizou este período histórico, onde a cultura emerge como dimensão central na construção de valores e sensibilidades.

Do ponto de vista da intervenção pedagógica, nosso intuito é chamar a atenção para a necessidade de consideração dos aspectos estéticos na elaboração de propostas pedagógicas no âmbito da educação física/ciências do esporte.

Nos últimos anos, nossa área de conhecimento procurou se aproximar das ciências humanas e sociais, sem se afastar por completo do conhecimento biomédico que sempre a marcou e a caracterizou. A despeito dos importantes avanços, questionamos: não está na hora de nos aproximarmos mais da estética, uma disciplina filosófica, para ampliarmos nossas considerações acerca do papel do esporte na sociedade? Será que os aspectos estéticos não são também relevantes na configuração da importância, da presença social e da popularidade do esporte?

Ainda mais, se pensarmos em nossa intervenção com o esporte como uma possibilidade e um pólo de animação e mediação cultural, parece interessante nos aproximarmos das considerações pedagógicas

dos autores que buscam nos estudos culturais inspiração para repensar o papel da educação na sociedade. E aí, as considerações acerca da estética devem ganhar papel privilegiado na discussão.

Mas afinal, o que é estética? A estética está somente relacionada à arte? Por certo que não. Adolfo Vázquez (1999), por exemplo, lembra-nos que ela está na natureza, na indústria, na nossa vida cotidiana. Ressalta a idéia de que todos nós estamos submetidos diariamente a situações estéticas, mesmo que não percebamos claramente:

Acadêmicos ou não, em determinados momentos de nossas vidas, todos vivemos em uma situação estética, por mais ingênua, simples ou espontânea que seja nossa atitude como sujeitos nela. Ante a flor que se dá de presente, o vestido que se escolhe, o rosto que cativa, ou a canção que nos agrada, vivemos essa relação peculiar com o objeto, que chamo de situação estética. E a vivemos guiados por certa consciência ou ideologia estética (p.17)¹⁶⁰.

Podemos então dizer que o conceito de estética está relacionado ao conhecimento sensível, ligado às sensações, aos sentidos (visão, audição, paladar, tato, gustação), algo para o qual somos educados cotidianamente, que interfere em nossas escolhas, nossas opções, mesmo que nem sempre demos a ela a importância que deveria ter no processo educacional.

Com isso, queremos afirmar que uma das responsabilidades de toda intervenção pedagógica deve ser a educação das sensibilidades. Não se trata somente de educar para a construção de novos valores, mas entender que a educação estética é uma necessidade e é tão importante quanto qualquer outra perspectiva de atuação. Devemos compreender que há uma articulação entre valores e sensibilidades na formação dos sujeitos e das sociedades, daí a necessidade de uma ação articulada em ambos os âmbitos.

Se a estética não se resume à arte, esta continua a ser uma prática social importante e pode ser uma eficaz ferramenta no processo de educação das sensibilidades de nossos alunos. Assim, podemos utilizar as manifestações artísticas em nossas aulas relacionadas ao esporte para também implementar processos de formação estética, não só porque esta é uma dimensão importante para nossos alunos, enquanto um aspecto relevante do processo educacional, como também porque permite-nos ampliar a compreensão sobre o próprio esporte, já que na arte encontramos muitos indícios de representações

¹⁶⁰ VÁZQUEZ, A. S. Convite à estética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

sociais desta prática social.

Uma das ações fundamentais de nosso projeto é a construção de bancos de dados com as obras de arte que de alguma forma representaram/tematizaram o esporte. Devemos destacar que temos procurado resgatar e inserir as obras nos bancos a partir de uma compreensão ampliada de esporte, já que não podemos prever com precisão os interesses futuros dos pesquisadores. Assim sendo, por exemplo, uma breve cena em um filme pode no futuro servir para que um investigador teça importantes considerações sobre seu objeto de estudo.

Para dar conta desse desafio, estamos classificando todas as obras em três diferentes listas:

- Lista A – obras onde o esporte é assunto central ou de grande importância;
- Lista B – obras onde o esporte ocupa lugar de relativa importância;
- Lista C – obras onde o esporte só é citado de forma superficial ou parcial.

Nos bancos, temos procurado apresentar o maior número de informações possíveis que possam ser úteis aos pesquisadores; isto é, além do nome da obra, do ano e do autor, também inserimos especificações técnicas, comentários e informamos a temática central abordada (o esporte representado). No caso do banco de artes plásticas, também inserimos a obra citada. No banco de cinema, quando possível, inserimos o cartaz de divulgação. No futuro, pretendemos promover uma interação entre todos os bancos, o que facilitará o trabalho de busca. Assim sendo, por exemplo, se um investigador desejar identificar o que foi produzido sobre o futebol, em um ano específico, será possível recuperar os dados por uma busca única e cruzada.

Pretendemos construir bancos de dados referentes a:

- a) Esporte e cinema – nacional;
- b) Esporte e cinema – internacional;
- c) Esporte e Artes Plásticas – nacional;
- d) Esporte e Artes Plásticas – internacional;
- e) Esporte e Música - nacional
- f) Esporte e Literatura - nacional;
- g) Esporte e Artes Cênicas - nacional.

A continuidade do trabalho tem como principais desafios:

- a) A manutenção de uma equipe que possa dar continuidade às buscas;
- b) O aperfeiçoamento de nossos bancos de dados, aumentando a sua interface, comunicabilidade e desempenho.

A metodologia utilizada é o recolhimento de obras em arquivos, bibliotecas, livros, páginas da internet, e posterior inserção nos bancos. Obviamente que temos consciência que se trata de um trabalho de longa duração e em certo sentido inesgotável, pois sempre surgirão novas obras a serem inseridas.

De outro lado, ressaltamos que esse é apenas um dos aspectos do projeto. A coleta de fontes já desencadeou e está desencadeando tanto o desenvolvimento de estudos históricos quanto o desenvolvimento de estratégias pedagógicas para trabalhar o esporte a partir da arte.

O projeto, portanto, conjuga preocupações de memória, de história, de estudos culturais e de pedagogia. Faz-se necessário, assim, o uso de arcabouço teórico das ciências humanas e sociais como um todo; uma perspectiva de trabalho claramente interdisciplinar.

Em seu interior, o projeto contempla várias perspectivas de comparação, além do já citado aporte de diversas áreas de conhecimento. Uma dessas é a própria análise comparada das relações entre as linguagens no contexto da modernidade e pós-modernidade. Como se estabeleceram os encontros entre o esporte e as diversas manifestações artísticas no decorrer da história? Haveria maiores semelhanças entre o esporte e a arte, enquanto práticas sociais tão importantes e influentes no decorrer do século XX? No contexto brasileiro, como isto terá se estabelecido? Como as obras de arte podem se constituir enquanto potenciais fontes para ampliar nosso olhar sobre a presença do fenômeno esportivo em nossa sociedade, ajudando-nos a descortinar a sua peculiaridade e sua relevância?

Vale considerar a afirmação de Bernard Jeu (1992, p.21)¹⁶¹:

A arte e a literatura são para o esporte uma sociologia indireta, uma psicanálise, um testemunho [...]. A investigação da presença do esporte na arte nos interessa na medida em que nos esclarece sobre a identidade do esporte e sobre o papel do imaginário na constituição das relações esportivas [...]. O esporte não é simplesmente

¹⁶¹ JEU, B. *Analyse du Sport*. Paris: PUF, 1992.

o indício de uma sociedade lúdica (ignorada ou tolerada), mas a sociedade lúdica percebida e descrita pelos meios da arte, em um quadro de expressão de sua valorização pela sociedade global.

No interior do projeto, procuramos também trabalhar com a idéia de invariante de Veyne (1989) no desenvolvimento de estudos específicos. Por exemplo: utilizando filmes internacionais e nacionais que têm o boxe como temática central como fontes privilegiadas para discutir a questão da construção da masculinidade¹⁶²; fazendo uso de obras de artes nacionais e internacionais para discutir a presença do esporte no cenário urbano¹⁶³; tecendo uma análise comparada de diferentes filmes brasileiros para discutir a construção da idéia de identidade nacional¹⁶⁴.

Além disso, pretendemos dar seguimento à promoção de atividades que possam contribuir para a difusão ampla dos resultados de nossas pesquisas, seja prestando assessoria para a montagem de exposições sobre o assunto, seja com a organização dos Ciclos de Cinema e Esporte, bem como com palestras e cursos.

História Comparada das práticas corporais e de lazer na modernidade e contemporaneidade

Freqüentemente, historiadores se concentram na história de seu país ou região. Por causa disso, a comparação pode ter um efeito desprovincializante, liberador, abrindo perspectivas, com conseqüências para a atmosfera e estilo da profissão. Esta é uma contribuição da comparação que não deveria ser subestimada, mesmo hoje (KOCKA, 2003, p.41)¹⁶⁵.

O processo do método comparativo é justamente o que permite estabelecer o estranhamento, a diversificação, a pluralização e a singularidade daquilo que parecia empiricamente diferente ou semelhante, posto pelo habitus e reproduzido pelo senso comum (THEML, BUSTAMANTE, 2003, p.22)¹⁶⁶.

Depois de muitos anos nos quais a produção brasileira esteve

¹⁶² Falo do ainda não publicado estudo: MELO, V. A.; VAZ, A. F. Cinema, corpo, boxe: reflexões sobre suas relações e notas sobre a questão da construção da modernidade. Rio de Janeiro: 2005. mimeo.

¹⁶³ Cito também o ainda inédito estudo: MELO, V. A.; PERES, F. F. Lazer, esporte e modernidade: diálogos com e a partir da arte. Rio de Janeiro: 2005.

¹⁶⁴ Refiro-me ao estudo: MELO, V. A. Eficiência x jogo de cintura: Garrincha, Pelé, Nelson Rodrigues e a construção da identidade nacional. In: CBCCE. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

¹⁶⁵ KOCKA, J. Comparison and beyond. History and Theory. Londres, n.42, p.39-44, fev./2003.

¹⁶⁶ THEML, N.; BUSTAMANTE, R. História Comparada: olhares plurais. Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre, v.29, n.2, p.7-22, 2003.

limitada a poucas referências, a partir da década de 1990, é possível observar um aumento exponencial do número de estudos históricos que têm como objetos de investigação as práticas de lazer e as práticas corporais institucionalizadas (o esporte, a educação física, a ginástica, a capoeira, a dança, entre outras) (MELO, 1999)¹⁶⁷. Como fatores que estiveram articulados com o crescimento quantitativo de artigos, livros e trabalhos de pós-graduação, pode-se identificar:

- a) A abertura de espaços constantes para a temática em eventos científicos, inclusive no Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, além da freqüente realização do Congresso Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física (cuja 10ª edição será realizada no ano de 2006, na Universidade Federal do Paraná);
- b) O incentivo à publicação de estudos de tal natureza em periódicos nacionais; foi, por exemplo, a temática central de três edições da Revista Brasileira de Ciências do Esporte¹⁶⁸ e de um número do periódico Estudos Históricos¹⁶⁹;
- c) O reconhecimento da importância do assunto por pesquisadores de várias áreas de conhecimento; além de educação física e história, sociologia, antropologia, ciências da comunicação, entre outras;
- d) O aumento do número de grupos de pesquisa; uma busca no diretório CNPq permitiu encontrar cerca de 30 grupos que, de alguma forma, estão envolvidos com a temática.

Nesse contexto, vale a pena ainda destacar: a) o crescimento do número de livros de informações para público não-acadêmico, majoritariamente escritos por jornalistas e lançados normalmente por ocasião de efemérides ou para homenagear determinado ídolo esportivo; b) a preocupação com o aperfeiçoamento metodológico das investigações, a partir de um diálogo mais constante com o arcabouço teórico das ciências humanas e sociais.

Uma característica marcante observada nessa produção é que normalmente tratam-se de estudos locais ou regionais, relacionados a cidades ou estados, clubes, personalidades, fatos ou temas específicos. Obviamente isso se dá por ser uma clara tendência nas investigações históricas como um todo, algo acirrado pelas próprias condições operacionais que se impõe hodiernamente aos pesquisado-

¹⁶⁷ MELO, V. A. História da educação física e do esporte no Brasil. São Paulo: Ibrasa, 1999.

¹⁶⁸ Volume 25, números 1, 2 e 3; setembro de 2003; e janeiro e maio de 2004. O periódico é editado pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

¹⁶⁹ Número 23, 1999; o periódico é editado pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.

res, notadamente a escassez de tempo (especialmente as pressões a que estão submetidos os programas de mestrado e doutorado) e a dificuldade de acesso a arquivos e documentos. De qualquer forma, esse conjunto de pesquisas nos permite vislumbrar um panorama nacional dos diversos arranjos dos fenômenos culturais esporte, educação física, ginástica, dança, capoeira, lazer, etc.

A despeito da importância dessa produção, algumas questões merecem ser levantadas: não estaríamos perdendo a visão do "todo" em função da fragmentação das abordagens? Como ampliar nossa visão acerca da realidade nacional sem crer que essa é simplesmente o resultado da soma dos entendimentos locais? Como fazer dialogar a produção brasileira com o que tem sido produzido internacionalmente? Talvez o método da História Comparada possa nos apontar alguns indicadores para responder, ainda que parcialmente, tais perguntas.

Esta linha se justifica pelas possibilidades, pelas potencialidades e pelos limites que o método da História Comparada pode trazer para ampliarmos as contribuições dos estudos históricos ligados ao esporte, ao lazer e às práticas corporais institucionalizadas como um todo. Esperamos que possa contribuir para problematizar o atual estágio de nossa produção historiográfica, apresentando possíveis marcos e objetivos no sentido de dar continuidade ao processo de qualificação de nossas investigações e mesmo ampliar a nossa presença na comunidade científica internacional.

À guisa de conclusão

Para finalizar nosso artigo, gostaríamos de partir de uma citação de Manuel Castells:

A era da informação é nossa era. É um período histórico caracterizado por uma revolução tecnológica centrada nas tecnologias digitais de informação e comunicação, concomitante, mas não causadora, com a emergência de uma estrutura social em rede, em todos os âmbitos da atividade humana, e com a interdependência global desta atividade. É um processo de transformação multi-dimensional que é ao mesmo tempo includente e excludente, em função dos valores e interesses dominantes em cada processo, em cada país e em cada organização social (p.225)¹⁷⁰.

O maior intuito de nosso projeto é fazer uso das novas tecno-

¹⁷⁰ CASTELLS, Manuel. Inovação, liberdade e poder na era da informação. In: MORAES, Dênis (org.). Sociedade midiática. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

logias para garantir o maior trâmite possível de informações sobre a história do esporte, buscando sinergias entre pesquisadores envolvidos com a temática pelo Brasil e pelo mundo.

Por trás dessa postura, há também uma denotada preocupação política. Fazendo uma vez mais uso das palavras de Castells (op. cit.):

A arquitetura da internet foi desenhada deliberadamente para dificultar seu controle, mas não a vigilância da mensagem. E por isso a internet, mesmo sofrendo cada vez mais interferências à livre comunicação, é o meio de comunicação local-global mais livre que existe, permitindo descentralizar os meios de comunicação de massa. E apesar das contínuas tentativas de comercializar a internet, apesar de ter se convertido em um instrumento essencial para a atividade econômica, a grande massa de fluxo de informação na internet é de uso social e pessoal, não comercial. A internet é fundamentalmente um espaço social, cada vez mais amplo e diversificado, a partir das tecnologias de acesso móvel a ela. Por isso, a preservação da liberdade de expressão e comunicação na internet é a principal questão na liberdade de expressão em nosso mundo (p.227).

Assim sendo, o Espaço Virtual pretende também dar sua contribuição para tal luta, considerando que:

A informação é poder. A comunicação é contrapoder. E a capacidade de mudar o fluxo de informação, a partir da capacidade autônoma de comunicação, reforçada mediante as tecnologias digitais de comunicação, realça substancialmente a autonomia da sociedade com respeito aos poderes estabelecidos (CASTELLS, op.cit., p.231).